

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA -
AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS

Fabiano de Oliveira Bringel

**RUMOS, TRECHOS E BOROCAS:
TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES CAMPONESAS DE
ASSENTADOS RURAIS NO SUDESTE DO PARÁ**

Belém
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS

Fabiano de Oliveira Bringel

RUMOS, TRECHOS E BOROCAS:
Trajetórias e Identidades Camponesas de
Assentados Rurais no Sudeste do Pará

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará
e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –
Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre. Área de concentração: Agriculturas
Famíliares e Desenvolvimento Sustentável

Orientador(a): Prof. Gutemberg Armando Diniz
Guerra

Belém
2006

Ficha Catalográfica

Bringel, Fabiano de Oliveira

Rumos, trechos e bocas: trajetórias e identidades camponesas de assentamentos rurais no Sudeste do Pará / Fabiano de Oliveira Bringel. – Belém, PA: UFPA – Centro de Ciências Agrárias: Embrapa Amazônia Oriental, 2006. Orientada pelo Prof. Gutemberg Armando Diniz Guerra.

.... f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas.

1. Assentamento – Aspecto sócioeconômico – Parauapebas – Pará – Brasil. 2. Migração rural. 3. Reforma agrária. I. Guerra, Gutemberg Armando Dinis (Orient.). II. Título.

CDD 307.72098115

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS

Fabiano de Oliveira Bringel

RUMOS, TRECHOS E BOROCAS:
Trajetórias e Identidades Camponesas de
Assentados Rurais no Sudeste do Pará

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará
e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –
Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre. Área de concentração: Agriculturas
Familiars e Desenvolvimento Sustentável

Data: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Esp. Jean Hébette
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Iran Veiga (Suplente)
Universidade Federal do Pará

Belém
2006

À Carmen e Helena, meus amores.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Raimundão e Dona Mary, pelo apoio incondicional durante toda a vida, sem o qual esse trabalho não seria possível;

À Elisa Rabelo, minha segunda mãe, sempre tão presente;

À minha mulher, Helena, pela força e paciência de sempre;

Aos meus avós: Ival (*in memorian*), Darci, Mocinha (*in memorian*) e Fabiano (*in memorian*);

À minha irmã, Fabíola, pelo companheirismo;

Aos meus sogros, Beth e Sérgio, pelos debates epistemológicos;

Ao Prof. Dr. Gutemberg Guerra por ter sido orientador, professor e amigo, durante esses dois anos de comprometimento com o projeto;

Aos colegas da Turma de 2004 do MAFD's: Barto, Beth, Dulce, Eduardo, Loraine, Mara, Margareth (*in memorian*), Paulinha, Rosa, Sabá, Soraia e Walter.

Ao Prof. Marcus Cássio (Marcão) pela ajuda no tratamento estatístico;

Ao Prof. Danny Silvério (Índio) pela força no tratamento cartográfico;

Aos professores Iran Veiga, Maria Menezes (Naná), Gilberto Rocha, Rosa Acevedo e Delma Pessanha Neves, pelas contribuições nos momentos de “nebulosidade”;

Aos Professores Nahilson Brandão e Carlos Henrique Souza, que não estão mais entre nós, mas foram responsáveis diretos pela minha opção nos estudos sobre o campesinato;

À Júlia Mendes, pela companhia, pelo carinho e pelos trabalhos de impressão;

Ao Diogo Vianna pelo apoio, pelos livros, pela amizade;

Aos assentados da Palmares II, todos, pela disposição em falar sobre suas histórias;

A James, Jorginho, Vanda e Iraneide, pela acolhida sempre calorosa no Assentamento;

À Heloísa Fonseca, Haroldo, Marcos e Fernando, pelas bases avançadas em Parauapebas e Marabá;

Aos professores Jean Hébette e Gilberto Rocha, componentes da banca examinadora;

[..]
“Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace camino
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante no hay camino
sino estelas en la mar...”
[...]

(Antonio Machado, 1875-1939)

RESUMO

Nesta dissertação, discutimos as trajetórias sociais e econômicas de camponeses que compõem o Projeto de Assentamento Rural Palmares II, localizado no Município de Parauapebas na Região Sudeste do Pará. Centramos nossa análise em quatro dimensões da vida: a história migratória, a história da família, a história do trabalho e a história da educação. Assim, pretendemos estabelecer nexos e diferenciações de contextos políticos, econômicos, sociais e culturais distintos por que esses camponeses passaram antes de chegar na ocupação. Objetivamos com isso desvendar formas e estratégias de expropriação que são baseadas na desqualificação social e econômica do sujeito social camponês, buscando uma requalificação, portadora da negação de um saber capaz de garantir a autonomia dos meios de produção e, logo, ameaçador das possibilidades de acumulação e de consolidação de atividades econômicas insustentáveis na região amazônica. A resistência à desqualificação e à requalificação encontra forte sustentáculo na matriz camponesa que esses indivíduos mantêm ao longo de gerações, em signos como a posse e o trabalho na terra, a mão de obra essencialmente familiar, a autonomia dos meios de produção e um estilo de vida que valoriza uma relação mais direta com a natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamentos rurais, matriz camponesa, história de vida, trajetórias, migração, qualificação social.

ABSTRACT

In this dissertation, we discuss the social and economics trajectory of peasants who live in the Project of Rural Settlement Palmares II, located in the brazilian city of Parauapebas, in the southeastern region of Pará. We focuss our analisys in four dimensions of the peasant's life: the history of migration, the history of the family, the history of the work and the history of education. That way, we intend to establish nexuses and differentiations of economic, social, cultural and political contexts, which those peasants had passed before arriving in the occupation. We try this way to unmask forms and strategies of expropriation that are based on the social and economic disqualification of the peasant, which also are strategies to deny the tipical knowledge of the peasants, capable to guarantee the autonomy of the means of production and, then, threatening the possibilities of accumulation and consolidation of unsustainable economic activities in the Amazon region. The resistance to the disqualification and the requalification finds strenght in the peasant signs and practices, that these individuals keeps throughout generations, as the ownership and the work in the land, the essentially familiar workmanship, the autonomy of the means of production and a life style that values a more direct relation with the nature.

PALAVRAS-CHAVE: Rural settlement, peasant matrix, life history, social trajectorys, migration, social qualification.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 Croqui da distribuição espacial dos entrevistados na Vila Palmares II.....	40
Figura 2 Mapa da Mesorregião Sudeste do Pará.....	47
Figura 3 Mapas de contexto: geral e local do Assentamento Palmares II.....	53

Fotos

Foto 1 Visão Geral da Vila Palmares II.....	48
Foto 2 Plantio de mogno em lote agrícola.....	54
Foto 3 Rio Parauapebas.....	54
Foto 4 Mudanças de espécies arboríferas.....	55
Foto 5 Sede de uma das Associações – APROCPAR.....	56
Foto 6 Rua da Palmares II destacando rede elétrica.....	57
Foto 7 Caixa D'água do P.A.....	57
Foto 8 Escola de Ensino Fundamental e Médio Crescendo na Prática.....	58
Foto 9 Sede da Rádio Comunitária Palmares.....	59
Foto 10 Campo de Futebol do P.A.....	59
Foto 11 Missa na Igreja Católica.....	60
Foto 12 Usina de Arroz no P.A.....	60
Foto 13 Grupo de Bumba Meu Boi.....	61
Foto 14 Grupo de Carimbó.....	62

Gráficos

Gráfico 1 Sexo dos entrevistados.....	74
Gráfico 2 Faixas etárias dos assentados por Unidade da Federação e Região.....	77
Gráfico 3 Origem e 1ª Migração dos entrevistados do Assentamento Palmares II.....	79
Gráfico 4 Os tempos migratórios	85
Gráfico 5 Os motivos da migração	87
Gráfico 6 Relação entre quantidade de migrações e mesorregião do Maranhão	91
Gráfico 7 Os tempos migratórios da 4ª a 6ª migração	94
Gráfico 8 Motivos da migração.....	95
Gráfico 9 Os tempos migratórios da 7ª a 9ª migração.....	99
Gráfico 10 Os motivos da migração.....	100
Gráfico 11 Os tempos migratórios	102
Gráfico 12 Os motivos da migração.....	103
Gráfico 13 Os tempos migratório.....	104
Gráfico 14 Os motivos da migração.....	105

Gráfico 15 Relação de parentesco do entrevistado com o dono do lugar.....	105
Gráfico 16 Intervalos de nascimento dos filhos.....	121
Gráfico 17 Lugar de moradia dos filhos.....	123
Gráfico 18 Acesso à educação formal.....	184
Gráfico 19 Escolarização e faixa etária	185
Gráfico 20 Nível de escolaridade no Assentamento Palmeares II	191
Gráfico 21 Origens dos entrevistados por Estado.....	198

Quadros

Quadro 1 Relação entre gênero e número de migrações.....	74
Quadro 2 Origem dos assentados por regiões Político-Administrativas.....	76
Quadro 3 Relação entre localidades e número de migrações.....	77
Quadro 4 Crescimento populacional	86
Quadro 5 Relação entre localidades de origem e número de migrações	89
Quadro 6 Relação entre localidades de origem e número de migrações.....	97
Quadro 7 Relação entre localidades e número de migrações.....	101
Quadro 8 Relação entre localidades e número de migrações.....	104
Quadro 9 Origem por Estado dos avós.....	110
Quadro 10 Principal ocupação dos avós	112
Quadro 11 Propriedade legal da terra entre os avós.....	113
Quadro 12 Tamanho das terras dos avós.....	113
Quadro 13 Origem dos pais por Unidade da Federação.....	114
Quadro 14 Ocupação dos pais dos entrevistados.....	115
Quadro 15 Período de nascimento dos pais dos entrevistados.....	116
Quadro 16 Número de filhos nascidos vivos dos pais dos entrevistados.....	116
Quadro 17 Número de filhos nascidos vivos dos entrevistados.....	116
Quadro 18 Relação entre gênero e número de uniões.....	117
Quadro 19 Relação entre uniões e intervalo de tempo.....	118
Quadro 20 Distribuição dos filhos por gênero.....	119
Quadro 21 Origem dos filhos por Unidade da Federação.....	120
Quadro 22 Principal ocupação dos filhos.....	125
Quadro 23 Estado civil dos filhos.....	127
Quadro 24 Escolaridade dos filhos dos assentados.....	128
Quadro 25 Filhos acampados e/ou assentados.....	128
Quadro 26 Relação entre a 1ª ocupação e o setor de atividade.....	134
Quadro 27 Relação entre a 1ª ocupação e a 1ª condição.....	145
Quadro 28 Tempo de exercício da primeira ocupação.....	147
Quadro 29 Relação entre a 2ª ocupação e o setor de atividade II.....	149
Quadro 30 Relação entre a 2ª ocupação e sua condição de trabalho.....	150
Quadro 31 Relação entre a 2ª ocupação e seu intervalo de tempo.....	152
Quadro 32 Relação entre a 3ª ocupação e seu setor econômico.....	153

Quadro 33 Relação entre a 3ª ocupação e sua condição.....	154
Quadro 34 Relação entre a 3ª ocupação e seu intervalo de tempo.....	155
Quadro 35 Evolução da criação de Projetos de Assentamento na Região.....	156
Quadro 36 População garimpeira na área do P.G.C.....	157
Quadro 37 Relação entre a 4ª ocupação e o setor de atividade.....	157
Quadro 38 Relação entre a 4ª ocupação e sua condição.....	158
Quadro 39 Relação entre a 4ª ocupação e intervalo de tempo.....	159
Quadro 40 Relação entre a 5ª ocupação e seus setores de atividade.....	160
Quadro 41 Relação entre a 5ª ocupação e sua condição.....	161
Quadro 42 Relação entre a 5ª ocupação e o intervalo de tempo.....	161
Quadro 43 Relação entre a 6ª ocupação e o setor de atividade.....	163
Quadro 44 Relação entre a 6ª ocupação e sua condição.....	164
Quadro 45 Relação entre a 6ª ocupação e intervalo de tempo.....	164
Quadro 46 Relação entre a 7ª ocupação e o setor de atividade.....	165
Quadro 47 Relação entre a 7ª ocupação e sua condição.....	166
Quadro 48 Relação entre a 7ª ocupação e o intervalo de tempo.....	166
Quadro 49 Relação entre a 8ª ocupação e o setor de atividade.....	166
Quadro 50 Relação entre a 8ª ocupação e sua condição.....	167
Quadro 51 Relação entre a 8ª ocupação e o intervalo de tempo.....	167
Quadro 52 Relação entre a 9ª ocupação e o setor de atividade.....	167
Quadro 53 Relação entre a 9ª ocupação e sua condição.....	168
Quadro 54 Relação entre a 9ª ocupação e o intervalo de tempo.....	168
Quadro 55 Relação entre as unidades espaciais e setores econômicos.....	169
Quadro 56 Relação entre o motivo da migração e setores econômicos.....	169
Quadro 57 Unidades da Federação e condições de trabalho.....	173
Quadro 58 Relação entre ocupação e intervalo de tempo.....	177
Quadro 59 Escolarização e gênero.....	186
Quadro 60 Sexo e nível de escolaridade.....	187
Quadro 61 Escolarização anterior e escolarização no assentamento.....	189
Quadro 62 Gênero e escolaridade no assentamento.....	189
Quadro 63 Relação entre escolarização e número de migrações.....	192
Quadro 64 Relação entre nível de escolaridade e regiões.....	193

LISTA DAS ENTREVISTAS QUALITATIVAS

1. “Carlos”

Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

2. “João”

Assentado do Projeto de Assentamento Palmares II

3. “Joana”

Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

4. “Luiz”

Assentado do Projeto de Assentamento Palmares II

5. “Chico”

Assentado do Projeto de Assentamento Palmares II

6. “Juvêncio”

Técnico agrícola da Cooperativa Mista de Assentamentos Rurais do Sudeste do Pará

SUMÁRIO

Introdução	16
Capítulo 1 Trajetórias sociais subjetivas e objetivas na fronteira amazônica – Qual é o lugar do camponês?.....	20
1.1 Trajetórias sociais camponesas e os assentamentos rurais.....	21
1.1.1 Os assentamentos rurais: formação e composição.....	21
1.1.2 As identidades sociais de assentados e relação rural-urbano em questão.....	25
Capítulo 2 Metodologia e descrição do locus de pesquisa.....	35
2.1 Metodologia.....	36
2.2 Locus da pesquisa.....	41
2.2.1 Contexto geral da região Sudeste do Pará.....	41
2.2.2 O Município.....	47
2.2.3 - O Assentamento e sua origem.....	47
2.2.4 Algumas características do Assentamento.....	53
Capítulo 3 De onde vêm? A história migratória.....	63
3.1 Políticas populacionais e a fronteira amazônica.....	64
3.1.1 Ori(gens): de onde são?	72
3.1.2 Da 1ª a 3ª migração e sua composição.....	77
3.1.2.1 1ª Migração.....	78
3.1.2.2 2ª migração.....	80
3.1.2.3 3ª migração.....	82
3.1.2.4 Os tempos migratórios.....	85
3.1.2.5 Os motivos da migração.....	87
3.1.3 Da 4ª a 6ª migração e sua composição.....	89
3.1.3.1 4ª migração.....	90
3.1.3.2 5ª migração.....	92
3.1.3.3 6ª migração.....	92
3.1.3.4 Os tempos migratórios.....	93
3.1.3.5 Os motivos da migração.....	95
3.1.4 Da 7ª a 9ª migração e sua composição.....	97
3.1.4.1 7ª migração.....	97
3.1.4.2 8ª migração.....	98
3.1.4.3 9ª migração.....	98
3.1.4.4 Os tempos migratórios.....	99
3.1.4.5 Os motivos da migração.....	100
3.1.5 Da 10ª a 12ª migração e sua composição.....	101
3.1.5.1 10ª migração.....	102

3.1.5.2 11ª Migração.....	102
3.1.5.3 12ª migração.....	102
3.1.5.4 Os tempos migratórios.....	102
3.1.5.5 Os motivos da migração.....	103
3.1.6 Da 13ª a 14ª migração e sua composição.....	104
3.1.6.1 13ª migração.....	104
3.1.6.2 14ª migração.....	104
3.1.6.3 Os tempos migratórios.....	104
3.1.6.4 Os motivos da migração.....	105
3.1.7 A relação de parentesco do entrevistado com o dono do lugar.....	105
Capítulo 4 Quem são? A história da família.....	107
4.1 A família: como entender?	108
4.2 Os avós.....	110
4.3 Os pais.....	114
4.4 Os filhos.....	118
Capítulo 5 O que fazem? A história do trabalho.	130
5.1 A qualificação e a desqualificação profissional no discurso dos intelectuais e da imprensa.....	131
5.2 A trajetória do trabalho.....	145
Capítulo 6 O que sabem? A história da educação.....	180
6.1 A educação e os camponeses.....	181
6.2 A trajetória educacional.....	184
6.3 Nível de escolaridade.....	187
Capítulo 7 Conclusão.....	198
Referências	
Bibliográficas	204
Anexos	212

INTRODUÇÃO

Recuperar a trajetória de camponeses do Assentamento Palmares II faz parte do esforço de investigação desenvolvido ao longo de dois anos no interior do Programa de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável – MAFDS da UFPA. Nossa preocupação no decorrer da pesquisa foi levantar o itinerário de agricultores levando em consideração as múltiplas dimensões das suas vidas e dentre elas escolhemos como foco: a migração, a família, o trabalho e a educação.

Utilizando instrumentos da Sócio-Demografia, procuramos entender o assentamento rural como produto de uma encruzilhada social (CARVALHO, 1999) que possibilita uma confluência de inserções sociais (NEVES, 1999). Essas características decorrem de dois elementos importantes: a grande diversidade social em sua composição e os intensos conflitos em sua formação. Esses elementos se tornam mais polêmicos quando os assentamentos rurais se aproximam fisicamente das cidades e do espaço urbano provocando sentimentos de estranhamento entre a população local, nos veículos de comunicação de massa e entre os intelectuais.

A partir desse estranhamento, os assentados passam a ser objeto de formas e estratégias de expropriação baseados em sua desqualificação social e econômica, objetivando uma requalificação, portadora da negação de um saber capaz de garantir a autonomia dos meios de produção e logo ameaçadora das possibilidades de acumulação e de consolidação de atividades econômicas insustentáveis na realidade amazônica (os chamados Grandes Projetos).

Procurando entender a grande diversidade na formação do assentamento e os mecanismos pelos quais aprofundam sua territorialização, não poderíamos nos ater, única e exclusivamente, a instrumentos de análise da demografia tradicional que faz uso de categorias que não compreendem o processo dinâmico da vida de camponeses migrantes e da própria

fronteira amazônica. Foi necessário levar em conta a natureza temporal dos processos sociais e demográficos, bem como as inter-relações que os distintos fenômenos demográficos guardam entre si e nas trajetórias dos indivíduos. Para isso, houve uma preocupação no levantamento da informação biográfica que permitisse a análise temporal dos processos de transformação da vida dos indivíduos.

Apesar dessa preocupação, não tivemos capacitação para manejar o STATA, programa desenvolvido especificamente para a análise do nosso tipo de questionário que transforma os dados de todos os eventos da história de uma pessoa em um calendário, através de informações biográficas (eventos, moradias, e todas as variáveis que caracterizam uma biografia) que estariam fechadas, descritas e relacionadas através de um calendário comum, que estrutura uma matriz. Isto se deveu em parte ao próprio programa, que ainda está em confecção, em parte pela ausência de uma preparação no gerenciamento do que já foi consolidado no *software*.

A alternativa encontrada foi à adaptação de nosso questionário ao Programa SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*). Feito isso, fomos surpreendidos pela incapacidade do SPSS em analisar mais de 200 variáveis, o que nos remeteu a construir intervalos de tempo e lugar. Essa alternativa debilitou a análise estatística temporal dos processos sociais, provocando mudanças na estrutura de análise de nossa dissertação. Toda nossa narrativa passou da referência na análise temporal para a concentração na quantidade de migrações e ocupações que o indivíduo teve ao longo de sua trajetória.

Com base nas nossas perguntas iniciais, a saber: a) a condição de camponês na fronteira amazônica se apresenta com um forte componente atávico?¹ Seria este um dos fatores que motivaria as pessoas a uma migração de retorno não para os seus lugares de

¹ Atávico no sentido de se referir a uma cultura produzida por gerações ancestrais e condicionadoras de valores assumidos pelos membros contemporâneos dessa mesma cultura. A ligação com a terra e o desejo de nela retornar podem ser uma herança simbólica recebida por pessoas que não produzem na terra.

origem, mas sim, a lugares onde possam remontar sua matriz camponesa²? Estariam as famílias assentadas imprimindo novas formas de relação entre o espaço rural e urbano a partir de suas estratégias na década de 1990 na Amazônia Oriental? Se sim, acabariam essas novas formas por construir identidades sociais diversas ou específicas entre as pessoas dos assentamentos? Estruturamos os resultados da dissertação de mestrado em seis capítulos.

No Capítulo 1 discutimos a formação dos assentamentos rurais e sua composição social no Brasil e na região de nosso estudo, estabelecendo nexos na formação de uma identidade camponesa no contexto do *continuum* rural-urbano; no Capítulo 2 apresentamos a metodologia utilizada em nosso trabalho e a descrição do lócus da pesquisa, distribuído em três escalas – a região, o município e o Assentamento Palmares II; no Capítulo 3, motivados pela compreensão de onde vêm, analisamos a história migratória dos camponeses, recompondo seu itinerário espaço-temporal, discutindo os motivos que levaram aos deslocamentos, bem como a relação de parentesco que estabeleceram com cada dono do lugar por onde passaram; no Capítulo 4, através da análise da história das famílias, procuramos entender quem são, através de uma discussão sobre o conceito de unidade familiar e a busca pela memória das suas famílias procurando desvendar seus ancestrais e seus descendentes; no Capítulo 5 discorreremos sobre o que fizeram e o que fazem, levantando a história da vida laboral dos camponeses, identificando as ocupações e seus períodos, os setores econômicos onde se inserem e as condições de trabalho que foram submetidos; no Capítulo 6, sob o cômputo do que sabem, resgatamos a história educacional dos agricultores e o lugar que ela desempenha na reprodução dos valores camponeses; no fechamento apresentamos as Considerações Finais indicando as possíveis contribuições que esse estudo pode nos fornecer.

No geral, estes capítulos estão estruturados para construir a dissertação proposta no sentido de viabilizar o entendimento sobre as diversas trajetórias sociais e econômicas dos

² Essa matriz camponesa apresenta as seguintes características: i) a busca pela posse da terra; ii) no trabalho agrícola; iii) na mão-de-obra essencialmente familiar; iv) nas relações familiares primárias; v) um estilo de vida que valoriza a relação mais direta com a natureza; vi) na busca pela autonomia nas relações de produção.

camponeses no Sudeste do Pará, a partir do Assentamento Palmares II, que apresentam uma história objetivamente homogênea de estratégias de reconstrução de um modo de vida baseado na apropriação dos recursos, que chamamos de matriz camponesa.

Capítulo 1

TRAJETÓRIAS SOCIAIS SUBJETIVAS E OBJETIVAS NA FRONTEIRA AMAZÔNICA - QUAL É O LUGAR DO CAMPONÊS ?

Sêmen

Nos antigos rincões da mata virgem
Foi um sêmen plantado com o meu nome
E a raiz de tão dura ninguém come
Porque nela plantei minha origem
Quem chegar perto tem vertigem
Ensinar o caminho, eu não sei
Das mil vezes que por lá eu passei
Nunca pude guardar o seu desenho

**Como posso saber de onde eu venho,
Se a semente profunda eu não toquei?**

Esse novo caminho que eu traço
Muda constantemente de feição
Eu não posso saber que direção
Tem o rumo que firmo no espaço
Tem momentos que eu sinto que desfaço
O castelo que eu mesmo levantei
O importante é que nunca esquecerei
Que encontrar o caminho é meu empenho

**Como posso saber de onde eu venho
Se a semente profunda eu não toquei?**

Como posso saber a minha idade
Se o tempo passado eu não conheço
Como posso viver desde o começo
Se a lembrança não tem capacidade
Se não olho pra trás com claridade
Um futuro obscuro aguardarei
Mas aquela semente que sonhei
É a chave do tesouro que eu tenho

**Como posso saber de onde eu venho
Se a semente profunda eu não toquei**

Tantos povos se cruzam nessa terra
Que o mais puro padrão é o mestiço
Deixe o mundo rodar que dá é nisso
A roleta dos genes nunca erra
Nasce tanto galego em pé-de-serra
E por isso eu jamais estranharei
Sertanejo com olhos de nissei
Cantador com suingue caribenho

**Como posso saber de onde eu venho
Se a semente profunda eu não toquei?**

Como posso pensar ser brasileiro
Enxergar a minha própria diferença
Se olhando ao redor vejo a imensa Diferença
ligando o mundo inteiro
Como saber quem vem primeiro
Se o começo jamais alcançarei
Tantos povos no mundo e eu não sei
Qual a força que move meu engenho

**Como posso saber de onde eu venho
Se a semente profunda eu não toquei?**

E eu...
Não sei o que fazer
Nesta situação
Meu pé...
Meu pé não pisa o chão.

(Mestre Ambrósio)
(Letra e música: Siba e Bráulio Tavares)

1.1 TRAJETÓRIAS SOCIAIS CAMPONESAS E OS ASSENTAMENTOS RURAIS

1.1.1 Os assentamentos rurais: formação e composição

Os assentamentos rurais começam a aparecer no Brasil, com maior intensidade, na década de 1990³. Sua construção é acompanhada de estranhamento, de negação, o que resulta em medo por parte da população local. Este receio está associado aos históricos conflitos que se estabeleceram no país pela posse da terra, especialmente no Pará⁴, palco de diversos massacres ao longo de sua história. Mas, no caso da Amazônia, ocorre no contexto dos intensos processos migratórios que se estabeleceram pelos programas de colonização (ARAGON & MOUGEOT, 1983; HÉBETTE, 2002; MAGALHÃES, 2002).

Com o aumento de sua presença, os assentamentos se destacam, ao mesmo tempo, por apresentarem indicadores de forte diversidade social em sua composição e de intensos conflitos na sua formação. Essas duas características atribuem ao sujeito que constrói os assentamentos um papel de intensas mudanças no quadro geral de indicadores econômicos e sociais do país (educação, saúde, produção, organização, família, etc.) e, em especial, no mundo rural.

O avanço da luta pela reforma agrária, protagonizado pelos movimentos sociais do campo, utilizando como método a ocupação de terras, levou à construção de uma série de assentamentos rurais no Brasil. No Pará, foram assentadas 67 mil famílias só no período de 2003 a 2005 (INCRA, 2005). Apesar da existência de vários questionamentos sobre esses números recentes do INCRA⁵, os P.A's estão se territorializando e junto com eles o debate sobre quem são esses 'assentados' da reforma agrária no Pará.

³ Para um histórico dos Assentamentos no Brasil ver Bergamasco (1996 e 1997); Medeiros & Leite (1999 e 2004).

⁴ A CPT, desde 1985, publica sistematicamente o relatório dos Conflitos no Campo - Brasil. De 1985 a 2004 (dados parciais deste último ano) foram assassinados 1379 trabalhadores e trabalhadoras. Só foram julgados 75 casos, com a condenação de 5 mandantes e 64 executores. (Conflitos no Campo – Brasil. 2003. Goiânia: CPT Nacional- Brasil, 2003. 228p.)

⁵ Ariovaldo U. de Oliveira, um dos componentes da equipe técnica que formulou a primeira versão do IIº Plano Nacional de Reforma Agrária, coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, afirma em entrevista para a agência de notícias Brasil de Fato, em fevereiro de 2006, que o Governo Lula não cumpriu suas metas de assentamento.

Esta discussão ganha incrementos maiores quando a instalação dos P.A's se aproxima do espaço urbano e mais, das cidades, que ocupam posição central na hierarquia urbana. Surgem, então, mudanças ligadas à identidade social dos assentados e à funcionalidade que os assentamentos possuem (ou adquirem) na produção do espaço geográfico.

O termo “assentamento rural” é quase sempre utilizado para nomear um determinado tipo de intervenção fundiária. Essa intervenção se insere no âmbito das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado tanto no espaço rural como no urbano. Para Carvalho (1999), o assentamento compreende um conjunto de famílias vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal (no caso de aquisição, também, pelos governos estaduais) com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária. Por isso, o assentamento é utilizado como expressão não apenas para designar uma área de terra, mas “também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais” (CARVALHO, 1999: 5).

Seus beneficiários em potencial, como nos demonstra Medeiros & Leite (2004: 17-18), podem ter diferentes origens sociais e espaciais:

[...] posseiros, com longa história de permanência no campo, embora sem título formal de propriedade; filhos de produtores familiares pauperizados que, diante das dificuldades financeiras de acesso a terra, optaram pelos acampamentos e ocupações como caminho possível para se perpetuarem na tradição de produtores autônomos; parceiros em busca de terra própria; pequenos produtores, proprietários ou não, atingidos pela construção de hidrelétricas; seringueiros que passaram a resistir ao desmatamento que ameaçava seu modo de vida; assalariados rurais, muitas vezes completamente integrados no mercado de trabalho; populações de periferia urbana, com empregos estáveis ou não, eventualmente com remota origem rural, mas que, havendo condições políticas favoráveis, se dispuseram à ocupação; aposentados que viram no acesso à terra a possibilidade de um complemento de renda, entre outros.

Constata que não houve, na contabilidade dos números, a separação do que é o reordenamento fundiário, regularização fundiária ou reassentamento de famílias atingidas por barragem, dos assentamentos de reforma agrária, que seriam aqueles decorrentes de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compras de terra e retomada de terras públicas griladas. Neste sentido, com a eliminação dessa diferença e da confecção de uma segunda versão do IIº PNRA, os números estariam distorcidos.

Neste sentido, os assentamentos rurais são compostos por pessoas de diversas origens geográficas e com experiência em diversas ocupações e em diferentes condições de trabalho. Nem por isso o estatuto normativo de um assentamento deixa de o tratar como se fôra homogêneo. Os organismos governamentais e da sociedade civil acabam tratando-o igualmente de forma homogênea.

Essa tendência a uma visão homogeneizadora é sintetizada na expressão “o assentado”, uma identidade social atribuída de fora para dentro, e na maior parte das vezes, seja por alienação ou por conveniência, assumida pelos trabalhadores rurais. Essa percepção que não identifica as diferenças, que rejeita subconscientemente esta heterogeneidade, impede o estabelecimento de interações sociais de reciprocidade, de compartilhamento, que estejam abertas à construção de novas tipificações, entre os de fora e os de dentro do assentamento, capazes de proporcionarem, num determinado plano social, novas identidades sociais. (CARVALHO, 1999:08).

Essa tendência, por ser relativamente nova e os métodos de apreensão dos dados que dêem conta dessa dinâmica são incipientes, muitas vezes é interpretada apressadamente, provocando algumas distorções, em alguns casos inconscientes, em outros conscientes.

As diversas origens dos assentados, o constante processo de deslocamento do indivíduo e suas diferentes ocupações provocam entre os habitantes do lugar (de chegada) um sentimento de estranhamento. É cada vez mais comum vermos e ouvirmos atribuições preconceituosas e qualificações degradantes de parte de nativos de um determinado lugar contra a sua população migrante. Dos países centrais do capitalismo até a Amazônia, pode-se contatar este tipo de pensamento e de atitude⁶.

Associado a isso existe, também, aquele sentimento de diferença na relação que se estabelece entre o campo e a cidade. Pela divisão do trabalho, este sentimento é vinculado à dimensão econômica da sociedade e, por isso, ganha uma especificidade que é a (des)qualificação ligada a determinada ocupação. A intensa mobilidade do trabalho

⁶ Basta observar a crescente xenofobia nos países centrais do capitalismo, especialmente na Europa Ocidental e nos EUA. Na Amazônia, denominações jocosas, de desqualificação do imigrante são cada vez mais visíveis no senso comum. Nos EUA, a inédita paralisação nacional dos imigrantes no mês de maio de 2006 é um sintoma de reação a esses sentimentos.

(GAUDEMAR, J. 1977; HÉBETTE, 2004) se não for causadora, contribui decisivamente para isso.

Nesta perspectiva é sempre exigido um perfil rígido de profissão quando o indivíduo que nasceu ou que passou pela cidade decide (re)tornar ao campo. Para as pessoas de origem camponesa que sofreram o êxodo, de migrações no sentido rural-urbano, este perfil é flexibilizado. Essa exigência é nenhuma ou pequena para que o camponês ou camponesa trabalhe como encanador, ajudante de pedreiro ou camelô.

O Assentamento Palmares II está dentro deste contexto. É composto por pessoas de diversas regiões e estados do país, com trajetórias igualmente diversas e experiências profissionais variadas. Agrega-se a isso um diferencial na sua configuração político-espacial – o projeto territorial do assentamento foi construído e é coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Um movimento de forte componente territorial que planeja a conformação dos assentamentos no espaço não para atuação sobre toda e qualquer terra, mas para aquelas que estão colocadas em sentido estratégico, próximas ao mercado, existindo ambientes propícios a agricultura e extrativismo, acesso às instituições de poder, localização, etc. Esta característica é singular na medida em que, na fronteira amazônica, a sua ação não abarca áreas cuja base apresenta componentes étnicos, que reivindicam a regularização ou o reordenamento fundiário, nem reassentamentos rurais proporcionados pela expropriação na construção de barragens.

A observação de Silva (1976) sobre a apropriação do espaço, onde afirma que “o que regula o movimento de apropriação não é todo o espaço e sim a expansão do espaço sobre o qual se desenvolve a produção” (SILVA, 1976: 70) é importante para se compreender este processo. Por isso, em uma situação de disponibilidade de terras, mesmo que seja geral e irrestrita, com ou sem MST, ainda teríamos um quadro de conflito no campo, ainda mais se tratando de uma região de fronteira capitalista na Amazônia.

1.1.2 As identidades sociais de assentados e relação rural-urbano em questão.

Na Região do Sudeste do Pará, a gênese da maioria dos assentamentos está ligada à luta e ao enfrentamento com a grande propriedade privada da terra. A lógica de organização dos assentamentos (principalmente aqueles resultantes do MST) é parte de um movimento de (re)apropriação e, portanto, de (re)territorialização da luta pela terra (FERNANDES, 1999), onde a leitura de organização do território leva sua ação política a se aproximar das cidades e do espaço urbano.

Este fato é produto de uma contradição intensificada pelo processo de globalização: a cidade e o campo vão se unindo. Não significa a eliminação de suas diferenças "ao contrário, aprofunda-as, tornando cada uma mais específica, porém cada vez mais portadora da característica geral da outra". (OLIVEIRA, 1995: 474). Nesse sentido, a cidade acaba sendo palco e lugar de lutas rurais e/ou lutas urbanas que ocorrem em áreas rurais. Espaço rural e espaço urbano se confundem, ao mesmo tempo em que se diferenciam por suas especificidades.

Isto é propiciado pelos mecanismos de construção do lugar, o que para Santos (1998) passa pela sua densidade técnica (que tipo de técnica existe na configuração do território), pela densidade informacional (que chega ao lugar tecnicamente estabelecido), pela idéia da densidade comunicacional (as pessoas interagem) e, também, em função de uma densidade normativa (o papel das normas em cada lugar como definitório). Alessandri Carlos (1996) acrescenta, ainda, a dimensão do tempo de cada lugar que é visto através dos eventos no presente e no passado.

O assentamento nesta perspectiva constitui uma unidade territorial, um lugar, na interface do *continuum* rural-urbano. A sua população é produtora e produto desta contradição. Junto com os demais sujeitos de seu entorno, é a população que produz a

organização do território e desenvolve no lugar densidades variadas, em escalas igualmente variadas e condicionadas pela relação de poder que se estabelece na região.

Nesta perspectiva, as perguntas a seguir vão nortear, durante todo o decorrer de nossa análise, nossas reflexões e inferências: a) a condição de camponês na fronteira amazônica apresenta um forte componente atávico⁷. Seria este um dos fatores que motivaria as pessoas a uma migração de retorno não para os seus lugares de origem, mas sim, a lugares onde possam remontar sua matriz camponesa⁸? Estariam as famílias assentadas imprimindo novas formas de relação entre o espaço rural e urbano a partir de suas estratégias na década de 1990 na Amazônia Oriental? Se sim, acabariam essas novas formas por construir identidades sociais diversas ou específicas entre as pessoas dos assentamentos?

Essas indagações passam, necessariamente, pela compreensão das trajetórias objetivas e subjetivas traçadas pelos camponeses ao longo de seu itinerário. Para isso, utilizaremos as histórias de vida desses camponeses, pautadas em quatro dimensões: a migração, a família, o trabalho e a educação, separadas e evidenciadas em capítulos ao longo da dissertação.

Para nós, as trajetórias objetivas são entendidas como “a seqüência de posições sociais ocupadas por um indivíduo ou sua linhagem” (DUBAR, 1998). Já para o que chamamos de trajetórias subjetivas, nossa compreensão é um:

Enredo posto em palavras pela entrevista biográfica e formalizado pelo esquema lógico, reconstruído pelo pesquisador [...] Trata-se, também, de uma forma de resumo da argumentação, extraído da análise do relato e da descoberta de um ou mais enredos, e dos motivos pelos quais o sujeito está numa situação em que ele mesmo está se definindo, a partir de acontecimentos passados, aberto para um determinado campo de possíveis, mais ou menos desejáveis e mais ou menos acessíveis (DUBAR, 1998)

⁷ Atávico no sentido de se referir a uma cultura produzida por gerações ancestrais e condicionadoras de valores assumidos pelos membros contemporâneos dessa mesma cultura. A ligação com a terra e o desejo de nela retornar podem ser uma herança simbólica recebida por pessoas que não produzem na terra.

⁸ Essa matriz camponesa apresenta as seguintes características: i) a busca pela posse da terra; ii) no trabalho agrícola; iii) na mão-de-obra essencialmente familiar; iv) nas relações familiares primárias; v) um estilo de vida que valoriza a relação mais direta com a natureza; vi) na busca pela autonomia nas relações de produção.

A grande diversidade de origens leva o assentamento a uma verdadeira “encruzilhada social” (CARVALHO, 1999). Diversas pessoas e famílias se encontram em uma área e a transformam em um *lugar* (SANTOS, 1998). É um lugar de encontros e desencontros, onde o exercício da alteridade é sempre acionado por uma infinidade de situações em que o novo:

[...] confronta-se com os hábitos e as tipificações anteriores (institucionalizações). Novas tipificações recíprocas deverão ser construídas, daí as novidades e a correspondente insegurança. Para muitos essa transição pode ser dolorosa, dependendo de como as tradições e as institucionalizações estabelecidas por cada pessoa lhe são significativas. A instabilidade passa, então, a ser companheira do cotidiano até que novos hábitos sejam formados e um novo padrão comum (tipificações e institucionalizações) de comportamento seja estabelecido. (CARVALHO, 1999: 11).

Para entender as tipificações pretéritas e as instituições anteriores a que foram submetidos os trabalhadores, é interessante uma análise de sua biografia, pois só desta maneira podemos examinar o que aconteceu no seu passado e entender o seu presente. Carvalho (1999), ao estudar as diversas formas de associativismo implementadas nos assentamentos rurais brasileiros, constatou que este tipo de análise é fundamental para a explicação dos fatores que contribuem ou que impedem o associativismo (objeto até então pesquisado pelo autor).

Todavia, esse estudo exploratório efetuado sobre as formas de associativismo evidenciou que a compreensão das interações sociais, vivenciadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais nos assentamentos, a partir das suas experiências de vida (suas biografias) e das condições objetivas e subjetivas apresentadas na nova situação, a do assentamento, seriam deveras indispensáveis para a explicação dos fatores que contribuíam ou impediam o associativismo econômico (CARVALHO, 1999: 3).

Para compreender essas diferenças nas experiências de vida, utilizamos como instrumentos de análise tanto elementos da pesquisa quantitativa como da qualitativa. Nossa primeira viagem de campo foi realizada na segunda metade do mês de julho de 2004, quando foram feitas algumas entrevistas, com perguntas semi-estruturadas para informantes-chave, e concluído o levantamento documental em Marabá, Eldorado do Carajás e Parauapebas. A segunda viagem de campo foi realizada na segunda metade do mês de maio e no mês de junho

de 2005, no Assentamento Palmares II. Aplicamos 110 questionários em um universo de 517 famílias cadastradas inicialmente pelo INCRA. Nosso questionário (em anexo) dividiu em quatro blocos as variáveis migração, família, trabalho e educação. Foi feita, ainda, a outra parte das entrevistas com informantes-chave, também com perguntas semi-estruturadas.

Uma das nossas preocupações, mesmo que perifericamente, nestas viagens de campo era entender como essa dinâmica camponesa (biografia e trajetórias) contribui para o debate sobre a relação campo-cidade. Pudemos constatar que a definição sobre o que é cidade e campo é muito controversa.

O IBGE, órgão de Estado, criado pelo Estado Novo, foi o primeiro a definir o que é cidade no Brasil. Através do Decreto – Lei 311 de 1938, todas as sedes municipais existentes foram convertidas em cidades, negando todas as suas características estruturais e setoriais (VEIGA, 2001). No Censo de 2001, o IBGE alerta que 81,2% da população brasileira vive nas cidades e destaca o intenso processo de urbanização no espaço brasileiro.

Isso que o IBGE aponta como “urbanização” da população, Hébette & Moreira (1996) contrapõem com que chamam de uma “nova ruralidade”. Os autores questionam o fato de que não é apenas a quantidade de população que caracteriza a “ruralidade” ou a “urbanidade” de um espaço geográfico como o Estado do Pará: “é, também, a importância espacial das áreas consideradas, assim como a importância das atividades típicas do mundo rural”. Assim, entendemos as atividades ligadas ao mundo rural não somente como aquelas pertencentes ao setor primário da economia, mas ao conjunto de ações ligadas diretamente e indiretamente ao trabalho na terra.

Fundamentam o questionamento em uma pesquisa publicada em 2002, intitulada “Políticas Públicas e Acesso a Terra no Estado do Pará: o desafio da criação de um campesinato autônomo na fronteira” (HÉBETTE, J. *et al.* 2002:172 p.) na qual observaram que 2/3 do território paraense apresenta densidade populacional inferior a dois habitantes por

quilômetro quadrado, estando a urbanidade do Estado, concentrada na região da embocadura do rio Amazonas, onde se localizam a região metropolitana e mais alguns municípios com densidade superior a 10 habitantes por quilômetro quadrado. Reforçam essa perspectiva observando que no período compreendido entre 1996 e 2000, o crescimento da população rural obteve ganho em 50% dos municípios paraenses. Em 2000 apenas cinco cidades paraenses tinham mais de 100.000 habitantes.

O que se questiona não é apenas a medida do que é urbano e do que é rural, como encontramos em análises com viés puramente econométrico. Os questionamentos estão mais ligados às mudanças estabelecidas na *relação campo-cidade* na Região Sudeste do Pará.

Seguindo o debate, cientistas e governo alardeiam que se opera no Brasil o desenvolvimento de um “novo mundo rural”. Dentre os cientistas destacamos Graziano da Silva (1996). Esse autor justifica a nova dinâmica no mundo rural pela proliferação de atividades não-agrícolas no campo, afirmando que não se pode mais associar a atividade agrícola ao meio rural, como tradicionalmente o fôra. Sustenta que o alto grau de tecnificação, informação e integração a circuitos financeiros da agricultura patronal e de setores da agricultura familiar também levariam à desqualificação para o rural. Segundo o mesmo autor, estaria em curso um duplo processo de urbanização do campo brasileiro – uma expansão da lógica de produção tipicamente urbana para os setores modernizados da agricultura e a expansão de atividades tipicamente urbanas para as áreas onde a agricultura modernizada não se implantou.

Neste sentido, a reforma agrária acaba sendo apresentada como uma bandeira superada, pois o capitalismo teria cumprido todo seu processo técnico e passado a orientar toda a produção em larga escala, por isso os assentamentos de reforma agrária poderiam desestabilizar a vitoriosa inserção do agronegócio brasileiro no mercado mundial, deixando-o vulnerável para outros concorrentes.

Para Alentejano (2001) essa formulação de Graziano da Silva apresenta três problemas: 1) obscurece as diferenças existentes no processo de modernização, deixando de perceber suas especificidades e contradições, 2) não observa as diferentes estratégias que estão por trás de práticas idênticas, atribuindo-lhes uma racionalidade comum e, por fim, 3) não identifica as continuidades históricas entre processos antigos e atuais, atribuindo a todos um caráter de novidade. Alentejano explica que a proposição deste cientista é que os programas de combate à pobreza rural devem incorporar a dimensão urbana do espaço rural e, incluir nas perspectivas de ação no campo, o incentivo à geração de atividades de caráter não-agrícola intensivas em mão de obra como é o caso dos serviços. Subentende-se aí, uma inexorável morte do rural e uma homogeneização gradativa do espaço urbano nas sociedades contemporâneas.

Pontuaremos alguns elementos da relação rural-urbano no Sudeste do Pará, em um contexto de desenvolvimento de grandes projetos minerais, com os elementos empíricos levantados. Sabemos que nossa amostra é pequena, mas com ela, podemos avaliar alguns indicadores de permanência e mudança de formas identitárias⁹ até então adquiridas.

Sabemos que a fronteira econômica tem no conflito social uma de suas características mais marcantes (MARTINS, 1997). Esse conflito socialmente estabelecido ganha expressão no espaço geográfico através de suas dimensões rurais e urbanas. Ainda para Alentejano, para se definir a natureza do rural é necessário considerar as dimensões econômicas, sociais e espaciais da relação dos atores sociais com a terra. Afirma que, enquanto a dinâmica urbana praticamente independe da relação com a terra, o rural, em oposição, está diretamente associado à terra. Assim, por mais variadas que sejam as atividades desenvolvidas, industriais,

⁹ Compreendemos o termo identidade similarmente ao que desenvolveu Dubar (1998): “sentido particular de articulação de um tipo de espaço significativo de investimento de si com uma forma de temporalidade considerada como estruturante em seu ciclo de vida”. Numa escala local a análise que desenvolveu Guerra (2002) onde essa identidade passa pela representatividade que os camponeses têm entre os personagens da sociedade global e suas características e das possibilidades que os camponeses tem de reproduzir-se enquanto ator econômico e político e, ainda, de participar efetivamente no processo de desenvolvimento da sociedade.

agrícolas, artesanais ou de serviços, sejam quais forem às relações de trabalho existentes e seja maior ou menor o desenvolvimento tecnológico, temos “a terra que perpassa e dá unidade a todas estas relações” (ALENTEJANO, 2001: 11).

Este alerta importa para não se incorrer em equívocos na formulação de políticas tanto dos movimentos sociais como do próprio Estado, através de políticas públicas. Nossa análise desenvolvida nos capítulos posteriores sobre as trajetórias desses trabalhadores e da relação estabelecida entre campo-cidade, procura entender estes fatos não exclusivamente com dados quantitativos, não unicamente com elementos estatísticos, mas também ponderando a reflexão de Alentejano (2001) de que a relação mais direta com a terra caracteriza o espaço rural, reafirmada por outros autores:

Grupos rurais na pesca, na agricultura ou no agroextrativismo. São expressões que são indicativas do lugar e das representações que estes grupos sociais vêm logrando construir e re-construir. De camponeses a guardiões da floresta, de varzeiros a ecologistas, de mulheres a trabalhadoras rurais, pescadoras e extrativistas. Por isso [...] é imperativo considerar as dimensões históricas e culturais. Suas trajetórias são variadas. Partilham como eixo comum à progressiva construção de espaços públicos de resistência, de organização coletiva e de elaboração de projetos comuns (HÉBETTE *et al.* 2002:40-41).

Exemplo de exclusão desta dimensão mais qualitativa é um documento lançado pelo Governo Federal ligado às análises do espaço rural brasileiro, como o que foi lançado em março de 1999, intitulado *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural* pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA. Este documento reconhece e nega, ao mesmo tempo, as diferenças entre assentados e agricultores familiares:

“trabalhadores rurais assentados pela reforma agrária são, a rigor, agricultores familiares, só se diferenciando um dos outros pela forma de entrada no sistema e pelo *handicap* dos primeiros quanto à capitalização e, na maioria, **quanto aos conhecimentos necessários para o manejo da terra e da produção**” (grifo nosso).

O documento apresenta um viés dúbio. Ora enfatizando as diferenças, ora enfatizado as similaridades entre assentados e agricultores familiares, numa profunda negação de significados e sentidos das diferentes trajetórias sociais. Para Alentejano (2001) é preciso reconhecer as trajetórias diferenciadas, pois:

[...] agricultor familiar tem em geral uma tradição familiar de conhecimentos acerca da agricultura familiar; assentados têm distintos passados que vão desde a situação de ex-pequenos proprietários que perderam a terra até assalariados urbanos afetados pelo problema do desemprego (ALENTEJANO, 2001: 06).

Ao mesmo tempo a controvérsia sobre o tema não está esgotada. Uma pesquisa lançada e organizada pelos seguintes órgãos: CPDA/UFRRJ – NUAP/PPGAS/MN/UFRRJ em convênio com REDES/NEAD-IICA, intitulada **“Impactos Regionais da Reforma Agrária: um estudo sobre áreas selecionadas”**¹⁰, afirma que 80% de seus entrevistados origina-se do próprio município ou de municípios vizinhos de onde está localizado o assentamento. Cerca de 80% dos responsáveis pelos lotes já viviam antes na zona rural e, ainda, 94% dos responsáveis pelos lotes já haviam tido alguma experiência de trabalho na agricultura. Quando os pesquisadores questionam o tipo de trabalho exercido imediatamente antes de vir para o assentamento, se constata que 75% da população assentada se ocupava anteriormente em atividades agrícolas como assalariados permanentes ou temporários, posseiros, parceiros, arrendatários.

Estes números nos levam a crer que apesar de diferentes trajetórias, o universo social desses assentados apresenta, como definiu Magalhães (2002), uma dimensão social com uma certa homogeneidade:

[...] trata-se em sua maioria de filhos e/ou de famílias camponesas que enfrentaram em alguma medida o esgotamento das condições sociais de produção em seus locais de origem – mesmo entre os trabalhadores com trajetórias itinerantes na construção civil [...] (MAGALHÃES, 2002: p.259).

¹⁰ Coordenada pelos professores(as) Beatriz Herédia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira, Rosângela Cintrão e Sérgio Leite e lançada em fevereiro de 2002. (uma das *manchas* selecionadas para estudo é a região Sudeste do Pará).

Ainda na análise da autora, quando se remete às condições sociais vividas no passado, há entre esses camponeses uma história objetivamente homogênea, apesar de constituída através de trajetórias diversificadas, como podemos observar no seguinte trecho:

[...] objetivamente homogênea na medida que partilham de uma situação anterior de vários deslocamentos provocados não só por processos diversos de expropriação, mas também pelo que designam “busca de melhorias”. As trajetórias diversificadas incluem percursos como: camponeses – assalariado em atividades agrícolas – assalariado em atividades industriais, especialmente na construção civil; camponês – assalariado em atividades industriais; camponês – assalariado agrícola, tendo passado por relações de peonagem, ou, simplesmente camponês (MAGALHÃES, 2002: p.259).

Veremos como essa história objetivamente homogênea e as trajetórias diversificadas, ao convergirem para um “nó” comum – o assentamento produzem identidades influenciadas por três dimensões que Carvalho (1999) classificou como:

[...] grupos de famílias com afinidade entre si, esta relacionada ou com o convívio anterior no local de origem ou por sentirem-se identificadas entre si como pertencentes àquela localidade. Muitos grupos de pessoas (grupos sociais em formação) são portadores de identidade social pela política: uniram-se para concretizar, além da obtenção da posse legal da terra, um projeto político de organização social. Nem sempre essas famílias tem relação de parentesco entre si. Entretanto, observei, também, a tendência dessas famílias de chamarem seus parentes, ou conhecidos, para instalarem-se ou como agregados no seu lote ou em áreas próximas em novos assentamentos. (CARVALHO, 1999:09).

As três identidades (pela origem, pela rede de relações sociais consolidadas historicamente e pela política), levantadas pelo autor, servirão como pontos de referência para a análise das histórias de vida coletadas em nossa amostra, tendo como foco o desenho da relação construída entre o rural e o urbano no entorno do assentamento.

Guerra (2001a) discute a identidade pela ótica da auto-perpetuação. De um lado pela identidade étnica, caso que não se aplica aos posseiros e nem aos beneficiários de assentamentos de reforma agrária, de outro, pela negação dessa auto-perpetuação, pois o posseiro não visa se auto-perpetuar na sua condição. Ele quer se manter como camponês superando sua marginalidade política e social. Outra contribuição importante que o autor nos dá é que o universo cultural referencial do posseiro no Sudeste do Pará é diverso, no sentido

que ele vem de áreas diferentes, com costumes variados e valores culturais ligados, cada um, a uma história particular. O que os unifica é o desejo de serem donos de seus meios de produção e deles ter controle. Portanto, para Guerra (2001a), a “construção da identidade do posseiro é dinâmica. Apesar do universo cultural ser semelhante (o meio rural), mas as origens espaciais e temporais são diversas”.

Capítulo 2**METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DO LOCUS DE PESQUISA****Assentamento**

Quando eu morrer, que me enterrem na
beira do chapadão
-- contente com minha terra
cansado de tanta guerra
crescido de coração
Tôo
(apud Guimarães Rosa)

Zanza daqui
Zanza pra acolá
Fim de feira, periferia afora
A cidade não mora mais em mim
Francisco, Serafim
Vamos embora

Ver o capim
Ver o baobá
Vamos ver a campina quando flora
A piracema, rios contravim
Binho, Bel, Bia, Quim
Vamos embora

Quando eu morrer
Cansado de guerra
Morro de bem
Com a minha terra:
Cana, caqui
Inhame, abóbora
Onde só vento se semeava outrora
Amplidão, nação, sertão sem fim
Ó Manuel, Miguilim
Vamos embora

(Chico Buarque)

(Letra e música: Chico Buarque)

2.1 METODOLOGIA

Estudar o Assentamento Palmares II como um lugar de múltiplas dimensionalidades de socialização política (FERNANDES, 1999)¹¹, produzidas no cerne da luta pela terra na Região Sudeste do Pará, não é tarefa simples. Dizemos isso não como um escudo intelectual ou vaidoso para nos proteger de possíveis erros, omissões e intervenções, mas para alertar para a dinâmica encantadora e, ao mesmo tempo perversa, da produção e consolidação do espaço na fronteira amazônica.

O encantamento e a perversidade podem ser cruéis quando se tem por diretriz o desenvolvimento de um estudo sobre camponeses que deixaram seus lugares de origem e construíram e reconstruíram novas perspectivas de vida na fronteira, como são as pessoas da Palmares II. Lavradores, como eles se autodenominam individualmente, ou Sem Terra, como se dizem coletivamente, esses indivíduos passaram por diferentes trajetórias sócio-espaciais até chegar no lugar estudado. Este processo resulta em diversas conseqüências, tanto para as famílias envolvidas, como para o espaço que exerce poder de atração.

Preocupados em compreender a dinâmica de produção do território pelos assentados da Palmares II, não poderíamos nos ater somente aos tradicionais instrumentos de investigação transversal da demografia tradicional, clássica, que faz uso de categorias como faixa etária, sexo, nupcialidade, número de filhos. Precisaríamos de instrumentos de análise que pudessem ir além das frias estatísticas que observam as pessoas como uma “população” amorfa, ausente de conteúdo e longe de ser povo e, portanto, contar com uma identidade. Precisaríamos ultrapassar o “homem estatístico” como falou Rui Moreira (1983) para entender o “homem concreto”, sujeito de sua própria realidade. Nosso estudo, portanto, utilizou instrumentos de análise da sócio-demografia (tendência de análise científica

¹¹ É construída pela práxis dos trabalhadores e das instituições envolvidas no interior dos processos de espacialização e de territorialização de luta pela terra. Este espaço multidimensional é composto de “espaços comunicativos, interativos e de luta e resistência”. (FERNANDES, 1999: 226)

compartilhada na perspectiva interdisciplinar que utiliza arcabouços teóricos e técnicos da antropologia, da geografia, da sociologia, da economia e da agronomia).

Palmares¹², como o próprio nome nos sugere, é espaço de resistência e, ao mesmo tempo, de reprodução. Para desvendar essa aparente contradição, debatendo sobre os Assentamentos de Reforma Agrária e seu perfil social e demográfico, era preciso estabelecer ferramentas de análise coerentes para entender esses sujeitos, que teriam protagonizado uma intervenção em seu próprio destino, tendo um conjunto de possibilidades herdadas e/ou adquiridas, atravessando um contexto econômico, político, social e cultural particular.

Era necessário partir de um ponto de referência, de uma já estabelecida ruptura epistemológica com as tradicionais categorias de estudo sobre população. Esta referência teve origem em um grupo de pesquisadores mexicanos e franceses interessados na dinâmica demográfica da região fronteiriça México – Estados Unidos nos anos de 1990. Esta parceria acadêmica foi materializada no ano de 1993 a 1997, por um Programa de Cooperação Internacional CONACYT – CNRS, através de um projeto intitulado “Cambios e Interrelaciones Demográficas em la México-Estados Unidos: Familias e Mercado de Trabajo”, tendo à frente as seguintes instituições: COLEF – El Colégio de la Frontera Norte e UABC – Universidad Autónoma de Baja Califónia, no México, Universidade de Paris X e CREDAL - Centre de Recherche et Documentation Surl’ Amerique Latine, na França. Os pesquisadores dessas instituições elaboraram um questionário que pudesse levar em conta a natureza temporal dos processos sociais e demográficos, bem como as interrelações que os distintos fenômenos demográficos guardam entre si e nas trajetórias dos indivíduos. Para isso,

¹² Referência ao Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, com registro desde 1580 até 1710, entre Pernambuco e Alagoas. Organizado e dirigido pelos africanos, constitui-se em um território liberado e de resistência negra no período colonial, em especial na União Ibérica (1580-1640). Quilombo dos Palmares. Disponível no sitio <http://www.winkpedia.org/wiki/quilombo_dos_Palmares>. Acessado em 04/05/2006.

houve uma preocupação sobressalente no levantamento da informação biográfica que permitisse a análise temporal dos processos de transformação da vida dos indivíduos.

O estudo mexicano teve uma amostra de 3.200 pessoas, buscando uma representatividade nacional para ambos os sexos, levando em conta três grandes grupos de gerações: pessoas nascidas entre 1936 – 38, 1951 – 53 e 1966 – 68 e tamanhos de localidades que variavam entre menos de 15 mil habitantes, 15 mil habitantes e mais de 15 mil habitantes.

Seu questionário (em anexo) propõe uma matriz que contém os anos do calendário da vida dos indivíduos e sua idade ao longo deste calendário, com colunas definindo os diferentes eventos ou lugares por onde o entrevistado passou no curso de sua vida. Com este desenho, puderam relacionar todos os eventos da história de uma pessoa por meio de um calendário comum. Todas as informações biográficas (eventos, moradias, e todas as variáveis que caracterizam uma biografia) estão fechadas, descritas e relacionadas através de um calendário comum, que estrutura uma matriz. Seu interesse é combinar em um mesmo calendário não somente os eventos familiares, ocupacionais e migratórios, mas os eventos ocorridos com pessoas aparentadas, como são os pais, avós, cônjuges, filhos e filhas do entrevistado.

Este tipo de questionário se converte em uma técnica no levantamento da informação e ajuda a recordar os diferentes eventos da vida, pois relaciona o máximo de calendários em paralelo. Este tipo de desenvolvimento metodológico permitiu uma estrutura relacional que por sua vez melhora a qualidade da informação coletada.

No caso do nosso estudo, sua composição conta com quatro facetas específicas de uma vida, desde o nascimento do entrevistado até o momento da aplicação do questionário. Procura se evidenciar sua história migratória, sua história educacional, sua história de trabalho e sua história familiar. Nesta dimensão familiar foram incluídas perguntas objetivando fazer

um levantamento dos avós – onde e quando nasceram, qual foi sua principal ocupação e se possuíam terra própria.

A aplicação do questionário adaptado, nos moldes descritos acima, foi feita no período de maio a junho de 2005. Aplicaram-se 110 questionários em um universo de 517 famílias cadastradas pelo INCRA no Assentamento. Inicialmente, nossa proposta era entrevistar 03 (três) pessoas por Núcleo de Base¹³, sendo um coordenador(a) e mais duas pessoas componentes do mesmo Núcleo (um homem e uma mulher), priorizando pessoas com trajetórias espaciais, sociais e econômicas mais densas.

No primeiro Plano Safra (1997/1998)¹⁴ do Assentamento eram 54 Núcleos de Base cadastrados. No Plano de 2003/2004 o Assentamento contava com apenas 38 núcleos (MONTEIRO, 2004), o que dariam 120 questionários. No entanto, em 2005, no momento da aplicação dos questionários, esses núcleos caíram para 33 com o novo Plano Safra (2005/2006). Alguns tinham se unido, outros estavam desarticulados, além do aparecimento de novas estruturas de representação político-econômica dos assentados que não seguiam a lógica de divisão por Núcleos de Base.

Estes elementos modificaram a forma de aplicação do questionário. Priorizou-se a distribuição por ruas da Vila mantendo uma equidade entre os gêneros. Diferenciamos aleatoriamente a Vila em dois grandes blocos. Um que chamamos de “A” com 23 quadras, contendo 359 lotes. Outro que chamamos de “B” com 17 quadras, contendo 300 lotes. Aplicamos o questionário em 16% dos lotes de cada bloco – 103 no total e mais 7 que não se enquadram no “A” e nem no “B” (5 moram apenas no lote agrícola e não na Vila, 1 em situação irregular e por isso não tem endereço e 1 é empregado no lote de um assentado). Esta distribuição está ilustrada no seguinte croqui:

¹³ Unidades básicas de organização dentro da escala interna dos acampamentos e assentamentos, prioritariamente motivados para a organização do trabalho, está dentro da concepção organizativa do MST.

¹⁴ Plano de financiamento do Governo Federal voltado para a Agricultura Familiar.

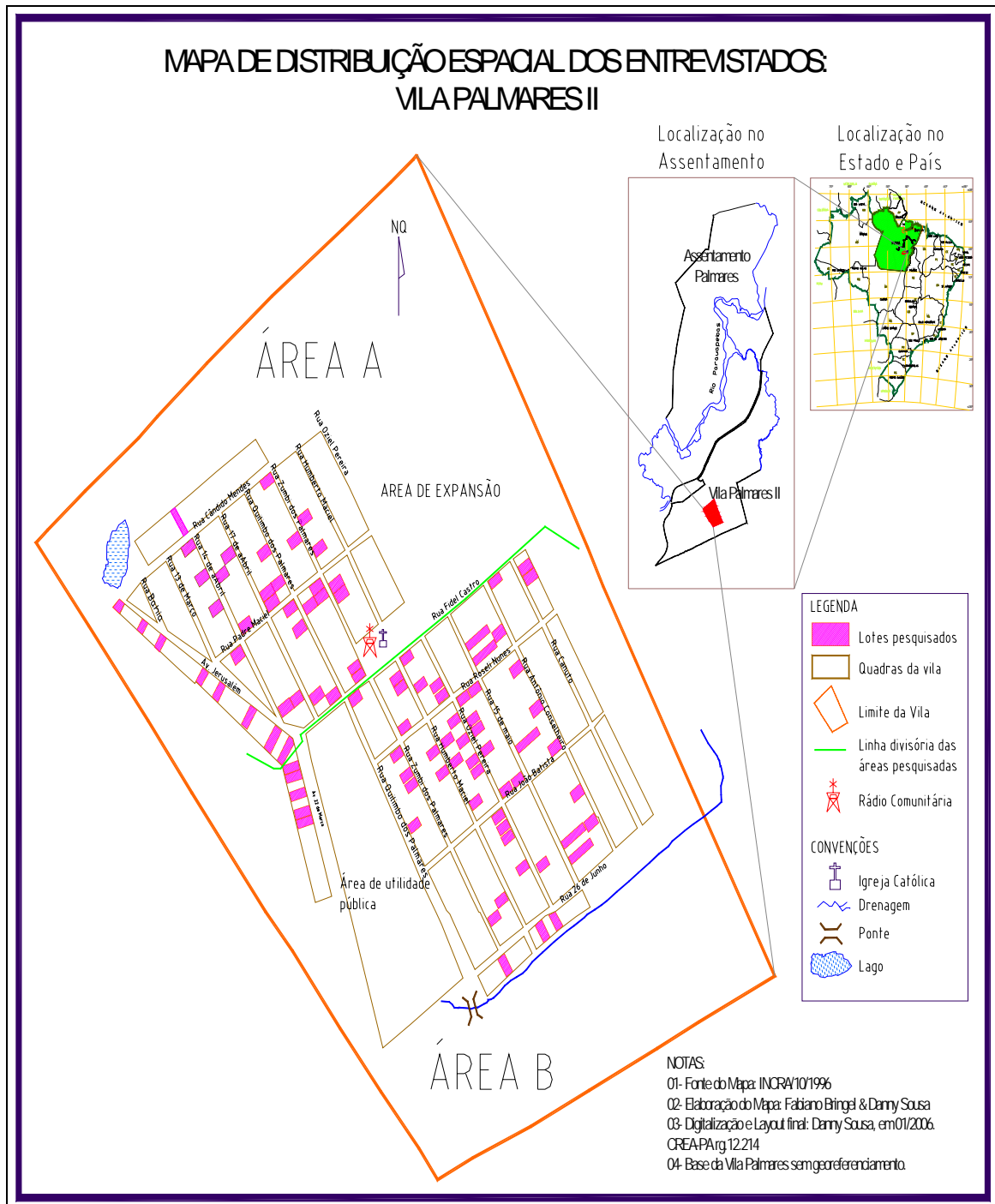


Figura 1 Croqui da distribuição espacial dos entrevistados na Vila Palmares II

Além disso, foram feitas seis entrevistas abertas com informantes-chave. Lideranças do Assentamento e do MST, educadores da Escola Crescendo na Prática, assistentes técnicos e o motorista da van que faz o trajeto de Palmares II até Parauapebas. Uma das entrevistas, a

realizada com a diretora da Escola, se perdeu porque a fita que a continha era de má qualidade.

2.2 LOCUS DA PESQUISA

2.2.1 Contexto geral da região Sudeste do Pará

A região apresenta, em geral, um relevo acidentado com sua formação geológica baseada em núcleos de rochas cristalinas (o que explica a incidência de minerais na área) e de rochas metamórficas antigas. Nesse tipo de formação rochosa há uma tendência formadora de solos pouco férteis e ácidos, cujo manejo agropastoril requer boa orientação agronômica, com exceção do oeste de Altamira e o sul do Maranhão onde houve intrusões ou derrames de rochas basálticas levando ao desenvolvimento de solos considerados bons (terra roxa). O clima é, como em grande parte da Amazônia, quente e úmido, as temperaturas médias anuais ficam entre 24°C a 32°C, a umidade relativa do ar atinge, em média, 80%. Por isso, durante a noite, na região, é comum a formação de orvalho e neblina. Sua floresta é de terra firme com árvores colossais originais que alcançam 30, 40 ou 50 metros de altura, no entanto, com raízes geralmente pivotantes. Quase todas têm raízes que se espriam a menos de um metro de profundidade ou se estendem pela superfície do solo (VALVERDE, 1985).

Apesar deste potencial florestal e de toda diversidade geomorfológica da Amazônia, foi somente depois do chamado *boom* da borracha (1870-1910) que as Regiões Sul e Sudeste do Pará começam a ser povoadas e exploradas por populações não-indígenas. Com o colapso do ciclo econômico da borracha, aumenta consideravelmente a exploração de castanha e diamante (COELHO, 1997). Até a década de 1960, o extrativismo da castanha-do-Pará (*Bertholletia Excelsa*, HBK) é hegemônico no cenário da região. Nesse período, o Vale do Itacaiúnas constituía-se no maior produtor de castanha do Estado do Pará. Destacava-se, também, como maior produtor de castanhas de toda a Amazônia (VELHO, 1972). Seu

período de floração vai de meados de outubro até meados de dezembro, período do início das chuvas. Sua incidência está nas encostas da Serra de Carajás, onde pode ser encontrada somente até a altitude de 230 metros acima do nível do mar.

Nas décadas de 60 e 70, as estradas federais são abertas com maior intensidade. Com isso, há uma redefinição gradativa da rede urbana, tornando-a cada vez mais complexa. Através da conexão com outras regiões do país, inserida dentro de um contexto geopolítico de integração ao capitalismo internacional e nacional, a Amazônia vê grandes massas de trabalhadores penetrarem em seu espaço. Subjacentemente, fazendeiros e empresários acompanham o movimento destes trabalhadores atraídos pelas benesses governamentais dos subsídios oferecidos pela SUDAM e pelo BASA. A chegada do Banco Econômico, do Bradesco, do Bamerindus, da CVRD e da família Lunardelli¹⁵ são exemplos desse processo. É, pois, clara a mudança da matriz econômica da região: do extrativismo vegetal aos extrativismos madeireiro e mineral exportador.

Esta mudança se deve em grande parte ao seu caráter de Fronteira¹⁶, que está associado ao papel dessa região para a economia nacional e global, além de suas especificidades. A Amazônia é um espaço de intensificação capitalista recente e, por isso, uma área de forte migração. Essas características decorrem, segundo Reboratti (1988), da

[...] imagem da fronteira que é de uma sociedade marginal, formada por excedentes que a sociedade rechaça e coloca em suas margens. Por isto temos uma sociedade piramidal, polarizada entre classes ou grupos sociais com interesses e ações antagônicas. Isto ocorre porque os controles sociais têm uma menor efetividade na fronteira [...] (REBORATTI, 1989: 08).

¹⁵ Descendentes de italianos e antigos proprietários da Fazenda Rio Branco (onde ficam os Assentamentos Palmares I e II e o Assentamento Rio Branco). O patriarca era conhecido como o “Rei do Café” no norte do Paraná nas décadas de 1940-50.

¹⁶ Nossa definição de fronteira é a mesma de Reboratti, Carlos E. **Fronteras Agrarias En América Latina**: “podemos dizer que é a área de transição entre o território utilizado e povoado por uma sociedade e outro que, em um momento particular do desenvolvimento dessa sociedade e do seu ponto de vista, não teria sido ocupada de forma estável, tendo sido utilizada esporadicamente” (REBORATTI, 1989: 09).

Do ponto de vista demográfico, temos um quadro com uma população quase completa. As migrações que afluem na fronteira são geralmente do tipo familiar. Existem também os migrantes sozinhos, que se lançam a provar a sorte para depois trazer sua família. Daí resulta uma população jovem, equilibrada entre os sexos, de alta capacidade reprodutiva que dá conta das altas taxas de natalidade que se observam nestas áreas.

Um dos grandes problemas que as sociedades têm que enfrentar, e a brasileira não está fora disto, é o chamado “dilema malthusiano”, que é a articulação entre o crescimento da população com um paralelo crescimento da produção de alimentos, estabelecendo um balanço entre população e recursos disponíveis. A Amazônia situa-se num contexto de profunda cobiça pelo que contém em seu território: 1/5 da água doce do mundo, é uma das maiores províncias minerais do planeta (Carajás), conta com 20.000 quilômetros de hidrovias, possui o maior potencial hidrelétrico do Brasil, ainda pode fornecer 50 bilhões de metros cúbicos de madeira, além de configurar o maior banco bioenergético do planeta, com aproximadamente 2,5 milhões de espécies (VALVERDE, 1985).

A partir dos anos sessenta do século XX, o governo brasileiro associado ao grande capital internacional começa a observar e implementar um processo de exploração desses recursos. Suas estratégias passavam pela criação de uma concepção de que a região era uma grande *fronteira vazia* (LOUREIRO, 1985). Essa concepção era ancorada na Doutrina de Segurança Nacional, que buscava convencer a sociedade brasileira de que os grandes projetos garantiriam a soberania da região face às ameaças externas, e se materializava no *slogan* “Integrar para não entregar” e na efetiva ocupação da área. Esta ocupação estava relacionada a um esforço exportador, ou seja, a necessidade de intensificar a exploração dos recursos naturais visando aumentar as exportações para o pagamento dos juros da dívida externa. Por

outro lado, o governo federal visava utilizar a região como válvula de escape¹⁷, estimulando a entrada de grandes grupos de migrantes oriundos das regiões brasileiras tomadas por conflitos de terra, como o Nordeste e o Sul.

Para se efetivar essas estratégias eram necessárias políticas territoriais que dessem suporte à expansão de capital e à migração para a região. Essas políticas passavam num primeiro momento pela construção e pavimentação de algumas rodovias. A primeira a ser construída, ainda no Governo de Juscelino Kubitschek, foi a Belém-Brasília. Através dela se pôde experimentar a colonização em faixas pioneiras ao longo de suas margens, procurando implantar uma produção de arroz, milho e gado. Na década de 70 se lançou o PIN (Programa de Integração Nacional) responsável pela implantação de infraestrutura rodoviária inter-regional compreendendo eixos disponibilizados geopoliticamente no sentido Norte-Sul e Leste-Oeste. Esse Programa, em sua primeira fase (1971 a 1974), objetivava construir as rodovias e colonizar suas margens em faixas de terras de 10 km de cada lado.

Em 1971 a União federalizou boa parte das terras do Estado do Pará, localizadas a 100 km de cada lado das estradas, com o objetivo de tirá-las do controle das oligarquias locais abrindo, assim, espaço ao grande capital. Além da Belém-Brasília, foram construídas a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém. A Transamazônica corta toda a região no sentido leste-oeste e foi idealizada para interligar os principais portos fluviais, facilitar o acesso às jazidas minerais e melhorar o controle militar sobre a região Norte. A Cuiabá-Santarém corta parte da Amazônia no sentido norte-sul e assegura as ligações entre as principais áreas de expansão agrícola com a região centro-sul do país e é também responsável pela atração de migrantes das regiões sul e sudeste, que se concentraram ao longo das vias de penetração.

¹⁷ Para Turner (1920) a fronteira representa “uma válvula de escape para as sociedades marcadas por pressões sociais e econômicas” IN: Diniz, Alexandre M. Migração e Evolução da Fronteira Agrícola. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto em 2002.

A origem do INCRA está associada à necessidade de ordenar os fluxos migratórios nessa ocupação das margens das rodovias. Foi criado através do Decreto-Lei nº 1.110, do dia 19 de julho de 1970, voltado prioritariamente para a “colonização dirigida”. São expressões desta lógica, o PIC (Projeto Integrado de Colonização), as agrovilas, agrópolis e rurópolis. A ação desse Instituto estava pautada na implantação de projetos de “colonização oficial e particular”, ao longo das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho.

Em 1973 os fluxos migratórios espontâneos estavam ultrapassando as estimativas oficiais:

As famílias saem de todos os Estados e chegam à Amazônia num ritmo bem mais intenso do que nossa capacidade atual para assentá-las [...] Mas o INCRA montará uma estrutura que atenda este fluxo, pois, estamos recebendo um colono excepcional que, ao se deslocar voluntariamente, já participou de uma auto-seleção. (INCRA, 1973 apud ALMEIDA, 1991).¹⁸

Em abril de 1974, o INCRA anuncia a reelaboração de sua política de colonização oficial, justamente porque a colonização oficial foi superada pela colonização espontânea. A leitura do órgão era de que se desenvolvia uma transplantação para a Amazônia dos conflitos e problemas agrários do Nordeste e que, por isso, eram necessários rigorosos critérios de seleção de colonos. Os militares propunham um processo de ocupação em que o controle era um elemento essencial, fosse do ponto de vista produtivo, fosse do ponto de vista político. Essa perspectiva já se iniciava na Região Sudeste do Pará com a Guerrilha do Araguaia.

Em que pese as vias naturais oferecidas pelos rios e igarapés amazônicos, e da possibilidade de construir e reforçar a estrutura ferroviária, a opção pelas rodovias predominou nas decisões governamentais. Ela abre um amplo mercado de venda de veículos que se consolida em um dos ramos mais ativos da economia nacional. Essa opção rodoviarista

¹⁸ A esse respeito ver: Almeida, A. W. B. O Intransitivo da Transição: O Estado, os Conflitos Agrários e a Violência na Amazônia (1965-1989) IN: Lena, P. e Oliveira, A. (Org's) **Amazônia: A Fronteira 20 anos Depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

irá trazer conseqüências para a organização do espaço amazônico, das quais elencaremos:

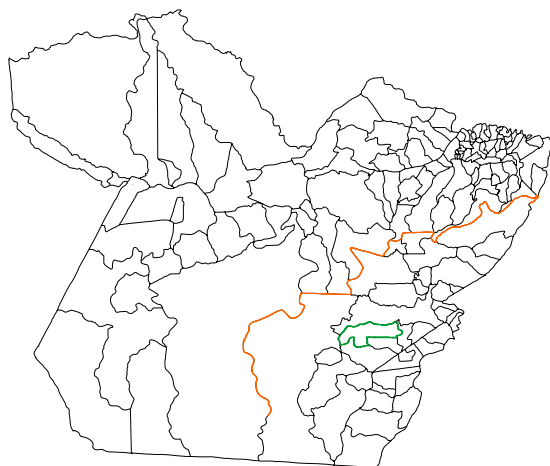
a) uma perda gradativa da importância das cidades localizadas às margens dos rios e distantes das rodovias (retração dos centros urbanos tradicionais, dependentes diretamente da circulação fluvial); b) surgimento e crescimento das cidades ao longo das rodovias (a importância desses novos espaços de circulação fez surgir novas cidades e povoados e consolidou núcleos urbanos já existentes); c) surgimento de centros urbanos regionais e entrepostos de rios e rodovias (as cidades beneficiadas pela circulação fluvial e rodoviária passaram a desfrutar de localização estratégica, algumas delas passando a exercer papel de centros regionais, a exemplo de Marabá); d) redefinição da rede urbana amazônica (a rede urbana simples, estruturada principalmente em função dos rios, passou a ter uma nova configuração, uma rede urbana mais complexa, surgindo cidades intermediárias e de porte médio que, gradativamente, se consolidaram a partir dos fluxos rodoviários, como é o caso de Parauapebas); e) deslocamento da circulação de pessoas e mercadorias em vias fluviais para as vias rodoviárias.

Essas conseqüências listadas acima alteram a paisagem no Sudeste do Pará, como observa Homma (2000):

A abertura da rodovia PA-70, atual BR-222, em 1969, ligando Marabá à rodovia Belém-Brasília, efetuando a prim

2.2.2 O Município

Na regionalização oficial, desenvolvida pelo Governo do Pará, com o suporte do IBGE, o Município de Parauapebas faz parte da Mesorregião Sudeste do Estado do Pará¹⁹ e integra a Microrregião de Parauapebas. Seu aglomerado urbano encontra-se no sopé da Serra de Carajás, no curso médio do Rio Parauapebas, tributário de segunda ordem do Rio Itacaiúnas. A rodovia que dá acesso ao município é a PA-275. Sua formação é razoavelmente recente. Nasceu do desmembramento do Município de Marabá através da Lei 5.443 aprovada no dia 10 de maio de 1988. Seu território perfaz um total de 8.962 Km. A localização pode ser vista e ilustrada através da seguinte figura:



Conceição do Araguaia, em 1990. Este assentamento não permaneceu sob gestão do MST, o que provocou uma reflexão política do movimento e um conseqüente deslocamento para a Região de Parauapebas. Um de nossos entrevistados avalia essa questão da seguinte forma:

Neste sentido, embora saíssemos derrotados no aspecto da ocupação territorial, politicamente nós não fomos. Geograficamente nós não temos o território, mas politicamente nós temos uma organização capaz de influenciar em outro espaço. Então, nós saímos de Conceição do Araguaia e viemos fazer trabalho de base no município de Parauapebas. Que era o que? Que era a base do garimpo [...] (“Carlos”, militante do MST, julho de 2004)



Foto 1 Visão Geral da Vila Palmares II

Foto: Fabiano Bringel, 2005.

O Assentamento Palmares II, localizado a 20 quilômetros do núcleo urbano de Parauapebas, apresenta um universo de aproximadamente 517 famílias (oficialmente cadastradas no INCRA), com um estoque de terras, no momento da desapropriação, de 15.848 hectares. Dentre estas, 7.697 hectares são cobertas por pastagens, 450 hectares de capoeira e 4.500 de floresta primária. O chamado patrimônio²⁰ perfaz 150 hectares. As lavouras de ciclo médio somam 2.500 hectares e as perenes, 350 hectares.

²⁰ Denomina-se Patrimônio à concentração de serviços e equipamentos coletivos em povoados. Estes equipamentos são a escola, as igrejas, os armazéns e comércios, o campo de futebol, o posto de saúde e moradias.

A construção do P.A. Palmares II começou em março de 1994. Ativistas sociais advindos do P.A. Rio Branco começam o trabalho de arregimentação das famílias em vários municípios da Região Sul e Sudeste do Pará. Como podemos constatar na seguinte passagem:

[...] E a maior parte desses militantes eram assentados da Rio Branco que se tornaram militantes do Movimento Sem Terra. Então, basicamente, esses militantes que organizaram o trabalho de base nas cidades de...Parauapebas, nas periferias, na época bairro da Paz, Rio Verde, no município de Curionópolis, em especial toda a periferia, porque na verdade Curionópolis é uma grande periferia [...tosse e pede desculpas], em Serra Pelada e é bom que se fale quase não tinha mais garimpo ativo, mas tinha uma quantidade, como ainda tem aqui, enorme de trabalhadores, em Cutia, um garimpo próximo na área de Curionópolis, no garimpo de Rio Gelado, Eldorado do Carajás, e comunidades de assentados e posseiros dessa região[...] (“Luiz”, militante do MST e assentado na Palmares II, julho de 2004).

Já em 26 de junho de 1994 os trabalhadores fazem sua primeira ocupação, em uma área chamada de Cinturão Verde²¹, local concedido pelo Governo Federal e controlado pela Companhia Vale do Rio Doce, que dá acesso à Serra de Carajás. Passam quatro dias nesta área. No dia 30 de junho são despejados violentamente pela milícia da CVRD que se sustentava em uma ordem judicial para que a área fosse desocupada.

Retirados à força do “Cinturão”, se deslocam em passeata para a frente da Prefeitura de Parauapebas. Lá montam outro acampamento. O objetivo era sensibilizar o prefeito e a população da Cidade de Parauapebas sobre a luta que se estava travando pela terra. O resultado neste momento não foi muito satisfatório, o que os levou à Marabá, para pressionar o INCRA. Montam novo acampamento em frente ao órgão no dia 05 de julho de 1994. Sem nenhum acordo mandam comissão para negociar com o INCRA em Brasília. Ficam na Cidade de Marabá até o dia 21 de novembro de 1994. Retornam para a Cidade de Parauapebas e no

²¹ O Cinturão Verde, como a nomenclatura nos refere é um território fechado, envernizado de um componente ambiental. Este território fechado é composto pela “área dedicada à atividade mineradora e pela *Company Town* construída para abrigar seus trabalhadores; a teia urbana e os núcleos concentradores de trabalhadores urbanos e rurais ; e finalmente as áreas de entorno em relação aos centros econômicos e políticos.” (Coelho, M.; Lopes, A.; Silva, A.; Silvia, F.; Fonseca, H.; Matos, I.; Souza, M. Territórios, Cidades e Entorno no espaço de mineração em Carajás/Pará – Amazônia Oriental, p. 144)

dia 22 de novembro, formam acampamento em frente à portaria da CVRD. O perfil deste acampamento foi descrito por um jornal local da seguinte maneira:

Em barracos improvisados, alguns deles medindo não mais de seis metros quadrados, cobertos apenas com plástico e sem nenhuma proteção lateral, essas famílias disputam espaço para armar uma ou duas redes, guardar os poucos pertences e às vezes até cozinhar. Quando isso não é possível, uma trempe improvisada do lado de fora, com pedras ou tijolos serve de ‘fogão’ de uso coletivo. (Sem Terras ocupam Cinturão Verde. **O Liberal**, Belém, 18 de dez. de 1994)

Passam apenas um dia defronte à portaria. Decidem, então, pressionar o Poder Legislativo do Município. No dia 23 de novembro de 1994 reconstróem seu acampamento em frente à Câmara dos Vereadores. Desta vez, passam dois meses no local. Manifestações, assembléias, reuniões com vereadores e prefeito são feitas durante esse período sem muitos entendimentos com o poder público municipal e, sem propostas efetivas para solucionar o impasse. O prefeito de Parauapebas à época, Sr. Francisco Alves de Souza, mais conhecido como “Chico das Cortinas”, justifica sua posição:

[...] a cobiça do ouro, que explicaria a presença, no acampamento dos Sem Terra, de grande número de garimpeiros remanescentes de Serra Pelada, e a busca de dinheiro fácil com a exploração de madeiras nobres, como o Mogno e a Castanha do Pará entre outras, estariam por trás da tenaz e obstinada luta que os Sem Terra, hoje, acampados no centro de Parauapebas vêm travando a mais de cinco meses, quando iniciaram por Marabá a mobilização que atualmente os mantém a cerca de 200 metros do portão de acesso à reserva florestal da CVRD. (Sem Terras ocupam Cinturão Verde. **O Liberal**, Belém 18 de dez. de 1994).

No dia 23 de janeiro de 1995 levantam acampamento e se deslocam desta vez para uma área na periferia, ainda na cidade de Parauapebas, chamada de “areal do Zé de Areia” (hoje bairro da cidade de Parauapebas chamado Altamira). Lá ficam até o dia 13 de maio de 1995. No dia 14, pela manhã bem cedo, ainda quase sem sol, “partem para a terra” e ocupam a Fazenda Rio Branco, distante 20 quilômetros do centro de Parauapebas.

No dia 05 de novembro de 1995 foi feito o ato de entrega da desapropriação da fazenda para fins de reforma agrária. Um pouco mais de um mês depois, no dia 08 de dezembro, foi publicada a portaria de criação do Projeto de Assentamento Palmares.

O Assentamento na visão do MST deveria cumprir uma função importante: “Palmares surgiu com a necessidade de ser um grande instrumento de alavancar a luta pela terra nessa região” (“Luiz”, militante do MST e assentado na Palmares II, julho de 2005). Isto significaria que Palmares deveria ser um exemplo de assentamento para todo o Estado do Pará. Aproximadamente 850 famílias ainda continuavam o embate, só que desta vez por melhorias infraestruturais e de crédito para a produção. Este contingente bem organizado e exemplar não era aceitável para a elite local e seus representantes nos órgãos oficiais:

[...] era uma postura do INCRA, na época do governo FHC, de tentar isolar o MST de qualquer possibilidade de crescimento, né? Aí o que acontece foi orientado pelo INCRA e também de alguns candidatos de rachar o acampamento, que na época o INCRA era muito partidário, de se meter muito na vida interna dos acampamentos [...] (“Luiz”, militante do MST e assentado na Palmares II, maio de 2005).

Através desta orientação foi desenvolvida uma política de dividir politicamente o assentamento. Políticos como o hoje Deputado Federal Asdrúbal Bentes, na época candidato à prefeitura de Parauapebas no pleito de 1996, foram até os trabalhadores prometendo cestas básicas, abertura de estradas e crédito para a moradia, obtendo sucesso no objetivo de dividir o assentamento. Os dissidentes, recrutados dessa forma, formaram a Palmares I ou Palmares Sul, que se encontra, também, no antigo “Complexo Rio Branco II” (Reunidas Rio Branco). Esse Assentamento é composto de 332 famílias divididas em 9.700 hectares. Os assentados construíram duas associações: a Associação de Produção e Comercialização da Vila do Assentamento Palmares – APRAC com cerca de 90 associados, e a Associação de Produtores da Vila Palmares Sul – APROVPAR, com 234 associados.

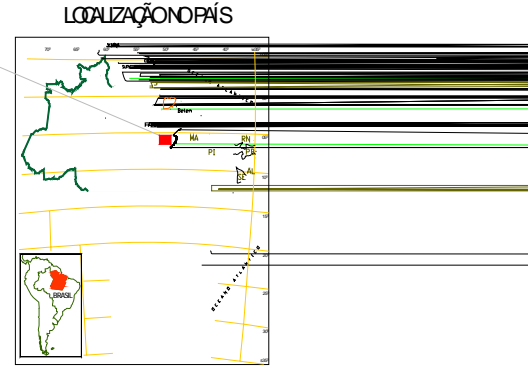
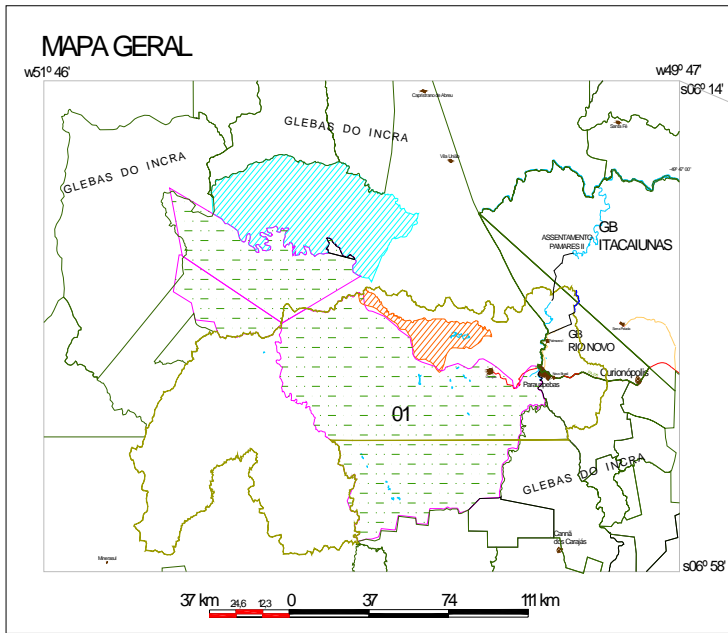
A partir da Palmares I ou Palmares Sul já se formou outro assentamento. Problemas para acordar o tamanho dos lotes e a quantidade de famílias levaram à nova cisão, que formou o Assentamento Carajás. Como podemos constatar pela seguinte fala:

[...] Mas o problema era o seguinte: como era muitas famílias e a terra era pouca isso implicou no tamanho da terra. Os cinco alqueires dava pra todo mundo, como deu. Só que pra uma outra parte não, achava que cinco alqueires era pouca terra. ‘queria trabalhar, não sei o quê’. E foram pra briga. Ocuparam outra fazenda que hoje é outro assentamento [...] aglutinaram outras pessoas da cidade e ocuparam o que é hoje o assentamento Carajás, que lá houve um conflito, que lá já existia sem terra também, né? Era fazenda Carajás. Aí teve um conflito lá, o pessoal se mataram lá, e aí morreu o principal líder deles, o finado Fonseca e mais um outro chamado Ceará. (“Luiz”, assentado da Palmares II, maio de 2005)

Este conflito se travou entre os que saíram da Palmares Sul e um outro acampamento, com cerca de 100 famílias, na beira da estrada e na mesma terra almejada: a Fazenda Carajás. Os assentados da Palmares II e Palmares I viveram durante um período com ânimos tensos: “a gente ficou praticamente inimigos, o pessoal nem se falava, tinha maior raiva, o pessoal apelidou logo lá de Vila do Sebo” (Assentado da Palmares II, maio de 2005). Este apelido se deu por conta da localização da nova Vila: antes de sua construção, matadouros da cidade jogavam restos de gado na área.

Importante observar que do acampamento original, com pouco mais de mil integrantes, no Cinturão Verde, originaram-se três assentamentos de reforma agrária: Palmares I, Palmares II e Carajás, congregando cerca de novecentas pessoas no total.

MAPAS DE LOCALIZAÇÃO GERAL E LOCAL DA ÁREA DE ESTUDO



LEGENDA

- 01-FLONA CARAJÁS
- 02-FLONA ITACAUNAS
- 03-FLONA TAPIRAPE-AQUIRI
- 04-REBIO TAPIRAPE
- 05-APA IGARAPÉ GELADO

- LIMITES DE GLEBAS DO INCRA

- MUNICÍPIO DE PARALIAPEBAS

NOTAS:
 Parte do Assentamento
 Palmares II localiza-se
 na Gleba Rio Novo e
 outra parte na Gleba Itacaunas.

- CONVENÇÕES
- Vias Pavimentadas
 - Vias sem Pavimentadas
 - Drenagem (Rios principais e secundários)
 - Lagos
 - Sedes municipais
 - Núcleos e Localidades

Ph do solo detectou-se uma variação de 4,5 e 6,4 de acidez. A morfologia do relevo apresenta 40% de área plana, mais adequadas para a atividade agrícola, 35% de suavemente ondulados e 25% de ondulados. Importante destacar que a distribuição dos lotes agrícolas perpassa essas diferentes características de solo e relevo.



Foto 2 Plantio de mogno em lote agrícola

Foto: Fabiano Bringel, 2004.

Os recursos hídricos e pesqueiros disponíveis para a população da Palmares II, são servidos pelo Rio Parauapebas, rio de segunda ordem²² e pelos seus tributários de terceira ordem, como o Rio Carotinho e o Rio Novo.



Foto 3 Rio Parauapebas

Foto: Fabiano Bringel, 2005.

²² Quando falamos em ordem estamos nos referindo à importância de determinado curso d'água na sua bacia hidrográfica.

Em sua configuração vegetal, os dados alertam para uma preocupação. Já na formação do P.A. os assentados herdaram o peso de um itinerário técnico baseado na pecuária e no latifúndio. Seu legado é uma área com 70% de pastagens e capoeiras (razoavelmente novas), o que leva paulatinamente os trabalhadores a uma preocupação no processo de ocupação das áreas de floresta primária.



Foto 4 Mudas de espécies arboríferas
Foto: FabianoBringel, 2005.

No que se refere a representação social e econômica no Assentamento, se destacam três associações de trabalhadores. A primeira e mais velha, a APROCPAR – Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Palmares; a sua dissidência, a APROFAP – Associação dos Produtores Familiares do Assentamento Palmares; a COOPALMAS – Cooperativa Mista de Transporte do Assentamento Palmares (esta com apenas 08 meses de fundação atuando em duas frentes: transporte e produção agrícola); e a Coordenação do Assentamento.

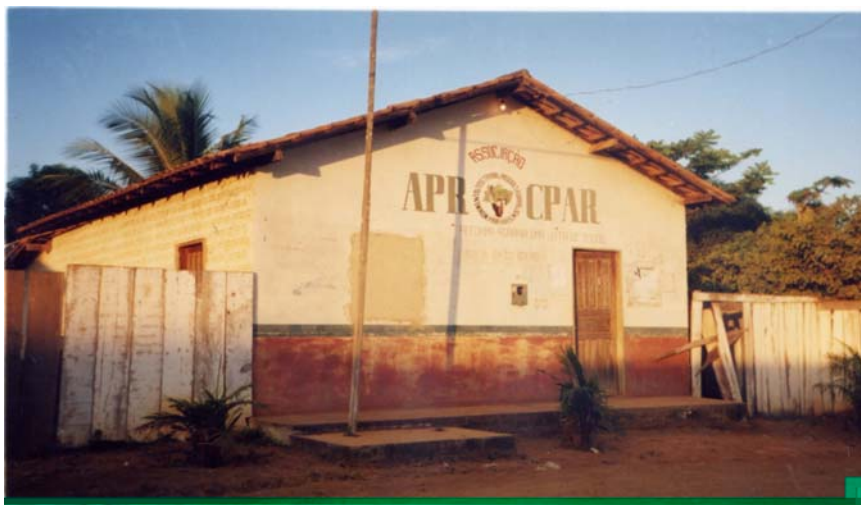


Foto 5 Sede de uma das Associações – APROCPAR

Foto: Fabiano Bringel, 2005.

No que se refere à infra-estrutura do Assentamento, temos a Vila da Palmares, que é composta por 650 lotes. Nesses lotes existem casas feitas em sua maioria de alvenaria e outras de madeira. Ouve um processo de escolha voluntária do perfil que se queria com custeio de habitação. Os lotes da Vila são de 10x30m. Observa-se, também, um processo de ocupação, mesmo que paulatino, das áreas de domínio público da vila.

Suas ruas ganharam nomenclaturas lembrando estados da federação, eventos, datas e personagens da luta pela terra. É o caso da rua Bahia, da rua Quilombo dos Palmares, da Oziel Pereira (lavrador da Palmares II assassinado em 1997), da Antonio Conselheiro e da 17 de Abril. Estão dispostas tanto no sentido vertical como no horizontal. Suas ruas são divididas em quadras e, estas, em lotes.

A agrovila conta com serviço de energia elétrica fornecida pela REDE-CELPA. Este serviço é cobrado sem discriminar espaço urbano e rural estabelecendo um padrão único. Não atentando para as chamadas “tarifas sociais”, os assentados pagam tarifas exorbitantes e os que não conseguem se vêm presos a pesadas dívidas. Esse fato motivou a promoção de uma rodada de discussões com a Empresa fornecedora de energia elétrica para reivindicar uma taxa única (no momento do trabalho de campo, em maio e junho de 2005, essa negociação

estava em andamento). Outra questão nesse diálogo era a eletrificação para os lotes agrícolas. A energia tinha sido puxada para poucos lotes agrícolas e próximos da agrovila, os assentados queriam maior agilidade na consolidação e ampliação da rede para os lotes mais distantes da vila.



Foto 6 Rua da Palmeiras II destacando rede elétrica.

Foto: Fabiano Bringel, 2004.

O abastecimento de água até o início de 2005 era feito através de vários poços artesanais individuais (por unidade habitacional) e de um coletivo, com capacidade de abastecer 70 famílias. A partir de março começaram as obras de implementação da rede de água encanada na agrovila e a reivindicação é para que se estenda até os lotes agrícolas.



Foto 7 Caixa D'água do P.A.

Foto: Fabiano Bringel, 2005.

Em alguns lotes da vila se observam estruturas de concreto, revestindo o solo. Foram construídas por firmas que funcionaram na construção da ferrovia e/ou na construção do

linhão de energia, dentro da Fazenda Rio Branco – Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Camargo Corrêa. Eram arranjos que funcionavam como alojamento de trabalhadores, mercadinhos, oficinas de manutenção de equipamentos. Com a construção do Assentamento esse mesmo espaço que tinha como funcionalidade ser alojamento para a construção da logística do Programa Grande Carajás é reestruturado e passa a ter outro contorno: o de unidade habitacional.

É na vila que fica a Escola Crescendo na Prática. Uma escola que matriculou no ano letivo de 2005 cerca de 1.200 alunos e oferece ensino fundamental e médio. A rede municipal de ensino têm aproximadamente 19.000 alunos matriculados, ou seja, Palmares II é responsável por 6,5% das matrículas. A vila conta com um posto de saúde com consultas diárias pela manhã com um médico, clínico geral ligado à Secretaria de Saúde do Município.



Foto 8 Escola de Ensino Fundamental e Médio Crescendo na Prática
Foto: Fabiano Bringel, 2004.

Ainda se pode perceber uma pequena malha de serviços como boutique, oficina e borracharia, prótese dentária, panificadora, aulas particulares de informática, lanchonete e bares. Uma rádio comunitária chamada Palmares, organizada pela Coordenação do Assentamento, opera na frequência FM 96,5 MHz e presta serviços de avisos e entretenimento. A programação, feita fundamentalmente por jovens, suscita reclamações dos mais velhos, desgostosos com as músicas apresentadas.



Foto 9 Sede da Rádio Comunitária Palmares

Foto: Fabiano Bringel, 2005.

Uma área ampla conhecida como “barracão de palha” serve para eventos públicos. É lá que são comemorados os aniversários da Palmares, realizados bingos e assembléias. O P.A. conta com um campo de futebol onde são disputadas partidas com times da própria comunidade e de outras áreas da região.



Foto 10 Campo de Futebol do P.A.

Foto: Fabiano Bringel, 2005.

Nas representações religiosas, observamos a presença, além da Igreja Católica, que abençoa o Assentamento através do padroeiro São João Batista, de denominações evangélicas e protestantes como a Assembléia de Deus, Igreja Adventista do 7º Dia, Quadrangular, Congregação Cristã no Brasil e religiões afro-brasileiras.



Foto 11 Missa na Igreja Católica
Foto: Fabiano Bringel, 2005.

É freqüente vermos na Vila pequenas usinas individuais de beneficiamento de arroz, apesar de existir prédio e máquinas para uma usina de médio porte para beneficiamento de arroz. A APROCPAR possui dois caminhões para transporte de mercadorias dos associados e de outras pessoas, mediante pagamento.



Foto 12 Usina de Arroz no P.A.
Foto: Fabiano Bringel, 2005.

A vila conta com um laticínio que era coletivo e foi terceirizado. Uma pocilga, uma fábrica de farinha, armazém comunitário e um aviário foram construídos para operacionalizar

as experiências coletivas de produção. Devido a experiência não ter sido bem sucedida, esses arranjos estão parados (esse aspecto será discutido mais à frente).

Como parte desta infraestrutura ainda foram adquiridos pela APROCPAR, através de créditos de fomento, quatro tratores, quatro caminhões, um utilitário cabine dupla, uma máquina beneficiadora de arroz com capacidade para 100 sacos/dia e dois geradores de energia.

Destacam-se, ainda, na percepção do cotidiano do Assentamento, expressões culturais dos assentados que se consolidam gradativamente. Estas expressões trazem consigo as tradições da arte e da cultura de cada lugar de origem dos assentados.



Foto 13 Grupo de Bumba Meu Boi.

Foto: Fabiano Bringel, 2005.

É o caso do Grupo de Bumba Meu Boi, do Grupo de Carimbó e do Grupo de Capoeira. Linguagens que atuam enlaçadas em um projeto cultural intitulado “Terra Viva”. Este projeto ainda trabalha com uma dança típica maranhense chamada Cacuriá. Em uma rápida observação podemos encontrar pessoas ouvindo músicas dos mais variados gêneros,

desde o *reggae*, passando pelo brega e forró, até o *rap (hip hop)* preferência de uma pequena parte da juventude.



Foto 14 Grupo de Carimbó
Foto: Fabiano Bringel, 2005.

Capítulo 3

DE ONDE VÊM? A HISTÓRIA MIGRATÓRIA

1.1 LEVANTADOS DO CHÃO

Como então? Desgarrados da terra?
Como assim? Levantados do chão?
Como embaixo dos pés uma terra
Como água escorrendo da mão?

Como em sonho correr numa estrada?
Deslizando no mesmo lugar?
Como em sonho perder a passada
E no oco da Terra tombar?

Como então? Desgarrados da terra?
Como assim? Levantados do chão?
Ou na planta dos pés uma terra
Como água na palma da mão?

Como andar uma lama sem fundo?
Como em cama de pó se deitar?
Num balanço de rede sem rede
Ver o mundo de pernas pro ar?

Como assim? Levitante colono?
Pasto aéreo? Celeste curral?
Um rebanho nas nuvens? Mas como?
Boi alado? Alazão sideral?

Que esquisita lavoura! Mas como?
Um arado no espaço? Será?
Choverá que laranja? Que pomo?
Gomo? Sumo? Granizo? Maná?

(Milton Nascimento)

(Letra e música: Chico Buarque)

3.1 – POLÍTICAS POPULACIONAIS E A FRONTEIRA AMAZÔNICA

A história da humanidade é uma história em movimento. Movimento que se objetiva no tempo e no espaço. Deslocamentos populacionais sempre existiram e sempre existirão, Desde os tempos predominantemente nômades até os que chamamos de sedentários. Os movimentos populacionais aconteceram e acontecem por diferentes motivações. Ora provocados por políticas estatais forçadas sobre a população: a primeira política censitária registrada no mundo ocidental foi do Império Romano, que estabeleceu o retorno, para todas as pessoas sob seu domínio, a seus lugares de origem objetivando serem contadas. Não é à toa que Jesus Cristo nasce na estrada. Seus pais cumpriam essa determinação. Há casos de deslocamento de caráter político-religioso, como em movimentos messiânicos do tipo do Arraial de Canudos ou como no retorno dos hebreus do Egito para Israel (GUERRA, 2001b).

Movimentos populacionais de todas as origens provocam reação do Estado. Aparece a necessidade de contar e redimensionar a população enquanto recurso, de acordo com as perspectivas de dominação de um grupo social sobre o outro. Foi neste contexto que apareceram os recenseamentos.

O recenseamento permite conhecer a extensão de um recurso (que implica também um custo), no caso a população. Nessa relação que é o recenseamento, por meio da imagem do número o Estado ou qualquer tipo de organização procura aumentar sua informação sobre um grupo e, por consequência, seu domínio sobre ele. (RAFFESTIN, 1993: 63)

Domínio que pode gerar ambivalências. Os dados sobre determinada população podem servir de instrumento tanto para dominação como para resistência. Nesta perspectiva, Raffestin (1993) acrescenta:

A população é concebida como um recurso, um trunfo, portanto, mas também como um elemento atuante. A população é mesmo o fundamento e a fonte de todos os atores sociais, de todas as organizações. Sem dúvida é um recurso, mas também um entrave no jogo relacional (RAFFESTIN, 1993:63)

No Brasil, a origem dos instrumentos sistematicamente periódicos de contagem da população se confunde com o advento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1937. A demonstração de que ele é anterior nos é dada pelo próprio IBGE, quando apresenta a evolução da demografia brasileira desde 1550, a partir de estimativas. Esses instrumentos geralmente surgem quando há necessidade de reformulação do Estado. É como nos demonstra a passagem: “(...) os primeiros recenseamentos modernos freqüentemente coincidem com o fortalecimento do Estado ou com a formação de um novo Estado(...)” (RAFFESTIN, 1993:64). Em território nacional, a confirmação dessas palavras: a necessidade de contagem da população brasileira aparece justamente com a construção do Estado Novo, protagonizado por Getúlio Vargas.

O recenseamento como um mero inventário de estoque populacional rapidamente se esgota como etapa e é preciso acrescentar intervenções sobre os fluxos desta população. É quando o movimento se torna ameaçador ao planejamento estatal prévio e passa a ser necessário compreendê-lo para gerenciá-lo.

Os fluxos podem ser naturais, tais como aqueles induzidos pela natalidade ou pela mortalidade, ou espaciais, como os que resultam da migração – seja das emigrações ou imigrações. Assim as variações de estoque puderam ser seguidas, de uma só vez, no tempo e no espaço. As variações no tempo incitaram a tomada de medidas que se concretizaram em políticas populacionais ou não. As variações no espaço determinaram políticas de localização, de transferência, autoritárias ou não (RAFFESTIN, 1993: 70)

Se a população é um recurso, uma fonte de energia, não há demora em tentar fazê-la crescer ou se deslocar objetivando uma ou outra estratégia. Para alcançar tais objetivos as táticas implementadas foram as mais diversas “(...) desde a coerção pura e simples até a incitação moral, passando pelo jogo das remunerações.” (RAFFESTIN, 1993: 70)

Os trabalhadores do Assentamento Palmares II não estão fora deste processo. Sofreram com estas mesmas táticas tentando superar uma condição material brutal e garantir sua reprodução enquanto camponeses, mesmo que para isso deixassem momentaneamente de ser camponeses e se

jogassem (ou fossem jogados?) em fluxos colonizatórios em direção a centros urbanos. Os processos de colonização seguiram padrões que buscavam cumprir determinados objetivos geopolíticos, no caso da Amazônia, o da defesa do território pela ocupação, integração à economia do país e do mundo moderno.

Temos uma primeira etapa da colonização oficial interna que se inicia na década de 1940. É o caso da Expedição Roncador-Xingu e da Fundação Brasil Central. O Estado Novo começa a delinear sua política populacional, promovendo as primeiras mobilizações da população e objetivando integrar o Brasil à procura de recursos que pudessem dar suporte ao nascente projeto urbano e industrial.

Passada a década de 50, que teve como marcos da política colonizatória a construção da Belém-Brasília, da própria cidade de Brasília e a política de incentivos fiscais para empreendimentos na Amazônia, distinguiram-se nos gabinetes da ditadura militar duas modalidades de colonização: a dirigida e a espontânea. Como, com propriedade, se questionou: “(...) até que ponto é válido falar em política governamental, tratando-se de colonização não-dirigida, ou seja, dessa que se processaria ‘espontaneamente’?” (HÉBETTE & ACEVEDO, 2004: 41)²³. Como toda linguagem é incrivelmente ideológica, os autores nos dão uma contribuição buscando desmistificar categorias impregnadas de ideologia:

A antiga Colônia Agrícola de Ceres, hoje Município em Goiás, criada em 1941 foi uma das primeiras experiências de gestão da população pelo Estado brasileiro. Formas de colonização se deram também por movimentos políticos-ideológicos objetivando resistências ao modelo dominante. Foi o caso da Colônia Cecília no Paraná. Um núcleo de 150 famílias anarquistas chegou ao planalto geral no estado paranaense e fundaram em abril de 1890 a Colônia. O objetivo era organizar uma comunidade sob os princípios da autogestão econômica e do federalismo político, usando para isto elementos do mutualismo, proposta do movimento socialista europeu. O caso do Burgo de Itacaiúnas é um caso mais próximo de nossa área de pesquisa. Acompanhado de correligionários políticos banidos de seu município após violenta refrega política, Carlos Leitão se instala nas proximidades de onde viria a ser Marabá, e recebe o apoio do Governo do Estado do Pará para as atividades iniciais do povoado (EMMI, 1999; MOURA, 1989). Neste caso, a população se desloca primeiro e recebe o apoio governamental depois.

Estes são alguns exemplos da ambivalência existente nos processos de gestão da população, tornando a mobilidade espacial dos trabalhadores brasileiros uma categoria rica e de análise complexa. Tentar definir o que é origem (emigrante) e que o é destino (imigrante) nos estudos demográficos torna-se um exercício tão complicado quanto pertinente.

Quando se trata de fronteira amazônica a questão se torna ainda mais polêmica e pode-se enumerar pelo menos três grandes complicadores. i) Existem diferenças entre as diversas compreensões sobre a categoria; ii) nessas áreas que se convencionou chamar de fronteira é veloz e violenta a dinâmica de produção do espaço, sendo um dos principais componentes dessa dinâmica a migração; e iii) nosso lócus de estudo é ao mesmo tempo sujeito e objeto desta realidade.

No que se refere à polêmica sobre a definição de fronteira, identificamos pelo menos dois eixos de análise que divergem: o primeiro compreende que sua principal característica é a situação de conflito social (HÉBETTE, 2004; MARTINS, 1997; VELHO, 1972; IANNI, 1978) e o segundo

avalia que existem diferentes etapas no processo que vai desde a formação até a consolidação da fronteira (FOWERAKER, 1982; REBORATTI, 1989; DINIZ, 2002).

A primeira concepção compreende a *sociedade de fronteira* como um lugar onde se estabelecerá o diálogo com a alteridade. Um lugar do encontro dos que, por razões várias, são diferentes entre si. Neste sentido, o conflito faz com que a fronteira seja, essencialmente e a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. O que dá a dimensão deste processo é justamente o desencontro de temporalidades (MARTINS, 1997), que força a um ajuste, um acordo, e resulta em uma nova identidade.

A segunda concepção compreende a *sociedade de fronteira* em etapas, sustentando que os processos na fronteira apresentam uma seqüência regular, cujo mecanismo de desenvolvimento determina ciclos que se repetem em cada caso. Parte da tese de que a regularidade de cada ciclo pode ser estabelecida, e que quaisquer variações podem explicar-se em cada caso pela variação relativa das relações entre os fatores constitutivos da fronteira agrária, não se tratando de um processo aleatório (REBORATTI, 1989).

No que se refere à rapidez e a violência no processo de produção do espaço através da migração entendemos que é necessário um pequeno esboço sobre as teorias e metodologias relacionadas ao processo migratório. Registre-se que situar este trabalho num campo teórico sobre estudos de população e de migração requer um esforço contínuo de reflexão, para evitar a incursão em equívocos que possam desqualificar o esforço de pesquisa e, mais, para garantir que, no eventual uso desse esforço como uma contribuição efetiva para o desenvolvimento de políticas públicas, se forneça uma leitura correta sobre o fenômeno da migração.

Como referências teóricas temos três grandes troncos de análise sobre migração. O pioneiro foi consagrado como neoclássico. A seguir definiu-se uma vertente histórico-estrutural. E, por fim, uma terceira e mais recente conhecida como mobilidade do trabalho.

Dentre essas vertentes analíticas não existe uma unidade nem mesmo na definição do que seja migração, migrante ou, simplesmente, mobilidade (SALIM, 1998). Sem a definição desses conceitos fica difícil conceituar o que seriam fluxos e correntes migratórias. Entre as fontes teóricas e metodológicas que estudam população e o fenômeno da migração, uns priorizam o indivíduo (caso dos teóricos que apresentam abordagem marcadamente neoclássica), outros privilegiam as classes sociais (caso dos teóricos que apresentam abordagem com características da escola histórico-estrutural e da mobilidade do trabalho). Alguns preferem pesquisas em escala macro, outros em menor escala. É nossa tarefa discorrer brevemente sobre essas diversas concepções e no processo agregar ou descartar características de uma ou outra escola.

As teses mais antigas se agrupam no que conhecemos como escola neoclássica. Preocupa-se basicamente com a economia do espaço e com a gestão capitalista da mão de obra. Para esta tendência que hegemonizou durante muito tempo os estudos populacionais, a migração é um fenômeno positivo para as sociedades. Parte do pressuposto que toda migração nasce da vontade soberana do indivíduo, a partir de um cálculo racional entre os custos e utilidades de permanência ou de mudança, mediante os diferenciais de salário e oportunidade de emprego.

Para esta escola, os movimentos populacionais significam, antes de tudo, mobilidade geográfica:

Os movimentos populacionais significam mobilidade geográfica dos trabalhadores. Esta por sua vez surge de desequilíbrios espaciais dos 'fatores de produção' – terra, capital e recursos naturais. A assimetria na distribu341rio e op2s dem a

123). Ou seja, “(...) a igualização ou equilíbrio é inexorável, ainda que a estrutura social permaneça, na sua essência, inalterada” (SALIM, 1998: 123).

Podemos extrair elementos deste ramo que contribuem ou não para os nossos objetivos de análise. No que se refere à centralidade no indivíduo e de sua vontade soberana de migrar vemos que isto dificulta uma compreensão mais atenta da realidade migratória, pois renega condicionantes históricos e estruturais. A migração não implica necessariamente na eliminação das desigualdades regionais e/ou econômicas. No caso da Amazônia o que se viu foi o contrário. A proletarização não surge da simples força dos mercados e nem a força de trabalho flui espontaneamente para os mesmos. Vimos também que não se consideram elementos extra-econômicos, como a violência no campo (muito freqüente nas áreas de fronteira agrícola) ou questões de ordem cultural e espiritual.

No entanto, não se pode ignorar que os modelos neoclássicos, ao manejarem variáveis e hipóteses, deram uma grande contribuição para a pesquisa empírica, para a compreensão do nível individual, subjetivo, dos deslocamentos populacionais. Contribuições para o estudo da motivação, as características e mobilidade do migrante, os custos da migração economicamente, a distância física e os elementos psicossociais foram grandes avanços que estes modelos nos legaram.

O enfoque histórico-estrutural, com grande tradição na compreensão dialética dos fenômenos, tem como características os seguintes elementos: a) vê a migração como um fato essencialmente social. A unidade dos elementos socialmente estabelecidos compõe as correntes migratórias, que partem de classes sociais ou grupos sócio-econômicos específicos, saindo, portanto, de estruturas societárias com delimitação geográfica (SALIM, 1998: 125).

A migração, cujo motor principal é a desigualdade regional, processa-se geralmente para redimensioná-la, muitas vezes no sentido de aumentar esta desigualdade. O foco de análise dessa corrente são as contradições no âmbito das relações sociais de produção, do desenvolvimento das forças produtivas e dos mecanismos subjacentes à dominação. Define-se o fenômeno migratório

compreendendo a estrutura como um todo, apontando que “(...) as condições estruturais de níveis sociais, econômicos e políticos que contextualizam sua dinâmica, tornam possível certas escolhas ou mesmo definem a natureza e a direção dos fluxos migratórios na espacialidade heterogênea e contraditória” (SALIM, 1998: 125). Observamos uma tendência constante neste tipo de enfoque: tenta-se reduzir todo e qualquer fenômeno à esfera da economia, como podemos observar na seguinte passagem:

[...] tendência predominante de dimensionar a migração pelo aspecto econômico – modos de produção, relação de produção, mecanismos de produção, etc. Sem relacioná-la com outros processos macrossociais importantes, como os de natureza social e cultural que também incidem sobre graus diversos sobre ela. (SALIM, 1998: 126)

Toda a análise desta escola se dá por agregação dos fluxos e conversão da conduta migratória individual a esse nível. Como podemos constatar: “(...) O indivíduo e o grupo social não atuam de forma autônoma, mas submetidos aos influxos de causas estruturais. Deste modo, os motivos se diluem no quadro geral das condições sócio-econômicas que determinam a migração em geral” (SALIM, 1998: 127).

Neste quadro, há uma incontornável impossibilidade de confirmar hipóteses sobre as causas do fluxo migratório, já que a base empírica não tem outro destino senão o de suporte ilustrativo dos argumentos teóricos. Outra questão que se impõe é que, ao gerar um maior conhecimento sobre as estruturas agrárias, pela inserção da migração no bojo do processo de acumulação via mecanização e mudança nas relações sociais de produção, tende a privilegiar explicações sobre a migração rural-urbana, comprometendo assim a explicação global das características dos diversos fluxos em termos de natureza e destino. As migrações de natureza rural-rural tendem a serem ignoradas, pela escassez de ferramentas de análise. Uma área rural pode ser ponto de partida de fluxos com destino rural, o que pouco se estudou, sendo a literatura pouco generosa com o êxodo rural-rural (GUERRA, 2001b:47). Este problema pode ser observado no fragmento abaixo:

A simples correlação entre a migração de categorias sociais específicas e as condições materiais objetivas de um mesmo espaço rural pode ser diferenciada, se considerarmos separadamente assalariados, posseiros, parceiros, pequenos produtores, etc. e não o conjunto da população residente ou todo pessoal ocupado no campo. (SALIM, 1998: 133)

No entanto, é imperioso enumerar no que este enfoque pode contribuir, captando a migração dentro do contexto histórico, dando ênfase aos fatores estruturais e apresentando, assim, nexos interessantes que podem nos dar a medida coletiva do fenômeno. Tem, ainda, a capacidade de propiciar análises que agregam os diversos elementos, permitindo a compreensão da heterogeneidade contextual da migração e de sua funcionalidade no capitalismo agrário em áreas de fronteira. (SALIM, 1998: 133).

Quando se analisa a vertente que opta pela mobilidade da força de trabalho, temos ferramentas que podem se converter em uma espécie de armadilha, criando a tendência de compreender a mobilidade apenas em suas formas concretas imediatas. Reduzem-se as próprias compreensões empíricas dos movimentos populacionais e confunde-se, portanto, mobilidade espacial com migração ou mesmo a mobilidade setorial e/ou profissional com migração profissional.

Outra questão importante é a transposição imediata de uma realidade européia, com determinado estágio de desenvolvimento do capitalismo e de suas forças produtivas, para uma realidade de capitalismo tardio (MELLO, 1982), em processo de modernização agrícola recente (GRAZIANO DA SILVA, 1996) ou, pior ainda, para uma situação de fronteira como a Amazônia, em que nem se consolidou a modernidade e já se impõe a pós-modernidade.

Esta escola contribui para se analisar a mobilidade da população como as condições de se mover e ser movido como modalidade concreta na construção de um determinado espaço sob o prisma da força de trabalho.

3.1.1 Ori(gens): de onde são?

Foram aplicados 110 (cento e dez) questionários no Assentamento Palmares II, entre maio e julho de 2005. São 110 pessoas que guardam profundas diferenças entre si. Com diferentes itinerários espaciais, estas pessoas chegaram em uma área comum: o Assentamento Palmares II, lugar de encontro, construção e reconstrução de uma identidade camponesa. Desde então, esta área transformou-se em um lugar para homens e mulheres que buscam ou buscavam *seu* lugar social. Um lugar que pudesse garantir a satisfação dos mais diversos anseios, sempre colocados como necessidades pessoais e da família. Um anseio se impunha coletivamente e percorria o horizonte de todas essas pessoas: o acesso a terra. Alcançado este objetivo – para uns pela primeira, para outros pela segunda ou terceira vez – e a satisfação pessoal passou a depender da satisfação social (assentamento). Do pessoal para o social, do indivíduo para o coletivo, uma questão se impõe para entendimento: que origem essas pessoas têm? É este questionamento que ancora as diferenças que devam ser aplainadas na construção de uma identidade dos que agora pertencem a um lugar, a uma categoria de sem-terra, camponês, agricultor, lavrador. Que nível de coesão poderão ter ancorados neste indicador que se refere a um espaço geográfico, a uma trajetória, a um contexto sócio-espacial, econômico e cultural.

Na distribuição por gênero encontramos os seguintes dados: as pessoas do sexo masculino correspondem a 68% dos assentados, enquanto que as do sexo feminino correspondem a 32%. No entanto, esses números não podem ser considerados eficazes para sustentar qualquer projeção de gênero para a totalidade do assentamento. Esta disparidade entre homens e mulheres pode ter sido fabricada por certas condições encontradas durante a pesquisa de campo. As mulheres que se encontravam em casa e sozinhas no momento das visitas, feitas pela manhã ou tarde, não se dispunham a dar entrevistas. Isto pode ser explicado, em um primeiro olhar, pelo acúmulo de tarefas no momento: pediam para que se retornasse à noite, quando os maridos estariam em casa de volta da roça. Também era possível perceber a inibição, a “vergonha” do suposto “não saber”, o que

pode, em alguns casos, ter relação com o gênero do pesquisador. Remete, igualmente, à tensão que este instrumento estabelece. Os assentados da Reforma Agrária vivem no olho do furacão de uma disputa em que a informação é uma arma que pode servir a favor ou contra o depoente.

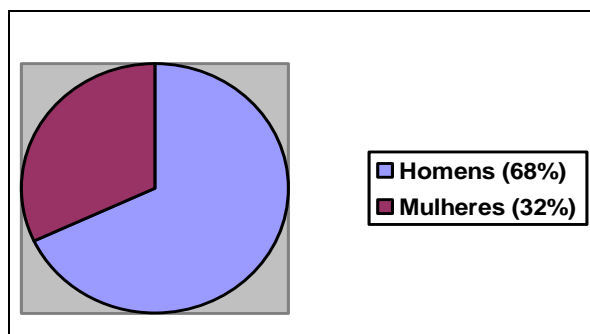


Gráfico 1 Sexo dos entrevistados

Estabelecemos um nexos entre gênero e número de migrações que originou o quadro:

Quadro 1 Relação entre gênero e número de migrações

	Baixa	Média	Alta	Total
Masculino	42	27	5	74
Feminino	24	10	2	36
Total	66	37	7	110

Fonte: Pesquisa de Campo, 2005.

A partir dos intervalos do número de migração, dividimos os indivíduos em três níveis no que diz respeito à quantidade de deslocamentos: *baixa* (até cinco), *média* (até dez) e *alta* (até 15). A parcela *baixa* representa 60% de nossa amostra. Nela se encontram 63,5% de pessoas do gênero masculino e 36,5% de mulheres. Na parcela *média* se enquadram 33,63%, sendo que os homens perfazem 72,97% e as mulheres 27,03%. Por fim, na parcela *alta* temos 6,37% dos assentados e os homens continuam com maior número - 71,42%, enquanto as mulheres somam 28,57%.

Em relação à origem dos entrevistados se confirma o que estudos populacionais sobre a Região Sudeste do Pará já afirmaram: a maioria dos assentados é do Estado do Maranhão – e no caso da Palmares isto representa 62,7%. Tal afirmação, no entanto, não pode ser feita descuidadamente, como se o estado em questão tivesse população homogênea, negando sua diversidade natural e social. Para nos aprofundarmos sobre a origem dessas pessoas dentro das

divisas do Maranhão, atentamos para as mesorregiões de onde vieram, como estabelecidas pelo IBGE²⁴. Identificamos uma certa equidade entre três regiões do Maranhão. Na Região Oeste tiveram origem 29% dos Maranhenses, no Centro 30% e 26% no Leste do estado.

No segundo maior grupo aparecem, empatados, os que nasceram no Piauí e em Goiás (levando em consideração que, no período, ainda não existia o Estado do Tocantins) com 7,3% do total. Depois, aparece o Pará com 5,6% e o Ceará com 4,5% cada. Em seguida despontam a Bahia e Minas Gerais, contribuindo com 3,6% cada no número total de entrevistados, o Paraná apresenta 2,7% do total. Finalmente, com as menores expressões, aparecem potiguaras e capixabas, com 0,9% e 1,8% respectivamente (mapa de origem na página seguinte).

Estas origens se relacionam com a constatação a que chegou o recente estudo sobre os impactos dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Ao refletir sobre a *mancha reformada* do Sudeste do Pará no que se refere à migração, os pesquisadores concluíram:

Na década de 80 há uma retomada dos fluxos migratórios para região, com a febre do ouro (com a descoberta de minas de ouro em Serra Pelada e vários outros pequenos garimpos), a abertura de serrarias e a implantação do parque siderúrgico do Projeto Grande Carajás. Houve significativo contingente populacional de vários Estados (Minas Gerais, Bahia, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí e Ceará), em sua maioria de origem rural e do sexo masculino. (LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos Assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro.** 2004: 48)

O aspecto *origem* é um elemento importante na formação da identidade camponesa. A naturalidade converte-se em um atributo que detém bastante a atenção dos camponeses, pois “cada camponês, em particular, é capaz de identificar a procedência de todos os camponeses considerados conhecidos” (MAGALHÃES, 2002: 240). Para essa autora, a identificação de pessoas através de

²⁴ O objetivo inicial do levantamento era estabelecer a seguinte escala: localidade, município e Estado. No entanto, na hora de tratamento dos dados pelo Programa SPSS, o conjunto das variáveis de localidade, município e Estado chegaram a 720. Ao consultarmos um estatístico que trabalha há anos com este programa soubemos que, a partir da Versão 08 com mais 200 variáveis processadas, o programa não consegue fazer os cruzamentos. Isto nos levou a agregar localidades e anos, estabelecendo intervalos do mesmo.

apelidos como “Zé Paraense”, “Maranhão”, “Bacaba” é uma referência jocosa às trajetórias sociais e a diferenciação social entre eles atribuída, por sua vez, as diferenças culturais que haveria entre paraenses e não paraenses (especialmente maranhenses e goianos).

Quando aglutinamos estes números ligados à origem em regiões político-administrativas do país e consideramos o Estado do Tocantins como uma unidade independente na federação, temos a seguinte configuração:

Quadro 2 Origem dos assentados por regiões Político-Administrativas

Regiões Político - Administrativas (IBGE)	Frequências	Percentuais válidos (%)
Norte	9	8,2
Nordeste	87	79,1
Centro Oeste	7	6,4
Sudeste	4	3,6
Sul	3	2,7
Total	110	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2005.

O Estado de Goiás junto com a região Centro Oeste, deixam de ocupar o segundo lugar, caindo para a terceira posição. Desta forma, a Região Norte passa a ser a segunda mais expressiva. Nesta perspectiva, vamos começar a considerar a existência do Tocantins. As pessoas que nascerem no norte de Goiás, hoje Tocantins, serão então contabilizadas como pertencentes ao Estado do Tocantins.

Estabelecemos um intervalo de tempo para caracterizar três momentos diferenciados da conjuntura nacional e da faixa etária dos indivíduos. Depois de fazer um pequeno apanhado dos anos de nascimento de nossa amostra e das diferentes gerações de pessoas, estabelecemos um primeiro intervalo que vai de 1925 a 1944. Pessoas com idades entre 61 e 80 anos. Neste intervalo se encaixaram 4,5% de nosso universo.

Um segundo intervalo estabelecido vai de 1945 a 1964. Idades, portanto, variando entre 41 e 60 anos, o que corresponde à maioria, perfazendo 55,5% dos entrevistados.

Por fim, ocorre um terceiro grupo com frequência entre 1965 a 1984 e idades que vão de 21 a 40 anos, correspondendo a 40% do total. Estabelecemos assim a mudança de uma geração para a seguinte a cada intervalo de 19 anos, o que não é uma definição arbitrária, já que, no mundo rural, 19 anos é a idade em que, aproximadamente, o indivíduo forma sua família e se afirma como protagonista no interior de seu núcleo familiar.

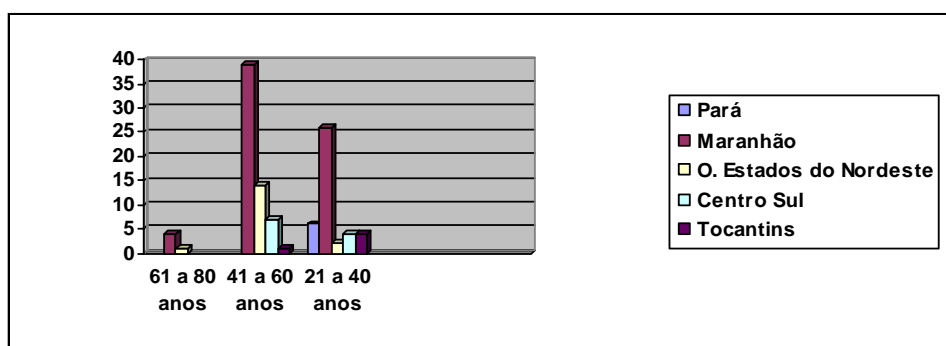


Gráfico 2 Faixas etárias dos assentados por Unidade da Federação e Região
Fonte: Pesquisa de Campo, 2005.

3.1.2 Da 1ª a 3ª migração e sua composição

Ao analisarmos a primeira, a segunda e a terceira migração, objetivando constatar a quais Estados e Mesorregiões esses fluxos se destinaram, construímos o seguinte quadro:

Quadro 3 Relação entre localidades e número de migrações

Localidades		1ª migração		2ª migração		3ª migração	
		Mesorregião do MA e PA N. Absoluto	Estado e região %	Mesorregião do MA e PA N. Absoluto	Estado e região %	Mesorregião do MA e PA N. Absoluto	Estado e região %
Pará	Sudeste	35	31,84	55	57,8	67	72
	Nordeste	-		3		3	
	Sudoeste	-		3		2	
	Marajó	-		1		-	
	RMBelém	-		1		-	
	BAmazonas	-		-		-	
Maranhão	Centro	21	47,3	8	27,52	6	20
	Oeste	17		12		9	
	Sul	2		-		-	
	Norte	6		4		3	
	Leste	6		6		2	
Outros do Nordeste	Estados do	7	6,36	2	1,84	-	-

Centro Sul	10	9,1	10	9,18	-	4
Tocantins	5	4,5	4	3,66	-	3
Não Sabe	1	0,9	-	-	-	-
Outros Estados do Norte	-	-	-	-	-	-
Outros Países	-	-	-	-	-	1
Nº absoluto e % válida	110	100	109	99,1	100	90,9

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Para fins de esclarecimento, o que chamamos de “Outros Estados do Nordeste” são todos os estados do Nordeste do Brasil, com exceção do Maranhão. O que compreendemos por “Centro Sul” são as regiões político-administrativas Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil. Já “Outros Estados do Norte” são todos os Estados do Norte do Brasil com exceção do Pará e do Tocantins.

3.1.2.1 1ª Migração

Na primeira migração a totalidade dos fluxos que se destinam ao Estado do Pará (35) vai em direção à Região Sudeste, para áreas rurais, trabalhando ora como empregados em fazendas, ora como extrativistas vegetais e/ou minerais ou camponeses autônomos (a história do trabalho será discutida mais a frente). Esta é uma demonstração cabal de que o motivo principal de migração é o trabalho na terra. Percebemos que nem todos vêm do Maranhão. Um indivíduo nasceu no Nordeste do Pará e se deslocou para a porção Sudeste (uma migração intra-estadual). Analisando a origem dos fluxos que se destinam ao Pará na 1ª migração, constatamos que o Maranhão participa com 15,42%, outros estados do Nordeste do Brasil, mais notadamente Piauí e Ceará, com 10% e a região Centro Sul com 0,9%.

O município que mais concentra pessoas nesta etapa é Curionópolis. Este município é resultante da concentração populacional que veio atraída pelo garimpo de Serra Pelada. O fato dos assentados da Palmares II fazerem essa referência no período de 1970-89 (58,1%) pode confirmar a idéia de que sejam eles remanescentes desse processo, mas quando avaliamos o principal motivo que o deslocou, encontramos apenas 8% que alegaram o motivo garimpo. O Assentamento Palmares se constitui, assim em uma das alternativas, uma das possibilidades, assim como a prática do extrativismo mineral.

Elas se distribuem por Curionópolis da seguinte forma: cinco pessoas vão para o Km 30. O mesmo número tem como rumo o garimpo de Serra Pelada. Uma pessoa se fixa no Km 16 e outra tem como paradeiro a sede. O segundo município que mais concentra é Parauapebas com seis pessoas. Na sede se encontram quatro entrevistados. No Centro de Desenvolvimento Regional – CEDERE I²⁵ um indivíduo se assenta e outro já monta acampamento no início da ocupação da Fazenda Rio Branco (este migrou apenas uma vez). Rondon do Pará é o terceiro município que mais concentra. Temos um total de cinco pessoas. Uma se abriga no Km 12 e quatro vão para a sede. Para os municípios de Marabá e Redenção temos duas pessoas cada. Já em Rio Maria, Eldorado do Carajás, Goianésia, Conceição do Araguaia, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Ligação (localidade na fronteira do Pará com Maranhão) temos um indivíduo em cada município.

Já no Estado do Maranhão as Mesorregiões Centro, Oeste e Sul sofrem acréscimos na primeira migração, enquanto que a porção Norte e Leste declinam. Como se tivéssemos um vetor que corresse na direção Leste – Oeste, áreas de ocupação mais antigas para as mais novas. O gráfico 3 ilustra esta situação para as Mesorregiões do Maranhão.

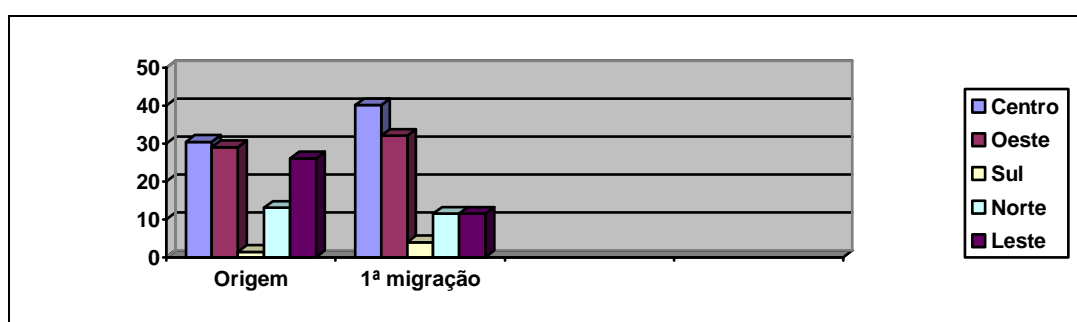


Gráfico 3 Origem e 1ª Migração dos entrevistados do Assentamento Palmares II

Fonte: Pesquisa de Campo, 2005.

²⁵ A CVRD e o INCRA acreditavam que pudessem resolver a questão da absorção de migrantes sem terra com a formação dos Assentamentos Carajás I, II e III, incluindo aí o desenvolvimento de centros urbanos, os chamados Centros de Desenvolvimento Regional – CEDERES I, II e III

Este vetor foi chamado de “corredor migratório” (HÉBETTE & ACEVEDO, 2004) no Maranhão. Seriam migrações rural-rural, com levadas de colonos sem paradeiro fixo. Assim nos demonstram os autores:

Um deles vai dos Vales do Itapecuru, Mearim e Pindaré, para o Vale do Tocantins (Imperatriz e Extremo Norte Goiano²⁶) e, de lá, para a margem esquerda do Araguaia e para a Transamazônica. Os ocupantes atuais de uma área de colonização são, muitas vezes, ocupantes expulsos de outra área. (HÉBETTE & ACEVEDO, 2004: 55)

Outros estados da região Nordeste do Brasil sofrem uma queda de mais de 50%. Os estados que aparecem são Bahia, com maior número (um em Salvador, outro em Prado e outro em Nova Terra). O Piauí (um indivíduo vai para Água Branca e outro se desloca para Teresina) e o Estado do Ceará com dois se deslocando para a capital. O Estado do Tocantins mantém o mesmo padrão em relação à origem de nossos entrevistados. Sua distribuição populacional, nesta etapa, apresenta um total de cinco pessoas. Três se encontram em Araguatins no extremo norte do estado (na Região do Bico do Papagaio), um em Araguaçu na beira do Rio Formoso e outro em Buriti do Tocantins (também na Região do Bico do Papagaio).

Em relação ao Centro Sul, os estados com incidência são Goiás, Minas Gerais, Paraná e São Paulo. Em território goiano temos três indivíduos. Um na localidade de Cruzelândia, no Município de Rubiataba que fica na Região de Ceres. Outro no Município de Carmolândia que, até então, pertencia a este estado (hoje Tocantins) e o último no limites de Porangatú na porção norte. Em Minas Gerais temos um indivíduo em cada um dos Municípios: Malacacheta, Aracoiaba e Nanuque. Os dois paranaenses, com o mesmo nome próprio, sem nenhuma relação de parentesco, na segunda migração são imigrantes de Nova Prata do Iguçu. Por fim, o que se encontra em São Paulo, teve como destino Piracicaba.

3.1.2.2 2ª migração

²⁶ Hoje norte do Estado do Tocantins.

Nesta etapa, o número absoluto de pessoas ainda em migração cai para 109. Isto significa dizer que apenas uma (uma) pessoa migrou apenas uma vez.

A partir da segunda migração a tendência de ocupação leste-oeste do Maranhão se confirma. As pessoas no Oeste do Maranhão aumentam (40%) ao mesmo tempo que seu número absoluto cai (27,52%). Os Outros Estados do Nordeste continuam em queda. Desta vez, contribuem com apenas 1,84%. O Tocantins registra um pequeno decréscimo, enquanto que o Centro Sul mantém seus números.

Ao avaliarmos a passagem da primeira para a segunda migração temos um quadro de dispersão no Estado do Pará. O que antes era concentração apenas no Sudeste paraense, agora começa um processo de espraiamento para outras Mesorregiões sem, no entanto, impedir um aumento do número absoluto no Sudeste do estado. Isto é reflexo dos sintomas de mudança dos vetores migracionais. Antes (décadas de 60 e 70) a migração inter-regional era muito forte. Na passagem para as décadas seguintes percebemos arrefecimento nestes fluxos passando a ser o carro-chefe as migrações intra-regionais.

Na segunda migração o município com maior incidência no Estado do Pará deixa de ser Curionópolis e passa a ser Parauapebas. Na distribuição interna de Parauapebas temos o seguinte quadro: nove já deixaram de migrar e chegaram ao P. A. Palmares II; uma no P. A. Rio Branco²⁷; uma no CEDERE II; uma no núcleo urbano de Carajás; uma no Km 47; uma na Colônia Jader Barbalho; sete na Sede. Em Curionópolis a distribuição tem o seguinte desenho: nos quilômetros 30 e 16 temos uma pessoa em cada; na localidade de Sereno duas pessoas estão morando; cinco pessoas no Garimpo de Serra Pelada e uma no Garimpo da Cutia; uma na Sede e outra morando em uma fazenda.

²⁷ A primeira ocupação do MST no Pará foi em 1989 em Conceição do Araguaia na Fazenda Ingá. Hoje, Assentamento Ingá. O Movimento não mantém mais vínculo orgânico com o P. A. Depois disso a organização desloca seus quadros para Parauapebas em 1992. De Janeiro a maio se arregimenta as famílias. Em junho se ocupa uma primeira área da Fazenda Rio Branco. Hoje, Assentamento Rio Branco. Assim como com a Ingá, o MST não tem mais vínculo orgânico com o Assentamento Rio Branco.

Na seqüência temos empatado, ainda na Região Sudeste, com o mesmo número: Marabá e Rio Maria com quatro pessoas cada. Três indivíduos se deslocaram para Xinguara, o mesmo número se aplica para Itaituba, no Sudoeste do estado, sendo que duas estão na Sede do município e outra no Garimpo de Água Branca. Dois estão habitando em Itupiranga. Com uma pessoa se enquadram os seguintes municípios: na Região Nordeste - Aurora do Pará no Km 69; Ipixuna do Pará no Km 48 na Belém-Brasília; São Miguel do Guamá e Tomé-Açú. Na Região Sudeste – Rondon do Pará; Brejo Grande no garimpo; Eldorado do Carajás na sede; Novo Repartimento também na sede; Goianésia/sede e Jacundá. Na Região Sul - São Félix do Xingu. O restante é em Belém e São Sebastião da Boa Vista no Marajó.

Com destaque para o Sudoeste e Nordeste do Pará que mantém uma igualdade entre si. Quando falamos em Sudoeste, leia-se Itaituba e entorno como principal espaço de atração, especialmente com as novas possibilidades vislumbradas com a abertura da Rodovia Cuiabá-Santarém e dos garimpos com destaque para o Garimpo de Água Branca.

Quando avaliamos o Centro Sul, o Estado de Goiás se destaca com o maior número. Temos três pessoas que passam pelo estado. Uma na localidade de Santa Tereza, no Município de Porangatú, outra na sede de Goiás Velho e uma terceira na sede de Anápolis. Em segundo desponta o Mato Grosso, com duas pessoas: uma na localidade de Novo Mundo, no Município de Alta Floresta e outra na localidade de Progresso, no Município de Tanguará da Serra. Com uma pessoa em cada temos os seguintes estados: Paraná (Salgado Filho); São Paulo (Campinas); Minas Gerais (Almenara); Espírito Santo (Vila Pereira); Distrito Federal (Brasília).

Na Região Nordeste do Brasil, aparece apenas uma pessoa que se deslocou para Salvador, na Bahia. No Tocantins três indivíduos se deslocam. Um para Araguatins, outro para Araguaína e um terceiro para Xambioá.

3.1.2.3 3ª migração

O total de pessoas migrando cai para 100, o que corresponde a 90,9% de nosso total. Efetivamente, isto quer dizer que só nove pessoas pararam de se deslocar na segunda migração.

Na terceira migração, os fluxos que se destinam ao Estado do Pará continuam em uma crescente. Já temos 72% das pessoas em seus limites territoriais, a maioria esmagadora no Sudeste paraense.

Temos 35 pessoas nos limites de Parauapebas. Dezenove já compõem os quadros do Assentamento Palmares II. Temos uma pessoa que chega na Fazenda Rio Branco ainda na década de 80. Trabalha para família Lunardelli cuidando do gado e do pasto. Em 1994, com a ocupação pelo MST de outra parte da Fazenda, este indivíduo se integra à ocupação, chegando a ser, hoje, militante do Movimento. Para o CEDERE I, três migram. Para o CEDERE II, dois dos nossos entrevistados são atraídos. Para o Núcleo Urbano de Carajás, dois indivíduos se deslocam. O mesmo número se aplica a Colônia Jader Barbalho. Cinco são imigrantes para a sede do município.

No Município de Curionópolis temos um total de 20 pessoas. Para o Garimpo de Serra Pelada se deslocaram oito. Para o Garimpo da Cutia, duas. Uma pessoa vai para a localidade de Sereno e outra para a Fazenda Grota Verde. Para o Km 30 se deslocam três e a sede absorve cinco pessoas. Para outros municípios do Sudeste, há duas pessoas se dirigindo para cada: Rondon do Pará (Km 95 da BR-222 e sede); Goianésia (localidade de Arraia e sede); Ourilândia (sede). Com uma pessoa para cada, temos: Eldorado do Carajás, Tucuruí, Floresta do Araguaia e São Geraldo do Araguaia.

No que se refere a outras regiões do Pará, o Nordeste do estado se configura como segunda região de maior atração, com três pessoas se distribuindo por Ipixuna do Pará, na localidade de Cabeludo, na Belém-Brasília, no Km 29 de Tomé-Açú e em Castanhal. Por fim, aparece a Região Sudoeste, atraindo um migrante para Itaituba, na localidade de Pato Sino e outro para Pacajá.

Quando avaliamos o Centro Sul, dois estados aparecem. Minas Gerais com três pessoas (nos Municípios de Nanuque, Jacinto e Congonhas dos Campos) e uma em São Paulo (capital). O Tocantins é estado de atração para três trabalhadores: (Arapoema, Bernardo Sayão e Araguaçu, na beira do Rio Formoso). Temos um que se deslocou para Ida Verde, na Guiana Francesa²⁸.

No Maranhão permanecem 20% de nossos entrevistados. Apesar deste estado permanecer perdendo população a cada etapa migratória, uma questão é importante. A região central que, na 1ª migração era maioria no estado, decaiu na 3ª, e o Oeste do Maranhão é que consegue aglutinar 45% do total de pessoas. Todas as Mesorregiões sofrem quedas em seus números, no entanto, ainda nesta etapa, a Região Oeste supera a Central.

Para ilustrar este movimento no Maranhão, geralmente nossos entrevistados se referiam como os “centros”, localizados em grande parte na Região Oeste ou Central, tendo nomes como “Centro do Garapa”, “Centro do Escolado Nunes Rodrigues”, “Centro das Negas”, “Centro do Abraão”, “Centro do Leonso”, “Centro do João de Pedro”, etc. Estes “centros” são formados por pioneiros que dão o nome ao lugar como podemos observar na seguinte análise:

A dinâmica da frente de expansão não se situa num único mecanismo de deslocamento demográfico. Tradicionalmente, a frente de expansão se movia e excepcionalmente ainda se move, em raros lugares, em consequência de características próprias da agricultura de roça. Trata-se de um deslocamento lento regulado pela prática da combinação de períodos de cultivo e períodos de pousio da terra. Depois de um número variável de anos de cultivo do terreno, os agricultores se deslocam para um novo terreno. Onde essa prática é mais típica, como o Maranhão, o deslocamento se dá no interior de um território de referência, ao redor de um centro, de um povoado. Quando a roça fica distante do Centro, a tendência é a criação de um novo Centro, ao redor do qual os lavradores abrem suas roças segundo critérios de precedência e antiguidade dos moradores e segundo concepções de direito muito elaboradas, isto é, quem tem direito de abrir a roça onde, por exemplo. Desse modo, a fronteira se expande em direção à mata, incorporando-a à pequena agricultura familiar (MARTINS, 1997:175)

²⁸ Os deslocamentos para os países da Amazônia setentrional são todos com motivação garimpeira. Quando estávamos aplicando o questionário com o assentado que foi para Guiana Francesa atrás de garimpo registramos a seguinte fala: “ - Nunca fui gente. Quando era pequeno me chamavam assim: - hei! Neguinho. Agora me chamam: hei! Nego velho.” O período que era garimpeiro, justamente na sua fase adulta (quando se conquistaria o direito de se chamar “gente” através da possibilidade da dignidade) é como se não fosse “gente”, “humano”. O garimpo aparece neste caso como uma negação da condição de humano.

Percebe-se que não existem mais pessoas vindo de outros estados da Região Nordeste do Brasil. Esses indivíduos estão espalhados no Maranhão e no Pará.

3.1.2.4 Os tempos migratórios

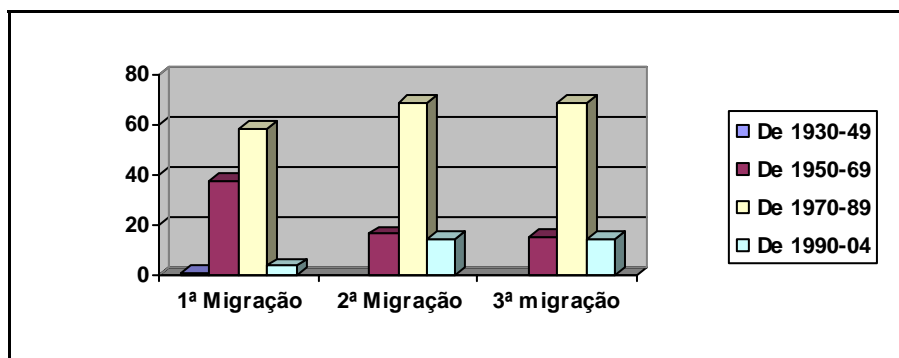


Gráfico 4 Os tempos migratórios

Fonte: Pesquisa de Campo, 2005.

Acima temos um gráfico representando a cronologia desses processos. O nascimento das pessoas estudadas se concentram nos anos que vão de 1950 a 1969 (56,35%). Em seguida, na primeira migração, o intervalo de ano que vai de 1970 a 1989 (58,1%) supera o intervalo 1950-69 que era predominante na origem desses trabalhadores. Paralelamente, vai sumindo o intervalo mais antigo. Temos, portanto, a maioria das migrações ocorrendo nas décadas de 70 e 80.

No entanto, o período anterior é importante de se analisar. Os que se localizam no período de 1950 ainda estão iniciando sua trajetória espacial. No Pará e no Maranhão grandes domínios florestais (floresta de terra firme e mata de cocais respectivamente) prevaleciam. A prática do extrativismo vegetal e mineral se constituía como principal fonte econômica organizada pelas oligarquias através do aforamento. O principal meio de transporte eram os rios da região e as terras eram consideradas “livres”, sem limites institucionalmente definidos (MUCHAGATA, 2004). Enquadram-se nesta perspectiva 16,51% e 15,54% dos entrevistados, respectivamente na segunda e terceira migrações.

A década de 70 é marcada por uma política de distribuição de terras, que proporcionou um assustador crescimento populacional, em função da migração inter-regional. A maior parcela deste conjunto de migrantes, vinha em busca de terras disponibilizadas pela União para fins de Reforma Agrária (na prática tratava-se da efetivação da política de colonização), ou migravam em busca de oportunidades nas frentes de trabalho (aberturas de estradas, obras de infra-estrutura nas mais diversas áreas da construção civil, exploração de madeira, transporte de cargas). Muitas famílias que migraram neste momento permaneceram na região, algumas conseguiram se estabelecer em pequenos lotes rurais; outras foram obrigadas a abandonar as terras e dedicaram-se a outras atividades; outras, ocupando terras cada vez mais distantes, ou migrando internamente em busca de novas frentes de trabalho (SOUZA, 2002). É nesta década que aparece a maior parte das pessoas inseridas, durante a 2ª e a 3ª migrações, com 68,8%.

Na década de 80, se efetivam os grandes projetos de mineração e de infra-estrutura. A ocupação pela pecuária intensifica-se. Observa-se também o fechamento de vários garimpos pela monopolização e tecnificação da exploração mineral. A concentração fundiária aumenta na mesma proporção dos conflitos pela posse da terra. Os trabalhadores elaboram melhor seu poder de organização através dos sindicatos e as primeiras mobilizações para formação do MST na região (SOUZA, 2002).

Para termos um panorama geral da dinâmica da população na região, o quadro abaixo dá uma boa ilustração:

Quadro 4 Crescimento populacional

2	P E R Í O D O	3 SUDESTE PARAENSE		4 ESTADO DO PARÁ	
		5 POP ULA ÇÃ O	Taxa de crescimento do período	População	Taxa de crescimento do período
		1970	95.333		2.197.072
		1980	311.509	226,5	3.507.312
		1991	889.455	185,5	5.181.570
		2001	1.191.393	33,9	6.189.550

Fonte: IBGE.

A partir da análise sobre a dimensão temporal da migração, percebemos que os processos de deslocamento dessas pessoas se iniciaram muito cedo, antes mesmo de completarem 20 anos. Na segunda migração, o intervalo que vai de 1970-89 pula de um pouco mais de 58% para 68%, um acréscimo de 10%. O período de 1930 a 1949 some, confirmando ainda mais o caráter prematuro de deslocamento, ora exigidos pelo próprio deslocamento dos pais, ora saindo do seio familiar, mesmo que ainda muito novos. Percebe-se, ainda, que há quase uma equivalência entre os períodos de 1950-69 e 1990-2004 (16,51% e 14,69% respectivamente). Partimos do pressuposto de que no período de 1990, quem chega não se estabelece necessariamente no Assentamento Palmares II e sim, no seu entorno, em Parauapebas, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, São Félix do Xingu, Redenção, Rondon do Pará, Marabá.

Em seguida, na terceira migração, há manutenção nos períodos do processo de migração. Mantém-se quase que os mesmos intervalos da 2ª para 3ª migração.

3.1.2.5 Os motivos da migração

No primeiro motivo da migração temos um gráfico interessante.

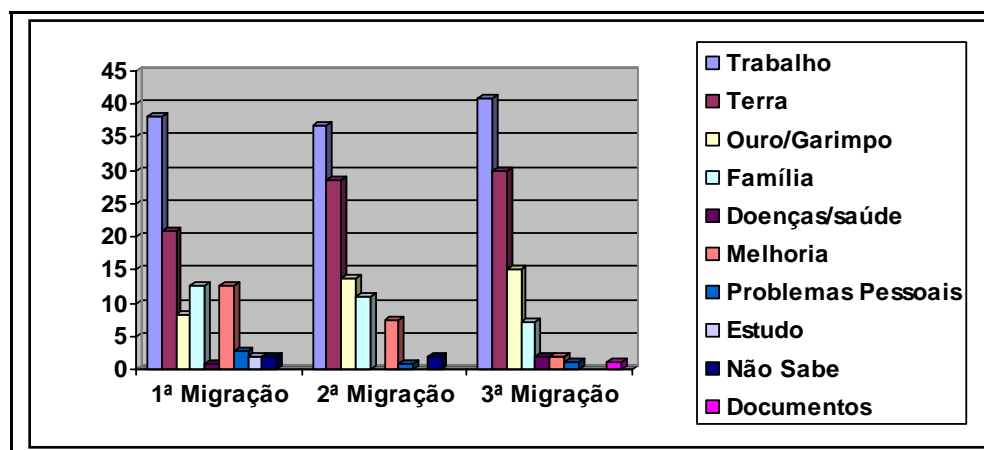


Gráfico 5 Os motivos da migração

Fonte: Pesquisa de Campo 2005

Para construir tal gráfico levamos em consideração os motivos que levaram os indivíduos a fazer tais deslocamentos. Elencamos, a partir da resposta dos nossos inquiridos, cerca de 10 (dez)

motivos para o deslocamento. São eles: Trabalho, Terra, Ouro-Garimpo, Família, Doença – Saúde, Melhoria²⁹, Problemas Pessoais, Estudo, Documentos e Serviço Militar.

Na primeira migração, o trabalho aparece como principal motivador para os deslocamentos (38,18%), seguido pela necessidade de terra (20,9%). Esses dois motivos geralmente podem ser associados na motivação para a migração. Eles juntos somam 59,08% se tornando o principal motivador. Questões familiares e elementos envolvendo melhorias aparecem com números iguais (12,72%). Os que migraram objetivando algum tipo de extrativismo mineral chegam a 8,18%. Já os que se deslocaram empurrados por algum tipo de problema pessoal (geralmente problemas de conflitos entre vizinhos ou questões ligadas a crédito agrícola) chegam a 2,72%. Os que quiseram estudar e os que não sabiam o motivo da migração empatam em 1,84%. Apenas 0,9% migraram por questões de doença e/ou saúde.

Dos oriundos do Maranhão e que se deslocaram para a Microrregião do Alto do Mearim e Grajaú na região Central do estado, 40% tinham como motivo para migrar questões familiares (o que confirma a densa rede de parentesco que envolve a migração). Apenas 30% alegaram terra e 20% alegaram trabalho. Dos que foram para a Microrregião do Médio Mearim, ainda nesta região Central, 50% buscavam algum tipo de melhoria. No entanto, no agrupamento geral das pessoas do Centro do Maranhão, 21 (40,4%) que se encontravam neste período, sete migraram por terra, cinco objetivando melhorias, cinco querendo trabalho e apenas quatro por questões que envolvem a família. Isto demonstra que existem interesses específicos se levarmos em consideração as Microrregiões dos estados.

Entre os que se deslocaram para o Oeste do Estado do Maranhão, na Microrregião de Pindaré, e que correspondem a 65% de todos os migrantes entrevistados desta região, encontramos

²⁹ Entendemos “Melhoria” como uma “(...) série de fatores importantes para o desempenho social e econômico que vão desde a apropriação, localização, tamanho e qualidade da terra, até a rede social com a qual o grupo familiar se articula. Melhoria seria quase um ideal a ser perseguido e, conseqüentemente a busca de melhoria é um direito a ser exercido em qualquer circunstância.” (Magalhães, 2002: p. 284).

equilíbrio referente aos motivos do ato de migrar. 27,3% disseram que se deslocaram por questões de terra, 27,3% por questões de família e 27,3% por questões de trabalho. 18,1% alegaram busca de melhorias. No agrupamento a partir da Mesorregião Oeste, temos 17 pessoas ao todo nesta região.

Na primeira migração, para o Estado do Pará, a totalidade das pessoas tem como destino a Região Sudeste (35 pessoas), sendo que 15 buscavam trabalho, quatro migraram por questões de terra, nove à procura de garimpos, uma por questões familiares, três almejando melhorias, duas por problemas pessoais e uma querendo estudar. Para a Microrregião de Parauapebas, 42% vieram em busca de garimpos, 31% atrás de outros trabalhos e 16% buscando terras. Apenas 5,5% por motivos familiares e outros 5,5% por em busca de estudo.

Quando se expõe o motivo trabalho, geralmente o mesmo está associado ao mundo rural, em atividades ligadas à agricultura. Seja como agregados, seja na empreita com a derrubada de matas para novos pastos ou mesmo o trabalho como peões de fazenda (a questão do trabalho será analisada no item 5.2).

3.1.3 Da 4ª a 6ª migração e sua composição

Quadro 5 Relação entre localidades de origem e número de migrações

Localidades		4ª migração		5ª migração		6ª migração	
		Mesorregião do MA e PA N. Absoluto	Estado e região %	Mesorregião do MA e PA N. Absoluto	Estado e região %	Mesorregião do MA e PA N. Absoluto	Estado e região %
Pará	Sudeste	91,93	75,6	92,5	71,43	88,57	77,78
	Nordeste	1,62		-		2,85	
	Sudoeste	6,45		2,5		5,71	
	Marajó	-		-		-	
	RMBelém	-		-		2,85	
	BAmazonas	-		5		-	
Maranhão	Centro	-	13,41	9,09	19,65	50	8,89
	Oeste	72,73		63,64		50	
	Sul	-		-		-	
	Norte	-		18,18		-	
	Leste	27,27		9,09		-	
Outros Estados do Nordeste		-	-	-	-	-	-
Centro Sul		-	7,33	-	5,35	-	8,89
Tocantins		-	1,21	-	3,57	-	2,22
Não Sabe		-	-	-	-	-	-
Outros Estados do Norte		-	2,45	-	-	-	-
Outros Países		-	-	-	-	-	2,22
Nº absoluto e % válido		82	74,5	56	50,9%	45	40,9%

Fonte: Pesquisa de Campo 2005

3.1.3.1 4ª migração

Na quarta migração, com 74,5% de nossos entrevistados fazendo este movimento (82 indivíduos), o Pará atrai 75,6% do contingente, o que significa 62 pessoas. Uma queda de 10 pessoas em relação à 3ª migração. Esta queda está relacionada a migrações de retorno e temporárias, seja por questões familiares ou questões ligadas à saúde. A Região Sudeste do Pará concentra 91,93% dos migrantes. O Sudoeste sofre um acréscimo. Sobe para 6,45% o percentual de pessoas que se deslocam naquela direção.

Fazendo uma avaliação específica de distribuição do fluxo para o Sudeste do Pará, Parauapebas mantém o mesmo número da 3ª migração com 35 pessoas no total. Na quarta migração 26 pessoas deixam de se deslocar compondo as fileiras da Palmares II. Temos uma pessoa com destino ao CEDERE I e Núcleo Urbano de Carajás. Sete vão para a sede do município. O fato de se deslocar para a sede não significa sempre que o motivo seja alguma atividade urbana. Cidades sob influência de atividade mineral ou agrícola podem servir de apoio para a arregimentação de mão de obra, o que ocorre com frequência na Amazônia.

O Município de Curionópolis continua sendo a segunda maior área de destino no Sudeste paraense, com oito pessoas nesta etapa da migração. A maioria (três) foi para o Km 30. Duas vão para o Sereno e outras duas para Serra Pelada. Uma vai para o Garimpo da Cutia. Como terceira maior força de atração do fluxo para o Sudeste, aparece Rondon do Pará, atraindo três pessoas para sua sede. Rio Maria atrai duas pessoas. Xinguara atrai também dois dos entrevistados – um para a sede e outro para Araguatins. Um indivíduo teve como destino uma localidade conhecida como Lambari e outro a sede. Os outros municípios do Sudeste aparecem com uma incidência: Tailândia (Gleba 03 Lote 03); Ourilândia (Pista do Batéia); Redenção (sede); Goianésia (sede); Marabá (sede); Paragominas (sede); São Domingos do Araguaia (sede); Brejo Grande do Araguaia (sede).

Na porção Sudoeste, Itaituba é a terceira maior área de atração do Estado do Pará. Neste município, o principal motivo de atração é o garimpo: os garimpos de Cuiú-Cuiú, São Domingos e Ouro Mil recebem uma pessoa cada. Um entrevistado se desloca para a sede.

O Centro Sul quase dobra seu percentual (4% para 7,33%) da quarta para quinta migração. Os estados que aparecem são: Goiás (Anápolis); Mato Grosso (Vila Rica); Minas Gerais (duas – Belo Horizonte e Palmópolis), Paraná (Catanduba) e São Paulo (Pirassununga). O Tocantins registra uma diminuição de pouco mais da metade (3% para 1,21%), com apenas um indivíduo se deslocando para o Selo do Moacir em Augustinópolis. Temos o deslocamento de pessoas para outros estados do Norte do país. Um vai até a capital do Amazonas e outra vai até o Amapá trabalhar no Projeto Jarí.

Um elemento novo que podemos destacar é o aparecimento de pessoas de outros estados do Norte do país, registrando um percentual de 2,45%.

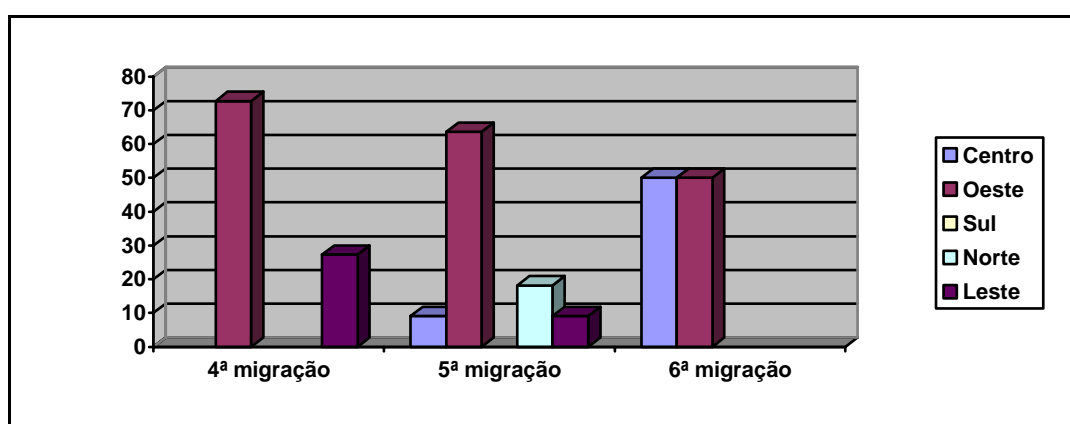


Gráfico 6 Relação entre quantidade de migrações e mesorregião do Maranhão
Fonte: Pesquisa de Campo 2005

O gráfico acima se refere aos indivíduos que migram ou migraram para o Maranhão. Na quarta migração temos o desaparecimento de outras mesorregiões, ficando apenas o Oeste com 72,73% e o Leste com 27,27%, confirmando a tendência Leste – Oeste da fronteira agrícola maranhense.

3.1.3.2 5ª migração

Na quinta migração, com um pouco mais da metade (50,9%) de nossos entrevistados ainda em processo migratório, temos um pequeno freio no incremento populacional no Estado do Pará. Seu percentual cai para 71,43%. Nota-se, entretanto, que a população se dirigindo ao Sudeste continua em escala ascendente (92,5%). Isto se deve a um deslocamento intra-estado cada vez maior, pois percebemos a diminuição de outras Mesorregiões, como a Sudoeste.

Em Parauapebas temos um número absoluto de 19 pessoas chegando. Nesta etapa 10 pessoas deixam de migrar, chegando à Palmares II. Para o CEDERE II duas se deslocam. Uma pessoa vai para o CEDERE I, outra para a Colônia Jader Barbalho e uma acampa no que é hoje o P.A. Onalício Barros (MST). Quatro se dirigem à sede. Em Curionópolis, quatro vão para Serra Pelada, três para o Km 30 e duas para a sede. Ourilândia e Santarém registram o terceiro maior poder de atração com duas pessoas. O restante dos municípios que atraem pelo menos um dos entrevistados são: Tucumã; Jacundá; Redenção; Goianésia; Rondon e Xinguara.

No Pará o número absoluto diminui e o Maranhão volta a aumentar (19,65%). O que contribui para isto é à volta de deslocamentos em direção a região central do estado (9,09%) e fluxos internos indo para a Região Norte, mais especificamente ao aglomerado urbano de São Luís. Já o Centro-Sul involui para 5,35% tendo incidência os Estados de Minas Gerais (Jacinto), Mato Grosso (Peixoto de Azevedo) e Rio de Janeiro (sede). O Tocantins cresce para 3,57% com um se deslocando para Araguaçu e outro Araguatins.

3.1.3.3 6ª migração

Na sexta migração a maioria dos entrevistados já se encontra fixa (65 pessoas). Os que continuam seu processo de deslocamento correspondem a 40,9%. Nesta etapa, 77,78% estão no Pará. O Sudeste atrai a maioria absoluta de 88,57%. O Sudoeste, 5,71% e o Nordeste e a Região Metropolitana de Belém empatados, atraem 2,85% cada.

Na região Sudeste, Parauapebas recebe 16 indivíduos. Nove chegam a Palmares II. Temos apenas um indivíduo chegando nas seguintes localidades: Assentamento Rio Branco, Km 66, CEDERE I e CEDERE II. A sede recebe três pessoas. Para Curionópolis, nove indivíduos chegam. A maioria (cinco) vai até o Trevo no Km 30. Os demais se deslocam para a sede (três pessoas) e para o Sereno (uma pessoa). Redenção aparece em terceiro com dois imigrantes. Um se desloca até o Garimpo da Maria Bonita e outra para a sede do município. Com uma pessoa no Sudeste do Pará aparecem: Belém, Eldorado do Carajás, Redenção, Brejo Grande, Rio Maria, Xinguará e Ligação. Em Itaituba chegam dois. Um para a localidade de Machado e outra na sede.

No processo de inversão, na sexta migração, de pessoas que agora na maioria se encontram fixas, o Estado do Maranhão permanece com apenas oito indivíduos. Metade na porção Oeste e a outra metade na porção Centro.

Com 8,89% o Centro Sul se distribui da seguinte maneira: Mato Grosso, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná com uma pessoa em cada e o Tocantins (localidade de Fátima em Porto Nacional) com o mesmo número.

3.1.3.4 Os tempos migratórios

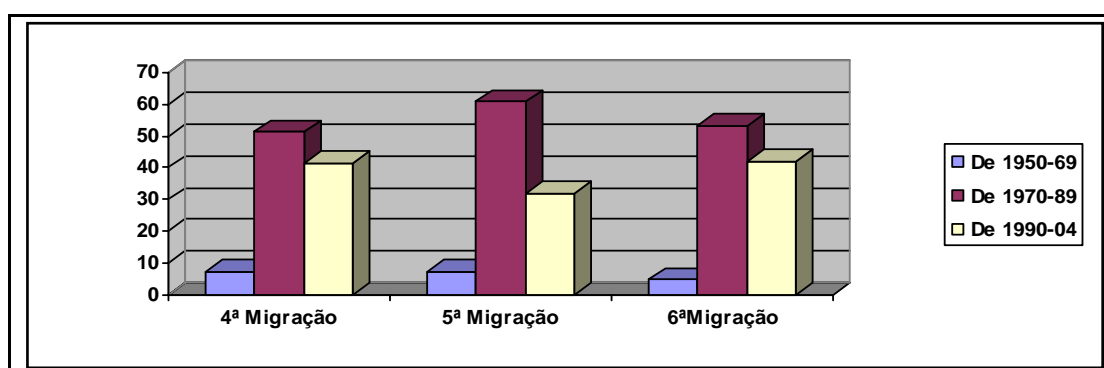


Gráfico 7 Os tempos migratórios da 4ª a 6ª migração

Fonte: Pesquisa de campo 2005

O período mais antigo mantém progressiva diminuição. Os indivíduos que fizeram sua quarta migração entre 1950 e 1969 correspondem a 7,32% (seis pessoas). Os que fizeram a quinta neste mesmo período caem para 5,35% (quatro pessoas) e os que fizeram a sexta migração sofrem

redução maior, para 4,45% (duas pessoas). Gradativamente percebemos, a partir da análise da migração, o desaparecimento de pessoas ainda envolvidas na dinâmica do extrativismo vegetal.

No período intermediário há um aumento da quarta para a subsequente. De um pouco mais de 50% para 62,5%. No entanto quando colocamos em números absolutos verificamos que há uma queda (42 pessoas para 34). Esta distorção pode ser explicada na medida que observamos o total de pessoas na quarta migração: 82. Quando passamos para a quinta migração esse número (absoluto) cai para 56 pessoas. Na migração seguinte registra-se um retorno equivalendo-se à quarta migração (53,33%).

A grande maioria de nossos entrevistados se desloca no intervalo entre as décadas de 70 e 80. O processo de colonização intensifica-se. Começam a fazer deslocamentos objetivando terra e esta começa se tornar também monopólio sob tutela dos grandes fazendeiros. Paralelamente a isso, consolida-se a urbanização e aumenta o número de cidades e municípios na região. No ano de 1988, formam-se os municípios de Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Curionópolis, Dom Eliseu, Ourilândia, Parauapebas, Santa Maria das Barreiras, São Geraldo do Araguaia e Tucumã (HOMMA, 2000).

No sentido inverso, o período mais recente tem na quarta migração 41,45%, o que significa um número absoluto de 34 pessoas. Depois a porcentagem cai para 32,15% (17 pessoas). Em seguida volta a subir, registrando na sexta 42,22% (19 pessoas).

3.1.3.5 Os motivos da migração

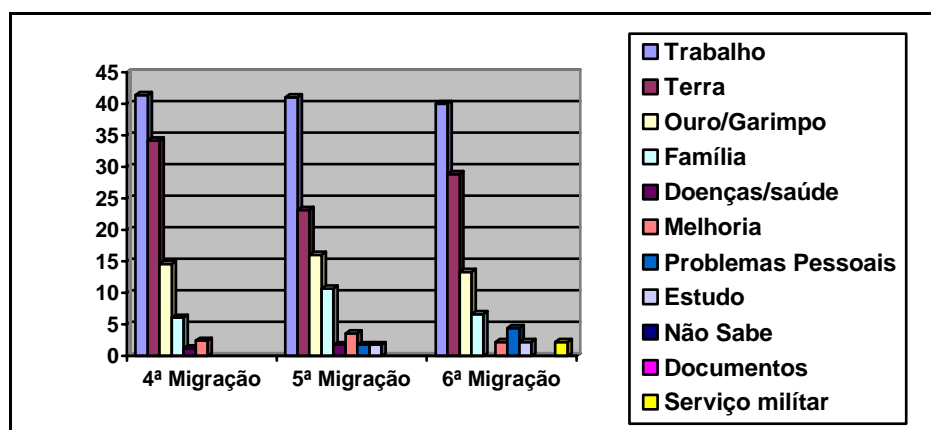


Gráfico 8 Motivos da migração

Fonte: Pesquisa de campo 2005

Da quarta para a sexta migração, o motivo trabalho ainda permanece sendo o principal fator do processo migratório. Permanece, durante estas três etapas, com os mesmos números com pequenas oscilações, mas mantendo um mesmo padrão (de 40% a 42%). No Maranhão esta aspiração é maior do que qualquer outra.

No que se refere ao motivo terra, percebemos que da quarta para quinta migração registra-se uma queda neste motivo (34,2% para 23,1%). Subindo novamente na sexta para 29%. No entanto, na quarta migração o motivo terra é mais presente do que o motivo trabalho, no Pará. Nesta etapa, cerca de 28 pessoas migraram para a Região Sudeste do estado objetivando terra, contra 19 que queriam algum tipo de trabalho. Na quinta migração este número cai para 12 pessoas no Sudeste e uma no Sudoeste paraense. Na sexta migração este número sofre uma pequena queda de 12 para 11 pessoas, permanece no Sudoeste e aparece uma para o Oeste do Maranhão objetivando terra. Percebe-se que o elemento motivador de deslocamento interregional, quando o destino é o Pará é, principalmente, a terra. Essas pessoas quando chegam na região do Sudeste paraense e não conseguem terra, seja pelo tamanho da família ou pela expropriação, transferem o elemento motivador para o trabalho, seja nas cidades, através do aumento do baixo terciário (HÉBETTE, J. & ACEVEDO, R. 2004) ou nas fazendas através de empreitadas.

Ao avaliarmos o motivo garimpo, na quarta migração, sete pessoas se deslocaram para a Região Sudeste do Pará com este intuito, e os garimpos de Cumarú-Redenção-Tucumã se destacam, juntamente com Serra Pelada. Mas o que chama atenção é a Região do Sudoeste paraense. Da totalidade de pessoas que se deslocaram nesta etapa para lá, todas estavam atrás de algum tipo de garimpo geralmente na região de Itaituba, com destaque para a mineração de ouro. Na quinta migração o número de pessoas que se deslocam para o Sudoeste paraense para fazer extrativismo mineral é apenas uma. Também apenas uma se desloca para o Centro Sul. Já para o Sudeste do Pará, se dirigem quatro. Na sexta migração, o número para o Sudeste e Sudoeste do Pará permanece inalterado. Destaca-se uma migração para a Guiana Francesa.

A família aparece como quarta força causadora de deslocamentos em nossa amostra. Na migração “4”, duas pessoas no Sudeste do Pará empreenderam algum tipo de deslocamento por este motivo. No Oeste do Maranhão, o mesmo número. Para o Leste uma pessoa se deslocou em busca de seus parentes. Na quinta migração, a família continua sendo uma das principais forças motivadoras das migrações. Nos que se deslocam para o Sudeste paraense, equipara-se ao garimpo. No Maranhão, tem o mesmo poder de motivos como terra e ouro. Na sexta migração, questões familiares como motivadoras só aparecem no Estado do Maranhão: duas pessoas foram para região central e uma em direção ao Oeste.

Depois da família, a busca por melhorias se configura como a principal força. Na quarta migração duas pessoas aspiram melhorias, uma que vai em direção ao Sudeste do Pará e outra que vai em direção ao Oeste do Maranhão.

3.1.4 Da 7ª a 9ª migração e sua composição

Quadro 6 Relação entre localidades de origem e número de migrações

Localidades		7ª migração		8ª migração		9ª migração	
		Mesorregião do MA e PA N. Absoluto	Estado e região %	Mesorregião do MA e PA N. Absoluto	Estado e região %	Mesorregião do MA e PA N. Absoluto	Estado e região %
Pará	Sudeste	93,1	80,55	75	87,5	78,94	84,22
	Nordeste	3,45		-			
	Sudoeste	3,45		2,76			
	Marajó	-		-			
	RMBelém	-		-			
	BAmazonas	-		1,38		21,06	
Maranhão	Centro	-	13,89	-	-	-	10,52
	Oeste	100		-		100	
	Sul	-		-			
	Norte	-		-			
	Leste	-		-			
Outros Estados do Nordeste		-	-	-	-	-	-
Centro Sul		-	-	-	-	-	5,26
Tocantins		-	2,78	-	-	-	-
Não Sabe		-	-	-	-	-	-
Outros Estados do Norte		-	-	-	8,33	-	-
Outros Países		-	2,78	-	4,16	-	-
Nº absoluto e % válida		36	32,7	24	21,8%	19	17,3

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

3.1.4.1 7ª migração

Nesta etapa, 36 (trinta e seis pessoas) permanecem em movimento. Algumas migrando, outras em mobilidade. Este total corresponde a 32,7% de nossa amostra. No Pará se encontram 29 pessoas. Dessas, 27 na Região Sudeste do Pará, o que corresponde a 93,1%. Uma pessoa vai para o Sudoeste e outra para o Nordeste do Pará. Trocando em miúdos, o quadro no Pará se desenha da seguinte forma: das 17 pessoas em Parauapebas, 12 se fixam no assentamento, duas se deslocam até a sede e temos um indivíduo no garimpo da Cruz, um no Núcleo de Carajás e, por fim, um no CEDERE III. Curionópolis apresenta dois imigrantes: um no Garimpo da Cutia e outro no Km 30. Com um imigrante apenas temos os seguintes municípios: São Félix do Xingu (Fazenda Samaúma); Eldorado do Carajás (CIBE); Redenção (Carrapato); Itaituba (Nova Mineração); Goianésia (Jutuba); Marabá (sede); Tucumã (sede); Ourilândia (sede) e Bragança (sede).

No Maranhão temos cinco pessoas ao todo. Todos no Oeste perfazendo 13,89%. Um indivíduo foi em direção ao Tocantins, para o Gurupí. Outro foi para Straussner, no Paraguai.

3.1.4.2 8ª migração

Na oitava migração temos um total de 24 (vinte e quatro) pessoas se deslocando. Correspondem a 21,8%. Nesta fase de estudo não aparecem mais deslocamentos para o Estado do Maranhão.

Já no Estado do Pará, temos um número absoluto de 20 (vinte) pessoas. A grande maioria continua indo para a Região Sudeste do estado (17 pessoas). Em Parauapebas cinco se fixam na Palmares, uma no CEDERE II e uma na sede. Em Curionópolis, um se desloca para Serra Pelada, dois para o Km 30 e três vão até a sede. Atraindo uma pessoa temos: Rio Maria, Goianésia, São Domingos do Araguaia. Em seguida temos o Sudoeste paraense, com duas pessoas se deslocando (para Itaituba, no Tauí, e Altamira, em Porto Vitória) e um indivíduo rumando para o Baixo Amazonas, mais exatamente para Monte Dourado.

Fato novo é o aparecimento novamente de outros estados do Norte do país a partir desta migração. Seus números (8,33%) são pouco significativos, é verdade, mas têm valor de análise. São Estados como Rondônia, em Rolim de Moura, com indivíduos se deslocando do Centro Sul com destino a estas unidades por processos de colonização. Destaca-se, ainda, uma migração internacional para Letten, na Guiana.

3.1.4.3 9ª migração

Com um total de 19 pessoas cumprindo esta etapa do processo migratório, já temos um quadro de retorno de fluxos migratórios ao Maranhão e ao Centro-Sul. Na porção oeste do Maranhão dois indivíduos se fixam temporariamente. Para o Centro-Sul um indivíduo apenas se desloca.

Para o Estado do Pará temos um fluxo de 16 pessoas. Dessas 15 são para a Região Sudeste. Parauapebas fica com 11 imigrantes. Cinco chegam a Palmares, o mesmo acontece com a sede e apenas um se desloca para o Garimpo da Cruz. Curionópolis atrai duas pessoas (Km 30 e Sede). Há

incidência de uma pessoa em Ourilândia e Xinguara. É a mesma quantidade que continua se deslocando pelo Baixo Amazonas em Frechal, no Município de Monte Dourado e também para o Paraná, em Catanduba.

3.1.4.4 Os tempos migratórios

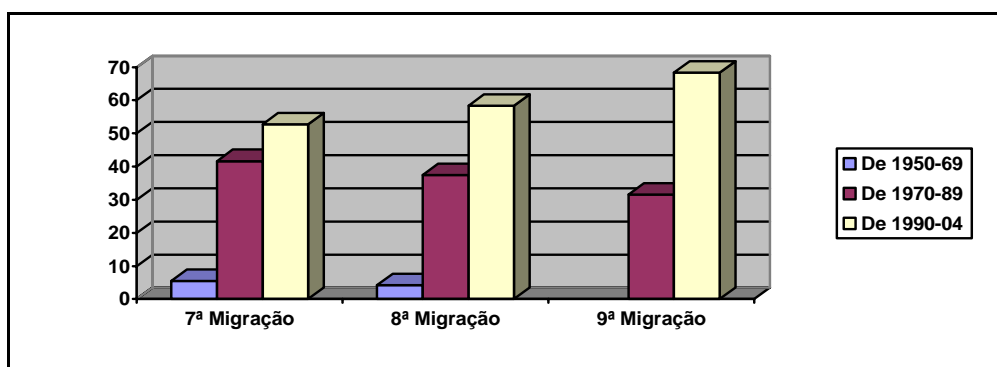


Gráfico 9 Os tempos migratórios da 7ª a 9ª migração

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Quando estudamos o tempo dessas migrações formulamos o gráfico 9. Podemos observar a escala crescente referente ao período da década de 1990. Não é para menos, pois quanto mais se aproxima da última migração este intervalo tende a seguir a mesma lógica. Importante fazer observações sobre esta escala evolutiva. Na sétima migração, temos neste intervalo (de 1990 a 1994) 19 pessoas (lembrando que o total é de 36 pessoas). Na oitava migração temos 13 (treze) pessoas neste intervalo de tempo (com total de 24 pessoas). Na nona, observamos 13 (treze) pessoas também, no entanto, com um total de 19 ao todo. Apesar de não haver aumento consecutivo nos números, observamos este fato acontecendo por conta do total de cada migração.

No intervalo de tempo que vai de 1970 a 1989, observamos uma escala decrescente. Na sétima migração temos um pouco mais de 40% de nossos indivíduos. O que significa 15 pessoas. Na oitava migração o intervalo cai para 37,5% (nove pessoas) e na nona baixa mais ainda: 31,58% (seis pessoas).

No primeiro intervalo (1950 a 1969) encontramos sua presença na 7ª e na 8ª migração. Com 5,55% e 4,17% respectivamente, este intervalo inclui duas pessoas na sétima migração e na oitava se reduz a uma pessoa.

3.1.4.5 Os motivos da migração

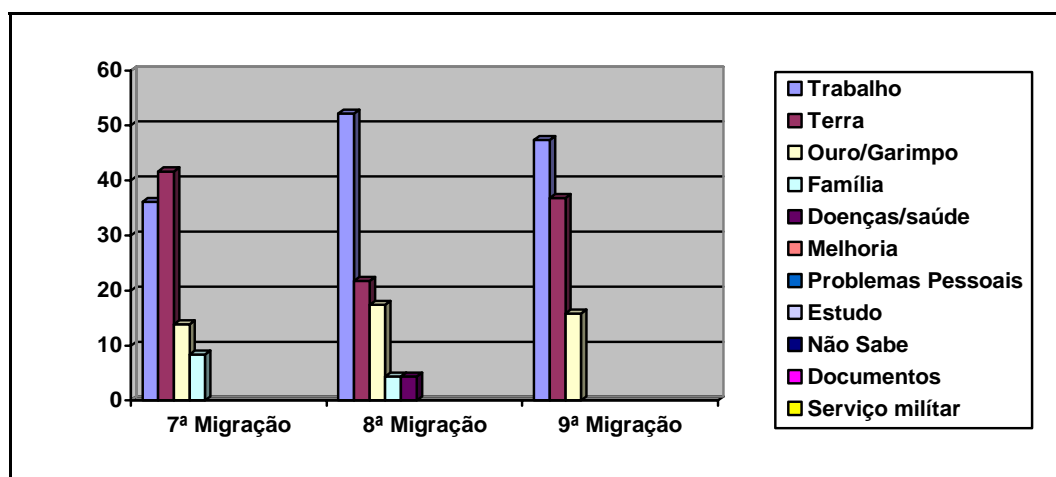


Gráfico 10 Os motivos da migração

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Na sétima migração o motivo terra é o elemento que gerou o maior número de deslocamentos (41,66%). Dessas 15 pessoas que migraram por questões de terra, 14 foram para o Sudeste do Pará e uma para o Oeste do Maranhão.

Seguidamente temos o trabalho como segundo maior propulsor dos processos migratórios (36,11%). Das 13 pessoas migrantes e motivadas pelo trabalho, nove se deslocaram em direção ao Sudeste do Pará, duas para o Oeste do Maranhão, uma para o Tocantins e uma para outros países.

Em terceiro lugar, aparece o garimpo como protagonista de deslocamentos (13,88%). O destino dessa motivação continua sendo o Sudeste do Pará com quatro pessoas e uma pessoa para o Sudoeste.

Por fim, no quarto e último lugar a busca pela família com 8,35%. Um foi para o Nordeste do Pará e dois em direção ao Oeste Maranhense.

A partir da oitava migração o trabalho retorna como principal elemento de motivação para a migração. Seu percentual aumenta consideravelmente, passando dos 50%. Das 20 pessoas que foram nesta etapa para o Sudeste do Pará, nove almejavam trabalho. Para outros estados do Norte, duas se deslocaram pretendendo algum tipo de trabalho. A busca essencialmente por terra diminui, contabilizando 21,83%. Todos em direção ao Sudeste do Pará, totalizando cinco pessoas. O garimpo aumenta para um pouco mais de 17%. Sendo que três foram em direção ao Sudeste e um ao Sudoeste do Pará.

Um foi para o Sudoeste em busca da família. Outro para o Baixo Amazonas por questões de saúde.

A partir da nona migração, o trabalho ainda segue sendo o principal motivador dos deslocamentos. Com 47,36% das motivações registra uma pequena queda em relação à etapa anterior do processo de migração. O Pará recebendo 16 pessoas nesta etapa, sendo que as que vieram por questões de trabalho somam sete. A região oeste do Maranhão recebe um indivíduo e o Centro Sul, outro, pelo mesmo motivo.

As questões ligadas à terra vêm logo em seguida com um percentual de 36,84%. A porção Sudeste do Pará recebe seis indivíduos em busca de terra nesta migração. A Oeste maranhense, um.

O extrativismo mineral aparece com 15,8%. Todos em direção ao Pará sendo que dois para o Sudeste e uma pessoa para o Baixo Amazonas.

3.1.5 Da 10ª a 12ª migração e sua composição

Quadro 7 Relação entre localidades e número de migrações

Localidades		10ª migração		11ª migração		12ª migração	
		Mesorregião do MA e PA N. Absoluto	Estado e região %	Mesorregião do MA e PA N. Absoluto	Estado e região %	Mesorregião do MA e PA N. Absoluto	Estado e região %
Pará	Sudeste	100	86,66	100	71,44	100	100
	Nordeste						
	Sudoeste						
	Marajó						
	RMBelém						
	BAmazonas						
Maranhão	Centro	100	6,67		14,28		
	Oeste			100			
	Sul						
	Norte						

	Leste						
Outros Estados do Nordeste							
Centro Sul		6,67		14,28			
Tocantins							
Não Sabe							
Outros Estados do Norte							
Outros Países							
Nº absoluto e % válida	15	13,6	7	6,4	3		2,7%

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

3.1.5.1 10ª migração

Nesta etapa do processo migratório se encontra 13,6% do total de nossa amostra, o que corresponde a 15 pessoas fazendo dez deslocamentos ao todo. Desses, 13 se encontram no Sudeste do Pará, o que percentualmente significa quase 90% das pessoas na região. Fazendo a distribuição temos a totalidade de pessoas que se deslocaram para Parauapebas em Assentamentos (oito na Palmares e uma na Rio Branco). Em Curionópolis, duas pessoas estão no Km 30 e uma no Km 16. Apenas uma preferiu se deslocar até Ourilândia. Não temos nenhum indivíduo em outras regiões do Pará. Uma pessoa se encontra no Centro do Maranhão e outra no Centro Sul, em Mato Grosso, no Município de Peixoto de Azevedo.

3.1.5.2 11ª Migração

Nesta migração se enquadram apenas 6,4% dos nossos entrevistados. Com sete pessoas no total, temos cinco se dirigindo para o Sudeste do Pará, quatro para a Palmares e um para o Km 30 em Curionópolis. Um indivíduo migrando intra-regionalmente no Maranhão e outro no Centro Sul para Catanduba no Paraná.

3.1.5.3 12ª migração

Nesta fase, temos três pessoas se deslocando, todas para o Sudeste do Pará. Uma para a sede de Parauapebas, uma para P. A. Palmares e outra para Breu Branco. O que corresponde a 2,7% de nossa amostra.

3.1.5.4 Os tempos migratórios

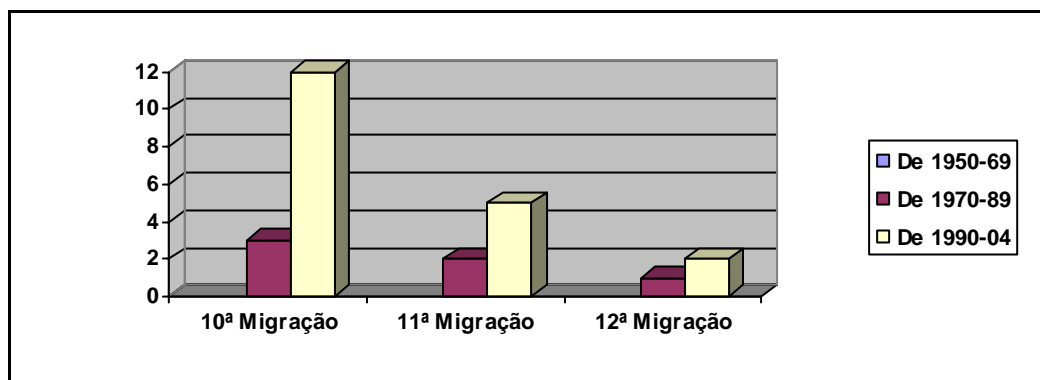


Gráfico 11 Os tempos migratórios

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Na décima migração identificamos os que se encontram no último intervalo de tempo, cerca de doze indivíduos, metade se fixaram no acampamento e a outra metade se encontram em outras áreas do Sudeste do Pará. No intervalo de 1970 a 1989, temos apenas três pessoas que percorrerão pelo menos mais dois deslocamentos.

Na décima primeira migração, temos a faixa de tempo mais recente diminuindo um pouco mais da metade, com cerca de cinco indivíduos percorrendo este caminho. No outro intervalo percebemos a diminuição para dois indivíduos.

Na décima segunda migração temos o quadro perto da equiparação. Com três pessoas no total, duas estão no intervalo mais recente e a outra no mais antigo.

3.1.5.5 Os motivos da migração

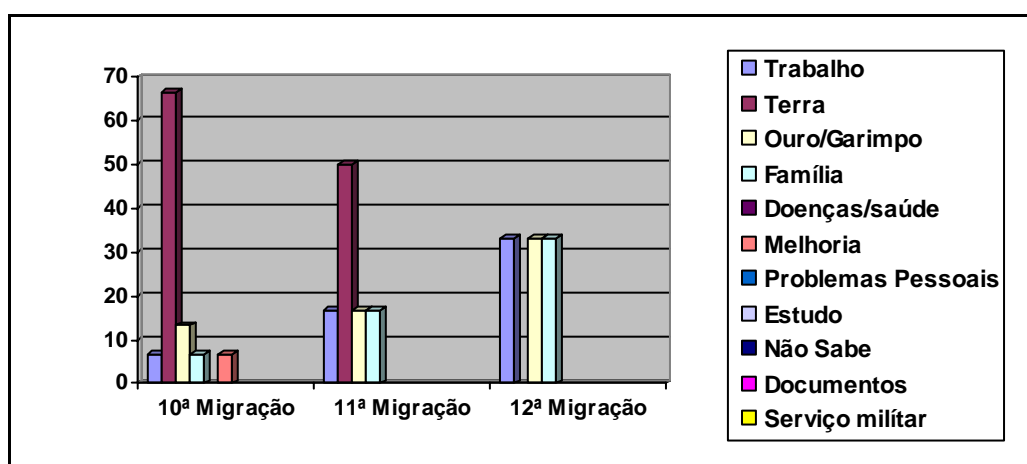


Gráfico 12 Os motivos da migração

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Percebe-se na 10ª e na 11ª migração o motivo terra como o principal propulsor dos deslocamentos. Estes indivíduos chegaram ao final do processo migratório, se fixando pelo menos momentaneamente no então acampamento. Na 12ª migração este motivo desaparece nos alertando que não existe processo de fixação nesta fase. Os que se deslocaram tiveram como referência para o deslocamento o trabalho, o garimpo e a família. Sendo três indivíduos, cada um se deslocou tendo um motivo diferente: o trabalho, o garimpo e a família.

3.1.6 Da 13ª a 14ª migração e sua composição

Quadro 8 Relação entre localidades e número de migrações

Localidades		13ª migração		14ª migração	
		Mesorregião do MA e PA N. Absoluto	Estado e região %	Mesorregião do MA e PA N. Absoluto	Estado e região %
Pará	Sudeste	100	75	100	100
	Nordeste	-			
	Sudoeste	-			
	Marajó	-			
	RMBelém	-			
	BAmazonas	-			
Maranhão	Centro	-	25	-	-
	Oeste	100			
	Sul	-			
	Norte	-			
	Leste	-			
Outros Estados do Nordeste		-	-	-	-
Centro Sul		-	-	-	-
Tocantins		-	-	-	-
Não Sabe		-	-	-	-
Outros Estados do Norte		-	-	-	-
Outros Países		-	-	-	-
Nº absoluto e % válida		3	2,7%	1	0,9%

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

3.1.6.1 13ª migração

Nesta etapa o total continua sendo de três pessoas. Duas chegam à Palmares II e uma está no Oeste do Maranhão.

3.1.6.2 14ª migração

A partir desta migração, do Maranhão até a Palmares II, completamos o total de 110 pessoas.

3.1.6.3 Os tempos migratórios

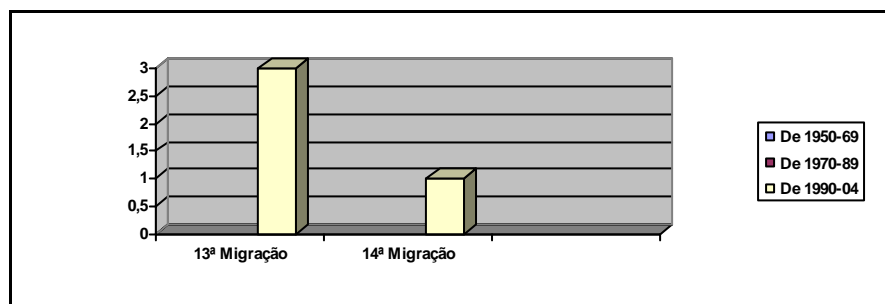


Gráfico 13 Os tempos migratórios

Fonte: Pesquisa de campo, 2005

A partir da 13ª migração temos a totalidade de pessoas no último intervalo tempo.

3.1.6.4 Os motivos da migração

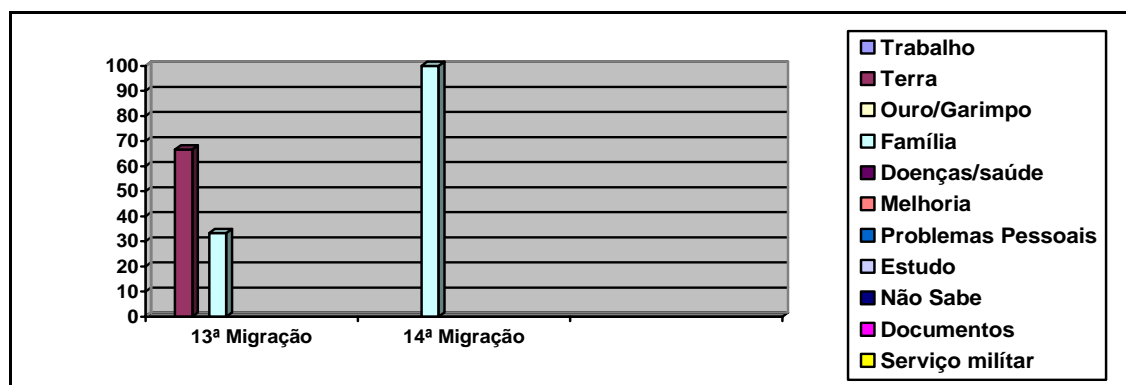


Gráfico 14 Os motivos da migração

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Na décima terceira migração o principal motivo é terra. Com três pessoas fazendo etapa migratória, temos duas migrando pela terra e uma por questões familiares. Na última migração temos apenas uma pessoa que migrou por questões familiares.

3.1.7 A relação de parentesco do entrevistado com o dono do lugar

Acompanhamos como uma variável importante a relação de parentesco de nossa amostra, do conjunto dos questionários, com os donos dos lugares por onde passaram. Este levantamento resultou no seguinte gráfico:

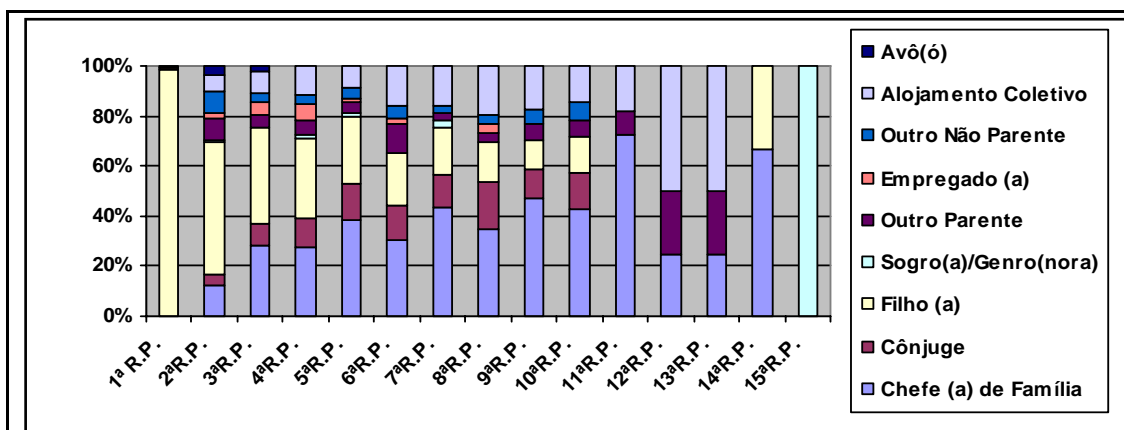


Gráfico 15 Relação de parentesco do entrevistado com o dono do lugar

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Nos lugares de origem de nossos entrevistados, temos 98,2% tendo relação de filhos com o dono do lugar. Apenas 0,9% apareceram como empregado e alojamento.

A partir da segunda relação de parentesco a condição de filho entra em níveis decrescentes. Percebemos uma queda de 45,4% já na segunda migração. Outras relações despontam. A mais importante é as pessoas se tornando chefe de família. Em seguida aparecem com o números parecidos outros parentes e outros não parentes. As pessoas que foram morar em alojamentos vêm em terceiro e vão subindo ao longo da trajetória das pessoas. Só desaparece quando há fixação das pessoas no assentamento. Geralmente são indivíduos que foram trabalhar em grandes obras de construção civil, garimpos ou fazendas. Os que viraram cônjuges ficam na quarta colocação até a 10ª migração, geralmente pessoas do gênero feminino. Os que foram morar com os avós aparecem apenas nas primeiras migrações. A presença de empregados é constante até a 8ª migração depois some, alertando para uma necessidade de constante busca por autonomia, através da conquista da terra.

Capítulo 4

QUEM SÃO? A HISTÓRIA DA FAMÍLIA

5.1 BANCARROTA BLUES

Uma fazenda
Com casarão
Imensa varanda
Dá gerimum
Dá muito mamão
Pé de jacarandá
Eu posso vender
Quanto você dá?

Algum mosquito
Chapéu de sol
Bastante água fresca
Tem surubim
Tem isca pra anzol
Mas nem tem que pescar
Eu posso vender
Quanto quer pagar?

O que eu tenho
Eu devo a Deus
Meu chão, meu céu, meu mar
Os olhos do meu bem
E os filhos meus
Se alguém pensa que vai levar
Eu posso vender
Quanto vai pagar?

Os diamantes rolam no chão
O ouro é poeira
Muita mulher pra passar sabão
Papoula pra cheirar
Eu posso vender
Quanto vai pagar?

Negros quimbundos
Pra variar
Diversos açoites
Doces lundus
Pra nhonhô sonhar
À sombra dos oitis
Eu posso vender
Que é que você diz?

Sou feliz
E devo a Deus
Meu éden tropical
Orgulho dos meus pais
E dos filhos meus
Ninguém me tira nem por mal
Mas posso vender
Deixe algum sinal

(Chico Buarque)

(Letra e música: Chico Buarque)

4.1 A FAMÍLIA: COMO ENTENDER?

Antes de entrarmos na análise sobre a composição da família dos camponeses do Assentamento Palmares II, se impõe à necessidade de uma análise teórica sobre a família. Como uma instituição importante na reprodução social, a unidade familiar foi objeto de estudo ao longo de todo o desenvolvimento das ciências humanas e sociais. No entanto, observa-se a persistência de dificuldades em conceituá-la. Primeiro, pelas constantes mudanças por que passou a família nos últimos anos com a crescente participação da mulher no sustento e nas decisões da casa. Segundo, pela diminuição nas taxas de natalidade das famílias tanto no espaço urbano como no espaço rural. Terceiro pelas diferenças de ordem espacial que condiciona a cultura e o tempo que estabelece marcos entre as gerações. Quarto, pela incorporação ao que se chama de família, de outras pessoas, não só aquelas da relação de parentesco consanguíneo, mas outros indivíduos agregados à família por diferentes motivações, o que amplia o conceito, que deriva para o que Meyer Fortes definiu como grupo doméstico (FORTES, 1958).

Para Leser de Mello (1995) qualquer análise conceitual da família não pode ignorar os preconceitos e o autoritarismo e nem lhes dar voz. O primeiro elemento que se deve levar em consideração para uma análise coerente é a delimitação do espaço conceitual e abandonar as pretensões de universalidade: “(...) não existe essa abstração que é A FAMÍLIA” (LESER DE MELLO, 1995: 51). Por isso, para esta autora a compreensão da família não pode ser homogênea:

Embora, para o senso comum, a representação da família seja sempre compreensível, ela não é idêntica. As variações possíveis exigem qualificação, ou seja, de que família estamos falando, de que país, de que estrato social, de que momento. Os instrumentos de análise devem ser criados a partir da pesquisa. Os grandes esquemas conceituais revelam-se falhos quando confrontados com a realidade. Não a explicam e, muitas vezes, servem para confundir modelos abstratos – que dizem o que deveria ser – com o modo que como se apresentam as famílias e como se adaptam para fazer face à realidade. (LESER DE MELLO, 1995: 51).

Seguindo a proposta da autora que vai no sentido de qualificar a família que se está estudando, pontuamos a *nossa* definição na seguinte perspectiva: 1) trata-se de uma família

historicamente camponesa; 2) é uma família que por várias gerações está migrando em *busca* da possibilidade de continuar sendo camponesa pela instalação em um lote de terra onde estabeleçam moradia e trabalho permanentes ; 3) tem, sobretudo, origem na Região Nordeste do Brasil; 4) encontram-se em uma *situação de fronteira*³⁰; e, por fim, 5) fazem parte de um Projeto de Assentamento que conta um pouco mais de 10 anos e é um dos primeiros ligados politicamente ao MST no Estado do Pará.

Buscou-se, a partir daí, definir alguns traços que podiam perpassar todas as características levantadas acima. Para Hébette, Alves e Quintela em artigo publicado em 2002, tendo como referência clássicos da literatura sobre campesinato (MENDRAS, 1978; CHAYANOV, 1974; WOLF, 1976; DUBY, 1977; SHANIN, 1973-74; TEPICH, 1973), definem que os traços mais significativos da família no campo, do ponto de vista sócio-antropológico, são a “comunidade familiar e a comunidade de vizinhança”, pois estes estão presentes ativos de diferentes maneiras, em praticamente todas as dimensões e todos os níveis de organização rural, desde a estrutura fundiária até a cultura, as tradições locais e regionais, bem como na própria ação política deste campesinato.

Ao recolhermos as informações referentes à história das famílias, das relações de parentesco e de vizinhança em nossa amostra, tivemos alguns cuidados. Interessava fazer o levantamento de informações sobre origem e ocupação dos avós para termos a dimensão de pelo menos três gerações. Isto nos daria uma contribuição importante, pois teríamos a profundidade necessária para confirmar ou negar um atavismo na condição de camponês e em que grau ele está presente na vida destas pessoas. Incluímos, portanto, em nosso questionário questões referentes aos avós, tanto paternos como maternos. A esse respeito, Fortes (1958) alerta que existem diferentes ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico:

Um grupo doméstico composto somente de duas gerações sucessivas está num estágio diferente de um outro composto de três gerações, como também está um

³⁰ A esse respeito consultar MARTINS, José de Souza. *Fronteira – a degradação do Outro nos confins do humano*. HUCITEC: São Paulo, 1997.

grupo doméstico cuja geração dos filhos é inteiramente composta de pré-adolescentes, comparado com outro onde alguns ou todos os filhos estão em idade de casar. O fator de desenvolvimento é intrínseco à organização doméstica e ignorá-lo é causar sérias distorções na interpretação dos fatos descritivos (FORTES, 1958:3).

Era importante percebermos quais as origens espaciais desses avós, seus Estados e regiões de origem. E outras questões mais: o tempo de nascimento e morte; as principais ocupações que desenvolveram ao longo de suas vidas; se possuíram terra, legalmente em seus nomes, e quais as dimensões desta terra. Dentre essas interrogações, a que tivemos problemas em levantar foi a que refere ao ano de nascimento e o ano de morte dos avós. Acreditamos que esta lacuna se abriu devido aos constantes deslocamentos das famílias. Algumas informações se perdem ao longo deste processo, juntamente com a memória que se mostrou debilitada pela constante fragmentação desta mesma família.

4.2 OS AVÓS

Quadro 9 Origem por Estado dos avós

Estados	Avós (%)			
	Avô Paterno	Avó Paterna	Avô Materno	Avó Materna
MA	26,4	26,4	29,1	30
PI	18,2	17,4	14,5	14,5
CE	18,2	13,6	19,1	20
GO	2,7	2,7	4,5	2,7
MG	3,6	3,6	5,5	7,5
PE	4,5	4,5	2,7	0,9
BA	7,3	5,5	5,5	3,6
SP	0,9	-	-	-
RS	0,9	1,8	-	-
PR	-	-	-	0,9
SC	0,9	-	0,9	0,9
RN	-	0,9	0,9	-
PB	-	0,9	-	-
AL	0,9	0,9	-	-
Itália	-	0,9	-	-
Alemanha	0,9	0,9	-	-
Portugal	-	-	-	0,9
Turquia	-	-	0,9	-
Argentina	-	-	0,9	-
Não Sabe	14,6	20	15,5	18,1
Total	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Pode-se constatar que o principal Estado de origem desde esta geração era o Maranhão, com variações entre 26,4 a 30% de avós nascidos neste Estado. Os números mostram-se menores do que

aqueles levantados com seus netos (62%), demonstrando-se uma queda pela metade ao recuarmos no tempo. O percentual de entrevistados com avós maranhenses na linhagem paterna é menor (26,4%) que o percentual encontrado na linhagem materna (em torno de 30%).

O segundo Estado com maior incidência quando observamos a dimensão materna são emigrantes do Ceará, seguidos pelos do Piauí (14,5%). Já na dimensão paterna há uma inversão. O que se destaca é a quantidade dos que tiveram origem no Piauí (18,2%), seguidos pelos do Ceará (13,6%). O quarto Estado de origem dos avós paternos é a Bahia com porcentagens de 7,3% o avô e 5,5% a avó. Entre os avós maternos aparece Minas Gerais como quarto Estado, de origem de 7,5% das mulheres e 5,5% nos homens. O quinto Estado com maior número de emigrantes entre os avós paternos é Pernambuco (4,5%) e entre os avós maternos é a Bahia (5,5% dos avôs e 3,5% das avós).

Entre os avós paternos que empreenderam migrações internacionais, aparecem como lugares de origem a Alemanha e a Itália. Para a os avós maternos destacam-se indivíduos vindos de Portugal, Turquia e Argentina. Os estrangeiros aparecem em pequena escala, mas dignos de um registro qualitativo. Em escala bem maior, com destaque quantitativo, aparece a variável dos que *Não Sabem*, o que confirma os freqüentes lapsos na memória social dos entrevistados. Será que pelos constantes deslocamentos e pela conseqüente fragmentação da família tradicional existe um esquecimento do grupo familiar e, portanto, da memória social? Será este um indicador de perdas ocorridas no processo migratório? Vejamos o que esta passagem nos fala:

É banal não saber o destino dos muitos irmãos que se dispersaram, ainda nos locais de origem, para todos os cantos do Brasil. Filhos que foram 'dados' no processo de migração dos pais e que não tem lembrança de seus parentes; filhos que reencontram, por acaso, a mãe e o pai, velinhos num asilo de indigentes; mães que deixaram os filhos nas terras onde moravam e nunca mais souberam deles. A impressão que o ouvinte vai elaborando, depois de ouvir tantas histórias semelhantes, é a de uma verdadeira diáspora, em que pais e filhos não conhecem os seus recíprocos destinos, irmãos e irmãs perdidos há dezenas de anos, dispersos em busca da sobrevivência (LESER DE MELLO, 1996: 60).

No entanto, quando essas pessoas retomam seu contato com a terra, através do MST, observa-se uma gradativa recomposição dos laços familiares, não os mesmos de antes, mas reformulados sobre outras bases, como podemos observar no fragmento da entrevista:

O reencontro com a terra através do MST possibilitou que esse número enorme de trabalhadores que migraram para lá estabelecessem contatos com suas famílias, então ele reconstruiu os laços familiares, então foram buscar suas mulheres, suas esposas, seus filhos, vieram para o assentamento, construíram de novo a relação familiar, né? Então se tu veres em qualquer assentamento nosso, principalmente na Palmares que é mais antigo tu vê famílias organizadas e se tu fores fazer um parâmetro de comportamento social em relação à Serra Pelada, tu não acreditas que são ex-garimpeiros porque não são ex-garimpeiros são ex-camponeses que se incorporam ao seu caminhar, que o da busca pela terra prometida (“Luís”, assentado na Palmares II, entrevista concedida no dia 26 de julho de 2004).

Percebemos que o *Não Sabe* é bem menos freqüente quando se trata de falar do trabalho desses avós. A ocupação de *Lavrador* é a grande maioria. Tanto entre os avós paternos como entre os maternos, os que eram lavradores alcançam pelo menos 85% como destaca o quadro:

Quadro 10 Principal ocupação dos avós

Principal Ocupação	Avô Paterno	Avó Paterna	Avô Materno	Avó Materna
Lavrador	86,4	86,4	87,3	84,5
Dona de Casa	0,9	0,9	-	-
Seringueiro	12,7	-	-	-
Peão/vaqueiro	-	-	0,9	-
Militar/Guarda/Policial	-	-	0,9	-
Camelô/Trabalhador autônomo	-	-	-	0,9
Quebradeira de Coco	-	-	-	0,9
Não Sabe	-	12,7	10,9	13,7
Total	100 (%)	100 (%)	100 (%)	100 (%)

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Apesar da pouca variação no número de ocupações e com o grande número que representa a condição de *Lavrador*, todas as outras profissões estão, de uma forma ou de outra, ligadas às atividades rurais, com exceção de um avô que teve como principal atividade o trabalho autônomo. Atividades ligadas ao extrativismo vegetal como *Seringueiros* e *Quebradeiras de Coco* aparecem com destaque.

Quando tratamos da questão sobre a propriedade legal da terra, os avós que afirmaram aos netos *não* possuí-la enquadram-se na casa dos 50%. O número de avós maternos que *não* tinham terras é maior que os dos paternos.

Quadro 11 Propriedade legal da terra entre os avós

Terra Própria	Avô Paterno	Avó Paterna	Avô Materno	Avó Materna
Sim	31,8	26,4	27,3	20,9
Não	50	51,8	53,6	57,3
Não Sabe	18,2	21,8	19,1	21,8
Total	100 (%)	100 (%)	100 (%)	100 (%)

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

A média dos que *não sabem* é 20%. Os que tinham terra própria variam de 20 a 30%. Notável perceber a diferença intra-avós e inter-gênero. De todos os avós, os paternos são os que mais freqüentemente possuíam terra. De todos os entrevistados, suas avós possuíam menos freqüentemente a terra do que seus avós.

Entre os avós que possuíam legalmente a terra, mais de 80% de nossa amostra afirmou que não sabiam a quantidade de terras que seus avós possuíam. Para o restante, os que sabiam, identificamos a seguinte variação:

Quadro 12 Tamanho das terras dos avós

Extensão (ha)	Avô Paterno	Avó Paterna	Avô Materno	Avó Materna
Até 50	12,8	11,5	14	12,6
De 51 a 100	1,8	-	-	2,1
Mais de 100	1,8	-	2	2,1
Não Sabe	83,6	88,7	84,4	83,3
Total	100 (%)	100 (%)	100 (%)	100 (%)

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Entre 11,5 e 12,8% possuía até 50 hectares de terra. Mais do que isto aparece uma pequena porcentagem girando em torno de 2%. Estas informações permitem que se levantem novas indagações sobre a qualidade das respostas. Qual o significado de possuir ou não possuir terra para estes entrevistados? Em que medida não possuir mas estar ligado à terra pelo trabalho assalariado, como agregado ou morador de fazendas pode estar sendo um motivador dessa busca histórica por uma terra em que possam livremente produzir?

4.3 OS PAIS

Ao examinarmos a origem por estado dos pais percebemos que o Maranhão permanece como Estado que fornece maior número de emigrantes. Este estado é um dos maiores concentradores de terra e de renda no território nacional. O seguinte depoimento de uma liderança do MST pode contribuir para este entendimento:

Até porque se você for pegar pelo aspecto dessa migração, o Maranhão é o único estado, de todos os estados do Brasil, aonde o nível da população do campo é maior que o da cidade³¹ [...] (“Carlos”, assentado da Palmares II, Julho de 2004).

Quando se trata dos pais o número de emigrantes do Maranhão aumenta em média 20%. Este número se sobressai no gênero masculino com 48,2%. O que se choca, provocando uma certa curiosidade, com a origem dos avós, pois na linhagem paterna o Maranhão aparece com menores números quando comparamos com a origem dos avós maternos.

Quadro 13 Origem dos pais por Unidade da Federação

Estados de Origem	Pai	Mãe
MA	48,2	43,6
PI	17,3	17,4
CE	11,8	15,5
GO	3,6	5,5
MG	5,5	4,5
PE	3,6	0,9
BA	6,4	4,5
RS	1,8	-
SC	-	1,8
ES	0,9	1,8
SP	-	0,9
RN	-	0,9
PA	-	1,8
Não Sabe	0,9	0,9
Total	100 (%)	100 (%)

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

O segundo maior estado em saída de sua população no que se refere aos pais é o Piauí com cerca de 17%, mantendo uma equivalência entre pais e mães. Em seguida vem o Ceará com maior porcentagem entre as mães com 15,5%. A partir daí existem diferenças entre o pai e a mãe. Entre os pais, a Bahia aparece como estado de origem mais significativo com 6,4%, seguido pelos mineiros

³¹ Pelo IBGE 2000, a população total do Maranhão é de 5.651.475 sendo que 3.364.070 (59%) estão classificadas como urbana e 2.287.405 (41%) como rural. O discurso do assentado acentua essa presença de população camponesa no Estado do Maranhão. O que não é de toda falsa.

com 5,5%. Entre as mães, o Estado de Goiás é origem de 5,5%, havendo um empate em seguida entre pernambucanas e baianas com 4,5% cada.

A *identidade camponesa*³² confirma-se quando observamos a principal ocupação dos pais. Seja entre os pais, seja entre as mães, cerca de 95% deles têm profissão de lavrador. Uma questão que se destaca é uma maior incidência de outras profissões quando comparamos com a profissão dos avós, ainda que novas variáveis surjam em pequenos números. Avaliamos isto como resultado da consolidação do capitalismo e de sua razoável modernização no campo, que tende a especializar cada vez mais a mão de obra. Algumas categorias precisariam ser mais profundamente exploradas, porque se revelam uma relação efetiva com o campo, não explicitam detalhes que possam definir a relação com a terra e com o trabalho que nela exercem. A categoria lavrador está sendo entendida como a de quem possui a terra e nela exerce seu trabalho, porém dela não se pode dizer se a relação é de meeiro, agregado, morador, posseiro ou proprietário. Da mesma forma, peão de fazenda e vaqueiro não definem apenas uma relação de assalariado, uma vez que se sabe que historicamente esta condição permitiu o uso da terra para o cultivo de culturas alimentares e uma relação que se identificava com a de morador de fazenda. A distribuição das profissões pode ser vista no seguinte quadro:

Quadro 14 Ocupação dos pais dos entrevistados

Principal Ocupação	Pai	Mãe
Lavrador	94,6	95,5
Peão de Fazenda/Vaqueiro	0,9	-
Carpinteiro	0,9	-
Camelô/Trabalhador Autônomo	0,9	-
Funcionário Público	0,9	-
Ferreiro	0,9	-
Operário	-	0,9
Principal Ocupação	Pai	Mãe
Professor	-	0,9
Dona de Casa	-	1,8
Empregada Doméstica	-	0,9
Não Sabe	0,9	-
Total	100 (%)	100 (%)

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

³² Baseada na posse da terra, no trabalho agrícola, na mão-de-obra familiar, nas relações familiares primárias e num estilo de vida que valoriza a relação com a natureza.

O período de nascimento dos pais se fixa em um intervalo de mais ou menos 50 anos, na primeira metade do século XX. As mães apareceram como as mais velhas, sendo a mais velha nascida no final do século XIX. Entre os pais, um nasceu no último ano do século XIX (1900).

Quadro 15 Período de nascimento dos pais dos entrevistados

	Pai	Mãe
Intervalo de tempo de nasc. dos pais	1900 – 1961	1894 - 1960

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Levantamos a quantidade de filhos que esses pais tiveram ao longo de sua vida reprodutiva. Os números são altos, com 46,5% deles concentrando o número de filhos entre 6 e 10, ou seja quase metade da amostra. A média de filhos dos pais chega a 8,2.

Quadro 16 Número de filhos nascidos vivos dos pais dos entrevistados

Nº de Filhos Nascidos Vivos	Percentual (%)
De 01 a 05	26,4
De 06 a 10	46,5
De 11 a 15	23,5
Mais de 15	3,6
Total	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Para fazermos uma análise comparativa com a natalidade registrada na geração de nossos entrevistados, elaboramos o seguinte quadro:

Quadro 17 Número de filhos nascidos vivos dos entrevistados

Nº de filhos	Nº de Pais (abs.)	(%)
01	104	94,54
02	96	87,27
03	76	69,09
04	49	44,54
05	32	29,09
06	22	20
07	18	16,36
08	08	7,27
09	03	2,72

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

A porcentagem dos pais que tiveram de seis a dez filhos chega a 46,5%, quando observamos os entrevistados a quantidade dos que tiveram quatro filhos é de 44,54%. Há, portanto, uma queda acentuada no número de filhos de uma geração para outra. O número máximo de filhos de nossos entrevistados não passa de 09 (ainda assim somente três alcançam essa marca). Já na geração

anterior, de seus pais, podemos constatar que existe um caso que chega a 21 filhos. Este se enquadra no percentual de 3,6% que ultrapassam a quantidade de 15 filhos.

No que se refere às uniões de nossa amostra distribuídas através dos gêneros construímos a seguinte tabela para ilustrar:

Quadro 18 Relação entre gênero e número de uniões

Sexo	Uniões				
	<i>1ª União</i>	<i>2ª União</i>	<i>3ª União</i>	<i>4ª União</i>	
Masculino abs.	46	18	4	5	73
% da Linha	63,0	24,7	5,5	6,8	100,0%
% da Coluna	64,8	69,2	66,7	100,0	67,6
Feminino abs.	25	8	2	-	35
% da linha	71,4	22,9	5,7	-	100,0%
% da coluna	35,2	30,8	33,3	-	32,4
Total abs.	71	26	6	5	108
% da linha	65,7	24,1	5,6	4,6	100,0%
% da coluna	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Foram questionadas quantas uniões tiveram com duração de mais de um ano, considerando união o fato de duas pessoas morarem juntas durante este período. Dos 110 inquiridos, 108 tiveram pelo menos uma união durante suas vidas. Os homens são os que se unem mais vezes (6,8% dos homens tiveram relações de mais de um ano até quatro vezes). Nenhuma mulher se uniu mais de três vezes e as que tiveram três relacionamentos estáveis contabilizam em números absolutos apenas duas (5,7%). A maior quantidade de matrimônios foram de até uma união, caso de 65,57% de nossa amostra. O que se constata posteriormente é uma decrescente no número de acasalamentos.

Posteriormente, o que nos interessava saber era o tempo de cada união. Ressalta-se que só foram registradas as uniões que duraram mais de um ano. No entanto, é importante se registrar que durante a aplicação dos questionários apareceram várias relações com duração efêmera, de 03 a 06 meses.

Quadro 19 Relação entre uniões e intervalo de tempo

Intervalo de tempo	1ª União	2ª União	3ª União	4ª União
De 01 a 05 anos	30,5	43,2	63,6	60
De 06 a 10 anos	17,5	18,9	27,3	40
De 11 a 15 anos	9,4	13,5	-	-
De 16 a 20 anos	13,9	13,5	9,1	-
De 21 a 25 anos	8,4	8,2	-	-
Mais de 25 anos	20,5	2,7	-	-
Total	100 (%)	100 (%)	100 (%)	100 (%)

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

O que se observa é que quanto maior a quantidade de uniões, menor o tempo de relação de cada casal. Isto pode ser confirmado pela porcentagem grande de 60% na terceira e na quarta união e seu tempo de relação é de 01 a 05 anos. Esta questão se confirma quando observamos que 20,5% têm mais de 25 anos de relação. Quanto mais relações os casais estabelecem, menos tempo passam juntos.

4.4 OS FILHOS

Comumente se constata que o perfil de gênero que se estabelece na fronteira e dos próprios beneficiários da reforma agrária é de maioria masculina (BERGAMASCO, 1997; ABELÉM, 1998; HÉBETTE, 1998). Em nível nacional, os homens representam 87% dos responsáveis pelo título da terra (Relatório do Iº Censo Nacional dos Assentados da Reforma Agrária, 1997). Na Amazônia, se repete o mesmo padrão com 86% de homens assentados (ABELÉM & HÉBETTE, 1998). Ao que parece, pelo menos em nosso estudo de caso, a formação de uma segunda geração nesses assentamentos tende a mudar este perfil.

Levantamos uma totalidade de 408 filhos dos 104 assentados (94,5%) que tiveram pelo menos um rebento. Isto dá uma média de 3,9 filhos por entrevistado. Lembrando que a média de seus pais batia a marca de 8,2, esta é uma redução significativa. O número absoluto de filhas é 197 (48,3%) enquanto que os filhos são 211 (51,7%). A título de comparação:

Entre as famílias que têm filhos (82%), a média é de 3,3 filhos para o conjunto da amostra, variando entre 2,9 filhos no Sudeste do Pará e 3,6 no Ceará, apontando para duas hipóteses possíveis e não excludentes: a redução do tamanho das famílias e/ou saída dos jovens. Entre os filhos que vivem nos lotes, há uma ligeira predominância de homens, acompanhando a tendência da população assentada como um todo. No Sul da Bahia e no Sudeste do Pará cerca de 60% dos filhos são

homens, indicando que possivelmente nestas *manchas* haja uma saída maior das mulheres (LEITE; HEREDIA, MEDEIROS, 2004).

Quadro 20 Distribuição dos filhos por gênero

Sexo	1ºFilho		2ºFilho		3ºFilho		4ºFilho		5ºFilho		6º Filho		7º Filho		8º Filho		9º Filho	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
<i>Masc.</i>	54	51,9	47	49	37	48,7	25	51	19	59,4	12	54,5	10	55,6	6	75	1	33,3
<i>Fem</i>	50	48,1	49	51	39	51,3	24	49	13	40,6	10	45,5	8	44,4	2	25	2	66,7
Total	104	100	96	100	76	100	49	100	32	100	22	100	18	100	8	100	3	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

O que percebemos, a partir da tabela acima e da análise, é a formação de um cenário de gênero que tende ao equilíbrio entre os sexos. Apesar dos homens ainda ser maioria, as mulheres estão cada vez mais numerosas. A diferença entre os gêneros no 1º filho é de 3,8% o que corresponde em termos absolutos a quatro indivíduos. No 2º filho as mulheres passam a ser maioria com uma diferença de 2%. No 3º filho continuam sendo maioria agora com uma diferença de 2,6%. No 4º, o sexo masculino passa a frente novamente, mas com pouca diferença (2%). No 5º já observamos uma pequena disparidade entre homens e mulheres (18,8%). No 6º cai novamente a diferença, existem dois homens a mais. No 7º permanece a mesma diferença. No 8º sobe para quatro homens a mais. No último filho as meninas são superiores.

Ao que parece, esta não parece ser a única diferença entre os pais e os seus filhos. O perfil cultural também tende a se modificar, como se evidencia:

Mas esse camponês jovem vai ser muito diferente dos pais. Inclusive nós vivemos um dilema na universidade. Por causa da formação das turmas da agronomia. Fizemos vários ataques ao curso de agronomia. Questionando sobre que nós não éramos camponeses: “olha aí vocês de tênis, de roupa bem vestida, sabe lher dar com computador”. Sabe aquela imagem adulterada do campesinato, do rústico, do ignorante. Pelo contrário, a Palmares têm todas as conquistas da humanidade. Têm telefone, tem celular, têm escola, têm biblioteca, têm energia elétrica, têm transporte. Então foram essas as diferenças que fomos capazes de construir na organização, na vida social desse camponês. Extrapolando aquela relação dele com a terra, da terra com ele. Mas um camponês mais culto (“Carlos”, assentado da Palmares II, Julho de 2004).

Essa mudança de perspectiva de uma geração para outra é confirmada em outra entrevista, como podemos identificar no seguinte trecho:

Então, a juventude daqui que nasceu e se criou, ela tem incorporado mais de modo não muito. É mais a forma de se vestir, a música, a cultura, porque como é muito próximo (da cidade) é quase inevitável, mas mesmo assim o pessoal criou uma certa cultura mais interna, a maioria dos jovens aqui, eles trabalham na roça mesmo, mesmo os já foram da cidade já desenvolveu atividade agrícola junto com a família, prestando serviço pros outros, na diária, na ‘empleita’, eles tem uma prática, como que planta, como que colhe, como é que zela, como que vende, então, mesmo eles indo pra lá eles tem essa herança camponesa, que é um negócio muito positivo, isso né? Aqui o cara anda todo bonitinho, parece que nunca pisou na roça, mais no outro dia que você contata ele, ele ta lá com a sua botina de camponês, calça suja, a mão calejada, a foice dele organizadinho e não dá mole não, e no final de semana ta lá todo no esporte, jogando bola, tomando cachaça, então o pessoal considera que não é mais aquele camponês clássico, que é todo ‘arrupiado’, todo, né, até porque a vila ela favorece essa característica urbana (“João”, assentado da Palmares II, maio de 2005).

O que fica claro nesses fragmentos é uma mudança cultural sendo operacionalizada de uma geração para outra. Alguns hábitos referentes ao jeito de se vestir, ao gosto musical, à socialização, de forma geral, são mudados pela proximidade da cidade e pelas conquistas infra-estuturais dos camponeses. Essas conquistas adensam tecnicamente o contato com outros “mundos”, ampliando o horizonte político-cultural dos assentados e, principalmente, de seus filhos. No entanto, quando se trata do trabalho existe uma permanência dos valores camponeses, afirmada pela expressão “herança camponesa”, levando ao espaço de produção uma continuidade, pois nos dias de semana, quando este jovem vai para a roça, está com a “botina de camponês, calça suja, a mão calejada, a foice dele organizadinho”.

O passo seguinte foi identificar a origem pelos estados dos filhos.

Quadro 21 Origem dos filhos por Unidade da Federação

Estados	1ºFilho		2ºFilho		3ºFilho		4ºFilho		5ºFilho		6º Filho		7º Filho		8º Filho		9º Filho	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
MA	37	35,6	34	35,4	23	30,3	17	34,7	13	40,6	9	40,9	4	22,2	1	12,5	1	33,3
PI	2	1,9	1	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GO	2	1,9	2	1,75	2	2,6	2	4,1	2	6,3	1	4,5	-	-	-	-	-	
PA	55	52,9	54	56,25	50	65,8	30	61,2	17	53,1	12	54,5	14	77,8	7	87,5	2	66,7
TO	2	1,9	1	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
MG	2	1,9	1	1,1	1	1,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
ES	2	1,9	1	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RO	1	1	1	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Não Sabe	1	1	1	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	104	100	96	100	76	100	49	100	32	100	22	100	18	100	8	100	3	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Na análise dos dados apresentados anteriormente, os avós, os pais e os assentados até, então, era de maioria maranhense. A geração dos filhos dos assentados mudou este quadro. Agora, podemos perceber que a maioria nasce no próprio Estado do Pará. No primeiro filho temos 52,9% de paraenses. O Maranhão aparece em segundo com 35,6%. Temos, empatados com os mesmos valores (1,9%), piauienses, goianos, tocantinenses, mineiros e capixabas. Em números absolutos isto significa que dois filhos nascem em cada um desses estados. Ainda percebe-se um outro filho que nasceu em Rondônia e mais um cuja naturalidade é desconhecida pelo pai.

No segundo filho, os paraenses continuam sendo maioria (56,25%), seguidos pelos maranhenses (35,4%) e, depois, os goianos (1,75%). Os demais permanecem iguais com 1,1%. No terceiro há presença apenas de nascidos em Minas Gerais, Goiás, Pará e Maranhão. Posteriormente, com exceção do Maranhão e Pará, ocorre a incidência de goianos.

Para indicar os tempos de maior incidência de natalidade entre nossos 110 trabalhadores, fizemos uma divisão em seis intervalos de tempo. Desde 1953 até 2005, nos cinco primeiros intervalos de 10 em 10 anos. No último, o período é de três anos.

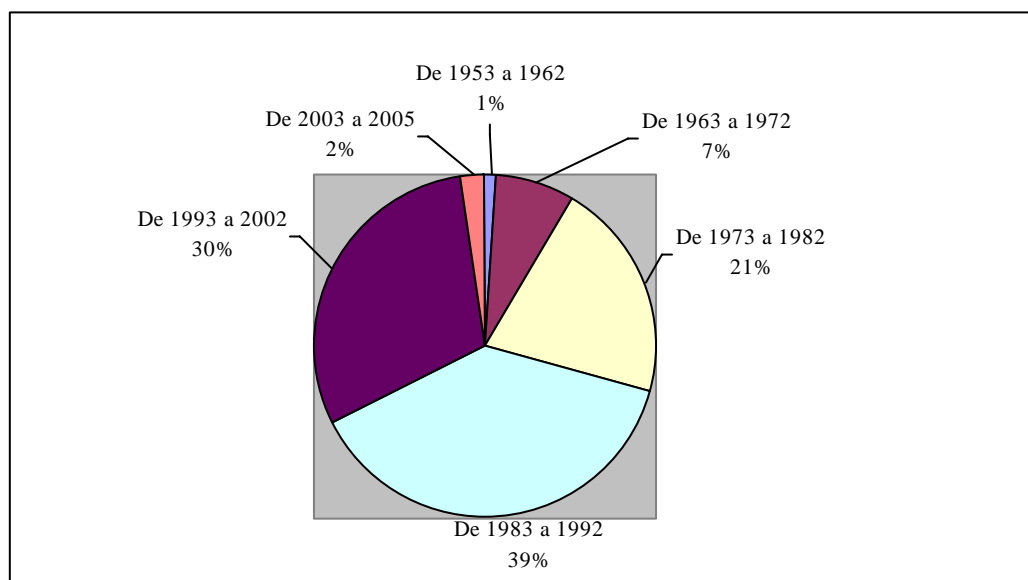


Gráfico 16 Intervalos de nascimento dos filhos

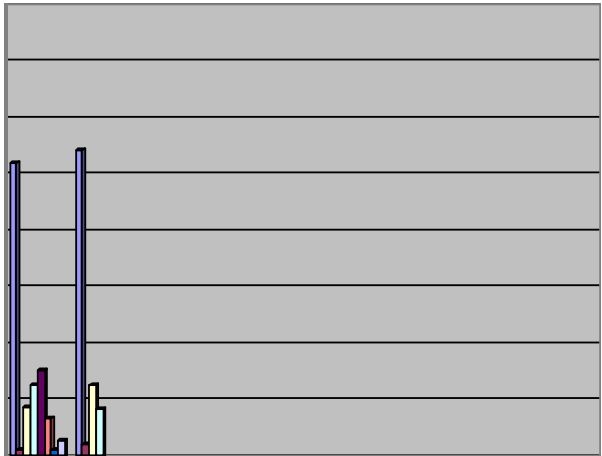
Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

A década de maior índice de nascimento é a que vai de 1983 a 1992 com 37,5% dos filhos. Em seguida vem o período posterior (1993 a 2002) com um pouco mais de 30%. As duas décadas somam 67,6% do total de descendentes. De um lado temos filhos que vão de 13 a 22 anos, em período de entrada no mercado de trabalho e de formação de novas famílias. De outro, crianças que nasceram na Palmares II, com faixas de idade que vão de 03 a 12 anos. O intervalo de 2003 a 2005 com 2,2% tem uma fase de recém-nascidos de 0 a 2 anos. Uma faixa etária significativa na fase adulta com 20,5%, com idades variando de 23 a 32 anos. Outras mais antigas e de menor incidência (1963 a 1972 com 7,35% e 1953 a 1962 com 1,22%) que vão de 33 a 52 anos.

Apesar de uma pequena variação a Palmares II acompanha as tendências nacionais, levantadas em 2004 pelo Instituto Interamericano de Cooperação pela Agricultura e pelo NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural que observa a seguinte questão:

(...) 48% das famílias só têm filhos menores de 14 anos (porcentagem que varia entre 35% e 61% das diferentes *manchas amostrais*). Se somarmos as famílias que contam só com filhos menores de 14 anos no lote e as famílias com filhos menores e maiores de 14 anos, temos 71% das famílias com filhos menores de 14 anos vivendo nos lotes. (LEITE; HEREDIA, MEDEIROS, 2004: 121)

Para se observar até que ponto este filho está acompanhando os pais ou mesmo se participam da mesma unidade de produção familiar, dividimos em variáveis escalares que vão desde a moradia na casa dos pais, se moram com os pais e estão dividindo o mesmo lote, se não moram com os pais mais estão na mesma localidade no caso o P.A. Palmares II, se não estão na mesma localidade mais estão em outros lugares do município, se estão em outros municípios, se estão em alguma das capitais do Brasil, se existem outros casos que não se aplicam ou mesmo se não sabem o paradeiro dos filhos. Confeccionamos o seguinte gráfico como resultado:



Outros casos são ínfimos, com 0,5%, e os que não sabem representam a pequena porcentagem de 1,5%.

Ao examinarmos as principais ocupações dos filhos, os estudantes aparecem em destaque somando 43,9% confirmando uma população nova em idade escolar, contribuindo para o número elevado de estudantes na escola do assentamento (1.200). A segunda maior ocupação é a de lavrador totalizando 13%. Em terceiro, com 8,9%, aparecem os que *ajudam os pais*. Esta categoria geralmente está ligada a algum tipo de auxílio no âmbito da casa ou no âmbito da roça e precisa ser melhor qualificada. Na prática, o que é considerado como trabalho é o que é realizado por ou sob o comando de um homem ou mulher adultos. O que exerce o comando e assume a responsabilidade da tarefa trabalha e os outros ajudam. Esta forma de representação do trabalho implica em processos diferenciados de sua apropriação no grupo familiar e nas relações estabelecidas fora da atividade nos lotes. Fundamenta parte do processo de desvalorização do trabalho da mulher e das crianças.

Posteriormente, a atividade de maior classificação é *dona de casa* com 4,9%. Seguida pelas *empregadas domésticas* com 3,4% (observa-se muitas meninas que são secretárias domésticas na vila do assentamento como forma de aumentar o rendimento familiar) e pelos *professores* com 2,9%. Importante constatar que todas estas atividades citadas estão ligadas à dinâmica do assentamento. O restante é distribuído por outras profissões como podemos observar no quadro a seguir.

Quadro 22 Principal ocupação dos filhos

Principal Ocupação dos Filhos	1ºFilho		2ºFilho		3ºFilho		4ºFilho		5ºFilho		6º Filho		7º Filho		8º Filho		9º Filho	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Lavrador	15	14,9	16	18,2	9	12,9	6	13	1	3,3	3	13,6	1	5,6	1	12,5	1	33,3
Peão de Fazenda / Vaqueiro	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empregada Doméstica	5	5	2	2,3	1	1,4	2	4,3	-	-	3	13,6	1	5,6	-	-	-	-
Operador de Máquinas	2	2	-	-	2	2,9	1	2,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operário / Pedreiro	2	2	1	1,1	1	1,4	2	4,3	3	10	-	-	-	-	-	-	-	-
Vigilante	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4,5	-	-	-	-	-	-
Motorista	1	1	-	-	-	-	-	-	1	3,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Camelô / Trabalhador Autônomo	3	3	-	-	-	-	1	2,2	1	3,3	1	4,5	-	-	-	-	-	-
Secretário (a)	1	1	2	2,3	-	-	-	-	1	3,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Professor (a)	4	4	4	4,5	3	4,3	1	2,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dona de Casa	6	5,9	4	4,5	1	1,4	2	4,3	4	13,3	2	9,1	1	5,6	-	-	-	-
Comerciante / Vendedor	4	4	1	1,1	2	2,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuda os Pais	7	6,9	8	9,1	6	8,6	5	10,9	5	16,7	3	13,6	2	11,1	-	-	-	-
Servente / Auxiliar de Serviços Gerais	1	1	2	2,3	2	2,9	-	-	1	3,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Funcionário da CVRD	2	2	-	-	1	1,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudante	39	38,6	41	46,6	35	50	23	50	11	36,7	9	40,9	12	66,7	7	87,5	2	67,7
Gerente de Fazenda / Serraria	-	-	1	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Técnico em Enfermagem / Agente de Saúde / Farmacêutico	-	-	1	1,1	1	1,4	1	2,2	-	-	-	-	1	5,6	-	-	-	-
Comerciante	-	-	1	1,1	1	1,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carpinteiro	-	-	1	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Artezo	-	-	1	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Radialista	-	-	-	-	1	1,4	-	-	1	3,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Mecânico	-	-	-	-	2	2,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Militar / Guarda / Policial	-	-	-	-	-	-	1	2,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Funcionário Público	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Sabe	5	5	2	2,3	2	2,9	1	2,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	101	100	88	100	70	100	46	100	30	100	22	100	18	100	8	100	3	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Podemos notar que entre os filhos existe um espriamento das profissões, apesar da ocupação de lavrador ainda ser a mais forte. Esta, talvez, possa ser um indicativo do aumento da

pluriatividade como uma das mudanças no campo e das transformações recentes no perfil do campesinato no Sudeste do Pará. O trecho da entrevista pode contribuir com esse viés.

É claro que essa segunda geração que está nascendo nos assentamentos não serão toda de camponeses. Porque nós temos o espaço do campo no campo e o espaço da cidade no campo. A Palmares é uma cidade. E digo mais se fosse no Maranhão, talvez aí já seria um município. Existem relações na vida diferentes das relações do campo dentro do campo. Então temos que se debruçar sobre essas questões, porque elas são complexas. Por exemplo, nós viemos de uma crise pertinente que nós não conseguimos construir referências de trabalho para a juventude dentro dos assentamentos. Isso é um problema nosso. Assim como é um problema da juventude do campo do Brasil inteiro. É um processo de identificação no campo. Mas ao contrário, na Palmares a juventude não vai embora para a cidade. A juventude permanece no campo, dentro da cidade da Palmares, dentro do campo, e a cidade dentro do campo. Então nós temos que encontrar um espaço de inserção dessa juventude no trabalho em torno do tema da reforma agrária. Faz dez anos que nós conseguimos perceber o nível de problema. Os pais continuam trabalhando no campo, mas a juventude tem dificuldade de se inserir nas relações de trabalho, nas relações de renda no campo (“Carlos”, assentado da Palmares II, Julho de 2004).

Para Carlos, os pais nos assentamentos continuam trabalhando de forma mais direta com a terra. Porém, seus filhos têm dificuldade de inserção nesta perspectiva. Segundo sua análise, isso é produto de uma unidade contraditória entre o campo e a cidade, que pode ser confirmada no seguinte trecho: “(...) a juventude permanece no campo, dentro da cidade da Palmares (Vila), dentro do campo, e a cidade dentro do campo”. Quando indagado mais diretamente sobre as causas desse processo, atribui da seguinte maneira “Porque ocorrem transformações na agricultura que nós não fomos capazes de perceber no período que deveria perceber. Que era passível de ser percebido”. Em seguida completa, que este problemas

Estariam ligados a técnica, mas sobretudo na incorporação de novas formas de agricultura. Por exemplo, a nossa avaliação é que nós temos que reconstruir a agricultura camponesa popular nos nossos assentamentos. Elas têm variáveis formas. É agroecológica. É subsidiada. É alternativa (“Carlos”, assentado da Palmares II, Julho de 2004).

Pode-se perceber que existe um debate dentro do MST sobre as formas de agricultura a serem implantadas nos assentamentos. A experiência que a Palmares II teve com a agroindústria e sua conseqüente transformação da produção em escalas crescentes de especialização em espécies

monocultoras forçou esta reformulação (isto será discutido com maior empenho no capítulo sobre a história do trabalho). Além disso, acrescentaríamos o tamanho da terra para cada família em áreas oficiais de reforma agrária. Este tamanho girando em torno de 5 a 20 alqueires (no caso da Palmares é de cinco alqueires) não vem possibilitando a reprodução de mais de uma geração de camponeses no assentamento.

Esta política governamental é para fixar o camponês em um curto período de tempo. Não é para menos, pois é preciso ‘liberar’ a força de trabalho (nem que seja de seus filhos) para aumentar as taxas de lucro. Para Carvalho (1999) o trabalhador sem terra apresenta uma característica de “nomadismo geográfico e social”. Este elemento é, em parte, produto dessa política governamental, mas também de estratégias de sobrevivência que não são necessariamente a mobilidade social vertical.

Ao avaliarmos a união dos filhos, elaboramos o quadro seguinte:

Quadro 23 Estado civil dos filhos

Estado Civil	1ºFilho		2ºFilho		3ºFilho		4ºFilho		5ºFilho		6º Filho		7º Filho		8º Filho		9º Filho	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Unido (a)	26	25	25	26	13	17,1	9	18,4	7	21,9	4	18,2	1	5,6				
Não Unido (a)	72	69,2	62	64,6	58	76,3	36	73,5	24	75	18	81,8	17	94,4	8	100	3	100
Separado (a)	4	3,8	5	5,2	3	3,9	4	8,2	1	3,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Sabe	2	1,9	4	4,2	2	1,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	104	100	96	100	76	100	49	100	32	100	22	100	18	100	8	100	3	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Ao questionarmos a situação conjugal de seus filhos distribuimos apenas em quatro variáveis. Os que são unidos, não unidos, separados e os que não sabem. A configuração dos dados se estabeleceu da seguinte maneira: os solteiros correspondem a 73% dos filhos. Os casados chegam a 20,8%. Os que romperam a relação totalizam 4,2% e os que desconhecem a situação matrimonial de seus filhos somam 2%. Portanto, parte considerável do espectro amostral dos filhos apresenta um estado civil de solteiros.

Tivemos dados importantes ao analisar a vida escolar dos filhos dos assentados.

Experiências interessantes no campo educacional se revelam. Observemos o quadro:

Quadro 24 Escolaridade dos filhos dos assentados

Escolaridade	1ºFilho		2ºFilho		3ºFilho		4ºFilho		5ºFilho		6º Filho		7º Filho		8º Filho		9º Filho	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Fundamental (1ª a 4ª Série)	38	38,8	40	45,5	34	50	21	45,7	11	36,7	12	54,5	11	61,1	4	50	2	66,7
Fundamental (5ª a 8ª Série)	26	26,5	25	28,4	17	25	19	41,3	15	50	7	31,8	5	27,8	4	50	1	33,3
Médio	25	25,5	18	20,5	15	22,1	5	10,9	4	13,3	3	13,6	1	5,6	-	-	-	-
Superior	3	3,1	1	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5,6	-	-	-	-
Não Sabe	6	6,1	4	4,5	2	2,9	1	2,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	98	100	88	100	68	100	46	100	30	100	22	100	18	100	8	100	3	100

Fonte: Pesquisa de campo. 2005.

A quantidade de filhos de assentados entrevistados que parou de estudar entre os primogênitos é bem pequena. Totalizam em números absolutos apenas seis pessoas (%). Permanecem estudando entre os primogênitos cerca de 94,2%. Entre os que são o segundo filho, esta taxa diminui, mas não deixa de continuar forte com 91,7% dos filhos estudando. Quanto aos se enquadram como terceiro filho esta taxa continua diminuindo com cerca de 89% freqüentando a escola. No quarto filho de um total de 49 pessoas compondo esta geração, apenas três pararam de estudar. No quinto temos 32 pessoas, com apenas duas que pararam de estudar. A partir do sexto filho temos a totalidade dos indivíduos estudando. Estes dados apresentam um quadro de acesso à educação formal entre os filhos bem avançado quando comparado com outros assentamentos estudados pelo Brasil.³³

Percebemos, ainda, em nosso trabalho de campo que aparece uma tendência, mesmo que incipiente, quanto ao futuro dos filhos. São deslocamentos para outros acampamentos e assentamentos do Sudeste do Pará. Como podemos analisar no quadro abaixo:

³³ A esse respeito ver LEITE; HEREDIA, MEDEIROS, 2004.

Quadro 25 Filhos acampados e/ou assentados

Acampado Assentado	1ºFilho		2ºFilho		3ºFilho		4ºFilho		5ºFilho		6º Filho		7º Filho		8º Filho		9º Filho	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Sim	3	2,9	3	3,1	5	6,6	4	8,2	1	3,1	1	4,5	-	-	-	-	-	-
Não	100	96,2	92	95,8	71	93,4	45	91,8	31	96,9	21	95,5	18	100	8	100	3	100
Não Sabe	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	104	100	96	100	76	100	49	100	32	100	22	100	18	100	8	100	3	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Estes deslocamentos representam 5% dos filhos que estão fora da Palmares II em busca de novos Projetos de Assentamento Rurais ligados ao processo de reforma agrária e ao MST, reproduzindo a condição de militantes e de assentados. Apresenta um número absoluto de pelo menos 17 filhos de assentados que estão acampados ou assentados em outros projetos pela Região Sudeste do Pará. Afirmando uma tendência de uma nova geração de Sem Terras, que irão conquistar novos espaços de socialização, formando novos assentamentos em outras áreas.

Capítulo 5

O QUE FAZEM? A HISTÓRIA DO TRABALHO

5.2 *É PRATICANDO NA VIDA QUE MUITO VAI APRENDER*

Seja qual for o caminho
Ou qualquer a profissão
Seja hábil com a mão
E trate disso sozinho
Apronte com o seu carinho
Que tudo vai parecer
Com o capricho de fazer
Na certa é percebida
É praticando na vida
Que muito vai aprender

É mais do que um instante
São todos os sentimentos
Que espalham nesses momentos
Lembranças nesse brilhante
No corpo de cada amante
Estrada longa de ver
Que o tempo faz entender
A trajetória escolhida
É praticando na vida
Que muito vai aprender

Se o amor foi encontrado
É o bem mais precioso
Faz tudo ficar brilhoso
Quando é compartilhado
Se tudo for conquistado
É justo por merecer
Mas a que for escolher
Nunca será esquecida
É praticando na vida
Que muito vai aprender

(Zé Ramalho)

(Letra e música: Zé Ramalho)

5.1 A QUALIFICAÇÃO E A DESQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO DISCURSO DOS INTELECTUAIS E DA IMPRENSA

Observamos nos meios acadêmicos (GRAZIANO DA SILVA, 1996; TAVARES DOS SANTOS, 1991; RODRIGUES, 2003; ALVES, 1988; COELHO, 2004; BECKER, 1982) e nos veículos de comunicação (REVISTA VEJA, 20 set. de 2000; 18 jun. de 2003; JORNAL O LIBERAL, 18 de dez. 2004), a desqualificação social e econômica dos camponeses em assentamentos de reforma agrária no Sudeste do Pará. Os argumentos têm como elemento central à competência para o trabalho agrícola dos chamados clientes do processo de reforma agrária. O que geralmente se percebe na formação deste discurso é que com as ocupações de terra e a territorialização dos assentamentos se aproximando cada vez mais das cidades e do espaço urbano, a sua base social aparentara ser de origem urbana, com experiências em setores econômicos (terciário e secundário) tipicamente associados à cidade. Quando essas pessoas se lançam na conquista da terra e na construção do assentamento, modificando seu entorno, aparece o discurso da não-competência para o trabalho na agricultura. Esta constatação interpretada apressadamente leva as análises para um viés duvidoso e possibilita criação de mitos para justificar ideologicamente a dominação.

Veículos de comunicação de massa, seguindo o raciocínio de que os assentados são desqualificados para o trabalho agrícola, decretam a falência do modelo de reforma agrária e afirmam a necessidade de apoio ao agronegócio³⁴, moderno, inserido no mercado e, principalmente, institucionalizado, dentro do campo das relações reguladas pelos gestores do capital e do estado. A

³⁴ Entendemos o agronegócio como definiram GASQUES, J.; CASTRO DE REZENDE, G.; VILLA VERDE, C.; SALERMO, M.; P. R. DA CONCEIÇÃO, J.; CARVALHO, J. Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil. Brasília: IPEA, 2004. 43 p. (texto para discussão 1009): “a cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários e pela sua transformação até o seu consumo. Essa cadeia incorpora todos os seus serviços de apoio: pesquisa e assistência técnica, processamento, transporte, comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, distribuidores (*dealers*), bolsas, industrialização e consumidor final. O valor agregado do complexo agroindustrial passa, obrigatoriamente, por cinco mercados: o de suprimentos; o da produção propriamente dita; o do processamento; o da distribuição; e o do consumidor final”. Suas principais características são: o uso intensivo de tecnologia, a produção voltada para o mercado externo e a monocultura. Suas grandes conseqüências são: formação de corporações monopolizadoras, expulsão dos trabalhadores da terra e dispensa de mão de obra.

matéria publicada na Revista Veja do dia 06 de agosto de 2003 sintetiza e sentencia o que vamos debater neste capítulo: “[...] a reforma agrária não faz mais sentido econômico”. E continua: “[...] o Brasil é campeão mundial do agronegócio, recordista em produção e produtividade de culturas como a soja, cana de açúcar, laranja e café; já os assentamentos mesmo os mais produtivos não atingem renda maior do que um salário mínimo mensal”, para concluir, “enquanto o agronegócio distribui riqueza, o MST defende a produção da miséria” (O MST atrapalha o lado bom do Brasil .**VEJA**. 2003.).

Apesar do “Brasil ser campeão do agronegócio”, pois não se pode ignorar:

[...] a ironia que em 2003, o Brasil tivesse que importar arroz, algodão e milho, além evidentemente, do trigo. Assim, o mesmo Brasil moderno do agronegócio que exporta, tem que importar arroz, feijão, milho, trigo e leite (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros) e teve que importar também soja em grãos, farelo e óleo de soja, algodão em pluma, matérias-primas industriais de larga possibilidade de produção no próprio país. (OLIVEIRA, A. 2004).

Os argumentos agem no sentido de desqualificar a agricultura camponesa e familiar e projetar positivamente a agricultura empresarial. Eles se assentam, basicamente, em dois pilares, a saber: a) as ocupações de terra são associadas à desordem e à vontade de um movimento, que não mobiliza os pacíficos agricultores do lugar, mas recrutam gente de fora, entre desempregados das cidades e aproveitadores; b) a idéia de não-vocação para o trabalho agrícola dos assentados, classificada na compreensão de uma urbanização acelerada no Brasil, e com grande destaque para a chamada Amazônia Oriental, especificamente no entroncamento da tríplice divisa entre Pará, Tocantins e Maranhão. Esses elementos somados são utilizados para explicar uma suposta derrota econômica da reforma agrária no Brasil.

Com relação ao item “a”, segundo o qual as ocupações de terra e os respectivos assentamentos são associados à desordem e à vontade de um movimento que não mobiliza os pacíficos agricultores do lugar, mas recrutam gente de fora, entre desempregados das cidades e aproveitadores, observamos a seguinte passagem:

A reforma agrária brasileira, cujo modelo atual funciona há mais de vinte anos com velocidade variável de assentamentos, tem sido usada em grande parte para mandar, ou devolver para o campo, desempregados urbanos e legiões de excluídos da atividade rural pelos processos de modernização da agricultura. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi em 1996 detectou vários sinais dessa situação. De um lado, encontrou-se, entre os assentados, gente com profissões anteriores, como alfaiate, professor primário, militar, encanador e bancário - sem nenhuma intimidade com a terra. (Mais do que Sem Terra. Sem Chance. Revista Veja Online: Em Profundidade – Reforma Agrária. São Paulo: Ed. Abril, 20 de setembro de 2000).

O fato de exercer uma profissão não exclui a probabilidade de ter tido outra anterior, nem a possibilidade de conversão e reconversão. Se for assim na cidade, porque não seria no campo? Até onde uma qualificação implica uma desqualificação? Este tipo de argumentação não comporta a complexidade da dinâmica dos assentamentos por reduzir a realidade do assentado ao presente histórico de sua relação mais recente, enterrando um rico passado e negando seu futuro. Diferentemente do que ocorre com outras categorias sociais, em que a conversão e a reconversão são consideradas possíveis, ao trabalho no campo é exigido um perfil nato, rígido, imóvel e determinista dos que dele fazem acesso.

Fala-se em vocação para ser camponês, enquanto para todas as outras categorias fala-se em capacitação, formação, qualificação, escola e outros mecanismos de habilitação positivos. É como se para todas as outras profissões fosse possível um meio de habilitação formal, mas para o agricultor é preciso nascer no campo ou nascer camponês.

Vejam o que diz uma passagem de interessante artigo de MAFORTE (2005):

Eis a falácia: quando se necessita mão-de-obra para impulsionar o tal desenvolvimento das cidades - como no caso de São Paulo e São Bernardo do Campo nos anos 70 - certamente não se utiliza a argumentação da vocação. Trabalhadores e as trabalhadoras nos anos 70 tinham experiência de trabalho no campo e pouquíssimo conhecimento em metalurgia ou construção civil. Apesar disso, interesses específicos treinaram esses trabalhadores e fizeram deles pessoas capazes de apreender a nova ocupação. Esse processo não envolve vocação ou dom, mas sim desenvolvimento de habilidade. Os processos de formação têm papel fundamental na aquisição de habilidades; negar sua capacidade de transformação é negar a capacidade dos educadores, das entidades e instituições que se dedicam a este fim. (MAFORTE, K. A falácia da vocação para o trabalho rural. Biblioteca-MST. Artigo. 01 mar. 2005).

Para iniciarmos o debate, com base em material empírico coletado sobre a história do trabalho entre camponeses da Palmares II faremos, a seguir, uma análise da evolução das ocupações econômicas que os assentados tiveram ao longo de seu itinerário profissional. Observemos, portanto, a relação entre a primeira ocupação dos camponeses de nossa amostra e o seu respectivo setor de atividade econômica no Projeto de Assentamento Palmares II.

Quadro 26 Relação entre a 1ª ocupação e o setor de atividade

Nome da ocupação I	Setores de atividade I									
	Primário		Secundário		Terciário		Ext. mineral		Total da linha	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Lavrador	98	97	-	-	-	-	-	-	98	88
Peão de Fazenda/Vaqueiro	2	1,9	-	-	-	-	-	-	2	2
Garimpeiro	-	-	-	-	-	-	1	100	1	1
Empregada Doméstica	-	-	-	-	1	12,5	-	-	1	1
Camelô/Trabalhador Autônomo	-	-	-	-	2	25	-	-	2	2
Professor (a)	-	-	-	-	1	12,5	-	-	1	1
Feirante	-	-	-	-	1	12,5	-	-	1	1
Eletricista	-	-	-	-	1	12,5	-	-	1	1
Servente/Auxiliar de Serviços Gerais	-	-	-	-	1	12,5	-	-	1	1
Cobrador (a) de ônibus	-	-	-	-	1	12,5	-	-	1	1
Quebradeira de Coco	1	1,1	-	-	-	-	-	-	1	1
Total da coluna	101	100	-	-	8	100	1	100	110	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Os nomes das profissões foram levantados a partir da auto-classificação dos entrevistados. Indagamos a principal ocupação que tiveram ao longo de, pelo menos, um ano de suas vidas. Sabemos que elas não se excluem. Um peão de fazenda ou um garimpeiro, mesmo em condição assalariada, pode produzir uma roça. O importante foi a auto-identificação dos trabalhadores durante o período de doze meses. Separamos, ainda, o extrativismo mineral do setor primário para termos a dimensão do número de pessoas que passaram pela experiência do garimpo, já que pesada carga das “críticas” baseadas em suposta competência para a agricultura recai sobre a condição anterior de garimpeiro.

É notória a incidência da profissão de “lavrador” (88%) como primeira ocupação. Não existe ninguém que atuou no setor secundário da economia durante a primeira ocupação. Apenas oito pessoas começaram sua vida profissional no setor terciário (8%) e apenas uma começou sua vida laboral como garimpeiro.

Autores sustentam que estes assentados padecem de uma falta de “intimidade com a terra”, reivindicando uma espécie de competência para o “trato” com a mesma, dando suporte científico a esta distorção.

O fracasso das atividades produtivas com o assentamento Palmares está diretamente relacionado à falta de preparo do homem assentado no trato com a terra. E essa fragilidade identificada desde o momento de recrutamento dos sujeitos para formar o acampamento. Atualmente, o recrutamento do MST não se restringe apenas à seleção de pessoas com raízes na agricultura. Ou seja, o Movimento vem recrutando na área de Carajás desempregados, ex-garimpeiros, ex-funcionários públicos e outras pessoas que estão fora do mercado de trabalho. (RODRIGUES, 2003: 194).

A obra de GARCIA JR.(1989) nos dá importantes ensinamentos sobre alguns termos que são colocados para o debate e que negam vários elementos importantes que servirão para reflexão no decorrer deste capítulo. O primeiro é tomar todos que têm algum tipo de cultivo baseado na força de trabalho doméstica como um campesinato indistinto. Alerta que o movimento de expansão do campesinato não se dá num vácuo social, mas chocando-se com o movimento de expansão da grande propriedade modernizada. Ressalta que há uma grande heterogeneidade na forma camponesa. O segundo é tomar o crescimento da forma salário como índice de crescimento do trabalho assalariado, chamando atenção que no Império Romano o salário coexistia com a escravidão. Não se pode, portanto, analisar o campesinato não levando em consideração a oposição entre *libertos e sujeitos*.

Neste mesmo erro incorrem as autoridades locais, ligadas ao Estado, responsáveis pela produção e aplicação de políticas públicas e que, por isto, a questão se torna mais alarmante. Como podemos observar no discurso do Prefeito de Parauapebas em 1994, no início da mobilização para a ocupação:

[...] a cobiça do ouro, que explicaria a presença, no acampamento dos Sem Terra, de grande número de garimpeiros remanescentes de Serra Pelada, e a busca de dinheiro fácil com a exploração de madeiras nobres, como o Mogno e a Castanha do Pará entre outras, estariam por trás da tenaz e obstinada luta que os Sem Terra, hoje, acampados no centro de Parauapebas vêm travando a mais de cinco meses, quando iniciaram por Marabá a mobilização que atualmente os mantém a cerca de

200 metros do portão de acesso à reserva florestal da CVRD.(O LIBERAL, 18 de dez. de 1994).

O que o prefeito afirma objetivamente, a política do Governo Federal para a questão agrária passa a sacramentar. Essa Ela passa da militarização para a judicialização (FERNANDES, 2001), com a criminalização da luta pela terra, transformando as ocupações em crimes hediondos. Paralelamente, desenvolve-se uma paulatina “municipalização” da reforma agrária. Sob o manto de um suposto desenvolvimento endógeno, acelera-se a modernização agrícola, se efetiva a renda capitalizada da terra e acentua a exclusão do campo aumentando a exclusão nas cidades. Em escala estadual, o Governo segue esta mesma lógica classificando esta mesma política como “municipalização do desenvolvimento”.

Alimentando idéias como “urbanização acelerada”, “floresta urbanizada”, “modernização das atividades produtivas”, “consolidação do capitalismo na Amazônia”, superação da “condição de fronteira”, a “agroindústria é moderna”, “proletarização generalizada do camponês” implementa-se uma tática de desqualificação e desclassificação sócio-econômica dos camponeses no Sudeste do Pará. Solapando as representações políticas não-institucionais, transferem os fóruns de negociação para um campo estritamente econômico e institucional. Este tipo de visão é a mesma que prenuncia, messianicamente, o fim do campesinato, que afirma não existir motivo para se fazer reforma agrária no país, pois como bem lembrou Oliveira (2004), há entre os:

[...] estudiosos da agricultura brasileira, controvérsias com relação a quem de fato, tem a participação mais expressiva na produção agropecuária do país. Há autores (e a mídia em geral os repete) que inclusive, chegam a afirmar que não há sentido no interior da lógica capitalista, distribuir terra através de uma política de Reforma Agrária. O capitalismo no campo já teria realizado todos os processos técnicos e passado a comandar a produção em larga escala. As posições expressivas na pauta de exportações de produtos de origem agropecuárias são apresentadas como indicativo desta assertiva. Assim, uma política de Reforma Agrária massiva poderia desestabilizar este setor competitivo do campo e deixar o país vulnerável em sua ‘política vitoriosa de exportações de commodities do agronegócio [...] (OLIVEIRA, 2004, p.34).

A estratégia exposta acima visa operar um efetivo controle sobre os recursos, tanto na gestão da força de trabalho como do meio biofísico. Na relação com agentes privados ligados à cadeia

mineral de Carajás, a Palmares II não está fora desta ofensiva e é colocada no interior deste debate. Um dos exemplos é o assédio das siderúrgicas de ferro-gusa sobre os recursos madeireiros dos assentados. Passando por cima das mediações políticas do assentamento, negociam diretamente com os assentados a venda das reservas florestais para alimentar seus fornos. A área do assentamento era de uma fazenda que já tinha consumido grande parte dos recursos florestais através da implantação de pastos para o gado e as “guseiras” implementam uma estratégia para derrubar a mata que ainda resta. A família Lunardelli, antiga proprietária da Fazenda Rio Branco, considerada a rainha do café no Paraná, quando recebe terras e incentivos fiscais na Amazônia se converte à atividade pecuária na região, sem que os órgãos responsáveis pelo desenvolvimento regional questionassem sua vocação para a pecuária.

A partir deste exemplo e levando em conta as contingências institucionais que os camponeses sofrem ao longo de suas trajetórias, vemos que esta estratégia possibilita o aparecimento de certos “tutelares exploradores” (NEVES, 2001):

Os exploradores se apresentam, por conseqüência, como os agentes mais próximos e viabilizadores da sobrevivência, do crédito e do apoio durante o inesperado. A migração para a periferia dos centros urbanos, se não de todos, mas, excetuando o produtor, dos demais familiares, constitui estratégia política individualizada, mas relativamente eficaz. Ela propicia o deslocamento para outras posições sociais e, a partir deste reconhecimento, para obtenção dos recursos dirigidos aos outros, mesmo que eles sejam muito precários, como atestam as condições de vida dos habitantes das periferias urbanas (NEVES, 2001: 08).

Neste sentido, utiliza-se a estratégia individualizada dos camponeses, sendo uma reação à ofensiva da renda capitalizada da terra, para desqualificá-los enquanto tal, não enfrentando os reais problemas do desafio da reforma agrária. O discurso do “moderno” para a Amazônia acaba colocando a bandeira da reforma agrária como um elemento anacrônico, como se aplicar uma política que possibilite um espaço de inclusão no campo fosse andar na contra-mão da história, pois na história oficial e (pós?) moderna o espaço rural aparece como *démodé* e, seu principal sujeito, o

camponês, como estorvo. É o que se percebe na reflexão do ex-presidente da EMBRAPA, Eliseu Roberto Alves³⁵:

Apenas um quinto dos que recebem terra consegue gerar renda suficiente para se manter no campo, os outros abandonam a terra num período máximo de dez anos. O fenômeno do esvaziamento populacional no campo, aliás, é absolutamente natural³⁶ e faz parte da História da maioria dos países desenvolvidos neste século. Nos Estados Unidos, resta apenas 1,5% da população trabalhando no campo. Na França, há 6%, mas isso custa bastante em termos de subsídios. No caso do Brasil, a massa que vai sendo derrotada pela tecnologia ganha o rótulo de excluída e acaba abastecendo iniciativas que parecem exigir que o planeta gire ao contrário. (Revista Veja On-line: Em Profundidade – Reforma Agrária. 20 de setembro de 2000).

A “massa” que vem sendo “derrotada” pela tecnologia é a mesma que esta fazendo as ocupações de terra e realizando, efetivamente, a reforma agrária. É a mesma que é responsável por 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira e 37,8% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (Balanço do PRONAF 2004-2005). Apesar desses números, o termo “derrotado pela tecnologia” evoca novamente a questão da qualificação social e da competência.

Uma das formas de negação do saber camponês se sustenta em preconceitos, geralmente enfocados na questão tecnológica, para efetivar estratégias de expropriação ou tipos de intervenção violenta, como podemos acompanhar no trecho abaixo:

O agricultor familiar não consegue ser selecionado por projetos políticos que objetivem outras formas de integração econômica se não se submeter a uma desqualificação viabilizadora dessa requalificação. Tenho recorrentemente chamado a atenção para violência simbólica que subjaz aos termos classificatórios conformadores de visões ideológicas que fazem crer o progresso como bem estar geral, reificados em *tradicional* e *moderno* (grifo da autora). Através destes termos, o que constitui produto de uma história especial que condena produtores ao isolamento, ao mercado regional, ao lucro negativo ou mínimo concedido pelo intermediário da comercialização, ao abandono de auxílio por parte dos órgãos do Estado, passa a ser visto como produto natural do comportamento. (NEVES, 1998: 17-18).

³⁵ Defensor histórico do agronegócio e da modernização da agricultura, foi diretor-executivo da primeira diretoria da Empresa (empossada em 1973) depois, foi presidente. Empossado no dia 16/03/1979 e reconduzido no dia 08/03/1983 até o dia 15/05/1985.

³⁶ É efeito incontestado do modelo de modernização excludente e concentradora. A esse respeito ver Grazziano Da Silva, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1996.

Mas o que estaria por detrás desse embate entre a agricultura camponesa e agronegócio? Pelo componente de luta, de enfrentamento que os assentamentos apresentam, principalmente no seu início, na sua fase de acampamento, geralmente o que prevalece é a noção que Bourdieu (1990) chamou de *habitus*³⁷, em contraste com a de normatização, com a institucionalização, como o próprio autor expressa:

Essa parcela de indeterminação, de abertura, de incerteza é o que faz com que não seja possível remeter-se inteiramente a ele nas situações críticas, perigosas. Como lei geral, pode-se afirmar que, quanto mais perigosa for a situação, mais a prática tenderá a ser codificada. O grau de codificação varia com o grau de risco. (BOURDIEU, 1990: 98).

A sociologia do trabalho vem debatendo esta questão fundamental há pelo menos 40 anos (DUBAR, 1998). Só que principalmente no campo das mudanças nas relações de produção da indústria, da mudança do “fordismo” para o “toyotismo”, no contexto de uma economia capitalista européia. Eliseu Alves, ao adjetivar os camponeses não percebeu as diferenças no espaço e no tempo, não levou em consideração o conflito e, nem mesmo, mencionou qual a apropriação tecnológica que derrotou os trabalhadores.

Dubar (1998) traz um importante levantamento sobre as diversas concepções de qualificação e competência utilizadas no decorrer do debate social e como se constituem em indicadores de mudanças no interior das formas de produção. Elenca pelo menos três modelos, um francês, um alemão e um japonês do que significaria qualificação. Três modos de “construção das competências” que remeteriam a três relações sociais específicas: “a relação educativa que define um modo de socialização, a relação organizacional que remete ao modo de divisão do trabalho e a relação industrial que diz respeito ao modo de regulação”. Neste sentido, para o autor, a qualificação e a competência são “noções inteiramente relativas aos modos de articulação, destas

³⁷Significa que “ao lado de uma norma expressa e explícita ou do cálculo racional, existem outros princípios geradores das práticas. Isso, sobretudo, nas sociedades em que há poucas coisas codificadas;[] que lhes permiti produzir pensamentos e práticas sensatas e regradas sem a intenção de sensatez e sem uma obediência consciente a regras explicitamente colocadas como tal.” (BOURDIEU, 1990: 96-97).

três relações sociais, que definem a profissionalidade num contexto ‘societal’”. Neste sentido, o pesquisador Eliseu Alves, talvez, estivesse nos remetendo a um contexto específico e bem pequeno no Brasil, onde está mais acostumado a se socializar.

Na contraposição podemos observar um artigo de Carvalho (2000), diretor de Política Agrária da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará, FETAGRI/PA que demonstra uma realidade contrária a que apresenta o ex-presidente da EMBRAPA:

Hoje – não vou falar do Brasil porque não sei – o nosso Estado (Pará) tem 49% da população vivendo na roça, vivendo no campo. Desses 49%, o governo está pensando em deixar no campo apenas 5% também []. É sinal que não nos preocupamos com este tipo de coisa, ou seja, o governo está pensando em jogar para a cidade 44% que estão na roça, no campo, deixando apenas 5% lá dentro. E por isso, não são formuladas políticas para o setor agrícola, porque o plano dele é este [...]”³⁸

Ao fazermos levantamentos sobre os números da agricultura familiar no Brasil junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA., verificamos que o conceito *camponês* não é utilizado pelo organismo e, sim, o de *agricultura familiar*. Apresentam esta categoria de *ação política* (NEVES, 2001) como uma categoria de *status* conceitual em contraposição ao conceito de *camponês*. A primeira parece ser mais “moderna”, inserida ao mercado capitalista. A segunda, “atrasada”, desprovida de “rendimentos” e, portanto, fadada ao fracasso.

Garcia Jr. (1989) ao se debruçar sobre as mudanças no interior da economia camponesa, avalia que as condições centrais da constituição do mercado de trabalho especificamente capitalista, como a liberdade pessoal dos trabalhadores e a liquidação das relações de dependência pessoal, também podem permitir o surgimento e desenvolvimento do campesinato e não implicam no seu necessário desaparecimento. Por isto, o autor trata de examinar em sua obra as condições do surgimento de um campesinato livre e diferenciado, que já surge de certa forma ameaçado. Pondera que no desenvolvimento do capitalismo pode ocorrer a negação absoluta do campesinato, tal como

³⁸ Artigo intitulado “O CAT na perspectiva do movimento camponês” IN: **CAT – Ano Décimo: etnografia de uma utopia**/ Jean Hébette, Raul Navegantes (org.) – Belém: UFPA, CAT, 2000.

ocorreu na versão inglesa ou, mesmo, com a estabilização das condições sociais de produção do campesinato parcelar como o caso francês ou, ainda, a economia camponesa pode se desenvolver sob o manto do socialismo como foi o caso de grande parte do leste europeu. Afirma que o que é realmente pertinente teoricamente é especificar as condições de ocorrência de cada uma dessas variantes, dos movimentos objetivos que o implicam.

O que retiramos de aprendizado dos autores acima é a impossibilidade de se fazer uma análise sem levar em consideração contextos específicos de desenvolvimento do campesinato, um dos quais encontramos e analisamos no Sudeste do Pará.

Para Fernandes (2001) o camponês brasileiro está defronte de um dilema a partir da década de 90, o que é analisado da seguinte forma:

A questão para o camponês é: ou ele se metamorfoseia em agricultor familiar e se integra ou se mantém como ele mesmo e se desintegra. Nestes referenciais não há futuro, porque não há perspectiva desse sujeito continuar sendo camponês. Na verdade, ele é visto como um estorvo para os que vêm sua desintegração, considerando que do campesinato podem surgir o capitalista e o proletário. Igualmente é visto como um estorvo para os que vêm sua integração, porque o camponês desenvolve, também, a luta contra o capital. (FERNANDES, 2001: 20).

A reflexão entre estas diferentes concepções de agricultura camponesa e agricultura familiar ou, mesmo, sobre a economia camponesa e economia capitalista acaba encontrando ressonância na relação campo e cidade. Os que entendem o campesinato homogeneamente e projetam seu desaparecimento acabam encontrando abrigo na relação campo-cidade em uma área de fronteira. Esta discussão é uma espécie de prolongamento da desqualificação econômica. Para desclassificar no âmbito produtivo precisa-se inserir dentro de uma diferenciação espacial, desqualificando-o também para o lugar de produção:

Trabalhador rural é o que menos existe entre as famílias reunidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no assentamento Palmares [] até mesmo o MST não tem força política para combater esse processo, responsável ainda pela chegada em Palmares de outros desempregados sem habilidade com o campo. Já é possível encontrar entre os assentados aqueles que buscam o ganha pão na cidade de Parauapebas, o que também foge às regras instituídas pelo MST (MOHY, E. A parte que não cabe no latifúndio. **Jornal Beira do Rio**, Seção

entrevista com Prof^a Maria Raimunda Rodrigues. Belém, nº 18, órgão informativo da UFPA.).

Este tipo de leitura pode ser observado entre outros estudos, mesmo que nas entrelinhas, através de um processo de diferenciação sócio-espacial e a sua conseqüente desqualificação são confirmados:

Em 1989, o MST, um movimento que tinha surgido no Rio Grande do Sul alcançou a região (Sudeste do Pará). O MST encontrou aí, compreensivelmente, um campo vasto e fértil para as suas lutas, então abraçadas por um contingente crescente de *sem terras, sem ouro e sem emprego* (grifo meu) que habitavam as periferias das cidades de Parauapebas e Curionópolis, particularmente. (COELHO, 1997: 505)

As categorias utilizadas aqui como *sem terra, sem ouro e sem emprego* e o lugar onde são enquadradas “que habitavam as periferias das cidades de Parauapebas e Curionópolis” parecem remeter a extratos sociais que podem ser citados separadamente e respectivamente como *lavradores, garimpeiros e desempregados da cidade*. A adjetivação espacial de “moradores da periferia” atribui também um sentido de origem a essas pessoas. Observa-se uma rigidez na interpretação da atividade profissional que não contribui para um entendimento das estratégias de reprodução social e econômica do campesinato. Ao mesmo tempo, se estabelece uma tensão, uma relação conflituosa entre os dois sentidos da qualificação para a sociologia do trabalho. Segundo Dubar (1998), a habilidade ‘profissional’ que, no caso, é mais ‘comportamental’ do que ‘manual’, só pode ser adquirida pela própria prática, uma vez que os saberes estão intimamente ligados ao *know-how* e incorporados às pessoas. Saberes, portanto, são ligados a contextos específicos. A qualificação ‘técnica’ requer conhecimentos formalizados, o respeito metódico aos procedimentos, e a instauração de saberes de um outro tipo, ao mesmo tempo abstratos, formais e processuais. Estes dois processos não se excluem.

Esta divisão (ou será regionalização?) do trabalho fixa e rígida é confirmada no seguinte fragmento:

Em 1994, encontrava-se já inundada a principal cava do garimpo de Serra Pelada. Milhares de garimpeiros sem ouro e sem alternativas locais, lá permaneceram em

condições precárias de vida. Outros migraram acumulando-se nas periferias urbanas pobres das agora cidades de Curionópolis, Parauapebas e Eldorado do Carajás. A vida miserável e sem alternativas fez com que a população local aderisse ao movimento local de Sem Terras (COELHO, 1997: 507).

Para esta autora o campesinato é uma categoria de pouca precisão analítica e tendendo a se comportar como categoria política, em seguida apresenta o MST como um movimento composto basicamente como uma juventude de trabalhadores desempregados, filhos de antigos camponeses, que não poderiam ser classificados como:

[...] um camponês tradicional. Em muitos casos seus pais já haviam perdido suas propriedades ou posses de terra, tornando-se trabalhadores assalariados das firmas contratadas das grandes empresas que se instalavam na região, quando não trabalhadores braçais do garimpo de Serra Pelada. Recrutados nas periferias dos centros urbanos locais, os integrantes desse movimento já tinham tido emprego (formal e, principalmente, informal) e experiência urbana [...] (COELHO, 2004: 31).

É neste tipo de reflexão que a imprensa local encontra sustentação. É o caso do Jornal O Liberal do dia 29 de dezembro de 2004, na coluna “Repórter 70”, com a seguinte nota:

Na estrada - dizem - o pessoal arregimentado pelo MST é que está se dando bem. Além da terra, ganham também financiamento bancário - coisa que os pequenos colonos tradicionais quase nunca sonharam conseguir. Completando a vantagem, recebem mensalmente do Incra uma generosa cesta básica. Como nem todos são, de fato, agricultores e alguns não têm nem vocação para a agricultura, as cestas básicas acabam beneficiando gente que mora na cidade. (Repórter 70. **O Liberal**. 29 dez. 2004).

Como se vê, aplica-se uma retórica profissional de ‘competência’ destinada a convencer a existência de uma necessidade que apenas os ‘profissionais’ da agricultura poderiam suprir, uma vez que foram oficialmente ‘habilitados’ para tanto. Em relação às cestas básicas, o seu fundamento é favorecer a transição entre a cidade e o campo. Se existem desvios nesta política não se pode tê-la como pernicioso em si mesma, sejam quais forem às falhas em sua aplicação.

A ‘qualificação’ ou ‘competência’ ou ‘experiências profissionais urbanas e rurais’ seriam usadas para designar o que está em jogo na relação entre camponeses e grandes proprietários no Sudeste do Pará: a posse da terra e a existência de um modo de produção baseado na mão de obra familiar, no domínio dos meios de produção, diversificado, voltado para o consumo e o mercado

interno e na relação mais direta com a natureza. Por isso, a questão qualificação/competência está longe de nos remeter a saberes diferentes ou a perfis de personalidades claramente diferenciados. A distinção entre qualificação e desqualificação remeteria às diferentes estratégias de atores coletivos e a modos distintos de regulação do mercado de terras e do mercado de trabalho.

Observa-se nesta linha de raciocínio, argumentos que sustentam a especulação nas atividades de ocupação da terra, descaracterizando uma importante metodologia de luta pela posse da terra. Neste sentido, identificam-se indivíduos que vão para o assentamento com o intuito prévio de vender a terra, como se os “especuladores” passassem um ano, até mais tempo do que isto, debaixo da lona preta, na beira da estrada, para ao final conseguir cinco alqueires de terra e vendê-la sem o mínimo escrúpulo:

[...] E também existem aqueles indivíduos que desde o momento do acampamento já tinham arquitetado que ali era uma forma de ganhar dinheiro: recebem o título, vendem e vão para outro acampamento. E conseguem outro lote, porque, para driblar o controle do Incra, dão o CPF da mulher, do filho, do sobrinho (MOHY, E. A parte que não cabe no latifúndio. **Jornal Beira do Rio**, Seção entrevista com Profª Maria Raimunda Rodrigues. Belém, nº 18, órgão informativo da UFPA).

É importante compreender a diferenciação do campesinato na fronteira amazônica no que se refere à representação da terra. Geralmente, para este campesinato, migrante da e na fronteira, a terra é recurso aberto e inesgotável, diferente da visão de outros grupos camponeses pelo Brasil, como os colonos do Sul. A apropriação da terra para os camponeses da Amazônia Oriental não é sinônimo necessariamente de fixação.³⁹

Do ponto de vista do lavrador a terra passa a se constituir num “recurso”, muitas vezes no único recurso que ele dispõe que pode ser transformado em dinheiro. A venda da terra pode significar neste contexto, a tentativa de manipular este recurso como uma estratégia que permita garantir ou melhorar as condições de vida das famílias. Neste caso, o exercício de autonomia do lavrador parece estar associado não à conservação de propriedade, mas a possibilidade de dispor dela utilizando-a como recurso dentro de um plano. O dinheiro obtido com a venda da terra pode ser

³⁹ Sobre a venda da terra como estratégia de reprodução social ver interessante artigo de: Vieira, M. Antonieta da Costa. **A venda de Terras do Ponto e vista dos Lavradores**: a venda como estratégia, 1987; ou o importante artigo de Magalhães, Sonia Maria Barbosa. **Tempo e Trajetórias**: reflexões sobre as representações camponesas. IN: **No mar, nos rios e na fronteira**: facetas do campesinato no Pará. Jean Hébert, Sonia Barbosa Magalhães, Maria Cristina Maneschy (organiadores); prefácio de Mª Conceição D’Incao. Belém:Edufpa, 2002.

utilizado para “pagar” ou para “comprar”, ou mesmo para as duas coisas. (VIEIRA, 1987:25)

Será que a propriedade da terra, bem como a produção agrícola, é condição para o indivíduo se sedentarizar, como comumente percebemos na literatura que trata da transformação das sociedades nômades para sociedades sedentárias? Ao sair da agricultura, o trabalhador sai por preferência, por algum tipo de força de atração, por falta de afinidade ou por expulsão?

5.2 A TRAJETÓRIA DO TRABALHO

Ao fazermos um balanço sobre a primeira ocupação, procuramos examinar as condições de trabalho que os camponeses tiveram, tentando compreender com que situações se defrontaram no primeiro trabalho, possibilitando entender e classificar que possíveis pressões se estabelecem no interior da organização da produção e a partir daí, avaliarmos que novas estratégias de conversão e reconversão do trabalho que os assentados desenvolveram para chegarem onde estão.

Quadro 27 Relação entre a 1ª ocupação e a 1ª condição

Ocupação	Dono (a)		Possreiro		Agregado		Meeiro		Assalariado Rural		Outro Rural		Ajuda Família		Autônomo		Sem remuneração		Empresa		Assalariado	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Lavrador	1	100	3	100	24	100	7	100	-	-	1	100	62	98,4	-	-	-	-	-	-	-	-
Peão de Fazenda / Vaqueiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	75	-	-
Garimpeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	-	-	-	-	-	-	-
Empregada Doméstica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	-	-
Trabalhador Autônomo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,6	1	25	-	-	-	-	-	-	-
Professor(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	-
Feirante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	-	-	-	-	-	-	-
Eletricista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Gerais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50
Cobrador(a) de ônibus	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50
Quebradeira de Coco	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1	100	3	100	24	100	7	100	1	100	1	100	63	100	4	100	1	100	3	100	2	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

No que se refere aos *lavradores* percebemos que 63,3% começam sua vida de trabalho ajudando de alguma maneira a família na roça, constituindo-se este período em aprendizado do trato com a terra. Isto nos sugere que estas pessoas serão parte de mais uma família na mesma unidade de

produção ou pleitear novas unidades seja por procedimentos legais seja por ocupações que permitam se manterem como camponeses. Segundo Hébette (2004) geralmente quando o lavrador deixa a agricultura é porque perdeu a sua propriedade ou a posse de sua terra. Diante de processos como este, indaga se isto significa dizer que estamos tratando de transação especulativa, negócio ou despejamento violento? Constata que o trabalhador rural privado de seu meio de produção básico – a terra – dificilmente vende sua força de trabalho fora da agricultura. Em seguida pergunta se isso demonstra resistência à proletarização ou falta de oportunidade de emprego na indústria e nos serviços?

Em seguida, aparecem os que começam sua vida econômica na lavoura na condição de agregados (24,5%), portanto, na condição de *sujeitos*, buscando alternativas de superação desse *status*. Posteriormente, temos os meeiros com 7,1% e depois, os posseiros com 3,1%. Estas condições, que são atividades de não proprietários autônomos correspondem a 87,3% e, por fim, apenas uma pessoa já desponta para o trabalho na condição de dona da terra.

Para contextualizar nosso debate, procuramos identificar os períodos que esses trabalhadores desenvolveram suas atividades. Dividimos os que começaram a trabalhar antes e até 1970. Depois disso, estabelecemos intervalos de anos que vão de cinco em cinco anos até os dias atuais. No que refere a primeira ocupação, temos a seguinte distribuição:

Quadro 28 Tempo de exercício da primeira ocupação

Nome da Ocupação	Intervalo de Tempo (%)															
	Até 1970		De 1971 a 75		De 1976 a 80		De 1981 a 85		De 1986 a 90		De 1991 a 95		De 1996 a 00		De 2001 a 05	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Lavrador	38	95	18	95	15	82	14	75	3	75	2	100	-	-	-	-
Peão de Fazenda / Vaqueiro	-	-	-	-	-	-	1	5	1	25	-	-	-	-	-	-
Garimpeiro	-	-	-	-	-	-	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-
Empregada Doméstica	-	-	-	-	-	-	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhador Autônomo	1	2,5	-	-	1	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Professor (a)	-	-	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Feirante	-	-	-	-	-	-	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-
Eletricista	-	-	-	-	1	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Gerais	-	-	-	-	-	-	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-
Cobrador (a) de ônibus	1	2,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quebradeira de Coco	-	-	-	-	1	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	40	100	19	100	18	100	19	100	4	100	02	100	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

No período que vai até 1970 existem 95% que se classificam como lavradores. O que correspondem 38,8% do total de lavradores de nossa amostra, indicando que a maioria desta profissão se enquadra neste período. Continua o mesmo valor no quinquênio seguinte, no que se refere à quantidade de lavradores do período, no entanto, no número total percebemos uma queda (18,4%). O período que vai de 1976 a 1990, fase que vai do aumento de frentes garimpeiras até o seu declínio, a partir do Governo Collor (1990-1992), há decréscimos, mas mantendo taxas altas de 75% e 82% aparecendo no total geral de lavradores. O que se verifica é um indicativo de aumento de outras ocupações, ligadas ao setor terciário em que, seria mais preciso falar em Baixo Terciário⁴⁰, pela sua condição marginal, no final da década de 70 e na década de 80.

Em seguida, destacamos a segunda ocupação que os trabalhadores tiveram relacionando-a ao setor econômico desta etapa da mobilidade da força de trabalho. Como mobilidade, a entendemos

⁴⁰ Entendemos este conceito como Hébette, J. e Acevedo Marin, R. definiram “a denominação de terciário refere-se a divisão social do trabalho, situando a população num processo global de produção e troca, em confronto com outros setores produtivos básicos, agrícola e industrial-artesanal. A qualificação de baixo evoca a posição dessa população na base ou nos extratos inferiores da pirâmide social. Associado a ‘terciário’, este termo não se restringe a sugerir baixo nível de renda e de educação e baixa qualidade de vida; indica uma condição estrutural relegada, no processo de produção e troca, bem próxima da idéia de marginalidade (...)”. (HÉBETTE, J. & ACEVEDO MARIN, R. O Impacto da Belém-Brasília e o Desenvolvimento do Baixo Terciário nas Zonas Urbanas da rodovia, pág. 90. IN: Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

não na sua “acepção intuitiva” como nos fala Gaudemar (1977) de uma deslocação apenas espacial dos homens, mas:

Por uma extensão da noção de espaço, ela parece poder englobar, além dos deslocamentos geográficos (migrações), os seus homólogos sectoriais ou profissionais. Em todos os casos, trata-se de uma deslocação de uma esfera para outra; únicas dificuldades de apreensão do fenómeno: considerar exaustivamente os fluxos e definir bem as esferas de origem e chegada. Não há qualquer outro problema teórico além desta designação e quantificação de um fluxo (GAUDEMAR, 1977: 16).

Estes fluxos são definidos quase que exclusivamente pelo capital, como podemos constatar no seguinte trecho, no desdobramento da análise de Gaudemar:

[...] a força de trabalho deve ser móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos quer impostos; móvel, quer dizer apta para as deslocações e modificações de seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo de seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório (GAUDEMAR, 1977: 190).

Hébette e Marin (2004) acrescentam a esta análise um elemento importante que deve ser levado em consideração na medida em que estudamos um assentamento oriundo da mobilização dos trabalhadores:

A mobilidade engloba os diversos movimentos da força de trabalho: os que se inscrevem na dimensão geográfica, na dimensão ocupacional, na dimensão social. Ela, porém, não se reduz aos movimentos concretos; ela diz respeito à qualidade da força de trabalho, qualidade essa que a torna adaptável, maleável nas ‘mãos’ do capital, dócil à sua fome de lucro e de mais-valia. Uma qualidade incutida, imprimida, imposta ao trabalho pelo capital – e, portanto, à qual o trabalho deve se submeter, se subordinar – *mas contra qual se contrapõe, quando toma consciência dessa imposição, reage e se revolta* (grifo nosso) (HÉBETTE; MARIN, 2004: 170-71).

Vejam, agora, a segunda ocupação e seu respectivo setor de atividade:

Quadro 29 Relação entre a 2ª ocupação e o setor de atividade II

Ocupação II	Setores de atividade II									
	Primário		Secundário		Terciário		Ext. mineral		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Lavrador	45	84,5	-	-	-	-	-	-	45	41
Peão de Fazenda/Vaqueiro	6	11	-	-	-	-	-	-	6	5,5
Garimpeiro	-	-	-	-	-	-	18	100	18	16,4
Empregada Doméstica	-	-	-	-	10	40	-	-	10	9,1
Professor (a)	-	-	-	-	1	4	-	-	1	0,9
Carvoeiro	1	1,5	-	-	-	-	-	-	1	0,9
Eletricista	-	-	-	-	2	8	-	-	2	1,8
Servente	-	-	-	-	1	4	-	-	1	0,9
Pedreiro	-	-	10	76,9	1	4	-	-	11	10
Operário (a)	-	-	3	23,1	-	-	-	-	3	2,7
Operador de Máquinas	-	-	-	-	1	4	-	-	1	0,9
Secretário (a)	-	-	-	-	1	4	-	-	1	0,9
Borracheiro	-	-	-	-	2	8	-	-	2	1,8
Vendedor(a) / Comerciante(a)	-	-	-	-	2	8	-	-	2	1,8
Pescador	2	3	-	-	-	-	-	-	2	1,8
Ajuda os Pais	-	-	-	-	1	4	-	-	1	0,9
Jogador de Futebol	-	-	-	-	1	4	-	-	1	0,9
Pintor	-	-	-	-	1	4	-	-	1	0,9
Mecânico	-	-	-	-	1	4	-	-	1	0,9
Total	54	100	13	100	25	100	18	100	110	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Constata-se que 54 pessoas (49,1%) continuam no setor primário. Dessas 84,5% afirmaram trabalhar como lavradores. O que corresponde a 41% de todas as profissões. Seis indivíduos foram trabalhar como peões, duas pessoas foram para a pesca e uma trabalhou como carvoeiro. O total no setor secundário de nossa amostra chega a 11,8%, sendo que 76,9% foram deslocados para a atividade de pedreiro e três pessoas (23,1%) foram trabalhar como operários. O segundo maior setor é o terciário (22,7%). As mulheres contribuíram com 40% deste setor através do ofício de empregada doméstica. O restante ficou espalhado em atividades do Baixo Terciário. O extrativismo mineral (16,4%) tem grande crescimento, passando de uma pessoa na primeira ocupação para 18 na segunda.

Os números do terciário e do secundário apresentaram relevante crescimento, confirmando a existência na Região Sudeste do Pará de um campesinato com trajetórias diversificadas, o que, num olhar menos atencioso, pode levar o analista a erros. Magalhães (2002) chama a atenção para a

Para os lavradores na segunda ocupação, a condição de agregado se destaca como maioria (46,7%), seguidos, empatados, por donos (20%) e meeiros (20%). Em terceiro aparece a ajuda à família com três pessoas, seguidos pelos posseiros em um total de dois indivíduos. Apenas um trabalha na empreita. Dentre os peões de fazenda, três foram trabalhar como assalariados, dois na empreita e um como autônomo. Os dois pescadores também foram trabalhar autonomamente. Os garimpeiros na totalidade também trabalham em regime autônomo, condição que perfaz maioria com 30,9%.

Não podemos negar a importância na vida econômica dessas pessoas dos setores terciário ou secundário, mas daí a afirmar que existe uma proletarização acentuada (BECKER, 1982) vai uma distância percorrida pelo exagero de alguns autores. O que se vê é um deslocamento desses camponeses da condição de ajuda a família para a condição de agregados e meeiros. Mesmo as que foram para o terciário como empregadas domésticas não se pode dizer que perderam o vínculo com a terra.

Acompanhando a mobilidade vertical da população, verifica-se, assim, não só uma instabilidade, mas também uma mudança na estrutura das relações sociais de produção, caracterizada por um processo de proletarização. No decorrer do processo migratório desaparecem as categorias de vínculos mais estreitos com a terra, cujos membros se transformam principalmente em assalariados temporários (...) (BECKER, 1982:144).

Avaliando a temporalidade destas profissões, formulamos a seguinte tabela:

Quadro 31 Relação entre a 2ª ocupação e seu intervalo de tempo

Ocupação II	Até 1970	De 1971 a 75	De 1976 a 80	De 1981 a 85	De 1986 a 90	De 1991 a 95	De 1996 a 00	De 2001 a 05
Pedreiro	2	10,6	2	16,8	2	11,1	1	3,6
Operário (a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Operador de Máquinas	1	3,6	3	20	1	6,2	-	-
Secretário (a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Borracheiro	-	-	1	8,3	-	-	-	-
Vendedor (a) / Comerciante (a)	13	68,4	7	58,3	4	32,4	7	3,6
Peão de Fazenda/Vaqueiro	1	5,3	-	-	1	5,5	2	7,1
Gravador	-	-	1	8,3	7	39	7	3,6
Empregada Doméstica	1	5,3	1	8,3	1	5,5	6	21,3
Professor (a)	-	-	-	-	1	5,5	-	-
Mecânico	1	5,3	-	-	-	-	1	3,6
Eletrocista	19	17,3	12	10,9	18	16,5	18	3,6
Servente	-	-	-	-	-	-	1	6,6

Fonte: Pesquisa de Campo, 2005.

Identificadas as categorias mais representativas numericamente, podemos constatar que até 1980 temos, na segunda ocupação, 24 pessoas trabalhando como lavradores (53,3%). O restante (46,7%) estão no intervalo de 1981 aos dias atuais. Entre os peões, encontramos cinco no período que vai de 1981 a 1995. Apenas um trabalhando nesta profissão no primeiro intervalo de tempo (até 1970). Dos que estão como garimpeiros, encontramos 16 dos 18 no período que vai de 1976 a 1990 confirmando esta época como a da “febre” do garimpo. Entre as dez empregadas domésticas, seis trabalham no período de cinco anos que vai de 1981 a 1985. Talvez indique uma alternativa de trabalho, no período de grande incidência de garimpeiros, já que grande parte dos garimpos do Sudeste do Pará não permitia o trabalho feminino. A categoria dos pedreiros encontra-se distribuída entre os diversos períodos. Dos três operários, um está no período de 1981 a 1985, outro no quinquênio de 1991 a 1995 e o terceiro no tempo que vai de 2001 a 2005.

Quadro 32 Relação entre a 3ª ocupação e seu setor econômico

Ocupação III	Setores de atividade III									
	Primário		Secundário		Terciário		Ext. mineral		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Lavrador	47	88,6	-	-	-	-	-	-	47	46,1
Peão de Fazenda/Vaqueiro	6	11,4	-	-	-	-	-	-	6	5,9
Garimpeiro	-	-	-	-	-	-	22	100	22	21,5
Carpinteiro	-	-	1	20	-	-	-	-	1	0,9
Empregada Doméstica	-	-	-	-	2	9,2	-	-	2	1,8
Pedreiro	-	-	1	20	-	-	-	-	1	0,9
Militar/Guarda/Policial	-	-	-	-	1	4,5	-	-	1	0,9
Vigilante	-	-	-	-	2	9,2	-	-	2	1,8
Motorista	-	-	-	-	1	4,5	-	-	1	0,9
Encanador	-	-	-	-	1	4,5	-	-	1	0,9
Dona de Casa	-	-	-	-	6	27,4	-	-	6	5,9
Comerciário /Vendedor	-	-	-	-	1	4,5	-	-	1	0,9
Mecânico	-	-	-	-	1	4,5	-	-	1	0,9
Servente/Auxiliar de Serviços Gerais	-	-	-	-	3	13,7	-	-	3	2,9
Comerciante	-	-	-	-	1	4,5	-	-	1	0,9
Cabeleireiro (a)	-	-	-	-	1	4,5	-	-	1	0,9
Músico	-	-	-	-	1	4,5	-	-	1	0,9
Circuleiro	-	-	3	60	-	-	-	-	3	2,9
Pizzaiôlo	-	-	-	-	1	4,5	-	-	1	0,9
Total	53	52	5	5	22	21,5	22	21,5	102	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Na terceira ocupação temos uma queda de 110 para 102 no número de trabalhadores que continuam na mobilidade profissional ou vertical. Apesar desta diminuição existem duas profissões que registram aumento significativo. Os lavradores, que passam de 41% para 46,1% e os garimpeiros que, passam de 16,4% para 21,5%. Seguindo este padrão o setor primário sofre acréscimo de 2,9% e o extrativismo mineral de 5,1%. Já o baixo terciário e o secundário sofrem decréscimo de, respectivamente, 1,2% e 6,8%. Existe nesta etapa da história do trabalho um equilíbrio entre o terciário e o extrativismo mineral (21,5%) devido o aumento dos garimpeiros. O número de empregadas domésticas cai de dez para duas. Agora, são as donas de casa que contribuem significativamente para este setor com uma frequência de seis mulheres, representando entre a totalidade de profissões uma soma de 5,9%. No setor secundário, temos o aparecimento de atividades como o circuleiro, profissão típica de quem opera máquinas em serrarias.

Quadro 33 Relação entre a 3ª ocupação e sua condição

Ocupação III	Dono (a)		Possreiro		Agregado		Meeiro		Assalariado Rural		Ajuda Família		Autônomo		Sem remuneração		Empreita		Assalariado	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Lavrador	35	100	1	100	5	100	4	100	-	-	1	2,1	-	-	-	-	1	14,3	-	-
Peão de Fazenda / Vaqueiro	-	-	-	-	-	-	-	-	2	50	-	-	-	-	-	-	4	57,1	-	-
Garimpeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	76	-	-	-	-	-	-
Carpinteiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-
Empregada Doméstica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	25
Pedreiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	14,3	-	-
Militar / Guarda / Policial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	12,5
Vigilante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	1	12,5
Motorista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-
Encanador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	12,5
Dona de Casa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	5	100	-	-	-	-
Comerciário / Vendedor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	14,3	-	-
Mecânico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	2	25
Comerciante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-
Cabeleireiro (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-
Músico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-
Circuleiro	-	-	-	-	-	-	-	-	2	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pizzaíolo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	12,5
Total	35	100	1	100	5	100	4	100	4	100	1	100	30	100	5	100	7	100	8	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Mecânico	-	-	-	-	-	-	1	4,7	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,9
Servente / Auxiliar de Serviços Gerais	1	12,5	-	-	-	-	-	-	1	5,9	1	2,5	-	-	--	-	3	2,9
Comerciante	1	12,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,9
Cabeleireiro (a)	-	-	-	-	-	-	1	4,7	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,9
Músico	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5,9	-	-	-	-	-	-	1	0,9
Circuleiro	1	12,5	-	-	-	-	-	-	1	5,9	1	2,5	-	-	-	-	3	2,9
Pizzaiôlo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,5	-	-	-	-	1	0,9
Total	8	100	2	100	9	100	21	100	17	100	39	100	5	100	1	100	102	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

A partir da terceira ocupação 35 lavradores chegam à condição de dono. Isto significa dizer que a partir da terceira ocupação, 34,3% de nossa amostra passam a ser donos de sua terra na construção do Assentamento Palmares ou de outros PA's da região como o Rio Branco, Ingá ou a Colônia Jader Barbalho. A partir da década de 1990 temos um total de 44 pessoas (43,1%), sendo 35 lavradores e donos de sua terra. Este número pode ser acompanhado pelo número de assentamentos conquistados na década de 1990, na Região Sudeste do Pará.

Quadro 35 Evolução da criação de Projetos de Assentamento na Região

	Até 1985	De 1985 a 1989	De 1990 a 1994	De 1995 a 1999	De 2000 a 2003
PA's criados	1	23	26	218	113
PA's existentes	1	24	50	268	381

Fonte: INCRA SR-27, 2003.

Para os autores deste artigo, citado na nota, o “boom” da criação de projetos de assentamento está vinculado:

A implantação regional destas instituições (FETAGRI e INCRA), bem como a consolidação do MST na região, cria um ambiente particular de relação entre o governo e organizações de trabalhadores rurais. A proximidade com uma das principais instâncias de decisão sobre as questões agrárias estimula ainda mais os movimentos a pressionarem pela sua efetiva participação nas políticas (OLIVEIRA, M; VEIGA, I; MASTOP LIMA, L; TAVARES, F. 2004: 03).

Incluiríamos na análise que a criação do INCRA e a efetivação dos assentamentos estão vinculados à pressão direta dos movimentos sociais do campo na região. A participação nas políticas é submetida ao grau de organização dos trabalhadores. Esta participação tem que ser

lembrada pelas constantes ocupações às sedes do Incra no Pará para reivindicar desapropriação de terras e melhorias nos assentamentos.

Na década de 1980, temos o período em que há diminuição da ocupação de lavradores, com oito no total. Nenhum em condição de dono da terra, distribuídos entre agregados, meeiros e posseiros. Os garimpeiros nesta década são maioria, somando 14 (63,6%) no total da categoria. Temos mais sete (31,8%) na atividade de garimpo no período de 1976 a 1980, ou seja, 95,4% dos garimpeiros. Confirma-se que nestes 15 anos as reservas garimpeiras se espalham pelo Pará, como podemos observar no quadro abaixo, com a população de garimpeiros na área de influência do Programa Grande Carajás.

Quadro 36 População garimpeira na área do P.G.C

Região / Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Sudeste do Pará	26.000	28.000	48.000	80.000	70.000	50.000	50.000	40.000	47.000	55.000	31.000
Gurupi	1.600	2.100	2.500	15.000	23.000	37.000	25.000	22.000	15.000	13.000	6.500
Tocantins	1.500	1.600	2.500	3.000	5.000	5.500	5.200	6.000	6.500	7.000	6.400
Total	29.100	31.700	53.000	98.000	98.000	92.500	80.200	68.000	68.500	75.000	43.900

Fonte: DNPM / Associações e Sindicatos de Garimpeiros: 1980-1989
DNPM – Levantamento Nacional de Garimpeiros, 1990

Na quarta ocupação temos a seguinte distribuição:

Quadro 37 Relação entre a 4ª ocupação e o setor de atividade

Ocupação IV	Setores de atividade IV									
	Primário		Secundário		Terciário		Ext. mineral		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Lavrador	43	93,5	-	-	-	-	-	-	43	63,2
Peão de Fazenda / Vaqueiro	2	4,3	-	-	-	-	-	-	2	2,9
Garimpeiro	-	-	-	-	-	-	4	100	4	5,8
Empregada Doméstica	-	-	-	-	1	6,2	-	-	1	1,5
Pedreiro	-	-	1	50	1	6,2	-	-	2	2,9
Vigilante	-	-	-	-	1	6,2	-	-	1	1,5
Camelô / Trabalhador Autônomo	-	-	-	-	1	6,2	-	-	1	1,5
Professor (a)	-	-	-	-	3	19	-	-	3	4,4
Feirante	-	-	-	-	2	12,4	-	-	2	2,9
Mecânico	-	-	-	-	3	19	-	-	3	4,4
Ajuda os Pais	-	-	-	-	1	6,2	-	-	1	1,5
Servente/Auxiliar de Serviços Gerais	-	-	-	-	1	6,2	-	-	1	1,5
Comerciante	-	-	-	-	1	6,2	-	-	1	1,5
Oleiro	-	-	1	50	-	-	-	-	1	1,5

Cabeleireiro (a)	-	-	-	-	1	6,2	-	-	1	1,5
Gerente de Fazenda/Serraria	1	2,2	-	-	-	-	-	-	1	1,5
Total	46	67,6	2	2,9	16	23,5	4	6	68	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

A partir da quarta ocupação temos 68 trabalhadores no total, o que significa 61,8% de nossa amostra, fazendo deslocamentos profissionais. Os lavradores continuam sendo a maioria dentre as profissões (63,2%), assim como os trabalhadores no setor primário da economia (67,6%). No setor secundário (2,9%) temos duas pessoas, um trabalhando como pedreiro e outro como oleiro. O setor terciário (23,5%) continua sendo o segundo maior nesta etapa, com destaque para os professores e mecânicos com três em cada uma dessas profissões, perfazendo 19% em cada. Na seqüência aparecem dois feirantes (12,4%). Os garimpeiros sofrem um decréscimo de 22 da ocupação anterior para quatro nesta.

Quadro 38 Relação entre a 4ª ocupação e sua condição

Ocupação IV	Dono (a)		Posseiro		Agregado		Assalariado Rural		Ajuda Família		Autônomo		Empreita		Assalariado	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Lavrador	26	96,3	2	100	8	88,9	3	42,8	2	100	-	-	2	50	-	-
Peão de Fazenda / Vaqueiro	-	-	-	-	-	-	1	14,3	-	-	-	-	1	25	-	-
Garimpeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	33,4	-	-	-	-
Empregada Doméstica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8,3	-	-	-	-
Pedreiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	40
Vigilante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	20
Camelô / Trabalhador Autônomo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8,3	-	-	-	-
Professor (a)	-	-	-	-	1	11,1	2	28,6	-	-	-	-	-	-	-	-
Feirante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	16,7	-	-	-	-
Mecânico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	16,7	-	-	1	20
Ajuda os Pais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8,3	-	-	-	-
Servente / Auxiliar de Serviços Gerais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	20
Comerciante	1	3,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Oleiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8,3	-	-	-	-
Cabeleireiro (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	-	-
Gerente de Fazenda / Serraria	-	-	-	-	-	-	1	14,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	27	100	2	100	9	100	7	100	2	100	12	100	4	100	5	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

A condição de dono nesta ocupação soma 39,7%, com um número absoluto de 27 pessoas. Desses, 26 trabalhadores são lavradores que chegam a esta condição a partir da ocupação da Fazenda Rio Branco. O número de posseiros sobe para duas pessoas nesta fase (2,9%). Os agregados também sofrem acréscimos nesta etapa. Eram cinco na anterior, agora perfazem nove (13,2%). Os assalariados no campo também sobem mais três com um total de sete (10,3%). Três são lavradores, dois professores, um peão e um gerente de fazenda. O número de trabalhadores autônomos que era bastante alto na condição anterior (30), agora cai para 12 (17,6%). No entanto, permanece na segunda posição depois dos donos. As profissões que contribuem com esta perspectiva, em ordem decrescente: garimpeiros, mecânico, feirante, empregada doméstica, camelô, ajuda aos pais e oleiro. Os que estão em regime de empreita chegam a 5,9%. Outra condição em que ocorre diminuição é a dos assalariados urbanos. Eram oito agora são cinco (7,3%).

Quadro 39 Relação entre a 4ª ocupação e intervalo de tempo

Ocupação IV	Intervalos de Tempo (%)															
	Até 1970		De 1976 a 80		De 1981 a 85		De 1986 a 90		De 1991 a 95		De 1996 a 00		De 2001 a 05		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Lavrador	1	33,4	2	40	6	60	4	28,6	24	92,3	4	50	2	100	43	63,2
Peão de Fazenda / Vaqueiro	-	-	-	-	-	-	1	7,1	-	-	1	12,5			2	2,9
Garimpeiro	-	-	1	20	2	20	1	7,1	-	-	-	-			4	5,8
Empregada Doméstica	-	-	-	-	-	-	1	7,1	-	-	-	-			1	1,5
Pedreiro	-	-	-	-	1	10	1	7,1	-	-	-	-			2	2,9
Vigilante	-	-	1	20	-	-	-	-	-	-	-	-			1	1,5
Camelô / Trabalhador Autônomo	-	-	1	20	-	-	-	-	-	-	-	-			1	1,5
Professor (a)	-	-	-	-	-	-	2	14,3	-	-	1	12,5			3	4,4
Feirante	-	-	-	-	-	-	-	-	2	7,7	-	-			2	2,9
Mecânico	1	33,3	-	-	-	-	-	-	-	-	2	25			3	4,4
Ajuda os Pais	-	-	-	-	-	-	1	7,1	-	-	-	-			1	1,5
Servente / Auxiliar de Serviços Gerais	-	-	-	-	1	10	-	-	-	-	-	-			1	1,5
Comerciante	-	-	-	-	-	-	1	7,1	-	-	-	-			1	1,5
Oleiro	1	33,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			1	1,5
Cabeleireiro (a)	-	-	-	-	-	-	1	7,1	-	-	-	-			1	1,5
Gerente de Fazenda / Serraria	-	-	-	-	-	-	1	7,1	-	-	-	-			1	1,5
Total	3	100	5	100	10	100	14	100	26	100	8	100	2	100	68	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Como já foi discutido, confirma-se a década de 1990 como período de formação e consolidação dos assentamentos no Sudeste do Pará. Temos neste intervalo 28 lavradores, conferindo 65,1% do total desta categoria. Importante frisar que 26 camponeses são donos de seu lote. De 1976 a 1990, são 12 (27,9%) os lavradores que compõem esta faixa. Os garimpeiros em menor número na quarta ocupação em relação à anterior com 5,8% do total de ocupações. Distribuídos entre 1976 e 1990, percebe-se que nos cinco anos que vão de 1986 a 1990, portanto período de decadência das reservas garimpeiras no Sudeste do Pará, há incidência de maior distribuição entre as diversas profissões. Isto se deve a buscas de alternativas face ao enfraquecimento do setor mineral. Delineando estratégias de reconversão do trabalho vemos um espriamento entre as diversas ocupações.

Outra questão curiosa é perceptível no período posterior à implantação do PA. Alguns assentados começam a trabalhar em atividades não-agrícolas como professores e feirantes.

Quadro 40 Relação entre a 5ª ocupação e seus setores de atividade

Ocupação V	Setores de atividade V									
	Primário		Secundário		Terciário		Ext. mineral		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Lavrador	21	91,4	-	-	-	-	-	-	21	51,2
Peão de Fazenda / Vaqueiro	1	4,3	-	-	-	-	-	-	1	2,4
Garimpeiro	-	-	-	-	-	-	2	100	2	5
Carpinteiro	-	-	-	-	1	7,1	-	-	1	2,4
Empregada Doméstica	-	-	-	-	1	7,1	-	-	1	2,4
Pedreiro	-	-	1	50	-	-	-	-	1	2,4
Vigilante	-	-	-	-	3	21,5	-	-	3	7,4
Motorista	-	-	-	-	2	14,4	-	-	2	5
Camelô / Trabalhador Autônomo	-	-	-	-	2	14,4	-	-	2	5
Professor (a)	-	-	-	-	1	7,1	-	-	1	2,4
Comerciário/Vendedor	-	-	-	-	1	7,1	-	-	1	2,4
Comerciante	-	-	-	-	1	7,1	-	-	1	2,4
Cobrador (a) de ônibus	-	-	-	-	1	7,1	-	-	1	2,4
Bóia Fria	1	4,3	-	-	-	-	-	-	1	2,4
Músico	-	-	-	-	1	7,1	-	-	1	2,4
Circuleiro	-	-	1	50	-	-	-	-	1	2,4
Total	23	56,1	2	4,9	14	34,1	2	4,9	41	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

A partir da quinta ocupação, o número de trabalhadores cai para 41(37,3%), menos da metade de nossa amostra. Retiram-se os que obtiveram a condição de dono na ocupação anterior.

Como podemos observar no setor primário, temos 56,1% dos trabalhadores permanecendo em primeiro também nesta etapa da mobilidade profissional. Estão distribuídos entre 21 lavradores (91,4%), um peão (4,3%) e um bóia fria (4,3%). O setor secundário aparece com 4,9% empatando com o extrativismo mineral. Cada um desses com dois trabalhadores. Percebemos que no extrativismo mineral, que já figurou, na terceira ocupação, como o segundo maior setor de atividade com 22 membros, nesta se reduz a apenas dois. O setor terciário ainda continua sendo o segundo maior setor com 34,1%, sendo as três principais ocupações deste setor os vigilantes, os motoristas e os camelôs.

Quadro 41 Relação entre a 5ª ocupação e sua condição

Ocupação V	Dono (a)		Possseiro		Agregado		Meeiro		Assalariado Rural		Outro Rural		Autônomo		Empreita		Assalariado	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Lavrador	18	100	1	100	1	100	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peão de Fazenda / Vaqueiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	-	-
Garimpeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	18,2	-	-	-	-
Carpinteiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	9,1	-	-	-	-	
Empregada Doméstica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	9,1	-	-	-	-	
Pedreiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	-	-	
Vigilante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	9,1	-	-	2	50	
Motorista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	18,2	-	-	-	-	
Camelô / Trabalhador Autônomo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	18,2	-	-	-	-	
Professor (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	-	-	-	-	-	-	-	
Comerciário / Vendedor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	
Comerciante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	9,1	-	-	-	-	
Cobrador (a) de ônibus	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	
Bóia Fria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	-	
Músico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	9,1	-	-	-	-	
Circuleiro	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	-	-	-	-	-	-	-	
Total	18	100	1	100	1	100	1	100	2	100	1	100	11	100	2	100	4	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Os lavradores que se converteram em donos somam 43,9% na quinta condição de trabalho. Em seguida, nós temos um lavrador como agregado, outro como meeiro e um terceiro como posseiro. Como assalariados rurais apenas dois. Um no magistério e outro como circuleiro em serrarias. Ainda aparece um bóia fria em uma condição de *outro rural*. Os autônomos (26,8%) representam a segunda maior incidência. Estão distribuídos entre garimpeiros e outras atividades

profissionais ligadas ao setor terciário. Na empreita temos um pedreiro e outro peão de fazenda.

Entre os assalariados urbanos, dois são vigilantes, um comerciário e um cobrador de ônibus.

O intervalo de tempo na quinta ocupação tem a seguinte configuração:

Quadro 42 Relação entre a 5ª ocupação e o intervalo de tempo

Ocupação V	Intervalos de anos V															
	Até 1970		De 1976 a 80		De 1981 a 85		De 1986 a 90		De 1991 a 95		De 1996 a 00		De 2001 a 05		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Lavrador	-	-	-	-	1	25	2	22,25	17	77,5	-	-	1	3,4	21	51,2
Peão de Fazenda / Vaqueiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3,3	1	2,4
Garimpeiro	-	-	1	100	1	25	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5
Carpinteiro	-	-	-	-	-	-	1	11,1	-	-	-	-	-	-	1	2,4

Ocupação V	Intervalos de anos V															
	Até 1970		De 1976 a 80		De 1981 a 85		De 1986 a 90		De 1991 a 95		De 1996 a 00		De 2001 a 05		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Empregada Doméstica	-	-	-	-	-	-	1	11,1	-	-	-	-	-	-	1	2,4
Pedreiro	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4,5	-	-	-	-	1	2,4
Vigilante	1	100	-	-	1	25	-	-	-	-	-	-	1	3,3	3	7,4
Motorista	-	-	-	-	-	-	2	22,25	-	-	-	-	-	-	2	5
Camelô / Trabalhador Autônomo	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4,5	1	100	-	-	2	5
Professor (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4,5	-	-	-	-	1	2,4
Comerciário / Vendedor	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4,5	-	-	-	-	1	2,4
Comerciante	-	-	-	-	-	-	1	11,1	-	-	-	-	-	-	1	2,4
Cobrador (a) de ônibus	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4,5	-	-	-	-	1	2,4
Bóia Fria	-	-	-	-	-	-	1	11,1	-	-	-	-	-	-	1	2,4
Músico	-	-	-	-	1	25	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,4
Circuleiro	-	-	-	-	-	-	1	11,1	-	-	-	-	-	-	1	2,4
Total	1	100	1	100	4	100	9	100	22	100	1	100	3	100	41	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

No período de tempo que vai até 1985, existem 14,6% dos trabalhadores, em números absolutos corresponde a seis pessoas. Estão qualificados como um lavrador, dois garimpeiros, dois vigilantes e um músico. A partir da segunda metade da década de 1980 até 1994 podemos perceber que 29,3% do total de trabalhadores na quinta ocupação estão em atividades de serviços e comércio, gravitando entre diversas frentes de emprego temporários antes de fazer a ocupação da fazenda. São atividades ligadas ao suporte da malha técnico-científica do Programa Grande Carajás, são trabalhos que são comumente chamados de pouco qualificados, mas extremamente necessárias para

a implantação da infra-estrutura local. Os lavradores que se tornaram donos a partir da implantação do assentamento correspondem a 17 em números absolutos, percentualmente são 41,5%.

A tendência para atividades não-agrícolas a partir da segunda metade da década de 1990 se confirma acrescentando aos feirantes e professores, também, vigilantes, camelôs e peão de fazenda.

Quadro 43 Relação entre a 6ª ocupação e o setor de atividade

Nome da ocupação VI	Setores de atividade									
	Primário		Secundário		Terciário		Ext. mineral		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Lavrador	11	100	-	-	-	-	-	-	11	52,4
Garimpeiro	-	-	-	-	-	-	2	100	2	9,4
Operário	-	-	1	50	-	-	-	-	1	4,8
Motorista	-	-	-	-	1	16,7	-	-	1	4,8
Encanador	-	-	-	-	1	16,7	-	-	1	4,8
Jardineiro	-	-	-	-	1	16,7	-	-	1	4,8
Comerciante	-	-	-	-	2	33,2	-	-	2	9,4
Estudante	-	-	-	-	1	16,7	-	-	1	4,8
Soldador	-	-	1	50	-	-	-	-	1	4,8
Total	11	52,4	2	9,5	6	28,6	2	9,5	21	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

A partir da sexta ocupação temos apenas 19,1% de nossos entrevistados. O setor primário ainda continua sendo o carro chefe das atividades econômicas com 52,4%, todos trabalhando como lavradores. O terciário segue ainda em segundo com 28,6% com atividades como motorista, encanador, jardineiro, comerciante e estudante. A quantidade de profissões diminui consideravelmente na sexta ocupação (tínhamos uma variação anterior na primeira ocupação de 11, depois sobe para 19, cai para 16, agora temos apenas nove). O número de trabalhadores no extrativismo mineral permanece o mesmo em relação à ocupação anterior, com dois garimpeiros. Em relação às profissões os lavradores continuam sendo maioria com 52,4% seguidos por garimpeiros e comerciantes com 9,4% cada, depois temos uma unidade para cada profissão.

A condição de trabalho nesta etapa do trabalho também sofre diminuição. Condições como meeiro, assalariado rural, posseiro, outro rural, ajuda à família, empreita, não apresentam mais incidências.

Quadro 44 Relação entre a 6ª ocupação e sua condição

Ocupação VI	Dono (a)		Agregado		Autônomo		Sem remuneração		Assalariado	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Lavrador	10	100	1	100	-	-	-	-	-	-
Garimpeiro	-	-	-	-	2	40	-	-	-	-
Operário	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25
Motorista	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25
Encanador	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25
Jardineiro	-	-	-	-	1	20	-	-	-	-
Comerciante	-	-	-	-	2	40	-	-	-	-
Estudante	-	-	-	-	-	-	1	100	-	-
Soldador	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25
Total	10	100	1	100	5	100	1	100	4	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Podemos identificar que 47,6% dos 21 que apresentaram algum tipo de mobilidade profissional viraram lavradores e donos de seus lotes nesta amostra. Só um lavrador permanece em condição agregada em fazenda na primeira metade da década de 1970. Os trabalhadores em regime autônomo seguem em segunda incidência com 23,9%, sendo eles dois garimpeiros, dois comerciantes e um jardineiro. Ainda, temos um estudante e por esta condição sem remuneração. Os assalariados ligados a atividades julgadas como urbanas é 19%, o que em número absoluto representa quatro pessoas: motorista, encanador, operário e soldador.

Quadro 45 Relação entre a 6ª ocupação e intervalo de tempo

Ocupação VI	Intervalos de tempo (%)													
	De 1971 a 75		De 1981 a 85		De 1986 a 90		De 1991 a 95		De 1996 a 00		De 2001 a 05		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Lavrador	1	100	-	-	-	-	10	83,4	-	-	-	-	11	52,4
Garimpeiro	-	-	1	100	-	-	1	8,3	-	-	-	-	2	9,4
Operário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100	1	4,8
Motorista	-	-	-	-	1	25	-	-	-	-	-	-	1	4,8
Encanador	-	-	-	-	1	25	-	-	-	-	-	-	1	4,8
Jardineiro	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100	-	-	1	4,8
Comerciante	-	-	-	-	1	25	-	-	-	-	-	-	2	9,4
Estudante	-	-	-	-	-	-	1	8,3	-	-	-	-	1	4,8
Soldador	-	-	-	-	1	25	-	-	-	-	-	-	1	4,8
Total	1	100	1	100	4	100	12	100	1	100	1	100	21	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Até 1990 seis pessoas chegam a esta situação numérica de seis ocupações. Uma na primeira metade da década de 1970. Outra na primeira metade da década de 1980 e quatro na segunda metade desta mesma década. Apenas um neste período se encontra em atividade na lavoura, um no extrativismo mineral e o restante distribuído entre motorista, encanador, comerciante e soldador. Na primeira metade da década de 1990, 10 se reconvertem em lavradores e donos, a partir da ocupação em 1994. Um vai para o garimpo antes de ser arrematado para a ocupação e um se encontra como estudante. Dois indivíduos procuram depois do assentamento outras profissões como operário e jardineiro.

Quadro 46 Relação entre a 7ª ocupação e o setor de atividade

Ocupação VII	Setores de atividade									
	Primário		Secundário		Terciário		Ext. mineral		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Lavrador	4	100	-	-	-	-	-	-	4	40
Garimpeiro	-	-	-	-	-	-	1	100	1	10
Vigilante	-	-	-	-	1	20	-	-	1	10
Camelô / Trabalhador Autônomo	-	-	-	-	1	20	-	-	1	10
Comerciário / Vendedor	-	-	-	-	1	20	-	-	1	10
Mecânico	-	-	-	-	1	20	-	-	1	10
Auxiliar de Topografia	-	-	-	-	1	20	-	-	1	10
Total	4	40	-	-	5	50	1	10	10	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

A partir da sétima ocupação, o número de profissões cai para sete. Pela primeira vez a quantidade de trabalhadores no setor terciário (50%) ultrapassa os do primário (40%), no entanto, em apenas uma pessoa. Em termos de categoria os lavradores ainda são maioria (40%). As demais profissões contribuem com 10% cada, o que significa em termos absolutos um indivíduo em cada ocupação.

Para compreendermos as condições encontradas na sétima ocupação:

Quadro 50 Relação entre a 8ª ocupação e sua condição

Ocupação VIII	Dono (a)		Meeiro		Autônomo		Sem remuneração		Assalariado	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Lavrador	3	100	1	100	-	-	-	-	-	-
Garimpeiro	-	-	-	-	1	50	-	-	-	-
Militar/Guarda/Policial	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100
Estudante	-	-	-	-	-	-	1	100	-	-
Músico	-	-	-	-	1	50	-	-	-	-
Total	3	100	1	100	2	100	1	100	1	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Quando se trata da condição percebemos que dos quatro lavradores, três se tornaram donos. Um trabalhou como meeiro. Os que trabalharam autonomamente foram o garimpeiro e o músico. O estudante declarou que sua atividade não tinha remuneração e o que trabalhou como assalariado na forma de soldo foi o militar.

Quadro 51 Relação entre a 8ª ocupação e o intervalo de tempo

Ocupação VIII	De 1986 a 90		De 1991 a 95		De 2001 a 05		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%
Lavrador	-	-	4	80	-	-	4	50
Garimpeiro	-	-	1	20	-	-	1	12,5
Militar/Guarda/Policial	1	50	-	-	-	-	1	12,5
Estudante	-	-	-	-	1	100	1	12,5
Músico	1	50	-	-	-	-	1	12,5
Total	2	100	5	100	1	100	8	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Na segunda metade da década de 1980 estão o militar e o músico. Já na primeira metade da década de 1990 estão os quatro lavradores e o garimpeiro. O estudante enquadra-se na primeira metade da década de 2000.

Quadro 52 Relação entre a 9ª ocupação e o setor de atividade

Ocupação IX	Setores de atividade									
	Primário		Secundário		Terciário		Ext. mineral		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Lavrador	2	100	-	-	-	-	-	-	2	50
Garimpeiro	-	-	-	-	-	-	1	100	1	25
Camelô / Trabalhador Autônomo	-	-	-	-	1	100	-	-	1	25
Total	2	50	-	-	1	25	1	25	4	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Na nona ocupação cai para quatro o número de trabalhadores, repetindo a tendência anterior, metade são lavradores. Não existe mais ninguém trabalhando em atividades ligadas a indústrias. No setor terciário, um trabalha como autônomo e no extrativismo mineral continua sendo garimpeiro.

Quadro 53 Relação entre a 9ª ocupação e sua condição

Ocupação IX	Dono (a)		Autônomo	
	F	%	F	%
Lavrador	2	100		
Garimpeiro			1	50
Camelô/Trabalhador Autônomo			1	50
Total	2	100	2	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Dois lavradores se tornam donos nesta etapa. Já o garimpeiro e o camelô continuam trabalhando de forma autônoma.

Na distribuição temporal encontramos o seguinte quadro:

Quadro 54 Relação entre a 9ª ocupação e o intervalo de tempo

Ocupação IX	De 1986 a 90		De 1991 a 95		Total	
	F	%	F	%	F	%
Lavrador	-	-	2	75	2	50
Garimpeiro	1	100	-	-	1	25
Camelô/Trabalhador Autônomo	-	-	1	25	1	25
Total	1	100	3	100	4	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Os dois lavradores estão enquadrados na primeira metade da década de 1990 e se convertem a tal a partir da ocupação da Fazenda Rio Branco. O trabalhador autônomo também está neste período. Já o garimpeiro exerce atividade na segunda metade da década de 1980.

Na décima ocupação existem apenas duas pessoas. Duas pessoas que tiveram ao longo de sua trajetória profissional dez ocupações. As duas se convertem em lavradores, estão no setor primário e tiveram a sua décima ocupação a partir de 1994.

Percebemos na análise individualizada das etapas de ocupação profissional no decorrer da trajetória de trabalho um intenso processo de mudança nas ocupações, dando uma característica a estes trabalhadores de mão de obra volátil (BECKER, 1990). No entanto, um elemento parece perpassar em todas as estratégias de conversão e reconversão do trabalho: a necessidade de retorno

ao campo, através da conquista da terra e a garantia de autonomia. Chamaremos esta característica de *matriz camponesa*. Apesar dos deslocamentos intra e inter geracionais, a busca pela condição camponesa aparece como uma constante na vida dessas pessoas. A passagem pela cidade, as atividades na indústria ou no garimpo são atividades de apoio, de suporte a um futuro retorno à terra.

Quadro 55 Relação entre as unidades espaciais e setores econômicos

Estados, Meso e Micro Regiões		Setores (%)								Total da Linha
		Primário		Secundário		Terciário		Ext. mineral		
		Lin.	Col.	Lin.	Col.	Lin.	Col.	Lin.	Col.	
Centro do MA	Médio Mearim	57,5	3,1	1,8	1,1	32,5	4,7	8,4	2,3	3,2
	Alto Mearim e Grajaú	76,2	3,3	-	-	7,9	1,1	15,8	4,4	3,1
	Presidente Dutra	52,2	1,2	6,5	1,7	13	0,8	28,3	3,3	1,4
Oeste do MA	Gurupí	16,7	0,1			83,3	0,7			0,2
	Pindaré	71,2	7,5	3,8	4,5	12,7	3,6	12,3	6,6	6,4
	Imperatriz	73,5	4,8	3	2,2	10,6	1,9	12,9	4,3	4
Sul do MA	Porto Franco	60	0,1			20	0,1	20	0,3	0,2
	Chapada das Mangabeiras	41,7	1,2	8,3	0,6	50	0,8	-	-	0,4
Norte do MA	São Luís	28	0,3	4	0,6	64	2,2	4	3	0,8
	Baixada Maranhense	45,8	1,6	5,6	2,2	38,9	3,8	9,7	1,8	2,2
	Itapecuru Mirim	54,3	1,2	17,4	4,5	21,7	1,3	6,5	0,8	1,4
Leste do MA	Baixo Parnaíba	68,8	0,5	6,3	0,6	25	0,5	-	-	0,5
	Chapadinha	33,3	0,3	14,3	1,7	42,9	1,2	9,5	0,5	0,6
	Codó	47,3	1,7	6,8	2,8	27	2,7	18,9	3,5	2,2
	Coelho Neto	75	0,1	-	-	-	-	25	0,3	0,1
	Caxias	73,3	0,5			13,3	0,3	13,3	0,5	0,5
	Alto Itapecuru	63,2	1,2	2,6	0,6	21,1	1,1	13,2	1,3	1,1
Occidental do TO	Bico do Papagaio	76,3	1,4	7,9	1,7	7,9	0,4	7,9	0,8	1,1
	Araguaína	80	0,6	20	1,7	-	-	-	-	0,5
	Miracema do TO	60	0,3	30	1,7	-	-	10	0,3	0,3
	Rio Formoso	66,7	0,9	-	-	22,2	0,8	11,1	0,8	0,8
	Gurupí	75	0,3	12,5	0,6	-	-	12,5	0,3	0,2
Oriental do TO	Porto Nacional	75	0,1	25	0,6	-	-	-	-	0,1
CE		74,1	1	7,4	1,1	7,4	0,3	11,1	0,8	0,8
PI		54,1	1,6	3,3	1,1	27,9	2,3	14,8	2,3	1,8
BA		75,8	1,2	6,1	1,1	12,1	0,5	6,1	0,5	1
GO		70,2	2	3,5	1,1	17,5	1,3	8,8	1,3	1,7
Sudeste do PA	Marabá	63,6	2,8	3,4	1,7	21,6	2,6	11,4	2,5	2,7
	Tucuruí	44	1,1	16	4,5	26	1,8	14	1,8	2,5
	Paragominas	64,8	3,9	6,6	4,5	22,1	3,6	6,6	2	3,7
	São Félix do Xingu	76,1	1,7	8,7	2,2	-	-	15,2	1,8	1,4
	Parauapebas	61,7	37,7	4,7	32,4	21,4	35,3	12,2	38	36,9
	Redenção	67,6	3,4	3,9	2,2	11,8	1,6	16,7	4,3	3,1
	Conceição do Araguaia	66,7	0,2	-	-	-	-	33,3	0,5	0,2
Nordeste do PA		66,7	1,4	9,5	2,2	19	1,1	4,8	0,5	1,3
Sudoeste do PA	Itaituba	70,8	2,3	-	-	10,8	0,9	18,5	3	2
	Altamira	62,5	0,2	-	-	25	0,3	12,5	0,3	0,2
Região do Marajó-PA		80	0,2	-	-	-	-	20	0,3	0,2

Baixo Amazonas-PA	50	0,4	5,6	0,6	33,3	0,8	11,1	0,5	0,5
Região Metropolitana Belém	25	0,2	-	-	75	1,6	-	-	0,5
RN	60	0,1	-	-	20	0,1	20	0,3	0,2
PR	25,3	1	9,6	4,5	47	5,3	18,1	3,8	2,5
Estados, Meso e Micro Regiões	Setores (%)								Total da Linha
	Primário		Secundário		Terciário		Ext. mineral		
	Lin.	Col.	Lin.	Col.	Lin.	Col.	Lin.	Col.	
MG	59	1,8	3,3	1,1	32,8	2,7	4,9	0,8	1,8
ES	83,3	0,2	16,7	0,6	-	-	-	-	0,2
SP	13,9	0,2	11,1	2,2	72,2	3,5	2,8	0,3	1,1
MT	43,9	0,9	7,3	1,7	36,6	2	12,2	1,3	1,2
AP	44,4	0,2	22,2	1,1	33,3	0,4	-	-	0,3
DF	75	0,1	25	0,6	-	-	-	-	0,1
AM	75	0,1	25	0,6	-	-	-	-	0,1
RJ	14,3	0	14,3	0,6	57,1	0,5	14,3	0,3	0,2
RS	12,5	0	12,5	0,6	75	0,8	-	-	0,2
RO	22,2	0,2	5,6	0,6	61,1	1,5	11,1	0,5	0,5
Outros Países	42,3	0,5	15,4	2,2	30,8	1,1	11,5	0,8	0,8
Total da Coluna	-	60,3	-	5,4	-	22,4	-	11,9	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Na análise geral da relação entre os lugares onde trabalharam e os seus respectivos setores da economia, podemos constatar que o setor primário é hegemônico em relação aos outros (60,3%). Vale lembrar que o extrativismo mineral foi avaliado separadamente em relação ao setor primário da economia. O motivo desta escolha foi identificar através da diferenciação, a origem profissional, a quantidade, o período e a condição de trabalho que esses trabalhadores se encontravam no interior das reservas garimpeiras. A partir daí, fez-se um diálogo sobre a condição de garimpeiro e a sua relação com os assentamentos de reforma agrária. Este setor representou 11,9%, no conjunto da amostra, o terceiro setor mais representativo. O segundo foi o setor terciário com 22,4% e, por fim, no setor secundário passaram 5,4%.

Ao relacionarmos os motivos que levaram aos deslocamentos espaciais com os setores de atividade econômica temos o seguinte quadro:

Quadro 56 Relação entre o motivo da migração e setores econômicos

Motivo da Migração	Setores (%)								Total da Linha
	Primário		Secundário		Terciário		Ext. mineral		
	% lin.	% col.	% lin.	% col.	% lin.	% col.	% lin.	% col.	
Trabalho	54,1	38	6,6	51	28,5	53	10,8	38,3	42,2
Terra	67,1	31,1	5,2	26,5	16,9	20,6	10,8	25,1	27,8
Ouro – Garimpagem	60,8	14	3,3	8,4	14,4	8,8	21,5	24,9	13,8
Família	66,7	9,0	3,9	5,8	21,6	7,7	7,8	5,3	8,1

Serviço Militar	25	0,1	-	-	75	0,9	-	-	0,3
Doença-Saúde	40	0,7	3,3	0,6	43,3	2	13,3	1,2	1
					75	0,9	-	-	0,3

empregos no setor secundário são 8,4% e os que trabalharam em ocupações ligadas ao primário são 14%. Nota-se que a segunda maior ocupação de quem vai para áreas de extrativismo mineral são atividades ligadas ao primário destacando aí a atividade agrícola. O que evidencia a lógica pela qual quem se desloca para atividades de garimpo não faz exclusivamente a garimpagem mas exerce outras atividades durante este período.

A família é outro forte motivador de processos migracionais. Ela representa 8,1% e é o quarto maior motivo para migrações. Os que migraram por motivos familiares vão, na sua maioria, para o setor primário (9%), seguido pelo terciário com 7,7% e, depois, pelo secundário (5,8%). Por último, o extrativismo mineral com 5,3% levando a constatação de quem vai trabalhar em garimpos geralmente não leva sua família ou sua família pouco se desloca para essas áreas posteriormente. Esta motivação esconde a inserção da pessoa na atividade econômica. Baseada na mão de obra familiar, a agricultura é absorvedora dessa mão de obra sob dupla condição: a de dar abrigo oferecendo moradia e a de ofertar trabalho e qualificação profissional, uma vez que parte da lógica camponesa a prática neste campo.

A busca de *melhorias* é outro elemento importante na formação dos fluxos migracionais, representando 3,6%. Quem está atrás de algum tipo de melhora vai trabalhar, em sua maioria, no setor primário com 4,1%. Os números aparecem de forma igual tanto para o setor terciário como para o extrativismo mineral com 3,2%. Nenhum trabalhador foi para o secundário explicitando este motivo.

Os problemas de ordem pessoal como, por exemplo, conflitos entre vizinhos, desacordo com linhas de financiamento em assentamentos, questões ligadas à espiritualidade/religiosidade, aparecem na sexta posição com 1,4% dos motivos que levaram a migração. A maioria das pessoas que se deslocaram por este motivo vai trabalhar no setor secundário (5,8%), seguido pelo primário com 1,5%.

Em pequenas porcentagens aparecem questões ligadas ao estudo (0,8%), não sabem os motivos que levaram a migração (0,8%), o serviço militar (0,3%), a retirada de documentos (0,3%) como elementos motivadores de migrações.

Vistos os motivos que levaram a migração, era importante entendermos em que condições os camponeses se encontravam em cada unidade da federação por onde passaram. Levantamos cerca de 12 condições, dispostas da seguinte maneira:

Quadro 57 Unidades da Federação e condições de trabalho

Estado	Condição de Trabalho (%)											Total da linha	
	Dono	Posseiro	Agregado	Meeiro	Ass. rural	Outro Rural	Ajuda a família	Autônomo	Sem Remuneração	Empreita	Assalariado		Diarista
MA	30	24,7	34,5	37,5	26,4	31,2	26,5	26,6	34,2	19,3	27,4	27,3	28,4
TO	2,7	3,3	1,6	2,9	7,6	-	4,2	1,9	-	9,1	2,2	-	3
CE	1	-	0,5	-	2,3	6,3	1,3	0,6	-	1,6	-	-	0,8
PI	1,4	3,3	1,2	2,2	3,8	6,3	1,6	2,3	2,9	0,5	1,9	9,1	1,8
BA	1	5	1,4	0,7	0,8	-	0,9	0,5	-	3,7	0,3	-	1
GO	2,1	-	1,6	3,7	0,8	6,3	2	1,1	-	1,6	2,3	-	1,7
PA	55,6	63,7	54,5	45,7	55,2	37,3	58	52	48,6	53,6	50,5	63,6	54
RN	0,3	-	0,2	-	-	-	-	0,1	-	-	0,3	-	0,2
PR	1,4	-	-	1,5	-	-	2	6,8	-	0,5	2,6	-	2,5
MG	1,8	-	3,7	2,9	-	-	0,7	1,9	-	3,2	1,3	-	1,8
ES	0,3	-	0,2	0,7	-	-	-	-	-	0,5	0,3	-	0,3
SP	0,5	-	-	-	1,5	-	0,2	1,4	10	0,5	3,2	-	1,1
MT	1,1	-	0,2	2,2	-	-	1,1	2	1,4	2,1	1	-	1,2
AP	0,1	-	-	-	0,8	6,3	0,2	-	-	-	1,6	-	0,3
DF	0,1	-	-	-	-	-	0,2	-	-	1,1	-	-	0,1
AM	0,1	-	-	-	-	-	0,2	-	-	1,1	-	-	0,1
RJ	0,1	-	-	-	-	-	-	0,5	-	0,5	0,3	-	0,2
RS	0,1	-	-	-	-	-	-	0,3	2,9	-	1	-	0,2
RO	0,3	-	0,2	-	-	-	0,2	1	-	-	1,9	-	0,5
Outros Países	-	-	0,2	-	0,8	6,3	0,7	1	-	1,1	1,9	-	0,8
Total da Coluna	21,9	1,8	13,1	4,1	4	0,5	13,5	23,7	2,1	5,7	9,3	0,3	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Observamos que uma das primeiras condições de trabalho com que os jovens camponeses se deparam é a ajuda a sua família na roça. Esta significou 13,5% do total das condições de trabalho. Número semelhante é a situação de agregado com 13,1%. Estes dois níveis não se excluem, pois o indivíduo pode se encontrar nas duas situações: estar ajudando a família e ao mesmo tempo estar em terras alheias com a família em posição de agregado. Se somarmos estas duas condições,

teremos uma porcentagem de 26,6%. Número alto que indica famílias que podem recorrer as mais variadas estratégias de busca pela terra.

Os que estabeleceram alguma relação de meeiro ou de trabalho assalariado no campo estão na casa dos 4%. Somados percebemos mais 8% que irão buscar formas de luta pela propriedade da terra.

A autonomia (23,7%) e a condição de dono (21,9%) são os *status* mais representativos. No caso do dono, contabilizamos as pessoas que tinham o título de propriedade da terra ou viviam nas chamadas *terras devolutas*, terras públicas onde não tinham a propriedade oficial da terra, mas tinham sua posse, geralmente em mais de uma geração, estes são exemplos comuns no Estado do Maranhão. Ela se diferencia da condição de posseiro porque não existia no momento nenhum agente privado reclamando sua propriedade. Esta categoria está relacionada diretamente ao trabalho na terra, já que esta é a única situação que se aplica à condição. As duas categorias estão relacionadas pela autonomia na relação de trabalho, seja como proprietário ou não-proprietário. Poderíamos afirmar que esta é uma condição importante para o camponês, independente de estar na cidade como feirante ou no campo como lavrador?

Os que obtiveram algum tipo de assalariamento na cidade chegam a 9,3%. Este é um número baixo se compararmos com algumas avaliações de um assalariamento e proletarização acentuada na fronteira amazônica, principalmente no que chamaram de fase de consolidação e urbanização (DINIZ, 2002)⁴¹ como se pode constatar:

Essas áreas são caracterizadas por baixas densidades demográficas, uma vez que grande parte dos indivíduos que chegaram durante as fases anteriores de evolução emigrou para as fronteiras urbanizadas ou outras áreas da fronteira agrícola. Aqueles indivíduos que permaneceram foram convertidos em trabalhadores assalariados ou lutam para manter a posse de suas propriedades (DINIZ, 2002: 04)

⁴¹ Em artigo DINIZ (2002) divide em quatro etapas a fronteira amazônica. A primeira denominada de pioneira, segunda de transitória, terceira de consolidada e a última de urbanizada. Percebe-se uma visão “etapista” da formação e consolidação do espaço geográfico, como se tivéssemos uma marcha inexorável para a urbanização, último passo para se deixar de ser fronteira. Este tipo de visão não leva em consideração um importante fator: a organização e resistência do campesinato na formação da renda capitalizada da terra.

Essas avaliações não levam em consideração ou não acreditam no potencial de organização dos camponeses e sua conseqüente transformação de sua realidade. BECKER (1982) reforçando este ceticismo afirma o seguinte:

As populações provenientes do Nordeste Ocidental e Oriental, constituídas basicamente de pequenos proprietários, posseiros e parceiros pobres não conseguem melhorar seu *status* na fronteira. Pelo contrário, são elas as que levam a pior; a perda da propriedade ou do acesso a terra é irreparável, ainda mais numa região em que cresce fortemente o valor da terra, correspondendo, portanto, a um empobrecimento relativo. Tampouco melhoram de *status* os assalariados da própria zona pioneira do centro de Goiás (hoje Tocantins). (BECKER, 1982: 147).

Fabrini (2002) afirma que o camponês se recusa a proletarizar-se porque percorre uma luta que busca a reconstrução do projeto de ser camponês, que seria uma relação que envolve “autonomia e auto-suficiência se comparada com a proposta de modernização de relações, incorporação ao mercado, com estabelecimento de regras rígidas de trabalho (estabelecimento de horários), divisão de trabalho e controle da produção”. Neste sentido, esta recusa se dá tanto dentro como fora dos assentamentos, apontando o MST como movimento que quer também transformar o camponês em proletário, na medida que sua proposta de cooperativismo tende a esta lógica.

Este projeto está sustentado num arcabouço teórico que reconhece a superioridade operária e as modernas relações de produção para constituir um território favorável ao processo revolucionário. Mas, os camponeses dos assentamentos tem resistido ao projeto de desenvolvimento do MST. Procuram colocar em prática um projeto que passa pela existência camponesa, materializada na formação de uma variedade de grupos de assentados como núcleos de produção, associações, grupos coletivos, relações de vizinhança, etc. (FABRINI, 2002: 76)

Talvez esta hipótese possa encontrar ressonância em um dos empreendimentos de produção coletiva implantada na Palmares II, ligado à avicultura, criação de frangos para corte onde se observou um fracasso na experiência, que foram avaliados pela Coordenadora de Produção do MST/PA da seguinte maneira:

Nós fizemos uma experiência aqui num assentamento nosso. De produção de frango de corte. Mas as famílias que pegaram o projeto de frango de corte nunca tinham produzido. Nunca tinham criado galinha em um sistema intensivo. E muitas delas tinham características urbanas. Os pais foram do campo, mas ele teve uma vida na cidade. Primeiro que na região não se produzia, nós atentamos para isso, o que tinha aqui (fala da Microrregião de Marabá). Comprava de Conceição, de

Redenção, São Paulo. A lógica de trabalho que seria incorporada a esse sistema para poder manter o horário. Fazer todo o processo de criação das galinhas. Trocar água. Fazer tudo. Ter toda uma disciplina. Nós, ainda, ficamos sem ter a assistência técnica necessária. A tendência foi ir abandonando. Largaram tudo aquilo lá. Largaram para continuar com a galinha caipira. (“Joana”, coordenadora do Setor de Produção do MST/PA, entrevista realizada no dia 20 de julho de 2004).

Podemos identificar dois grandes problemas levantados junto à entrevistada para justificar o insucesso da agroindústria da avicultura: a) a não experiência em relação a um sistema intensivo de criação de galinhas (projeto de cooperação coletiva com divisão social do trabalho, horários estabelecidos, etc) junto com a falta de assistência técnica e b) as características urbanas dos assentados, sem experiência em atividades rurais. Observa-se que o próprio MST tem uma leitura equivocada de sua base social, na medida em que aponta a não vocação para o trabalho agrícola dos assentados e não entende o projeto de autonomia que o campesinato desenvolve ao longo de sua trajetória. Neste caso, a atividade de produção avícola intensiva tem muito mais chance de ser exercida por pessoas que tenham hábitos disciplinados e informações para dominar as técnicas modernas do que um camponês ignorante e adaptado a outro sistema de criação.

Para entendermos o conjunto das ocupações e sua temporalidade em termos gerais levando em consideração o conjunto de nossa amostra formulamos o quadro 58. No entanto, para efeitos de agrupamento e facilidade de leitura, classificaremos as profissões: a) Baixo Terciário é aquele que compreende o comércio de mercadorias, ou seja, os empreendimentos comerciais individuais ou familiares, entre os quais estariam incluídos: feirante, comerciário, vendedor, camelô; os serviços de reparação (oficinas artesanais de manutenção e conserto e os serviços de manutenção em geral) são: carpinteiro, borracheiro, encanador, eletricista, pedreiro; a prestação de serviços pessoais e coletivos: empregada doméstica, vigilante, motorista, servente, cabeleireiro, dona de casa, ajudante, militar, jogador de futebol, músico, jardineiro, pizzaiolo, professor, estudante, cobrador. b) O Secundário é aquele que abarca as indústrias de transformação, agregando as seguintes ocupações: operário, operador de máquinas, circuleiro, oleiro, soldador, auxiliar de topografia, bóia fria. c) O

Primário, em que as ocupações estariam mais ligadas à terra, são as seguintes: lavrador, peão de fazenda, pescador, quebrador de coco, carvoeiro. d) Extrativismo Mineral que agrega os que trabalharam na exploração mineral:

Quadro 58 Relação entre ocupação e intervalo de tempo

Ocupação	1925-34	1935-44	1945-54	1955-64	1965-74	1975-84	1985-94	1995-04	Total
Lavrador	80	77	63,1	58,5	58,5	51,9	52,6	100	57,3
Peão de Fazenda / Vaqueiro	-	3,8	3,4	1,6	3,6	3	10,2	-	3,7
Garimpeiro	20	15,4	11,8	14	12,5	11,9	5,1	-	11,8
Carpinteiro	-	-	-	1,2	-	0,6	0,7	-	0,5
Empregada Doméstica	-	-	0,8	2,3	4,2	4,8	3,6	-	3,4
Pedreiro	-	-	3,4	3,5	2,4	3,9	3,6	-	3,2
Operário	-	-	-	0,4	0,9	1,5	2,2	-	1
Operador de Máquinas	-	-	-	0,4	-	0,6	-	-	0,2
Vigilante	-	-	3,4	1,6	1,2	1,2	1,5	-	1,5
Motorista	-	-	0,8	1,2	1,5	0,3	1,5	-	
Militar	-	-	-	0,8	0,3	0,9	-	-	0,5
Camelô / Trabalhador Autônomo	-	-	0,8	1,2	1,8	1,5	2,2	-	1,5
Secretário (a)	-	-	-	1,2	-	-	-	-	0,2
Jardineiro	-	-	-	-	0,3	0,3	0,7	-	0,2
Professor (a)	-	-	-	1,2	-	1,8	-	-	0,7
Estudante	-	-	-	-	0,6	-	2,9	-	0,5
Dona de casa	-	-	-	1,6	1,5	1,8	2,2	-	1,5
Feirante	-	-	-	-	0,3	0,6	-	-	0,2
Comerciário / Vendedor	-	-	1,7	0,8	1,2	2,1	-	-	1,2
Comerciante	-	-	2,5	1,2	1,2	0,6	-	-	1,0
Eletricista	-	-	-	0,8	0,6	-	3,6	-	0,7
Encanador	-	-	1,7	1,6	-	-	-	-	0,5
Pescador	-	-	1,7	0,4	0,3	0,6	-	-	0,5
Borracheiro	-	-	-	-	1,2	0,3	0,7	-	0,5
Mecânico	-	-	0,8	1,2	0,6	0,9	-	-	0,7
Servente	-	-	0,8	0,4	1,2	1,2	3,6	-	1,2
Ajuda os pais	-	-	-	-	0,3	0,6	-	-	0,2
Cobrador (a) de ônibus	-	-	2,5	1,2	1,2	0,6	-	-	0,5
Cabeleireiro (a)	-	-	-	0,4	0,3	0,3	-	-	0,2
Bóia Fria	-	-	-	0,4	-	0,6	-	-	0,2
Soldador	-	-	-	0,4	-	0,6	-	-	0,2
Auxiliar de topografia	-	-	-	0,4	-	0,6	-	-	0,2
Jogador de futebol	-	-	0,8	-	0,3	0,3	-	-	0,2
Músico	-	-	-	0,8	0,9	1,2	-	-	0,7
Pintor	-	-	-	-	-	0,9	-	-	0,2
Quebradeira de coco	-	-	-	-	0,6	0,7	-	-	0,2
Pizzaiolo	-	-	-	-	0,3	0,3	0,7	-	0,2
Carvoeiro	-	-	-	-	0,6	0,3	-	-	0,2
Circuleiro	-	3,8	-	0,4	0,9	1,5	1,5	-	1,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

No setor primário, no período que vai do nascimento do mais velho de nossa amostra (1925) até 1954 temos 33 pessoas. No intervalo que vai de 1925 a 1944 temos 07 pessoas sendo 80% lavradores, o resto se divide em peão de fazenda, circuleiro e garimpeiro. No período que abrange de 1945 a 1954, somam-se mais 26 pessoas completando 33. Já começamos a observar uma relativa pluralidade de ocupações. Atividades ligadas ao Baixo Terciário respondem por 20% das ocupações, as do Primário são 68,2% e o extrativismo é responsável por 11,8%.

Em seguida, na fase que vai de 1955 a 1974 somam-se aos 33 do período anterior mais 68, completando 101 pessoas correspondendo a 91,8% de nossa amostra em atividades laborais. A tendência de aumento do Baixo Terciário se confirma firmemente. As profissões ligadas a este setor aumentam no período de 1955 a 1964 algo em torno de 23,4%, e no intervalo subsequente a porcentagem vai para 24,3%. Para o setor secundário, no intervalo de 1955 a 1964 temos 1,6% e para o extrativismo mineral os números sobem para 14%, enquanto que o primário sofre uma pequena queda, indo para 61%. De 1965 a 1974, o secundário fica com 1,8%, o extrativismo decai para 12,5% e o primário mantém o mesmo patamar, agora com 61,4%.

De 1975 a 1984, o Baixo Terciário continua em aumento, desta vez ele sobe para 27%. O setor primário, pelo contrário, continua em queda desta vez descendo para seu menor número com 56,2%. O extrativismo mineral também acompanha a tendência do primário e cai para 11,9%. No setor secundário registra-se um aumento. Assume sua fase de maior concentração com 4,9%.

No intervalo de 1985 a 1994, o Baixo Terciário mantém o mesmo padrão estacionando na casa dos 27%. No primário observa-se um pequeno aumento, passando para 62,8%. Já o setor de exploração mineral ainda continua registrando decréscimos, agora chega a seu menor patamar antes da ocupação da Fazenda Rio Branco com 5,1%. O setor secundário empata com o setor dos garimpeiros perfazendo 5,1%.

A partir de 1995 já temos a formação do assentamento e por isso observamos 100% dos trabalhadores como lavradores. Contabilizando no conjunto de nossa amostra, com todas as trajetórias de trabalho, temos o seguinte perfil: o setor primário comportou 61,9% da mão de obra, o secundário abrange 2,8%, o baixo terciário 23,5% e o extrativismo mineral representou, no geral, 11,8%.

Uma análise ponderada desses dados permite compreender a multiplicidade de competências que um agricultor pode ter desenvolvido em suas trajetórias mantendo, porém, a perspectiva de retorno a terra e a atividade agrícola, seja como prioridade, seja como possibilidade e alternativa de sobrevivência. Sua permanência ou não na terra vai depender desse elemento de identidade e de outros estruturais e conjunturais como acesso e condições de cultivar a terra, crédito, mercado, infra-estrutura econômica e social (escolas, hospitais, comunicação).

Capítulo 6

O QUE SABEM? A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

5.3 PAU-DE-ARARA

Quando eu vim do sertão seu moço
Do meu bodocó
A malota era um saco
E o cadeado era um nó
Só trazia a coragem e a cara
Viajando num pau-de-arara
Eu penei, mas aqui cheguei
Trouxe um triângulo, no matulão
Trouxe um gonguê, no matulão
Trouxe um zabumba, dentro do matulão
Xote, maracatu e baião
Tudo isso eu trouxe no meu matulão

1.1 (GILBERTO GIL)

(Composição: Luiz Gonzaga e Guio de Moraes)

6.1 A EDUCAÇÃO E OS CAMPONESES

A busca pela educação sempre teve lugar importante no horizonte dos camponeses. Representa um dos motivos que levam a deslocamentos espaciais, seja pela busca ou pelo encontro. A elevação da escolarização, como uma das características da categoria *melhoria*, é um dos objetivos que pautam as ações de famílias no meio rural (entre os motivos da migração encontrados, a melhoria tendo a educação como um de seus componentes representa 4,6% dos motivos que levaram à migração). Este universo indica uma perspectiva remota de busca deste item, mas coletivamente esta reivindicação se expressa diferentemente.

Uma das primeiras reivindicações referente às políticas públicas nos assentamentos rurais é a institucionalização da escola, tanto para as crianças como para os adultos assentados. Esta é uma demanda generalizada e recorrente nos PA's de todo o Brasil. Segundo a pesquisa realizada em 2004 sobre os impactos dos assentamentos rurais no Brasil⁴², dos 92 assentamentos investigados, em 86% existem escolas criadas a partir da demanda efetiva dos assentados como pudemos constatar:

Chama a atenção o fato de grande parte das escolas existentes (84%) ter sido criada depois de instalado o assentamento, mostrando o papel deste como dinamizador de novas atividades e gerador de empregos, inclusive não-agrícolas (professores, merendeiras, faxineiros) e, também, como potencializador do oferecimento de oportunidades educacionais tanto para os assentados como para os moradores das áreas próximas (fazendas, comunidades vizinhas) [...] Em 71% dos assentamentos pesquisados, a presença da escola foi produto da demanda dos assentados. Essas reivindicações parecem ter sido responsáveis pela criação de maior parte das escolas [...] O caso do Sudeste do Pará merece destaque: 90% das escolas foram criadas depois do assentamento e a totalidade delas, a partir das demandas dos assentamentos, o que implica que nesta *mancha* os assentamentos trouxeram uma dinamização das escolas no meio rural. (LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R., 2004: 96-97).

No caso do Sudeste do Pará, como detectamos no trecho acima, a totalidade das escolas nasceu como produto da demanda dos assentados. A Escola *Crescendo na Prática* do Assentamento

⁴² LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. Impactos dos Assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro, Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Editora UNESP -Co-editora e distribuidora. 2004.

Palmares II confirma esta regra. Com cerca de 1200 alunos em 2005, a *Escola Crescendo na Prática* é responsável pela matrícula de 6,5% dos alunos de toda a rede municipal de Parauapebas e, uma das poucas, se não a única, a oferecer ensino médio para alunos no meio rural. Seu processo de institucionalização se deu em processos de vantagens e desvantagens:

A institucionalização da escola ocorreu em 1999, após um longo processo de luta da comunidade. Durante nossa pesquisa, pudemos perceber que a oficialização da *Crescendo na Prática* trouxe várias vantagens, como a construção de um prédio adequado para a realização das atividades escolares, o acesso a materiais didáticos, verba para a merenda e mesmo o reconhecimento do trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo MST na região. Mas, esse processo trouxe também problemas, que vêm sistematicamente dificultando a implementação do projeto de educação desenhado pela comunidade Sem Terra. (CAMPOS, 2003: 95).

Uma das vantagens foi à elevação na qualidade de ensino, principalmente quando comparadas às outras escolas do meio rural paraense. Como se pode perceber no fragmento abaixo, a realidade do PA Palmares II destoa da encontrada em outros assentamentos no Brasil, no que diz respeito ao oferecimento do nível de escolaridade em suas dependências:

[...] dos assentamentos com escola, a grande maioria (73%) só oferece ensino até a 4ª série do ensino fundamental. Somente em 19% das escolas, o ensino se estende a até a 8ª série. Chamam atenção os casos do Entorno do Distrito Federal, onde 78% das escolas vão até a 8ª série, e do Sudeste do Pará, onde ocorre em 40% dos casos []. Inexistem, dentro dos assentamentos, escolas de ensino médio e escolas técnicas, obrigando os jovens ou a parar de estudar ou a ter que procurar as cidades mais próximas. (LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R., 2004: 97)

Esse processo de institucionalização também teve sua face negativa. Na pesquisa de Campos (2003), um desses problemas eram os novos professores que chegaram com a oficialização da escola. A pesquisa teve como um de seus elementos um documento produzido pelo coletivo de professores organizados na escola, intitulado “Histórico da Escola Crescendo na Prática” (1999), em que se avaliava que, com a institucionalização, professores que construíram e foram construídos na luta pela posse da terra, no entanto, sem os documentos e diplomas exigidos pela educação formal, foram excluídos dando lugar a professores vindos de Parauapebas, externos à construção

daquele lugar social e, em consequência, alheios à dinâmica interna do assentamento e ao projeto político pedagógico do MST. Como nos esclarece o fragmento abaixo:

No período de nossa pesquisa de campo, havia na escola 27 professores (seis ligados ao estado e 21 à rede municipal de ensino municipal), dentre os quais apenas sete mantinham algum tipo de envolvimento com o projeto Sem Terra e estavam na escola desde o processo de luta pela terra que hoje compõe o Assentamento Palmares (CAMPOS, 2003: 95-96).

Esses professores traziam consigo o programa político pedagógico da FUMEP (Fundação Municipal de Educação de Parauapebas) considerado pelo MST como não adequado à dinâmica interna do assentamento e à realidade agrária e rural do campo paraense. Neste programa contém uma grade curricular que não responde pelos anseios do lugar, como podemos perceber no fragmento de entrevista:

[...] um currículo totalmente profissionalizante e urbano que é a grande onda do momento, preparar o jovem para o emprego e não uma proposta mais aberta, aprender um pouco mais de mundo e aprender uma outra relação social, não só de emprego mais, uma outra relação até no campo ambiental, político e econômico, é um grande problema e a gente vem questionando muito isso, a gente acabou escolhendo o nome da escola de acordo com os nossos princípios, que a Escola Crescendo na Prática, que era um pouco a nossa trajetória, não podemos parar a história então vamos crescer junto com ela, pra poder fazer a intervenção onde vive. Tudo bem, Escola Crescendo na Prática, mais isso nunca foi aprofundado, isso para nós é um grande dilema, na direção da escola e também na direção do movimento, no setor de educação sobre isso, porque eu acho que o currículo não é adaptado, não digo todo mais pelo menos uma parte tinha que ta adaptado ao mundo rural, a agricultura (“João”, assentado da Palmares II, 16 de maio de 2005)

Objetivando contribuir com este debate, nos interessa aqui resgatar a trajetória educacional dessas pessoas antes do assentamento, o acesso ou não à educação durante seu itinerário espacial e/ou ocupacional, bem como o nível de escolaridade que os assentados tiveram ao longo de sua vida pretérita ao assentamento, destacando os períodos e níveis de estudo e de faixa etária, para a partir daí, compreender como o ensino se articula com o cotidiano produtivo e de vida das pessoas e até que ponto a educação e a escola conformam um fator que contribui na fixação ou não dos camponeses, e que lugar ela ocupa na estratégia de reprodução social.

6.2 A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL

O primeiro passo foi levantar quantos tiveram algum tipo de escolarização em suas vidas e quantos não tiveram. Definimos a seguinte figura para ilustrar:

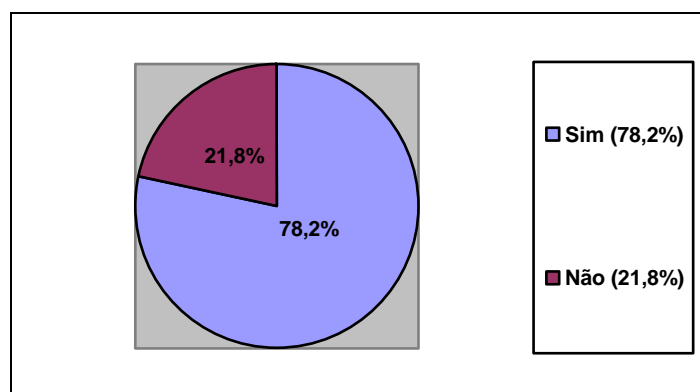


Gráfico 18 Acesso à educação formal

Fonte: Pesquisa de Campo, 2005.

Observamos que 86 pessoas (78,2%) alegaram que já haviam tido alguma experiência com educação formal (instituída pelo Estado)⁴³. O restante, 24 pessoas (21,8%), afirmou que nunca teve acesso à escola, mas essas pessoas são portadoras de saberes não-formais, entendidos como aqueles “(...) conhecimentos estruturados, constituídos fora dos bancos escolares, tendo por base processos não-escolares de construção do saber e, na maioria das vezes, formulados dentro dos espaços do trabalho produtivo” (DE VARGAS, 2002: 96). Este tipo de saber tão importante quanto o escolar, se diferencia pela maior ênfase na prática:

Os conhecimentos aprendidos na prática, no trabalho, passam por muitas formas de assimilação dos conteúdos transmitidos, na maioria das vezes utilizando, prioritariamente, procedimentos de observação e de repetição, normalmente caracterizados como fazendo parte de uma educação não-formal. Essa aprendizagem construída na prática carrega em si não apenas conteúdos não-escolares, mas também processos não-escolares de aprendizagem. (DE VARGAS, 2002: 96).

Apesar de grande parte dos assentados ter algum tipo de escolarização, essa educação formal não se apresenta de forma homogênea quando avaliamos a faixa etária dos entrevistados. Dividimos

⁴³ Aqui entendida como aquela formulada em De Vargas (2002) “que é, particularmente, praticada na escola – que por sua vez, busca dominar a educação familiar (...)”. A aprendizagem na escola se baseia no “ensino por algoritmos, por modelos formulados teoricamente” (DE VARGAS, 2002: 95).

o universo de entrevistados em quatro grandes grupos por idade. As pessoas que têm entre 25 e 34 anos, 35 e 44 anos, 45 a 54 anos e acima de 55 anos. Obtemos o seguinte gráfico no que se refere à escolarização e à faixa etária.

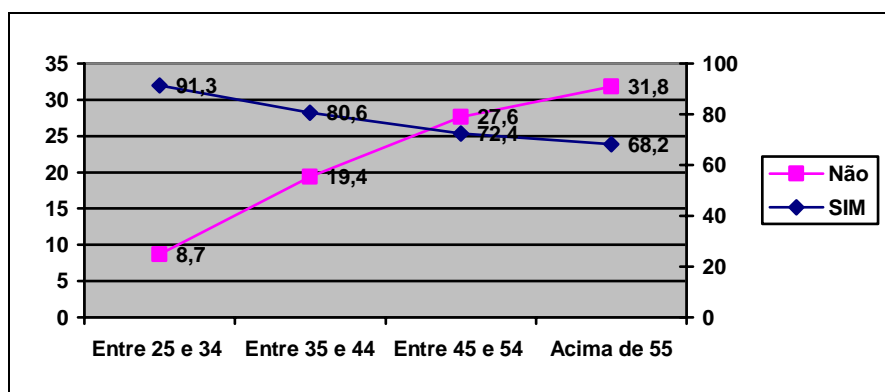


Gráfico 19 Escolarização e faixa etária 1

Fonte: Pesquisa de Campo, 2005.

Podemos perceber que quanto mais novo, maior o acesso à escola. Nas faixas etárias mais avançadas o acesso à escola foi ficando cada vez mais precário. Entre os indivíduos mais jovens, de 25 a 34 anos, 23 no total, temos apenas dois que não tiveram nenhum tipo de escolarização. Indica-se, portanto, que 91,3% afirmaram ter algum tipo de acesso à escola. Este número cai na faixa etária seguinte, entre 35 e 44 anos, para 80,6%. Com 36 pessoas incluídas nesta faixa, sete (19,4%) não foram à escola.

Os que estão entre 45 e 54 anos (29 pessoas), 72,4% afirmaram positivamente ao serem indagadas sobre o acesso à escola e o restante, 27,4%, acenou negativamente. Entre os que estão acima de 55 anos (22 pessoas), o número correspondente ao acesso à escola cai para 68,2%, enquanto que os que não freqüentaram sobe para 31,8%. Confirmando o pouco acesso à educação formal das pessoas com idades mais avançadas. Uma das ferramentas criadas pela nova Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) é o EJA – Educação de Jovens e Adultos. Ela objetiva corrigir essas distorções. Não cabe aqui analisar o sucesso ou não deste tipo de política.

No intuito de obter uma dimensão por gênero no que se refere ao acesso à escolarização, formulamos o seguinte quadro para nortear as análises referentes a gênero e acesso à escolarização:

Escolarização	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino			
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Sim	56	75,7	30	83,3	86	78,2
Não	18	24,3	6	16,7	24	21,8
Total	74	67,3	36	32,7	110	100

Os homens correspondem a 67,3% dos entrevistados. Em termos absolutos temos 74 homens, e 75,7% deles tiveram acesso à escola. As mulheres somam 32,7% o que significa 36 mulheres ao todo. No entanto, 83,3% delas freqüentaram a escola alguma vez na vida, e apenas seis delas não tiveram acesso a este serviço.

Isto nos indica que as mulheres têm maior acesso à escola do que os homens. Outro indicador importante é que os filhos homens podem estar sendo designados para cumprir um papel mais direto no trabalho na roça, enquanto que o papel das mulheres, na estratégia dos camponeses do Assentamento Palmares II, está mais vinculado aos estudos formais. Esta hipótese tem relação na metodologia e na tática de luta implementada pelos Sem Terra. Ao diferenciar a luta Posseira da luta dos Sem Terra, “Carlos” analisa:

O quê que é os fundamentos da luta posseira? É um homem, uma arma, que espontaneamente ocupa a fazenda divide os pedaços e cada um se preocupa com os seus pedaços e buscam fazer resistência a partir do plantio, plantam muito. Buscam também fazer a resistência armada contra os jagunços ou mesmo contra o proprietário, a partir do indivíduo, e não a partir do coletivo. Esses são os fundamentos da luta posseira. E que não consegue passar dessa fase da luta pela terra para a reforma agrária (“Carlos”, assentado da Palmares II, 20 de julho de 2004).

O entrevistado aponta que a luta posseira é *masculina* e que *espontaneamente* ocupa e faz resistência pelo trabalho e pela *arma*, através do plantio - *plantam muito*. Já a luta dos Sem Terra é baseada:

[...] primeiro a ocupação não é só de homens e armas. Mas são homens, mulheres e crianças. Nós não ocupamos e dividimos logo a fazenda. Nós procuramos a desapropriação do conjunto, da totalidade da fazenda. Um aspecto importante nesse sentido é que nós inauguramos do ponto de vista da organização social, o espaço da vila, o espaço da criação e recriação do viver das relações sociais. Centrada fundamentalmente na hegemonia que a escola exerce nesse período e que acaba exercendo em toda a existência do assentame

vinham para a luta no período anterior porque não aparecia a escola nesse processo. Então muito mais importante do que fazer qualquer outra coisa era construir a Escola (“Carlos”, assentado da Palmares II, 20 de julho de 2004).

Diferencia a metodologia Posseira da Sem Terra por dois principais aspectos: a posseira é mais espontânea e individual e a dos sem terra mais coletiva e familiar. Por isso, na ocupação, a escola exerce um elemento importante de socialização, agrupando o conjunto das gerações (adultos e crianças) e dos gêneros (homens e mulheres).

6.3 NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Abordando esse aspecto, levantamos o nível de escolaridade em relação a ambos os sexos, desenhamos o seguinte quadro levando em consideração variáveis ligadas ao nível de escolaridade, como: a) pessoas sem escolarização; b) indivíduos com o ensino fundamental; c) com o ensino médio; d) algum tipo de curso técnico com ensino fundamental; e) algum tipo de curso técnico com ensino secundário; f) pessoas que tenham feito ou estão fazendo algum curso superior. Importante alertar que foram levados em consideração para cada nível as condições de completo e incompleto, ou seja, foram contabilizados todos os entrevistados.

Quadro 60 Sexo e nível de escolaridade

Sexo	Nível da Escolaridade												Total	
	Sem Escolaridade		Fundamental		Médio		Técnico c/ Fundamental		Técnico c/ Médio		Superior			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Masculino	18	75	53	70,7	2	28,6	1	100	-	-	-	-	74	67,3
Feminino	6	25	22	29,3	5	71,4	-	-	1	100	2	100	36	32,7
Total	24	21,8	75	68,2	7	6,4	1	0,9	1	0,9	2	1,8	110	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Entre as pessoas sem escolaridade, 75% são do gênero masculino, apenas seis mulheres (25%) nunca foram à escola. A porcentagem total que representa os indivíduos sem nenhum tipo de escolarização é de 21,8%. A maior concentração de homens e mulheres se estabelece no ensino fundamental com 68,2% dos casos, 70,7% para o masculino e 29,3% para o feminino. O ensino fundamental é marcado por indivíduos que não completaram este nível, sendo que boa parte deles, não completou o ensino fundamental menor – primeira fase que vai da 1ª a 4ª série.

A partir do ensino médio há uma reversão no padrão até então analisado. O universo feminino que passou pelo ensino médio é bem maior, com 71,4%, enquanto que no dos homens apenas dois estudaram ou estudam no ensino médio. Este nível representa 6,4% de nossa totalidade amostral. Apenas duas pessoas, um homem e uma mulher, fizeram algum nível de ensino (fundamental e médio) acompanhado com algum tipo de curso técnico. Um homem fez o fundamental com técnico e a mulher o médio com técnico. Apesar do pequeno nível de escolaridade entre a população camponesa, em especial entre os assentamentos do Pará, o nível de escolaridade entre as mulheres é maior e se confirma quando constatamos que as duas pessoas que tiveram contato com o nível superior são do gênero feminino. Este entendimento pode ser visto no trecho:

Na subamostra paraense, separamos os sexos mesmo (*os autores questionam a metodologia utilizada pelo Iº Censo Nacional dos Assentados da Reforma Agrária coordenado pelo INCRA que divide os indivíduos entre beneficiários e cônjuges – grifo e observação nossa*) as diferenças são marcantes: 47,18% dos homens e 39,15% das mulheres excluídos do primeiro grau, mas 42,10% dos homens e 45,75% das mulheres estudaram no primeiro grau menor; 8,47% dos homens e 11,24% das mulheres estudaram no primeiro grau maior; 2,17% dos homens e 3,85% das mulheres entraram no segundo grau.” (ABELÉM, A; HÉBETTE, J. Assentamentos de reforma agrária na fronteira amazônica e meio ambiente. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 1998: 1507).

A partir desse elemento verificamos se os que tiveram algum tipo de escolarização na vida retomaram a partir da escola no assentamento.

Quadro 61 Escolarização anterior e escolarização no assentamento

Escolarização	Escolarização no Assentamento				Total	
	Sim		Não			
	F	%	F	%	F	%
Sim	38	44,2	48	55,8	86	100
Não	-	-	24	100	24	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

O total de pessoas que tiveram algum tipo de escolarização é de 86 pessoas, 38 delas (44,2%), ou seja, quase metade, retomaram ou iniciaram seus estudos a partir do assentamento. Esse dado permite a inferência de que a intervenção fundiária é um importante fator de início ou de

retomada dos estudos e que, por isso, compõe forte fator de fixação. O trecho deste relatório de pesquisa confirma esta perspectiva.

A continuidade dos estudos está relacionada também com a oferta de ensino no interior do assentamento, em especial quando este é grande (...) em 45% dos assentamentos investigados, as crianças em geral chegam apenas até a 4ª série. Numa pequena parcela dos assentamentos (13%) elas chegam até a 5ª e em 28% dos assentamentos elas estudam até a 7ª ou a 8ª série. Os índices mais altos de escolaridade aparecem no Oeste catarinense, no Entorno do Distrito Federal e no Sudeste do Pará, que é onde se encontra também a maior quantidade de escolas no interior dos assentamentos oferecendo o segundo segmento do ensino fundamental. Somente em 4% dos assentamentos os jovens chegam ao ensino médio, indicando que o processo de qualificação educacional nas áreas rurais ainda é bastante incipiente. (LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R.; 2004: 98).

Uma das *manchas* de análise dos pesquisadores é o Sudeste do Pará, avaliado como uma das regiões que tem o maior nível de escolaridade e maior quantidade de escolas. A Palmares II contribui com este quadro e se inclui nos 4% dos assentamentos em que os jovens chegam ao ensino médio. Uma variação checada foi a que compreende por gênero a escolarização no interior dos assentamentos. Neste sentido, vejamos:

Quadro 62 Gênero e escolaridade no assentamento

Gênero	Escolaridade no Assentamento				Total	
	Sim		Não		F	%
	Freq.	%	Freq.	%		
Masculino	21	55,3	53	73,6	74	67,3
Feminino	17	44,7	19	26,4	36	32,7
Total	38	34,5	72	65,5	110	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Se o grau de escolaridade é maior entre as pessoas do gênero feminino, o início ou a retomada da escolaridade no assentamento é marcado por um relativo equilíbrio entre os gêneros, com uma tendência de maior percentual para os homens (55,3%).

Esta retomada da educação formal e de novas relações de educação informal entre ambos os sexos no assentamento é avaliada como importante por “Carlos”, qualificada como uma das principais conquistas que o MST teve e um dos principais diferenciadores em relação a FETAGRI: “nossa principal conquista foi na libertação de consciências. Essa é a nossa reserva também. Porque

a FETAGRI numericamente é maior que nós. Está presente em muitos assentamentos. Porém não dão muita ênfase na libertação de consciências”.

Um outro aspecto importante é que quando se estabelece à escola ainda não institucionalizada, principalmente na fase de acampamento, é quando se coloca a possibilidade de entender as experiências e aprendizagens que esses camponeses tiveram, ao longo de uma trajetória social diversificada. Por isso, “Carlos” ao definir como principal característica ocupacional da base social do MST na Palmares II, os garimpeiros, descobre que *“aí começa a aparecer no meio desses garimpeiros, professores. Todas essas profissões que os garimpeiros tinham na sua trajetória começam a aparecer reincorporados a serviço do comunitário, a serviço da comunidade”*.

Quando se estabelece a institucionalização da escola com um perfil que não serve para a reprodução camponesa, identificam-se as demandas e a luta se estabelece no sentido de qualificar profissionais para atender a perspectiva de uma agricultura com base camponesa:

Então o curso de agronomia⁴⁴ nasce nessa perspectiva de reinventar para uma agricultura camponesa, menos dependente do crédito, embora o crédito como política pública deva com certeza existir. Isso é importante porque deve cumprir sua função para o pequeno agricultor e não para o grande, para o agronegócio. A perspectiva é que essa turma possa orientar o nascimento de uma nova agricultura, reincorporar elementos que nós fomos perdendo. Pela própria aptidão. Pela própria orientação política. Assim como o curso de pedagogia é para reorientar a proposta político-pedagógica implementada nas escolas de assentamentos. Então na verdade nós acabamos assumindo um papel de Estado. Porque o Estado não é capaz de chegar aos anseios do campesinato. Os anseios dos assentamentos. Nós temos que fazer um movimento contrário a isso e refazer com esses elementos, com essas conquistas. Contando que ainda membro do curso de agronomia é responsável durante os cinco anos de acampamento. (“Carlos”, assentado da Palmares II, 20 de julho de 2004).

“Carlos” aponta como causas da perda dessa agricultura camponesa, a *aptidão* e a própria *orientação política* que o MST tinha. O Curso de Agronomia seria um instrumento desse processo de reorientação. Assim como o Curso de Pedagogia teria o objetivo de reorientar a proposta no

⁴⁴ Fala da turma de Agronomia iniciada em 2004 através de um convênio entre UFPA e INCRA com recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

sentido de uma educação que atenda as necessidades dos camponeses. No entanto, o projeto político pedagógico desses cursos deve ser ainda disputado já que o “*Estado não é capaz de chegar aos anseios do campesinato. Os anseios do assentamento*”.

Para se ter uma noção da escolaridade na Escola Crescendo na Prática observamos a figura formulada por Rocha (1999) entrevistando 145 famílias do assentamento e adaptada aqui:

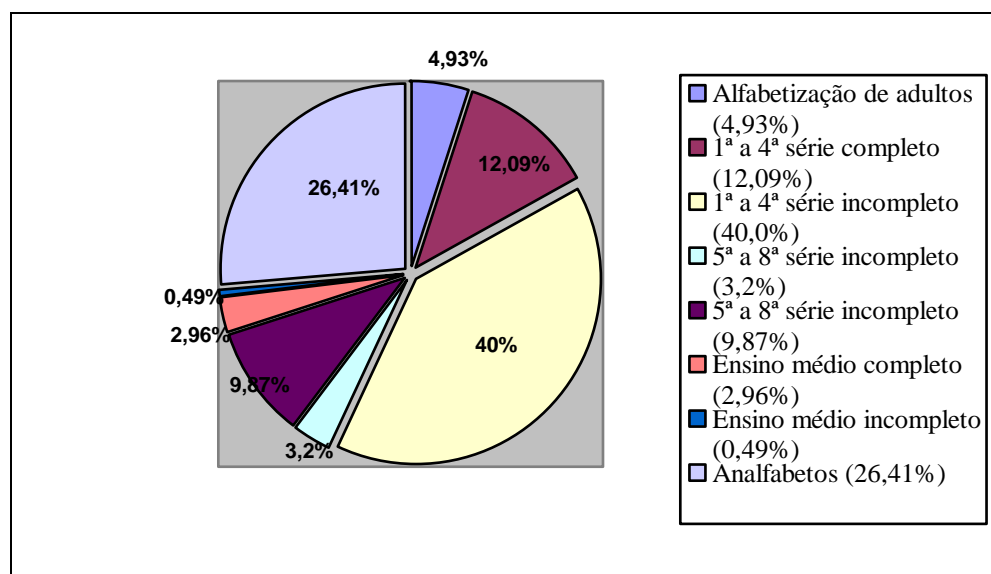


Gráfico 20 Nível de escolaridade no Assentamento Palmares II

Fonte: ROCHA, 1999.

Constata-se um número bem elevado de pessoas “analfabetas” no assentamento (26,41%). Nosso dado encontra ressonância no trabalho de Rocha (1999) já que observamos um perfil de 21,8% sem escolaridade. Não se encontra nenhum tipo de curso técnico no quadro de séries que atendam uma qualificação para reprodução de um ideário camponês. Nem mesmo uma grade curricular que possa ir ao encontro desta proposta. Neste sentido, o MST está abrindo espaço dentro da educação formal de ensino para que se consolidem cursos que possam atender esta demanda, mesmo que seja fora do assentamento.

[...] eles não vão estar desvinculados de suas famílias nos respectivos assentamentos. Ele é responsável por cinquenta famílias em seus assentamentos. E ainda nós estamos na perspectiva de abrir três cursos médios, de técnicos agrícolas. Quem é que vai ser o público? A juventude. Se a juventude não pode vim como campesinato, ela pode vim como possuidora dessa técnica para reorientação desse

agricultor. Vamos gerar postos de trabalho para juventude. Estamos prestes a abrir na Escola Técnica Federal Rural de Castanhal. Têm um outro curso no Maranhão. E queremos abrir um dentro da 26 de março justamente para reorientar dentro do assentamento e outro na Palmares. Essas devem ser as transformações. Reincorporar o conhecimento científico e técnico a essa agricultura. E é essa juventude que têm essa tarefa. (“Carlos”, assentado da Palmares II, 20 de julho de 2004).

Relacionando com um dos objetivos de análise neste trabalho construímos o seguinte quadro tendo como recorte o número de migrações dos assentados:

Quadro 63 Relação entre escolarização e número de migrações

Escolarização	Nº de Migrações						Total	
	De 01 a 05		De 06 a 10		De 11 a 15		F	%
	F	%	F	%	F	%		
Sim	54	81,8	29	78,4	3	42,9	86	78,2
Não	12	18,2	8	21,6	4	57,1	24	21,8
Total	66	60	37	33,6	7	6,4	110	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

A porcentagem de pessoas que migraram de uma a cinco vezes corresponde a 60% de nossa amostra. Constata-se que apenas 12 pessoas (18,2%) não obtiveram escolarização. No intervalo do número de migrações seguinte (de seis a dez vezes) com 33,6% do total de nossa proposta amostral, a porcentagem de não-escolarizados sobe um pouco mais, agora, para 21,6%. No intervalo de maior quantidade de migrações (6,4%), o número de não-escolarizados (57,1%) supera a de escolarizados (42,9%), apontando a perspectiva de que quanto maior o número de migrações, menor o acesso à escolarização e conseqüentemente menor a possibilidade de fixação. “Carlos” ao interpretar a venda de terras e o conseqüente deslocamento de camponeses, quando estes estavam influenciados pelo *signo da luta posseira* e não tinham a escola como um elemento estratégico, a identidade e autonomia dos camponeses correm riscos:

O que houve aqui, de certa forma nos assentamentos que foram conquistados ainda sob o signo das lutas posseiras. O que houve foi uma reconcentração significativa da terra, ou seja, os camponeses foram vendendo suas parcelas de terra. E foram aparecendo pequenos proprietários. Que foram comprando os lotes e esse é um fenômeno erosivo à organização e sobretudo, as conseqüências às identidades dos assentamentos. Porque, olha, o camponês tá vinculado a terra e ele tem autonomia sobre o uso dessa terra. Então quando se permite a reconcentração vai se diminuindo a autonomia desse camponês, sobre o espaço geográfico do assentamento, sobre o espaço geográfico da comunidade. Isso implica em que? Nós, abandonando lotes ou vendendo, por possuir uma dívida com o Estado e por isso acharam melhor vender para quitar sua dívida, pois moralmente isso abala o

espírito do camponês. Porque ficar devendo... Mas ao invés de nós salvarmos o crédito e todas aquela estrutura, tem que salvar o camponês. (“Carlos”, assentado da Palmares II, 20 de julho de 2004).

A seguir fazemos uma distribuição do nível de escolaridade e das diversas áreas por onde se efetivou ou não algum contato com a escola. Nessa regionalização, dividimos o Pará em mesorregiões, tomamos os estados do Maranhão e do Tocantins como um todo, agregamos os outros estados da *Região Nordeste do Brasil*, aglutinamos, também, na *Região Centro Sul* os estados que compõem o Centro Oeste, o Sudeste e o Sul do Brasil; o restante dos estados da região norte foi compactado em *Outros Estados do Norte*, os indivíduos que tiveram experiências fora do território nacional foram classificados como *Outros Países* e, por fim, os que *Não sabem*.

Nível de Escolaridade	Regiões (%)																				Total da Linha
	SE do PA		NE do PA		SW do PA		MA		Outros Estados do NE		Centro Sul		Outros Países		TO		Não Sabe		Outros Estados do Norte		
	L	C	L	C	L	C	L	C	L	C	L	C	L	C	L	C	L	C	L	C	
Sem Escolaridade	51,7	23,9	1,1	20	5,2	52,9	27,6	22,9	4,6	30,8	2,9	9,8	1,1	50	4	31,8	0,6	100	1,2	40	24,1
Fundamental	54,1	66,5	1,3	60	1,5	41,2	29	63,8	3,5	61,5	7,8	70,6	0,2	25	2,2	45,5	-	-	0,4	40	64
Médio	46,6	6,6	3,6	20	1,8	5,9	32,1	8,6	1,8	3,8	7,1	7,8	-	-	8,9	22,7	-	-	-	-	7,8
Técnico com primário	36,4	1,1	-	-	-	-	36,4	1,9	-	-	9,1	2	9,1	25	-	-	-	-	9,1	20	1,5
Técnico com secundário	50	0,8	-	-	-	-	50	1,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,8
Graduação	30,8	1,1	-	-	-	-	23,1	1,4	7,7	3,8	38,5	9,8	-	-	-	-	-	-	-	-	1,8

apresentam um grau de escolaridade maior, com destaque para o ensino médio com 3,6%. Realidade diferenciada apresenta o Sudoeste do Pará, onde o número de pessoas que não desenvolveram educação formal é maior do que qualquer nível de escolaridade (5,2%).

Apesar do número alto de pessoas sem escolaridade no Pará (58%), o número de 42% permite uma discussão: será que o contato mais efetivo dessas pessoas com a escola se dá no Pará, retomando ou iniciando a educação formal, aumentando o nível de escolaridade dos assentamentos? Como se observa no Sudeste do Pará e no Entorno do D.F., parece ter sido a nucleação das escolas que permitiu ir além da 4ª série. No Pará, onde os projetos são maiores, essa nucleação se deu no interior do próprio assentamento (LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R.; 2004: 98).

Em casos de assentamentos ligados ao MST, a organização dos arranjos espaciais se dá no sentido de construção do binômio Vila – Lote agrícola. A vila, concentrando os lotes destinados à construção das casas para cada unidade familiar e os lotes de domínio público como a escola, a associação, os projetos coletivos de produção, a rádio, o posto de saúde, as igrejas, as áreas de lazer, o comércio a varejo. O lote agrícola, no entorno da vila, é destinado principalmente ao espaço de produção. Este processo de concentração na vila garante um espaço de socialização maior, inclusive através da escola - arranjo espacial por excelência da educação formal e que tende a dominar outros saberes.

Por isso, além da nucleação (escolas-núcleo agrupam pequenas escolas tentando possibilitar a superação do isolamento e dotar melhor as mesmas de infra-estrutura), o espaço da vila (organização espacial potencializada pelo MST) incluída dentro de uma organização territorial, contribui não só para aumentar significativamente o acesso à escola e o nível de escolaridade da educação formal nos assentamentos como, também, e principalmente, a elevação da educação chamada de não-formal, como os grupos vinculados às igrejas, os grupos de jovens (no caso da

Palmares II, até de *Hip-Hop*, movimento contra-cultural bastante associado às periferias urbanas), a casa da professora, os times de futebol, os grupos de mulheres, as associações culturais como Boi, Carimbó, Capoeira e, até mesmo, a mesa do boteco num dia de domingo.

Quando se estabelece o processo de institucionalização do assentamento, onde a escola, educação formal, é apenas uma das faces desse processo, aparecem problemas como aqueles levantados na tese de Campos (2003) e introduzidos no início deste capítulo: a presença de professores alheios à realidade local (contratados junto à Secretaria de Educação do Estado do Pará ou do Município de Parauapebas), acompanhando paralelamente a exclusão dos professores e professoras categoricamente chamados de “leigos” e sujeitos na construção do assentamento desde a época do acampamento. Como se isso não bastasse, o pior é que ainda trazem consigo modelos de programas igualmente alheios a esta dinâmica local. Será este um dos elementos desagregadores da construção de fixação na terra? A educação prepara o camponês para deixar de sê-lo, não para afirmar e reproduzir seus valores.

Uma das concepções desse programa “(...) é transferir para diferentes contextos, um sistema escolar homogêneo organizado nos centros de controle político do país” (DE VARGAS, 2002), tendo como norte, no caso do campo, uma modernização agrícola concentrada em pequenos pontos do território, que conduz a educação escolar a construir níveis cada vez mais elevados, bem como os conhecimentos escolares serem cada vez mais valorizados, mas com pequena capacidade de absorção desses estudantes justamente por serem concentrados em pequenas porções do território.

Esta política educacional, para citar apenas dois componentes dela, o programa e o funcionamento da escola (calendário escolar), se torna cada vez mais complicada quando analisamos os dados gerados por nossa pesquisa.

Ficou evidenciado que, apesar do bom desempenho nas condições de acesso à escola, o número de pessoas que não tiveram contato com a educação formal é grande, 24 pessoas,

correspondendo à 21,8% de nossa amostra. Para os que não tiveram relação com a educação formal, as pessoas com faixa etária mais avançada são as que mais demandam por esse serviço (31,8%).

Na relação entre o acesso ou não à educação formal entre homens (75,5% - sim; 24,3% - não) e mulheres (83,3% - sim; 16,7% - não), elas proporcionalmente têm maior acesso. Apenas na relação entre os que tiveram acesso, ainda proporcionalmente, o nível de escolaridade delas é maior que a dos homens, ficando este dado evidenciado quando observamos os níveis mais altos de escolaridade.

Quando isolamos os que retomaram ou iniciaram seus estudos no assentamento, observamos que existe um relativo equilíbrio entre os dois gêneros (55,3% homens, 44,7% mulheres). Uma leve tendência para os homens é observada, mas não pode ser tomada como geral porque o número de mulheres entrevistadas é menor do que o de homens.

Os indivíduos com maior número de migrações tendem a ter menor acesso à educação formal, quanto maior o número de migrações, menor o acesso à escola; a política educacional do Estado do Pará não conseguiu absorver grande parte dos indivíduos (58%), deixando lacunas para uma população que constantemente é subjugada pelo capital e forçada a mobilidade seja para resistir ou para reproduzir ao projeto político dominante.

A nucleação das escolas não é o suficiente para explicar o relativo êxito das escolas no meio rural do Sudeste do Pará, a organização espacial no binômio vila-lote agrícola, incluída dentro do projeto territorial do MST, bem como as melhorias no assentamento conquistados com a organização mais efetiva dos camponeses é um componente que, somado, eleva quantitativamente e qualitativamente a educação formal e informal.

O avanço na construção de uma educação emancipadora passa pelo respeito à temporalidade e espacialidade dos camponeses. A construção de uma escola que leve em consideração as especificidades históricas e geográficas, portanto construída a partir da demanda concreta dos

assentados e das características do meio biofísico da região, de baixo para cima, são elementos que se impõem para tal perspectiva. Para isto, as professoras chamadas de “leigas”, profundamente comprometidas com a construção do lugar são essenciais para alavancar este processo.

Capítulo 7

CONCLUSÃO

O Assentamento Palmares II é fruto de um acampamento de trabalhadores rurais. Do mesmo acampamento, surgiram outros dois assentamentos – Palmares I e Carajás – e ainda um bairro da periferia de Parauapebas – Altamira. A Palmares II é cortada pelo rio Parauapebas, mas não observamos nenhuma casa ao longo desse rio e a existência de apenas um pescador entre os assentados.

Nós encontramos, na amostra de entrevistados, uma população formada por 68% de homens e 32% de mulheres. Em relação à quantidade de migrações, 60% dos assentados fizeram até 5 migrações e os classificamos como de baixa intensidade migratória. 33,63% empreenderam de 6 a 10 migrações e foram considerados de média intensidade. Os considerados de alta intensidade, 6,37% dos assentados, empreenderam de 11 a 15 migrações.

A seguir temos um gráfico ilustrando a origem de nossos entrevistados:

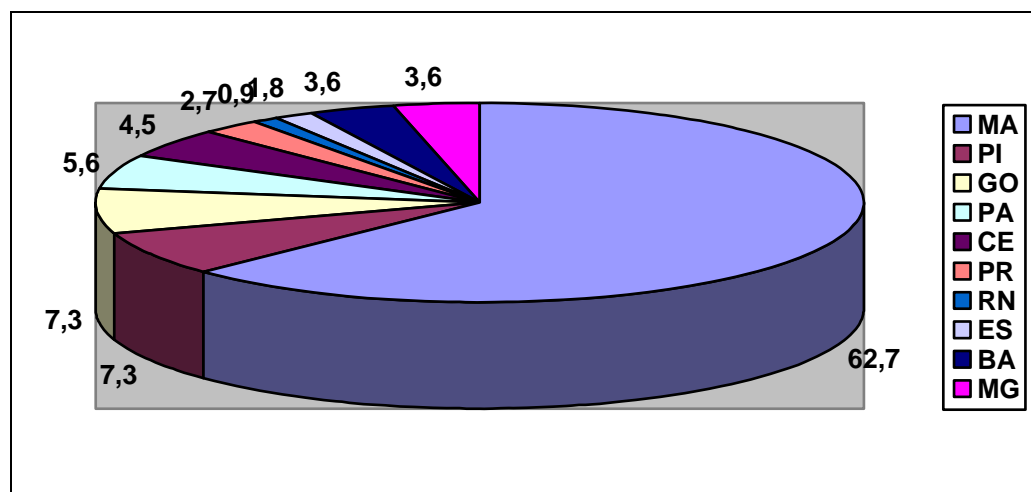


Gráfico 21 Origens dos entrevistados por Estado

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

O Maranhão é o Estado que contribuiu com o maior número de imigrantes, com um total de 62,7%. Goianos e piauienses aparecem em seguida com 7,3% cada. A quarta maior população é

originária do próprio Estado do Pará, seguida de perto pelos cearenses com 4,5%. O sexto maior número de imigrantes é dividido entre baianos e mineiros com 3,6%. Entre as menores expressões aparecem paranaenses (2,7%), capixabas (1,8%) e potiguares (0,9%).

Podemos entender com esse estudo que os camponeses que hoje compõe a Palmares II participaram de pelo menos três grandes correntes migratórias. Uma que têm origem no Nordeste do Brasil, saindo do Piauí e do Maranhão e chegando ao Sudeste do Pará (interregional), outra que parte dos Estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia e acompanha a Belém-Brasília até chegar no Sudeste do Pará (interregional também) e uma terceira que se estabelece no interior do Estado do Pará (intrarregional) (tendo origem onde?).

Verifica-se que o principal motivo das migrações no Maranhão não é exatamente o trabalho (como se verifica em termos gerais), mas sim questões envolvendo terra, família e melhorias. A motivação muda quando temos como centro de análise o Estado do Pará. Os deslocamentos no e para o Estado do Pará envolvem elementos ligados ao trabalho, a terra e ao garimpo. Se fizermos análises por microrregiões encontraremos motivações diferenciadas de deslocamentos. Isto não impossibilita de afirmarmos que o garimpo não é a principal força de atração dos camponeses para o Estado do Pará, nem mesmo no período de maior intensidade das atividades minerais (1975 a 1990).

O período em que se processam os deslocamentos mais intensos é o que compreende as décadas de 1970 e 1980. Nesses 20 anos, as épocas vividas em áreas urbanas pelos entrevistados são geralmente bem mais curtas que as vividas em áreas rurais.

As pessoas dessa geração, mais velhas (precisar o período de nascimento), são as que mais migraram em nossa amostra. Este camponês permanece historicamente migrando, apresenta a constante mobilidade como uma característica específica que o diferencia de assentados de outras regiões do estado.

Quando este camponês (maranhense, piauiense e goiano), historicamente migrante, se vê em condições econômicas desfavoráveis, se lança em novo ciclo de migração.

Pode-se perceber uma diferenciação do campesinato pela origem. Os que são de origem paraense não tem a mesma perspectiva de deslocamento que os oriundos dos Estados vizinhos do nordeste.

Em relação à história da família tivemos dificuldades em levantar datas de nascimento dos avós. Isto se deve aos constantes deslocamentos das famílias provocando a sua fragmentação e lapso de memória, com algumas informações se perdendo.

O perfil da família que estudamos apresenta cinco características: i) é uma família historicamente camponesa, ou seja, vêm de uma tradição de moradia em zonas rurais em que exercem atividades produtivas na agricultura seja como autônomos seja em condições de subordinação, produzem fundamentalmente a partir da mão de obra familiar, valorizam relações primárias e estão fragilmente ligados ao mercado; ii) está migrando em busca da possibilidade de continuar sendo camponesa; iii) têm origem em três grandes regiões do Brasil – Nordeste, Centro Oeste e Sul; iv) não apresenta uma quantidade grande de filhos, como em outras gerações e v) outros indivíduos são incluídos na condição de família, rompendo com a tradição familiar nuclear.

Lavrador é a principal ocupação dos avós com uma média de 85% em relação a outras atividades. Os seringueiros e quebradores de coco aparecem em seguida com 12,7%. São avós que não tinham a propriedade legal da terra, apresentando números acima de 50%. Na profissão dos pais de nossos entrevistados os lavradores chegam a 95%. Apesar disso, observamos o aumento da quantidade de profissões.

Quando estudamos a natalidade pelas gerações (avós, pais e entrevistados) concluímos que a quantidade de filhos vem diminuindo gradativamente. A média de filhos dos pais de nossos entrevistados era de 8,2. Já na média de filhos de nossos entrevistados esse número cai para 3,9.

Os homens são os que mais se uniram. 6,8% deles tiveram até quatro uniões. Nenhum mulher se uniu mais de três vezes, sendo que, essas que alcançaram o máximo existente de uniões, representam 5,7% das assentadas. A maior quantidade de pessoas, 65,57%, teve até um matrimônio. Observa-se que, quanto maior a quantidade de uniões, menor o tempo de relação de cada casal.

As filhas contam 48,3% e os filhos 51,7%, o que aponta um cenário de equilíbrio entre os sexos dos indivíduos da quarta geração. A origem na quarta geração se estabiliza no local de destino das migrações: 52,9% dos primogênitos de nossos entrevistados são paraenses; 56,25% dos segundos filhos nascem no Pará; e os percentuais vão crescendo até os caçulas.

Os filhos caçulas são os que mais tempo permanecem nas casas dos pais. Já entre os primogênitos, observamos, grande parte deles vivem em outros municípios, o que nos leva a duas hipóteses não excludentes: formaram suas famílias indo morar longe do núcleo familiar original e/ou ficaram para trás na trajetória espacial de nossos entrevistados, conformando para isso algum tipo de relação de parentesco nos lugares por onde passaram antes de chegar ao Assentamento. Mesmo com essas ocorrências, a maioria dos filhos vive na casa dos pais em Palmares II, 56% do total. 14% migraram para outros municípios, mantendo a tradição de deslocamento.

No que diz respeito à ocupação dos filhos, observamos que 43,9% são estudantes, 13% são lavradores e 8,9% ajudam os pais. Esses são os números expressivos e indicam um acesso mais fácil dessa geração à educação formal. Ocorrências menos expressivas de várias ocupações permitem concluir que na geração dos filhos há um espraiamento ainda maior em relação às profissões, apesar de a ocupação de lavrador ser a mais constante. Este pode ser um indicativo forte de que a pluriatividade é uma das mudanças no campo, mostrando a transformação recente no perfil do campesinato.

Em relação às dificuldades que detectamos na reprodução da matriz camponesa, percebemos que o tipo de agricultura implementada através da agroindústria em escalas crescentes de

especialização na monocultura, atrapalha esse processo. Além disso, o tamanho da terra disponível para cada família não vem permitindo a reprodução de mais de uma geração no mesmo lugar. Em relação às uniões dos filhos, os solteiros são maioria com 73%, os casados são 20,8%, os separados, 4,2% e os que não sabem, 2%.

Percebemos na análise individualizada da ocupação profissional um intenso processo de mudança nas ocupações, dando uma característica aparente de mão de obra volátil. Uma análise mais aprofundada desmente essa aparência e faz surgir, por detrás de todas as estratégias de conversão e reconversão do trabalho um elemento comum: a necessidade de retorno ao campo através da conquista da terra e da garantia de autonomia, afirmando a existência de uma matriz camponesa na dimensão trabalho.

Confirmando a afirmação anterior, quanto ao setor de atividade antes do assentamento, observamos ser o setor primário preponderante, incluindo 60,3% dos entrevistados. O extrativismo mineral foi separado deste setor e considerado como um setor específico. O motivo dessa escolha foi identificar, através dessa diferenciação, a origem profissional, a quantidade de trabalhadores, o período e a condição em que se encontravam esses trabalhadores no interior das reservas garimpeiras. Esse setor específico agregou 11,9% do conjunto da amostra, figurando em terceiro lugar entre os setores de atividade dos assentados e refutando a idéia de que a base social da Palmares II tem origem no garimpo. Em segundo lugar apareceu o setor terciário da economia, com 22,4% dos entrevistados. Em quarto lugar, 5,4% da amostra encontrava-se no setor secundário da economia.

Apesar do bom desempenho nas condições de acesso à escola, o número de pessoas que não tiveram contato com a educação formal é grande, correspondendo a 21,8% de nossa amostra. As mulheres têm, proporcionalmente, maior acesso (83,3% - sim; 16,7% - não). Quando isolamos os que retomaram ou iniciaram seus estudos no assentamento observamos que existe um relativo

equilíbrio entre os dois gêneros (55,3% homens, 44,7% mulheres). Observamos também que, quanto maior o número de migrações, menor o acesso à escola. A política educacional do Estado do Pará não conseguiu absorver grande parte dos indivíduos (58%), deixando lacunas para essa população migrante, constantemente subjugada e forçada à mobilidade seja para resistir a, seja para reproduzir o projeto político dominante.

O que é importante reter desse exercício de compreensão sobre os assentados de Palmares II é de que se constitui em uma categoria que mantém uma perspectiva de vida ligada à produção agrícola em condições históricas e tecnológicas que tentam reproduzir adaptando ao contexto atual, em ambiente socioeconômico desfavorável. A mobilidade se constitui em uma estratégia que vem se esgotando enquanto alternativa, levando a posições radicalizadas de enfrentamento para obtenção da terra, meio fundamental e central para a existência e reprodução dessa categoria. Até quando? Esta resposta permanecerá pendente...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELÉM, Auriléia; HÉBETTE, J. Assentamentos da Reforma Agrária na Fronteira Amazônica e Meio Ambiente. **Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais/ABEP**, 1998.

A agricultura no Brasil. **REVISTA VEJA**. São Paulo: Ed. Abril, 06 de agosto de 2003. nº 1814, Semanal.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? Artigo IN: **Revista Terra da AGB** (Associação dos Geógrafos do Brasil). São Paulo/Agosto de 2001.

ALMEIDA, A. W. B. O Intransitivo da Transição: O Estado, os Conflitos Agrários e a Violência na Amazônia (1965-1989) IN: LENA, P. e OLIVEIRA, A. (Org's) **Amazônia: A Fronteira 20 anos Depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

ALESSANDRI CARLOS, Ana Fani. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996, 97p.

ALVES, Eliseu Roberto. **Transformações da agricultura brasileira**. s.ed. 1988.

ARAGÓN, Luís E. & MOUGEOT, Luc J. A. **O Despovoamento do Território Amazônico: contribuições para a sua interpretação**. Belém: UFPa/NAEA, 1983, 171p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências e elaboração. Rio de Janeiro: 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro: 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: Informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro: 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro: 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6033**: Ordem Alfabética. Rio de Janeiro: 1990.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: 2006.

BECKER, Berta. **Geopolítica da Amazônia** – a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro/RJ: ZAHAR Editores, 1982.

BECKER, Berta. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios)

BERGAMASCO, Sônia M. & NORDER, Luís A. Rebelo. **O que são Assentamentos Rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996 (Coleção Primeiros Passos;301).

BERGAMASCO, Sônia M. A realidade dos assentamentos por detrás dos números. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, nº 31, set./dez. 1997.

BOURDIEU, Pierre. A Codificação. In: **Coisas Ditas**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural**. Brasília: MDA, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretária da Agricultura Familiar. **Balço do PRONAF 2004-2005**. Brasília: SAF/MDA, 2005. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=677>>. Acessado em: 02 de fev. 2006.

CAMPOS, S. **Prática de letramento no meio rural brasileiro**: a influência do Movimento Sem Terra em escola pública de assentamento de reforma agrária. Tese. UNICAMP, 2003.

CARVALHO, Antonio de Souza. O CAT na perspectiva do movimento camponês. HÉBETTE, Jean; NAVEGANTES, Raul (orgs) In: **CAT – Ano Décimo**: etnografia de uma utopia. Belém: UFPA, CAT, 2000.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Interação Social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Brasília/DF: Ministério Extraordinário de Política Fundiária – MPF; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento – NEAD; Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA, 1999.

COELHO, M^a Célia Nunes. A polêmica ocupação dos Sem Terra na região de Carajás. IN: **Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável** – uma contribuição para a Amazônia 21. Ximenes, Tereza (org.). Belém: UFPA. NAEA. UNAMAZ, 1997.

COELHO, M^a Célia Nunes. Introdução. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol 1. Belém: EDUFPA, 2004.

COELHO, M^a Nunes; LOPES, A.; SILVA, A.; SILVA, F.; FONSECA, H; MATOS, I.; SOUZA, M. Territórios, Cidades e Entornos no Espaço da Mineração em Carajás/Pará-Amazônia Oriental. In: ROCHA, Gilberto de Miranda; TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da (orgs). **Cidade e Empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002, 312 p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo – Brasil. 2003. CANUTO, A; SILVA LUZ, C; AFONSO, J. (Coord's). Goiânia: CPT Nacional- Brasil, 2003. 228p.

DE VARGAS, S. M. Processos de formação e aprendizagem no meio rural: o continuum família-escola. Artigo. **Apresentado ao 5º Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste**, realizado em Águas de Lindóia, MG, novembro de 2002.

DINIZ, Alexandre M. Migração e Evolução da Fronteira Agrícola. **Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, realizado em Ouro Preto em 2002.

DUBAR, Claude. A sociologia do trabalho frente à qualificação e a competência. **Educ. Soc.** [online]. Set. 1998, vol. 19, nº 64 [citado 13 de abril de 2005], pág. 87 – 103. Disponível na World Wide Web: <<http://www.scielo.br>>

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educ. Soc.** [online]. Abr. 1998, vol. 19, nº 62 [citado 27 de março de 2005], pág. 13-30. Disponível na World Wide Web: <<http://www.scielo.br>>

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais**. 2 ed.

EMMI, MaríliaTocACE

Souza. Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil. Brasília: IPEA, 2004. 43 p. (**texto para discussão 1009**).

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital**. Lisboa: Editora Estampa, 1977.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: EDUNICAMP, 1996.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O Posseiro da Fronteira**: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense. Belém: UFPA/NAEA, 2001a. 170p.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Êxodo e dispersão dos camponeses no Brasil. Artigo. **Movendo Idéias**. Belém, vol. 6, nº 9, p. 47-52, jul. 2001b.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; SILVA, Lana Cláudia Macedo. Da Roça a Feira: Perfil de Pequenos Produtores Mercantis da Ilha de Cotijuba, Belém/PA. **VI Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia Rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. **Anais do 5º Congresso de Geógrafos**, vol.1. Curitiba. AGB.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. 4 vol. Belém: EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, Jean; ACEVEDO MARIN, R. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais – reflexões sobre a colonização em torno da Rodovia Belém – Brasília. IN: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. 4 vol. Belém: EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, J; ACEVEDO MARIN, R. O Impacto da Belém-Brasília e o Desenvolvimento do Baixo Terciário nas Zonas Urbanas da rodovia, pág. 90. IN: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, J.; ALVES, J. M.; QUINTELA, R. S. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica. IN: HÉBETTE, J; MAGALHÃES, S. B.; MANESCKY, M. C. (orgs). **No mar, nos rios e na fronteira** – faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002: 175-202.

HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, S.B.; MOREIRA, E. S. **Políticas Públicas e Acesso a Terra no Estado do Pará**: o desafio da criação de um campesinato autônomo na fronteira. 2002. **Relatório de Pesquisa**.

HÉBETTE, J; MOREIRA, E. S. Situação Social das áreas rurais amazônicas. IN: **Cadernos de Estudos Sociais**, vol. 12, nº 2, julho/dez. 1996, pág. 383-405.

HERÉDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela e LEITE, Sérgio (coords). Impactos Regionais da Reforma Agrária: um estudo sobre áreas selecionadas. CPDA/UFRRJ – NUAP/PPGAS/MN/UFRRJ em convênio com REDES/NEAD-IICA, 2002 (**Relatório Parcial**).

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **As políticas públicas como indutoras da “morte anunciada” dos castanhais no Sudeste do Pará**. Artigo, 2000.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Editora Vozes, 1978. 158 p.

INCRA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Relatório de beneficiários assentados do ano de 2005. Brasília, DF, 2006. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/publicacoes/relatorios.html>>. Acesso em: 23 fev. 2006.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. **Impactos dos Assentamentos**: Um estudo sobre o meio rural brasileiro, Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Editora UNESP -Co-editora e distribuidora. 2004.

LESER DE MELLO, Sylvia. Família: perspectiva teórica e observação factual. IN: BRANT DE CARVALHO, Maria do Carmo (org.) – **A família contemporânea em debate**. São Paulo, EDUC, 1995: 51- 60

LINHARES, M^a Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Terra Prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky . História Social e econômica da Amazônia. In: SEDUC; IDESP; (Org.). **Estudos e Problemas Sociais Amazônicos**. Belém, 1989, p. 9-56.

MAFORTE, K. **A falácia da vocação para o trabalho rural**. Biblioteca-MST. Artigo. 01 mar. 2005. Disponível em <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em 13 mai. 2005.

MAIS DO QUE SEM TERRA. SEM CHANCE. **Revista Veja On-line**: Em Profundidade – Reforma Agrária. São Paulo: Ed. Abril, 20 de setembro de 2000.

MAGALHÃES, Sonia Maria Barbosa. Tempo e Trajetórias: reflexões representações camponesas. IN: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sonia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (orgs.) In: **No mar, nos rios e na fronteira**: faces do campesinato no Pará.; prefácio de M^a Conceição D’Incao. Belém:Edufpa, 2002.

MAGALHÃES, Sonia Maria Barbosa. Associações Camponesas: reflexões sobre a organização social e participação política. IN: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sonia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (orgs.) In: **No mar, nos rios e na fronteira**: faces do campesinato no Pará.; prefácio de M^a Conceição D’Incao. Belém:Edufpa, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997, 213p.

- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MEDEIROS, Leonilde & LEITE, Sérgio (orgs.). **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- MEDEIROS, Leonilde & LEITE, Sérgio (orgs.). **Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- MORHY, E. A parte que não cabe no latifúndio. **Jornal Beira do Rio**, Seção entrevista com Profª Maria Raimunda Rodrigues. Belém, nº 18, órgão informativo da UFPA.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MONTEIRO, Dion Márcio Carvaló. **Estudo sobre a Organização da Produção em Área de Assentamento no Sudeste do Pará**. Belém:UFPA – NAEA, 2004 (dissertação de mestrado).
- MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral – a crise paradigmática do mundo moderno**. Rio de Janeiro/RJ: Série Terceira Margem/ Obra Aberta/ Coautor. 1983.
- MOURA, Hélio de; MOREIRA, Morvan M. **As migrações na região norte em período Recente: uma abordagem preliminar**. Instituto de Estudos sobre a Amazônia – IESAM e Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.
- MOURA, Ignácio Baptista de. **De Belém a São João do Araguaia**. Vale do Rio Tocantins. Belém: Fundação Cultural Tancredo Neves/ Secretária de Estado de Cultura-PA, 1989. (Lendo o Pará).
- MUCHAGATA, Márcia G. O papel da organização de agricultores nas transformações recentes do uso do espaço em região de fronteira amazônica: o caso da região de Marabá. IN: SAYAGO, Doris; TOURRAND, Jean-François; BURSZTYN, Marcel (org's). **Amazônia: cenas e cenários**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. 382 p.
- NEVES, Delma Pessanha. O econômico e o familiar: interdependências, potencialidades e constrangimentos. In: **Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade**, 1998, Aracaju, 1998: p. 13-33.
- NEVES, Delma Pessanha. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: **IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, 2001, Belém, 2001. v. 1. p. 43-44.
- NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital**. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 1981. 212 p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo:Contexto, 1996.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo:Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira – transformações recentes. In: ROSS, Jurandir L. Sanchez. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995, 534p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização do capital, as dívidas e os mitos sobre o agronegócio no Brasil. **Revista Sem Terra**, Seção Nacional. São Paulo: Gráfica Perez, maio/junho de 2004

OLIVEIRA, Myrian Cyntia César de; SILVA, Waldiléia Redeiro da; SANTOS, William Assis dos. A Região de Marabá Hoje: uma leitura atual do processo de migração de agricultores familiares na área rural. Artigo. **VI Encontro das Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, Aracaju, Sergipe, 20 a 22 de outubro de 2004).

O MST ATRAPALHA O LADO BOM DO BRASIL . **Revista VEJA**. São Paulo: Ed. Abril, n.1814, 06 agost. 2003. Seção Brasil. Acesso em: 02 dez. 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo/SP: Editora Ática, 1993.

REBORATTI, Carlos E. **Fronteras Agrarias en America Latina**. Mimeo. Artigo. 1989.

REPÓRTER 70. **O Liberal**. Belém, 29 de dez. 2004. Caderno Atualidades, p. 03.

ROCHA, L.M.A. **A proposta de educação do MST e a educação formal na Vila Palmares II**. UFPA: Monografia de conclusão de curso, 1999.

RODRIGUES. M^a Raimunda Chagas Vargas. **Depois da Terra: o MST, as lutas e contradições no Assentamento Palmares (PA)**. São Paulo: PUC, 2003 (tese de doutorado).

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. IN: Sessão Temática 17- **Migrações Internas: a necessidade de novos paradigmas, 1998**. Sítio da ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais). Disponível em: <http:// www.abep.org.br/>. Acesso em: 09 set. 2004.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 4^a ed. São Paulo: Hucitec, 1998, 190p.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 2003.

SAWYEUR, Donald R. Fluxo e Refluxo da Fronteira Agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. **Revista Brasileira de Estudos da População**.

SCHMIDT, Benício Viero; MARINHO, Danilo Nolasco C.; ROSA, Sueli L. Couto (orgs.). **Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, 306p.

SEM TERRAS OCUPAM CINTURÃO VERDE. **O Liberal**, Belém 18 de dez. de 1994.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.

SINGER, Paul. **Dinâmica Populacional e Desenvolvimento**: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico. **2 ed.** São Paulo: Hucitec, 1976, 250p.

SOUZA, Carlos Henrique Lopes de. A Trajetória da Força de Trabalho no Sudeste Paraense: de agricultores migrantes a garimpeiros, de garimpeiros a posseiros, a excluídos, a Sem Terra. Trabalho apresentado no **XIII Encontro da ABEP**, 2002. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>> Acesso em: 28 nov. 2004.

SOUZA, Romier da Paixão. **Granja Marathon**: a luta pela terra e a organização do trabalho em um assentamento rural no Nordeste do Pará. Belém: UFPA – Centro Agropecuário/Embrapa Amazônia Oriental, 2002 (dissertação de mestrado).

TAVARES DOS SANTOS, J. Crítica a sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos agrários. *Ciências Sociais, Hoje*, São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1991. p. 13-51.

THOMSON, Alistair. Histórias (Co) Movedoras: história oral e estudos da migração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vº 22, nº 44, pp 341 – 364, 2002.

TORRES, Haroldo da Gama. A Urbanização e o migrante de origem urbana na Amazônia. **ABEP. Grupo Inserção e Rejeição do fluxo migratório**. Coordenação: Donald Sawyer.

VALENTE, Sandra; FIGUEIREDO, Elizabeth. Habitante e Visitante – uma “luta” inevitável. **V Colóquio Hispano – Português de Estudos Rurais. Bragança-Portugal 2003**. Eixo: As Políticas de Desenvolvimento Rural e Novos Modelos de Utilização do Espaço.

VALVERDE, Orlando. A Amazônia: o meio ambiente. IN: PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Estudos e Problemas Amazônicos**: história social e econômica e temas especiais. Belém: Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, 1985, 208p.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD) 2001.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato** – um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. **2 ed.** Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1972, 261p.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária** – estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro/RJ: ZAHAR Editores, 1973.

VIEIRA, M. Antonieta da Costa. **A venda de terras do ponto de vista dos lavradores**: a venda como estratégia. (mimeo) 1987.

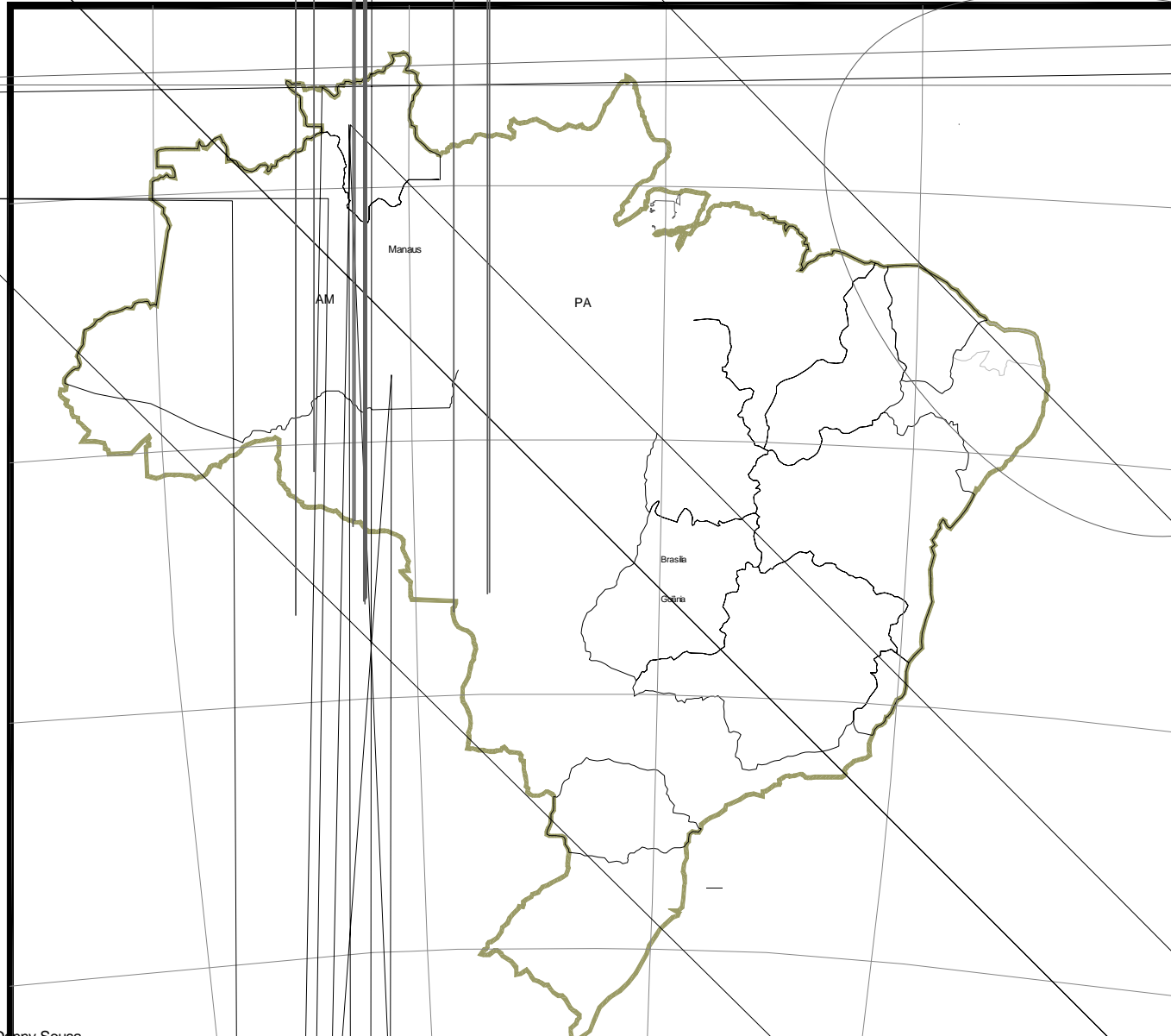
WOORTMANN, Ellen e WOORTMANN, Klass. **O Trabalho da Terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, 192p.

ANEXOS



LEGENDA

Trajetória por Geração

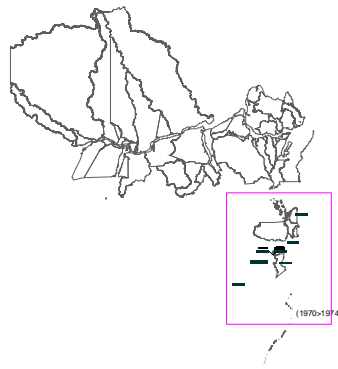


(1975>1979)

(1980>1984)(1980>1984)

MAPA DE TRAJETÓRIA POR GERAÇÃO 3º GERAÇÃO

TRAJETÓRIA NACIONAL



(1965-1969)

(1965-1969)

(nasc. 1965)

TRAJETÓRIA INTRA-REGIONAL



